

Coletânea de Artigos Conhecimento em Pauta

Volume 10

Artigos Científicos
ESPECIALIZAÇÃO 2019/2

Unoesc Chapecó

Organizadores:

Diego Beal
Celso Paulo Costa
Daiane Pavan
Inocencia Boita Dalbosco
Gilberto Pinzetta

editora
unoesc

© 2019 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da Editora.

Rua Getúlio Vargas, 2125, Bairro Flor da Serra, 89600-000 – Joaçaba – Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (49) 3551-2065 – editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação

Tiago de Matia

Agente administrativa: Caren Scalabrin

Revisão linguística e metodológica: Donovan Filipe Massarolo

Revisão eletrônica: Caren Scalabrin, Donovan Filipe Massarolo, Jessica Albuquerque

Projeto gráfico e diagramação: Simone Dal Moro

Capa: Gilmar Paloschi

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F981c Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina.
Campus de Chapecó
Conhecimento em pauta: artigos científicos
especialização 2019/2 / organizadores: Diego Beal ... [et
al.]. – Chapecó: Editora Unoesc, 2019.
264 p. – (Série Coletânea de artigos, v. 10)

ISBN: 978-85-8422-228-5

1. Ensino Superior - Pesquisa. I. Beal, Diego, (org.). II.
Título. III. Série

CDD 378

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária – Campus Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor

Aristides Cimadon

Vice-reitores de Campi

Campus de Chapecó

Ricardo Antonio De Marco

Campus de São Miguel do Oeste

Vitor Carlos D'Agostini

Campus de Videira

Ildo Fabris

Campus de Xanxerê

Genesio Téio

Pró-reitora de Graduação

Lindamir Secchi Gadler

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão

Fábio Lazzarotti

Diretora Executiva da Reitoria

Cleunice Frozza

Comissão Científica (Avaliadora)

Camília Susana Faler

Carla de Almeida Martins Basso

Celso Paulo Costa

Crisleine Zottis dos Reis

Daiane Pavan

Diego Beal

Gilberto Pinzetta

Inocência Boita Dalbosco

Manuela Gazzoni dos Passos

Comissão Organizadora

Diego Beal

Celso Paulo Costa

Daiane Pavan

Inocência Boita Dalbosco

Gilberto Pinzetta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

ÁREA DA CIÊNCIA JURÍDICA

A EFETIVIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A DESBUROCRATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	9
Janaína Reckziegel, Davi Pedro Cristova	
A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS POR MEIO DO PROCESSO CIVIL	27
Carolina Gehlen Costella	
A REFORMA TRABALHISTA E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E PERICIAIS	53
Dirceu Menegatt, Elizabete Geremias	
COMPARTILHAMENTO DE VIDA AMPLO E CONTÍNUO: UM NOVO CONCEITO DE COABITAÇÃO.....	87
Michele Martins da Silva, Maria Cristina Cereser Pezzella	

ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR IMOBILIÁRIO NA INTERNET	109
Adilson Kroetz, Olmiro Cristiano Lara Schaeffer	
APROXIMANDO RECURSOS HUMANOS E LÍDERES DE PRODUÇÃO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO RH PARA AS PRÁTICAS DE LIDERANÇAS.....	135
Ana Janisa Leichtweis, Karine Schwaab Brustolin	
GESTÃO DE ESTOQUE NA SAÚDE PÚBLICA.....	155
Sandro José Risso	

ÁREA DAS CIÊNCIAS DA VIDA E SAÚDE

ASSOCIAÇÃO ENTRE O MEDO DE CAIR E AS ATIVIDADES INSTRUMENTAIS DE VIDA DIÁRIA (AIVD) EM IDOSOS	175
Paloma G. Coelli, Mariluce P. Vieira	
A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CAPS AD	191
Monik Karolyne Bezerra Vidal, Leonora Vidal Spiller	

ÁREA DAS CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS

REFLEXOS DOS PROGRAMAS DE GESTÃO DE QUALIDADE EM ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA.....	213
Thaís Fernanda Basso, Márcia Regina Sartori Damo	
USUÁRIO COMO ELEMENTO PRINCIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES	233
Luciana Sobis Alves, Marcia Regina Sartori Damo	
SILO DAS ARTES: UMA PROPOSTA DE RECONVERSÃO PARA COMPLEXO AGROINDUSTRIAL EM CHAPECÓ.....	245
Mauricio Goldschmidt Labes, Márcia Regina Sartori Damo	

APRESENTAÇÃO

A coletânea de artigos “Conhecimento em Pauta” é uma publicação semestral de caráter científico da Universidade do Oeste de Santa Catarina do Campus de Chapecó, composta por artigos de professores e estudantes e apresenta pesquisas distintas, porém inseridas no âmbito dos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos ou abordando temas relacionados às Ciências ensinadas pela instituição.

O objetivo deste periódico é articular ensino, pesquisa e extensão com vistas à produção de conhecimento e sua aplicação, buscando o desenvolvimento da interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, contribuindo com a disseminação do conhecimento científico na academia e na sociedade em geral.

Um agradecimento a todos os autores e um convite à leitura dos artigos dessa edição.

Prof.^a Inocencia Boita Dalbosco
Membro da Comissão Organizadora

The background is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous overlapping triangles. The color palette is primarily shades of blue, ranging from light cyan to deep navy, with several darker purple or indigo triangles interspersed throughout. The overall effect is a textured, crystalline surface.

ÁREA DA CIÊNCIA
JURÍDICA



A EFETIVIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA A DESBUROCRATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Janaína Reckziegel¹
Davi Pedro Cristova²

RESUMO

O Brasil vive em um grande crescimento tecnológico, a tecnologia facilita a vida do ser humano de maneiras surpreendentes, o que alguma vez foi um bem de consumo supérfluo, hoje é algo essencial para a sobrevivência. E diante desse cenário, o Governo Democrático, por ser um reflexo da sociedade, tem o dever de se moldar e criar novas formas de gestão que inclui a tecnologia no dia a dia com o objetivo de prestar os seus serviços de maneira efetiva e inclusiva ao cidadão. O presente trabalho trouxe, através da pesquisa bibliográfica um estudo sobre como foi essa evolução do Estado, elucidando alguns pontos históricos da Gestão Estatal e traçando as características do patrimonialismo, burocracia e do gerencialismo, bem como delimitou sobre como o uso da tecnologia da informação na gestão gerencial tem sido efetivada de modo a desburocratizar o aparato público, e a prestar um serviço mais célere e efetivo à sociedade. Com isso, foi possível chegar à conclusão de que o Brasil vive um desenvolvimento muito grande no que concerne à relação da sociedade com o governo, hoje a participação da sociedade na forma que o Estado presta seus serviços está mais inclusiva com o uso da tecnologia da informação, o que coloca o país numa perspectiva de desenvolvimento muito boa e visionária, chegando mais perto de ter uma verdadeira eficácia na prestação dos serviços públicos.

Palavras-chave: E-governo. Administração Pública Gerencial. Tecnologia da Informação. Desburocratização.

1 INTRODUÇÃO

A importância deste estudo justifica-se pela constante mudança dos anseios sociais devido à informatização da vida, a sociedade está presenciando uma

¹ Professora Doutora no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; janaina.reck@gmail.com

² Graduado em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-graduando em Direito Público pela Faculdade Legale; davipedrocrystova@hotmail.com



expansão tecnológica cada vez mais crescente e o que antes era uma ferramenta que apenas contribuía para o desenvolvimento de tarefas, hoje faz parte da vida, muitas vezes substituindo o próprio trabalho e raciocínio humano.

Do mesmo modo, levando em conta que nossa atual forma estatal faz com que os cidadãos ainda careçam do Estado para resolver necessidades, é preciso que ele se adapte às mudanças que a sociedade passa, também modificando seus processos e tornando-os mais rápidos e acessíveis, oferecendo à população serviços menos burocráticos e mais céleres.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo abordar uma situação cada vez mais presente no século XXI, devido a esse aumento tecnológico no cotidiano popular, estudando como a gestão pública vem se moldando diante dessa realidade no decorrer da história, demonstrando quais os problemas enfrentados e delimitando as soluções mais adequadas para a implementação dessas mudanças.

Sendo assim, o presente artigo utilizará como método de estudo a pesquisa bibliográfica com livros, trabalhos e dados disponibilizados de autores especializados no tema, bem como serão utilizadas informações públicas disponibilizados pelo próprio Governo Brasileiro que está produzindo inúmeras matérias e legislações sobre o assunto.

Com isso o trabalho tem como resultado o entendimento de qual foi o processo histórico que levou a Administração Pública atual adotar a forma Gerencial de Administração, este que foi implementado com o objetivo de desburocratizar o aparato público e possibilitou a informatização dos serviços públicos com a criação de leis e estratégias de simplificação digital de processos.

Desta forma a presente pesquisa que se apresenta em forma de artigo é composta por três partes, o primeiro aborda a evolução histórica da administração pública brasileira até chegar a forma gerencial de gestão pública, já o segundo aborda na prática como o gerencialismo possibilitou a implementação da tecnologia da informação de forma a desburocratizar o aparato público, e no terceiro e último abordar-se-ão os problemas e soluções da desburocratização e informatização do Estado.



2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA E O INÍCIO DO PROCESSO DE DESBUROCRATIZAÇÃO

Para compreender o motivo pelo qual o Estado passou a promover a Desburocratização e Informatização dos Serviços Públicos é necessário analisar as evoluções históricas da Administração Pública Brasileira, que podem ser divididas em três grandes períodos, cada um de acordo com sua forma de gestão, iniciando com uma administração autoritária e pessoal chamada de Patrimonialista, passando por uma forma de gestão lenta e formalizada denominada Burocrática para, por fim, uma forma de gestão designada de Administração Gerencial, que por sua vez tenta fugir dos erros cometidos pelos modelos anteriores.

Sendo assim, partindo pelo modelo mais antigo que remete ao tempo da monarquia existia nesse período um governo sobre a égide de um monarca que possuía poder absoluto de decisão sobre seus súditos e seu País, sem sofrer qualquer limitação desses. Nesse contexto histórico da Administração Pública, a figura Estatal mesclava-se com a do Monarca, não havia assim o conceito de patrimônio público e patrimônio privado, pois tudo que fosse agregado ao patrimônio do Estado automaticamente pertencia a realeza, que podia usufruí-lo da forma que desejava, podendo deste dispor em favor do país, ou em benefício próprio, o Estado era uma extensão do poder soberano (KLERING; PORSSE; GUADAGNIN, 2010, p. 5-6).

Essa forma de governo parcial e soberana, denominada de Administração Patrimonialista, foi imposta a sociedade brasileira por aproximadamente 70 anos após a Independência do Brasil, sem contar os mais de 300 anos de colonização, e dela decorreram várias consequências típicas de governos absolutistas como o nepotismo e a corrupção, era comum o monarca vender títulos e conceder favores em troca de terras e dinheiro, bem como, também era normal a concessão de cargos públicos para familiares e amigos (PAINS, 2016).

Em consequência a esses problemas a satisfação dos governados foi ficando cada vez mais escassa, o que os fez voltar-se contra o governo, ganhando, assim, força a revolução que visava a Proclamação da República Brasileira que teve sua vitória no dia 15 de novembro de 1889, proclamado por Marechal Deodoro da Fonseca, entretanto, por mais que a monarquia foi destituída da forma de governo



pela forma presidencialista, via-se nos primeiros passos da República um Estado ainda patrimonialista, que apenas desconstituiu um monarca e substituiu por outro soberano que continuou governando em benesse própria (PAINS, 2016).

Nesse período a Constituição Federal de 1891 instituiu o federalismo e adotou o regime presidencialista, o legislativo passou a ser formado por membros eleitos temporariamente, e se configurou como bicameral composto pela Câmara dos Deputados e o Senado. Além disso o Poder Judiciário ganhou maior autonomia para realizar suas competências e a fiscalização das Contas Públicas passou a ser atribuída ao Tribunal de Contas. É importante destacar que a Constituição também deu autonomia aos estados atribuindo a eles a competência de autodesenvolvimento e autogoverno, bem como, determinou que estes se organizassem de modo a também dar liberdade aos municípios para organizar-se de forma a atender as peculiaridades de seus interesses locais. A União somente auxiliaria o Estado que em situação de calamidade pública, a solicitasse (PROCOPIUCK, 2013, p. 265-266).

Entretanto por mais que já havia sido estruturado evoluções, a Administração Pública, nesse período ainda era fraca, fraudulenta e má organizada, o poder estatal sofria forte influência do coronelismo, e apenas atendia aos interesses dos nobres e burgueses rurais, neste período originou-se o voto de cabresto que consistia num sistema de compra de votos por base do abuso de poder. As poucas políticas sociais que existiam eram deixadas em segundo plano, e assumidas por entidades religiosas, fato que fez surgir no território brasileiro as Santas Casas de Misericórdia, comandados pela Igreja Católica (PALUDO, 2013, p. 78).

Desta maneira a República Velha vigorou de sua proclamação até o golpe de Estado de 1930 que instituiu a Segunda Fase da República, denominada de Era Vargas, nesse período houve um impulso na adoção do modelo burocrático de administração, pois surgiu uma necessidade de alavancar a economia, que estava extremamente frágil, era preciso uma aceleração da industrialização brasileira, e para que isso fosse possível foi feita uma intervenção mais direta do Estado na prestação de bens e serviços (PALUDO, 2013, p. 78).

Esse foi um período significativo para a Administração Brasileira, nele surgiu os primeiros processos de racionalização da Administração Pública, bem como das primeiras carreiras burocráticas admitidas pela meritocracia, desta forma,



gradativamente mas de maneira definitiva a ideia de Governo Patrimonialista passou a ser substituído pelo modelo de Governo Burocrático concebido pelo Jurista e Sociólogo Marx Weber, que tinha como objetivo separar o patrimônio público do privado, estabelecendo limites ao poder estatal e legitimar sua existência em face dos direitos individuais (PALUDO, 2013, p. 78).

Esses limites conforme a teoria burocrática seriam alcançados com o controle dos atos governamentais por meio de políticas, processos e procedimentos para todas as atividades que envolvam a Administração Pública, além disso, tendo essa premissa, constituiu-se os princípios da Administração Pública Burocrática, quais sejam, a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o formalismo (LOUREIRO; ABRUCIO; PACHECO, 2010, p. 12).

Desta maneira na Era Vargas a Administração Pública passou por grandes reformas em sua estrutura, a primeira delas foi o aumento da presença Estatal na economia e na sociedade, contrapondo o liberalismo que até então marcava a relação entre Estado e mercado, o governo passou a tomar uma posição mais ativa na regulamentação e controle sobre políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. Para isso foi necessário uma reestruturação e reorganização interna do aparato administrativo, sendo assim o Estado passou a se inspirar mais fluentemente em ideias weberianas assumindo o papel de provedor de bens e serviços para a sociedade e ao mercado (PROCOPIUCK, 2013, p. 267).

Porém em contraponto a essa grande evolução da Gestão Administrativa, o coronelismo patrimonialista foi substituído por outra forma de patrimonialismo, mascarado pelos longos processos racionalizados e esquematizados da Burocracia denominados de Clientelismo, este que se baseia em uma relação política entre um soberano, geralmente o patrão, que dá proteção a alguém mais frágil na relação, denominado de cliente, em troca de apoio, criando com isso um laço de submissão pessoal (PALUDO, 2013, p. 81).

Desta forma as consequências resultantes do Clientelismo foi um fenômeno denominado de “insulamento burocrático” que consiste em um Governo com o fim de resistir às pressões clientelísticas, de forma a se distanciar dos interesses privados, isolar-se das relações mantidas com o público externo, criando um ambiente rígido de



forma que seja extremamente complicado que interesses externos a Administração possa influenciar em sua Governança (ARAGÃO, 1997, p. 113).

Entretanto como visto anteriormente, na administração burocrática tudo é feito por meios de processos e procedimentos, devendo apenas seguir o que está na lei, dessa forma o insulamento burocrático acabou criando um sistema com excesso de burocracia, não voltado ao resultado, mas nos meios, ou seja, o interesse da administração em ser eficiente acabava se perdendo no meio das longas sistematizações para chegar no resultado, de forma que se esquecia da população que deveria ser beneficiária desta, não se obtendo do Governo resultados apropriados ou eficazes (BRAGANÇA, 2016).

Diante do exposto começou no Brasil um processo lento de estudos e reformas para tentar reestruturar a Administração Pública, uma delas que teve bastante destaque foi o Decreto Lei n. 200/1967 instituído no Regime Militar, que tinha como objetivo sanar alguns vícios da Burocracia, ele estruturou a Administração Pública Indireta dando maiores poderes decisórios e gerenciais a administração indireta, com o fim de tornar o Estado mais ágil a fim de fortalecer o desenvolvimento econômico. Porém tal reestruturação não obteve sucesso pois foi feita uma delegação de funções públicas sem mecanismos claros de controle público, fazendo com que alguns vícios que a burocracia visava combater, como o nepotismo e corrupção retornassem (LOUREIRO; ABRUCIO; PACHECO, 2010, p. 50-51).

Conforme os fatos narrados é de ser notado que apesar do regime autoritário da época, foi no próprio governo militar que começou a ser cogitada a ideia da desburocratização e a do implementação do modelo gerencial da Administração, o que só não ocorreu por causa da má organização do Estado e da pressão política extremamente forte na época.

Pressão que ainda esteve presente no processo de redemocratização do Estado iniciado no final do Regime Militar, na Constituinte e na Reforma Bresser, neste período o Estado continuava passando por uma crise resultante do regime autoritário, entre os desafios herdados dos militares encontrava-se o da crise financeira, a impunidade dos governantes e burocratas perante a sociedade, o enfraquecimento das empresas pública pela perda de controle de atuação do governo, entre outros, sendo assim, diferente dos outros modelos de gestão, agora



a necessidade era solucionar os problemas gerados pela burocracia-militar de forma democrática com a participação da sociedade desde sua negociação até a montagem de sua proposta (LOUREIRO; ABRUCIO; PACHECO, 2010, p. 53-54).

E com essa premissa os passos até a implementação da Administração Pública Gerencial foi ocorrendo lentamente e de forma gradativa, no mesmo tempo que as reformas implantadas progredia, a resistência e desconfiança da época impedia que esta se enraíza-se na forma de Administrar o Estado, a Constituição Cidadã de 1988, por mais que tenha inovado em grandes situações, sua efetividade não era fácil de implementar, sendo assim ela não havia resolvido vários problemas enfrentados pela Administração, além disso o Governo Collor presente na época, estava ligado a ideia de Estado Mínimo, logo houve uma desconstituição de vários setores e políticas públicas, além da redução de atividades estatais essenciais (LOUREIRO; ABRUCIO; PACHECO, 2010, p. 58-59).

Esse cenário só mudou em 1995 com a reforma apresentada no Governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), comandado pelo ministro Bresser-Perreira, o trabalho do Ministério foi fazer uma análise do governo atual, e juntamente com o estudo em experiências internacionais, apresentar soluções aos problemas enfrentados pelo Brasil na época. Desse modo, Bresser foi o pioneiro em perceber os grandes avanços experimentados pela administração pública mundial, e verificar que estas mudanças também deveriam ser implementadas no Brasil (LOUREIRO; ABRUCIO; PACHECO, 2010, p. 59).

Desta forma Bresser dispõe que a reforma Gerencial teve três dimensões, uma institucional, que visava a reforma em como as entidades governamentais se organizavam, outra cultural, no que concerne mudar o entendimento da cultura burocrática extremamente presente na administração da época, e terceiro de gestão, que seria de imediato modificar os serviços sociais prestados por organizações sociais não estatais financiados pelo orçamento público e supervisionados por contratos de gestão (BRESSER, 2000, p. 20-21).

Sendo assim a partir da adoção destes preceitos apresentados pela reforma Bresser, foi implementado no Brasil de forma definitiva o Modelo Gerencial da Administração Pública, esse modelo de gestão é um passo importante para o



implemento da tecnologia da informação de forma a desburocratizar o Estado, além disso, é de ser destacado que a Administração Pública Gerencial não nega completamente o sistema burocrático mas procura adaptar e melhorar seus erros com foco não mais nos processos que levam aos resultados, mas sim nos resultados, também foram mantidos princípios da burocracia como a contratação por motivo de mérito, a garantia de um sistema de cargos públicos, que continha uma estrutura universal de “[...] remuneração, carreiras, avaliação de desempenho, e treinamento sistemático, e mudança do controle sobre processos para concentrá-lo em resultados” (PROCOPIUCK, 2013, p. 288)

Com isso percebe-se que uma das características do Gerencialismo foi o foco no resultado, ou seja, naquilo que motiva a existência da Administração Pública que é a prestação de serviços para a sociedade, e é dessa forma que esse modelo de gestão vem sendo montado no Estado Brasileiro, com a participação social ligada a crescentes evoluções tecnológicas que é apresentado ordinariamente do âmbito nacional e global.

Conclui-se então que inegável a necessidade do Governo Brasileiro em atender as necessidades sociais e adaptar-se a elas, e é assim que ele vem se comportando no decorrer dos últimos anos, exemplo disso é a implementação do processo eletrônico (Lei n. 11.419/2006), documentos que antes eram indispensavelmente físicos passaram a ser digitais. Entre outras inovações, todo esse processo de informatização surgiu com o ideal de desburocratizar e facilitar o acesso da sociedade aos serviços públicos mas não perdendo os limites que a Gestão Burocrática visava impor. Com isso é necessário um estudo sobre o processo de informatização e quais são os problemas enfrentados para a desburocratização.

3 O PROCESSO DE INFORMATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO CARACTERÍSTICA PRINCIPAL DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Diante do narrado é evidente que a forma de Gestão da Administração Pública por mais rígida que seja, sempre acaba cedendo aos anseios da sociedade de acordo com seu período histórico, isso como visto foi evidenciado no período Monárquico, Republicano, Regime Militar e por fim na Nova Democracia, sendo



assim, como nenhuma sociedade permanece estática, é inegável que no período atual a tecnologia da informação está intrinsicamente ligada com o cotidiano da sociedade não só brasileira como mundial, os meios de comunicação, serviços e atividades que demandavam tempo e empenho físico e mental do ser humano hoje é feita em segundos por meio de máquinas, facilitando muito a vida da população.

Sendo assim o processo de informatização com o objetivo de desburocratizar a estrutura pública tendo como base a Administração Pública Federal mas que também passou a ser estendida as Administrações Municipais e Estaduais, iniciou na década de 2000 com o recém nominado E-gov (governo eletrônico) ou Governança Digital, e tinha como finalidade incluir o uso da tecnologia da informação para melhorar os processos gerenciais do funcionamento do aparato público, incluindo no dia a dia da Administração o uso de softwares, banco de dados, planilhas automatizadas, para simplificar e acelerar o trabalho dos servidores, uniformizando, em vista gerencial os procedimentos dos órgãos do setor público (PIMENTA; CANABARRO, 2014, p. 9-10).

E é nesse sentido que o Decreto n. 8.638 de 15 de janeiro de 2016, instituiu oficialmente o E-gov no Brasil, onde define em seu Art. 2º, III, que a Governança Digital é o uso pelo setor público de tecnologias da informação com o objetivo de otimizar a oferta de informações, a prestação de serviços públicos, incentivar a participação social nas tomadas de decisão bem como melhorar os níveis de responsabilidade, transparência e efetividade do governo (BRASIL, 2016a, p.7).

Desta maneira ao instituir a Política de Governança Digital para a Administração Pública, o decreto traçou em seu Art. 3º, nove princípios fundamentais para a governança digital, sendo eles o foco nas necessidades sociais, a transparência, o compartilhamento da capacidade de serviço, simplicidade, priorização dos serviços públicos prestados por meio digital, segurança e privacidade, participação e controle social, governo como plataforma e por fim a inovação (BRASIL, 2016a).

Desta forma para a implementação da Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto, foi criado a Estratégia de Governança Digital (EGD) que traça a estratégia e as metas que nortearão os programas, projetos, serviços, sistemas e atividades relacionadas, bem como a finalidade da EGD que é servir como base e integrar as atividades que compõem à Governança Digital, contribuindo com o



aumento da efetividade na geração de benefícios para a sociedade com a expansão do acesso as informações do governo, da melhoria dos serviços públicos digitais e o incentivo a participação popular (BRASIL, 2016b, p. 7-10).

Bem como, outro ponto importante no processo de informatização do Estado e um marco necessário na desburocratização dos serviços públicos foi a publicação do Decreto n. 90.094 de 17 de julho de 2017, que teve como norte a própria Estratégia de Governança Digital e complementou o decreto 8.638/16, esta legislação instituiu o programa Simplifique que focou seus esforços no atendimento prestado aos cidadãos usuários dos serviços públicos, estabelecendo diretrizes que desburocratizam a administração nos órgãos federais, dispensando o reconhecimento de firma e da autenticação em documentos e criando canais de comunicação entre sociedade e governo, e de acesso a serviços públicos digitais (BRASIL, 2017).

O Decreto que criou o Simplifique iniciou um sistema que acaba com as exigências que estagnavam e burocratizavam o acesso aos serviços públicos, como os requisitos de documentos autenticados, carimbos, certidões, autorizações e outros protocolos, que apenas adiavam a prestação efetiva do serviço, o programa tornou tal exigências obsoletas, e fez com que os atendimentos ficassem mais simples e rápidos. E é nesse sentido que o art. 2º do referido Decreto estabelece que se houver a necessidade pelas entidades do Poder Executivo Federal de documentos comprobatórios que contem na base de dados oficial da Administração Pública Federal, esta entidade deverá obtê-los diretamente no órgão responsável pela base de dado, e não poderá mais exigí-la dos usuários dos serviços públicos (BRASIL, 2017).

Do mesmo modo o Simplifique estabeleceu também meios de comunicação com o cidadão criando canais em que a população pode solicitar aos órgão e entidades do Governo Federal quais os serviços burocráticos que deseja ser simplificado, onde por meio de formulário eletrônico disponibilizado pela Ouvidoria Geral da União, por meio do portal www.ouvidoria.gov.br (e-Ouv), poderá iniciar um processo de simplificação, enviando um requerimento para a ouvidoria que irá analisar as informações e encaminhar para o Comitê de Desburocratização do Órgão responsável pelo serviço, este terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais



30 (trinta) dias, para produzir um relatório sobre o tema e devolver a Ouvidoria, está que por fim, avaliara as informações reunidas e responderá ao usuário solicitante (BRASIL, 2018, p. 6)

Sendo assim tendo como respaldo as legislações e o EGD, a Administração Pública vem implementando de forma crescente a tecnologia no dia a dia da sociedade, onde é possível ver em casos práticos como essas ferramentas vem reformando o cotidiano das relações sociais com os serviços dos Estados, como por exemplo, as plataformas de acesso às informações e aos serviços públicos através de portais do Governo, onde a ferramenta mais significativa é o Portal de Serviços, um local que permite a sociedade e empresas acessarem mais de 1,6 mil serviços do Governo Federal pela internet e por meio de dispositivos móveis de forma simplificada e integrada, nesse portal o cidadão poderá em um único local pesquisar o serviço desejado, e ser direcionado aos resultados conforme sua necessidade, recebendo informações de procedimentos, documentos e como ter acesso ao serviço desejado (GOVERNO FEDERAL, 2018).

Nesse sentido conforme estatística disponibilizados no referido site “serviços.gov.br” pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento, e Gestão, são mais de 1.685 (um mil, seiscentos e oitenta e cinco) serviços da Administração Pública Federal direta e indireta como o INSS, AGU, IBGE, entre outros, sendo que desses serviços 41% tem todas as suas etapas totalmente digitais, e o prazo médio de espera entre a solicitação deles e da entrega é de 59 (cinquenta e nove) dias, bem como, o portal através do formulário Simplifique já recebeu em torno de 641 (seiscentos e quarenta e uma) manifestações e requisições de simplificação de serviços, gerando um total de 68% de avaliação positiva da sociedade sobre o papel desempenhado pelo canal (BRASIL, 2018).

Outro avanço importante é o Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos criado pela Lei n. 13.460/2017, que regulamenta o Art. 37, § 3º da Constituição Federal onde determina que a participação dos usuários na administração pública direta e indireta será disciplinada por lei específica, a legislação foi um grande avanço para a Administração Pública Brasileira pois além de criar mecanismos de participação do cidadão nos serviços públicos, estabelece proteções e garantias criando uma nova relação entre o Estado e a sociedade,



dispondo meios ao cidadão para exigir melhorias e avaliar os serviços prestados, por meio do uso das Tecnologias da Informação (PEREIRA, 2018, p. 34).

Entre as determinações trazidos pela lei, está a obrigatoriedade de cada instituição pública dispor da Carta de Serviços ao Usuário, que deve estabelecer de maneira simples cada um dos serviços prestados, expondo os requisitos, documentos, informações para obter o acesso ao serviço, bem como as principais etapas, previsão de prazo máximo, e os locais em que o usuário pode prestar uma avaliação do serviço prestado. Essa Carta de Serviços deverá estar disponível em sítio eletrônico do órgão ou entidade e deve ser atualizada periodicamente (PEREIRA, 2018, p. 34).

Além disso no Art. 5º, XIII da referida lei, estabelece que o usuário do serviço público tem como direito básico a aplicação de soluções tecnológicas para a simplificação de processos e procedimentos de atendimentos ao usuário e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações (PEREIRA, 2018, p. 34).

Portanto com base no acima exposto é notório o esforço do aparato estatal na inclusão dos meios digitais de forma a desburocratizar seus processos e a preocupação focada na prestação efetiva e rápida dos serviços aos cidadãos, que além dos exemplos mencionados, ainda podem ser citados a CNH Digital que torna mais fácil a vida do motorista, o INSS Digital que facilita a vida dos Advogados e Segurados, entre outros que não param apenas no Poder Executivo, mas também no Legislativo com a inclusão do Processo Eletrônico, evoluções que estão tornando a vida do cidadão cada vez menos estressante (GOVERNO FEDERAL, 2018).

Porém por mais que essa evolução seja boa, sua efetividade ainda encontra alguns empecilhos e desafios, pois, como visto, por mais que o Gerencialismo evoluiu a forma como a Administração Pública trabalha, ela não negou totalmente a Administração Burocrática, pois para muitas coisas ela ainda é extremamente necessária, sendo assim é preciso uma análise sobre quais os problemas enfrentados e como o Governo tem os contornado.



4 OS DESAFIOS E AVANÇOS DA DESBUROCRATIZAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DO ESTADO

Como visto no título anterior o governo brasileiro vem adaptando-se a nova forma de gestão com o uso de tecnologias, sendo que hoje a solicitação de informatização dos serviços públicos não mais partem apenas do governo, mas sim da própria população, que está percebendo que no meio digital o exercício do controle da Administração e o da cidadania é mais assídua e acessível, esta “e-cidadania” parte de uma premissa em que a sociedade consegue exercer seus direitos sociais e políticos e ajudar o governo na elaboração de políticas públicas mais eficientes e compatíveis com os anseios reais da população, de forma que se não for atendido, a sociedade de imediato tem um feedback de controle e acompanhamento dos motivos desse não acolhimento (MURASSE, 2018).

Porém por mais que essa nova forma de governar seja bastante benéfica, é notório que o Brasil ainda está muito atrasado em relação aos outros países, as iniciativas de desburocratização com o uso de tecnologia ainda acabam se ofuscando por uma cultura burocrática ainda bastante enraizada na cultura brasileira (DIGIX, 2018b).

De acordo com Musafir (2018), os desafios brasileiros para o desenvolvimento do e-gov são três, a primeira é a Cultura Organizacional, ponto em que se destaca o tamanho do governo, a fragmentação das organizações e a constante instabilidade política, onde a solução desse problema encontra-se na necessidade do governo aplicar-se em uma governança corporativa de forma a tornar a gestão pública mais profissional e com menor influência política, como exemplo, adotando as carreiras flexíveis onde as pessoas possam se movimentar dentro das suas organizações adquirindo e compartilhando inovações entre as áreas.

O segundo desafio é a Integração, que é um desafio para o governo atual pois muitos órgãos trabalham de forma independente, em que os dados e informações presentes em uma organização não é compartilhado com outra que também necessita deles, porém tal problema está sendo resolvidos através de medidas legislativas com apoio do executivo, como exemplo o Decreto n. 90.094/2017 que determinou uma maior comunicação entre os órgãos no que concerne ao fornecimento de documentações constantes em bancos de dados



públicos, onde deixou de ser obrigatoriedade do cidadão e passou a ser da entidade que deverá solicitar ao outro órgão (MUSAFIR, 2018).

O terceiro desafio é o Problema Financeiro enfrentado pelo Estado Brasileiro, onde os ministérios estão sofrendo cortes em seus orçamentos, o que afetam o desenvolvimento das áreas focadas na Tecnologia da Informação. Para enfrentar esse desafio sugere-se um novo modelo de negócios, onde as organizações governamentais devem cooperar com outras organizações que necessitem das mesmas informações, de modo que reduzam os custos desse desenvolvimento (MUSAFIR, 2018).

Além desses desafios há outros que também prejudicam o desempenho da Administração pública em desburocratizar o sistema por meio da tecnologia da informação, entre eles a segurança dos dados pessoais, falta de mão de obra qualificada, entre outros, mostrando que há muitos desafios ainda a serem enfrentados (DIGIX, 2018a).

Por outro lado, é importante frisar que já existem grandes conquistas feitas pelo Governo Brasileiro com a adoção de sistemas e regulamentações que preveem a desburocratização com o uso da Tecnologia da Informação, onde segundo a 10ª edição da Pesquisa sobre Governo Eletrônico das Nações Unidas, que analisa o desenvolvimento do Governo Eletrônico dos Estados membros da ONU, realizada em 2001, que tem entre os objetivos calcular a eficácia do e-gov na prestação de serviços públicos, o Brasil subiu sete posições ocupando a 44ª posição dos países que melhorou a implementação dos serviços digitais, o que acompanha a tendência global de desenvolvimento do governo eletrônico (DANTAS, 2018).

Desta forma, conclui-se que a tendência da sociedade e da Administração pública é acatar com maior facilidade o uso da tecnologia nas prestações dos serviços públicos, uma vez que as vantagens tornam uma máquina administrativa mais ágil de forma que valoriza a cidadania e a democracia, mostrando que em alguns anos não haverá mais espaço para outra forma de governo que não o eletrônico (LEVY et al., 2005, p. 315).

Com base no exposto, entende-se que por mais que o Brasil ainda enfrente grandes desafios ao desburocratizar a Administração Pública, há um grande esforço da sociedade e do governo em melhorar a efetividade da prestação dos serviços



públicos por meio das Tecnologias de Informações, o que já tem trazido resultados significativos, mudando o dia a dia da população brasileira, que passou a ver no meio digital uma saída mais célere e eficaz da burocracia que antes atrasava muito o desenvolvimento da sociedade.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se com o presente trabalho, que a mudança para a desburocratização da Administração Pública não foi de forma rápida e momentânea, mas, sim, um processo lento e gradativo, porém inevitável, por mais rígida e diferente que seja o governo, uma hora ou outra, ele vai ceder aos anseios de seus governados, por exemplo, chama-se atenção ao período militar que era um governo totalmente autoritário mas foi se moldando às necessidades e evoluções que a sociedade passava.

Sendo assim, o estudo atingiu seu objetivo ao contribuir com a análise de como foi esse processo de mudança das formas de gestão de governo, com destaque à forma de Governo Burocrática que foi adotada como solução aos problemas que o Brasil passava na época, mas que, por fim, acabou causando outros problemas maiores, o que a fez cair no desgosto da sociedade e obrigando o Governo adotar outra forma, a Gerencial que, por sua vez, possibilitou a inclusão tecnológica na Administração Pública, algo que tem sido visto com bons olhos pela população.

Hoje muitos processos e procedimentos estão simplificados com o uso da tecnologia, o que facilita a vida do cidadão pois não precisa mais perder horas úteis do seu dia para resolver assuntos com o Governo, exemplo disso, como visto anteriormente, tem a própria Aposentadoria por Idade Urbana, que agora pode ser requisitada pela internet, e os dados necessários para sua concessão já estão em um banco digital do próprio governo, fato que proporciona uma prestação de serviço mais célere e eficaz.

Diante desse cenário, conclui-se que o Brasil vive um desenvolvimento muito grande no que concerne à relação da sociedade com o governo, hoje a participação da sociedade na forma que o Estado presta seus serviços está mais inclusiva com o uso da tecnologia da informação, o que coloca o país numa



perspectiva de desenvolvimento muito boa e visionária, chegando com isso mais perto da eficácia da prestação dos serviços públicos.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Cecília Vescovi de. **Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio**. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1334/1/1997%20vol.48,n.3%20Arag%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 2 maio 2018.

BRAGANÇA M. Abílio. **Red Tape Cost – Custos de Contexto**. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/red-tape-cost-custos-de-contexto-abilio-bragan%C3%A7a-m>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 8.638**, de 15 de janeiro de 2016. Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8638.htm. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 90.094**, de 17 de julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/decreto/D9094.html. Acesso em: 5 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. **Manual de operação do módulo Simplifique: versão usuário dos serviços públicos**. Disponível em: http://www.simplifique.gov.br/index_files/img/manual-simplifique-usuarios.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estratégia de Governança Digital**, 2016b. Disponível em: <https://governoeletronico.gov.br/estrategia-de-governanca-digital-egd/documentos>. Acesso em: 6 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Painel de Monitoramento de Serviços**. Disponível em: <https://www.servicos.gov.br/painel>. Acesso em: 6 jun. 2018b.



DANTAS, Talita. **O Brasil sobre 7 posições em índice de Governo Eletrônico da ONU.** Disponível em: <http://inova.gov.br/brasil-sobe-7-posicoes-em-indice-de-governo-eletronico-da-onu/>. Acesso em: 29 set. 2018.

DIGIX. **5 desafios da tecnologia para o Governo (e como resolvê-los).** Disponível em: <http://www.digix.com.br/5-desafios-da-tecnologia-para-o-governo/>. Acesso em: 29 set. 2018a.

DIGIX. **Governo Eletrônico: Conheça a roadmap da informatização.** Disponível em: <http://www.digix.com.br/governo-eletronico-informatizacao/>. Acesso em: 29 set. 2018b.

GOVERNO FEDERAL. **Novos Portais facilitam acesso a informações e serviços públicos.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/editoria/cidadania-e-inclusao/2018/05/novos-portais-facilitam-acesso-a-informacoes-e-servicos-publicos>. Acesso em: 6 jun. 2018.

KLERING, Luis Roque; PORSSE, Melody de Campos Soares; GUADAGNIN, Luis Alberto. **Novos Caminhos da Administração Pública Brasileira.** Disponível em: http://www.tre-rs.jus.br/arquivos/KLERING_Novos_CaminhosADM.pdf. Acesso em: 14 mar. 2018.

LEVY, Evelyn. et al. **Gestão Pública no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: FUNDAP, 2005.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia. **Burocracia e política no Brasil: Desafio para o Estado democrático no século XXI.** 1. ed. São Paulo: FGV, 2010.

MURASSE, Carlos Mitsuru. **É possível turbinar o governo digital para o brasileiro?** Disponível em: <http://serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-2018/reinventar-governo-digital-facilitar-vida-brasileiro>. Acesso em: 30 set. 2018.

MUSAFIR, Valéria Esther Nigri. **Estratégias do Governo Eletrônico Brasileiro.** Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-2018/estrategias-governo-eletronico-brasileiro>. Acesso em: 27 set. 2018.



PAINS, Clarissa. **Historiadores resgatam episódio de corrupção no Brasil Colônia e na época de Império.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/historia/historiadores-resgatam-episodios-de-corrupcao-no-brasil-colonia-na-epoca-do-imperio-17410324>. Acesso em: 14 mar. 2018.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública.** 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PEREIRA, Iara Barbosa de Sena. **A Construção do Governo Aberto no Brasil: a Interface do portal E-SIC e da Sala de Ouvidorias.** Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/33899/1/2018_tcc_ibspereira.pdf. Acesso em: 30 set. 2018.

PIMENTA, Marcelo Soares; CANABARRO, Diego Rafael. **Governança Digital.** Porto Alegre: UFRGS: CEGOV, 2014.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária.** São Paulo: Atlas, 2013.



A IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS POR MEIO DO PROCESSO CIVIL

Carolina Gehlen Costella¹

RESUMO

O Direito, como qualquer outra área de estudo, é sempre passível de alterações. Isso porque precisa acompanhar a evolução da sociedade que ocorre constantemente. Da mesma forma, tanto os direitos sociais quanto o direito processual civil nem sempre tiveram o *status* que hoje lhes é atribuído. Foram séculos de transcurso para desfrutarem da atual posição no ordenamento jurídico. Com base nessa evolução é que se tornou imperioso o estabelecimento do processo civil como ramo independente do direito material. Também, em razão da grande importância, foi necessária a implementação dos direitos sociais e, mais, a sua efetiva concretização. Não obstante, os poderes que possuíam legitimação ordinária para tanto não têm desempenhado seu papel de forma satisfatória, razão pela qual foi necessário que também o Poder Judiciário intervisse nos casos em que nenhuma alternativa se mostrasse hábil à resolução do problema. Assim é que, diante do neoprocessualismo, tem o Poder Judiciário atuado na materialização dos direitos fundamentais sociais por intermédio do direito processual civil.

Palavras-chave: Efetividade. Evolução. Direitos Sociais. Judiciário.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise sobre a evolução do direito processual civil, bem como dos direitos sociais a fim de demonstrar que, atualmente, os instrumentos processuais têm grande importância na efetivação dos direitos fundamentais sociais.

A pesquisa é do tipo bibliográfica. Para tanto, serão utilizadas referências teóricas que tratam do assunto em pauta, abrangendo livros, julgados, jurisprudências e artigos publicados em revistas e na internet.

¹ Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-graduada em Direito Público e Privado: Material e Processual pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; carolinagehlen@hotmail.com



Parte-se de um estudo realizado a partir do método dedutivo porquanto se inicia com uma análise geral do Direito como um todo, dando ênfase à sua evolução, para, posteriormente, chegar ao assunto propósito da pesquisa: o processo civil como instrumento de concretização dos direitos sociais.

Assim, o trabalho será dividido em três seções. Para melhor compreensão do assunto, a primeira seção contemplará o direito processual civil, apresentando sua evolução histórica, passando por todas as civilizações anteriores que abordaram o tema, demonstrando suas fases metodológicas e expondo as concepções deste direito no Brasil.

Encerrada a abordagem do tema acerca do processo civil, proceder-se-á ao estudo da evolução dos direitos sociais. Para tanto, será necessário examinar, ainda que superficialmente, a noção do direito; o “como tudo começou”. Desta forma, será feita uma breve abordagem sobre sua evolução, situando os direitos sociais no contexto temporal.

Posteriormente, será apresentada a compreensão contemporânea desses direitos bem como suas dimensões. Essa explicação possibilitará uma ideia clara sobre o que são os direitos fundamentais sociais.

A última seção tem o propósito de unir as duas primeiras, ou seja, de demonstrar como o processo civil pode ser um meio para concretizar os direitos sociais. Apresentar-se-á uma ideia do neoconstitucionalismo e do neoprocessualismo e se estabelecerão os conceitos e importância do mínimo existencial, da reserva do possível, das políticas públicas e ações afirmativas. Por fim, será apreciada a importância do Poder Judiciário, notadamente por intermédio do processo civil, na efetivação dos direitos fundamentais sociais, tão importantes para a garantia da dignidade da pessoa humana.

2 O PROCESSO CIVIL

O Direito Processual Civil é um ramo das ciências jurídicas e consiste num conjunto de normas e princípios que regulam o exercício da jurisdição civil. A jurisdição, juntamente com a ação e o processo, formam a trilogia estrutural do processo.



Após a evolução ocorrida no Direito, o Estado chamou para si o poder/dever de resolver os conflitos de interesse e preservar a paz social. A essa função dá-se o nome de jurisdição. Esta, por sua vez, é inerte e só age quando provocada, o que acontece por meio da ação (direito público subjetivo a um pronunciamento estatal).

A resposta a esta provocação da jurisdição é fornecida por meio do processo, que é um complexo de atos que deve ser observado para o exercício da jurisdição. Mostra-se, outrossim, como um instrumento utilizado pelo Estado para dar aplicabilidade ao direito material a fim de solucionar um conflito de interesses estabelecido entre as partes (lide).

É evidente que ele nem sempre teve essa característica, até mesmo porque seu surgimento se deu somente após uma efetiva concretização do direito material. Este, por sua vez, nasceu pela necessidade de organizar a vida em sociedade. Ainda nos tempos remotos, o Estado, a fim de regular o comportamento humano, já que a autotutela – justiça pelas próprias mãos – não se fazia mais suficiente e aceita, criou um conjunto de normas que regulavam o comportamento humano, atraindo para si o dever de solucionar os litígios (CICCO, 2006).

O direito material, no entanto, não foi suficiente, por si só, para resolver a situação. Necessitava-se de um instrumento que desse a ele efetividade, por meio do qual poderia haver, de fato, a prestação jurisdicional. Foi então que surgiu o ramo do direito processual, cuja função precípua é dar aplicabilidade às normas do direito material.

Na época, não se dissociava um ramo do outro. Ambos os direitos – material e processual – eram vistos sob a mesma perspectiva. Somente com o passar dos anos, até mesmo para uma melhor compreensão do tema, é que houve a separação nos ramos que atualmente se estuda (DUTRA, 2008).

Tal evolução, como é de se esperar, foi lenta e gradativa, o que demonstra que ele não nasceu como hoje é conhecido. Na verdade, não se poderia sequer falar propriamente em Direito Processual nos tempos remotos, o que se faz apenas para facilitar seu estudo. Assim, em razão dessa mutação, mostra-se prudente tratar brevemente da sua evolução histórica e científica no contexto mundial e brasileiro para melhor elucidar a matéria.



2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E CIENTÍFICA

Na antiguidade, especialmente no que diz respeito ao direito romano e germânico, o direito estava intimamente ligado à religião (TUCCI, 2001; CICCO, 2006). Não obstante, diante das necessidades verificadas, foram sendo utilizadas leis, tais como a Lei das XII Tábuas no Direito Romano, instituindo-se os árbitros, magistrados, advogados e utilizados cada vez mais os princípios garantidores.

Nesse passo, é importante repisar que o processo civil sofria forte influência religiosa, os quais estavam intimamente ligados. Essa relação dificultou seu aprimoramento, mas não foi suficiente para impedir seu avanço.

Tanto é que da fusão das normas do direito canônico, romano e germânico nasceu o Direito Comum e o Processo Comum (DUTRA, 2008). O processo, aqui, se apresentava como uma forma de resolução de questões, estudado principalmente sobre o ponto de vista do interesse e do direito privado. A jurisdição teve seu caráter público reconhecido e o processo civil passou a ser considerado, além de um meio de tutela dos interesses particulares, um instrumento de pacificação social (DUTRA, 2008).

Com o passar dos anos foram surgindo teorias com o objetivo de explicar a natureza jurídica do processo civil, que foram dividida em dois grupos – privatista (contrato) e publicista –, a saber: processo como contrato; processo como quase contrato; processo como instituição; processo como procedimento; processo como situação jurídica; processo como relação jurídica.

Já no Brasil, a evolução histórica do direito iniciou antes mesmo da história do próprio país. Isso porque ele estava ligado intimamente ao direito português que, por sua vez, fundamenta-se em todo o direito ocidental. Verifica-se, assim, que teve, igualmente, como fonte principal o direito romano e canônico (CINTRA, 2004).

Como fatos históricos mais relevantes, pode-se citar o primeiro Código Processual do Brasil, editado após a elaboração do Código Comercial de 1850 por meio do Regulamento n. 737 de 25 de novembro de 1850, o qual determinava a ordem do juízo no processo comercial e a Consolidação das Leis do Processo Civil, que entrou em vigor em 1867 e tratava de um conjunto de todas as legislações existentes relativas ao direito processual (DINAMARCO, 2009). Posteriormente, a



Constituição Republicana de 1891 instituiu a dualidade das Justiças – Estadual e Federal (CINTRA, 2004; DINAMARCO, 2009), seguida do Código de Processo Civil de 1939 (DINAMARCO, 2009)

Em razão dos grandes defeitos nos diplomas processuais (civil e penal), em 1973 foi aprovado o Novo Código de Processo Civil, cuja principal característica foi a existência de três modalidades de tutela jurisdicional (conhecimento, execução e cautelar) (DINAMARCO, 2009; CINTRA, 2004).

Com as inovações a partir de 1984 (juizado especiais das pequenas causas, coletivização, efetividade, processo sincrético) houve uma abertura para a perspectiva metajurídica do processo civil, vez que surgiu a necessidade de analisá-lo também sob o aspecto constitucional, nascendo o direito processual constitucional (DINAMARCO, 2009), que vem sendo constantemente reformulado, visto inclusive sob a ótica de instrumento da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Finalmente, diante da evolução verificada no contexto ocidental e com a divisão da ciência do direito em dois grupos – público e privado – houve a necessidade de enquadramento de todos os ramos em algum desses dois, tarefa complicada para o processo civil, pois havia dúvidas acerca de se tratar ou não de um ramo autônomo do direito (DELFIM; FUNES, 2008).

Neste contexto, grandes doutrinadores, como Cândido Rangel Dinamarco (2009), dividiram a evolução científica (ou doutrinária) do processo civil em três etapas, a saber, sincretista, autonomista e instrumentalista, para somente então alcançar a autonomia de um ramo do direito.

Na primeira fase (sincretista), o processo civil era considerado um simples meio de exercício dos direitos (por isso chamado de direito adjetivo) (CINTRA, 2004) e confundido com um mero procedimento associado à sucessão de atos, sem maiores definições acerca das relações jurídicas existentes (DINAMARCO, 2009). Não havia consciência da autonomia das relações jurídicas processuais, tampouco se tinha noção do próprio direito processual como um ramo autônomo do direito, e muito menos elementos sobre sua autonomia científica (CINTRA, 2004).

A etapa autonomista ou conceitual teve origem em 1868, com a obra de Oskar Von Bülow, na qual o autor reconheceu a existência de uma relação jurídica especial entre os sujeitos do processo (autor, juiz e réu) e que se diferenciava da



relação do direito material por causa dos seus sujeitos, objeto e pressupostos (DINAMARCO, 2009). A ciência do direito processual procurou alcançar a sua autonomia frente aos demais ramos do direito (daí o porque de ser chamada de fase autonomista). Para Dinamarco (2009), somente no segundo período é que passou a existir a verdadeira ciência do processo civil.

Foi nesta fase, enfim, em que se reconheceu o processo como uma relação jurídica. Embora o conceito de relação jurídica como uma relação de direitos e obrigações recíprocas já existisse, somente a partir de então é que ela passou a se caracterizar, tendo como sujeitos as partes e o órgão judiciário, e onde foi capaz de se distinguir os pressupostos de constituição da relação material posta em causa dos pressupostos da relação processual. Essa relação de índole pública, em razão da participação do Estado, revelou duas consequências: firmou a autonomia da estrutura relativamente ao direito material e estabeleceu a diferença entre processo e procedimento (ASSIS, 2002).

A terceira fase, que atualmente é vivenciada, denominada instrumentalista ou teleológica, é caracterizada por ser eminentemente crítica, na qual os processualistas dedicam seus esforços para tornar mais célere a prestação jurisdicional (CICCO, 2006). O processo torna-se a faceta judicial do Estado Social que, dentre algumas correntes, predomina a do acesso à justiça com enfoques à efetividade da jurisdição (CICCO, 2006). O direito processual regula o exercício do direito de ação bem como a organização e o funcionamento dos órgãos judiciais para a correta aplicação do direito. O processo é, enfim, um meio pelo qual o Estado, além de formular as normas, aplica-as aos casos em que os seus destinatários não possam ou não queiram fazê-lo (DELFIN, 2008).

Nesta altura, é possível arrolar as características gerais da relação processual, tais como a autonomia no que diz respeito à eventual relação de direito material que ensejou a lide e a instrumentalidade, pois permite a aplicação do direito objetivo ao conflito. Possui caráter público, pois um dos sujeitos é o Estado, e progressivo, porque de ato em ato se dirige à composição da lide. Constitui-se, portanto, uma totalidade (ASSIS, 2002).

Do exposto, observa-se que o direito processual, como ciência autônoma dotada de regras e princípios próprios, é bastante recente se comparada ao direito



em si. Não se olvida que a sua evolução foi muito mais complexa do que aqui relatada, mas o que se buscou foi apresentar apenas alguns dos aspectos mais relevantes para situar esse importante ramo do direito no campo temporal.

O que é importante observar, todavia, é o seu notável desenvolvimento para fazer frente às necessidades da sociedade contemporânea. Hoje o processo civil tem se preocupado não somente com a simples efetivação do direito material, mas também com certos aspectos do próprio processo, como o acesso e a morosidade da justiça.

Ainda, tem apresentado novas tendências no âmbito do processo coletivo, com ênfase na solução de conflitos que dizem respeito a grandes porções da sociedade, tais como nos interesses difuso e coletivo.

Não bastasse, como se verá no curso do presente trabalho, há uma crescente exigência para que seja uma ferramenta de efetivação dos direitos fundamentais e sociais, que se mostravam até então apenas como direitos abstratamente previstos na Constituição Federal sem ligação com o Processo Civil ou preocupação em levar a efeito a sua realização.

3 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

Os direitos sociais encontram-se previstos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, cuja redação é a seguinte: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 1988).

Encontram-se inseridos no Capítulo II do texto constitucional, o qual dispõe acerca “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”. (BRASIL, 1988). São, por isso, chamados de direitos fundamentais sociais. Assim, antes de iniciar o seu estudo, faz-se prudente apreciar, isoladamente, o significado de cada uma dessas palavras.

Dentre os diversos conceitos apresentados para a palavra “direito” (do latim, *directu*), o que mais ilustra o sentido ora analisado é o de ser uma “prerrogativa, que alguém possui, de exigir de outrem a prática ou abstenção de certos atos, ou o respeito a situações que lhe aproveitam; jus.” (FERREIRA, 2008).



Fundamental (do latim, fundamentale), por sua vez, é tudo aquilo que “serve de fundamento”, que é “básico, essencial, necessário” (FERREIRA, 2008). E social (do latim, sociale) é o “que interessa à sociedade” (FERREIRA, 2008).

Vê-se, portanto, que os direitos fundamentais sociais são, em simples palavras, prerrogativas, privilégios essenciais e necessários garantidos aos indivíduos que compõem a sociedade como um todo.

Antes de adentrar, no entanto, no âmago dos direitos fundamentais sociais, imprescindível traçar uma breve evolução histórica. Situar esses direitos num contexto histórico é de suma importância para que se visualize como o tratamento dispensado aos direitos da pessoa humana e, especificamente, a essa categoria de direitos sofreu profundas alterações com o passar dos anos.

3.1 EVOLUÇÃO E GERAÇÕES/DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Ninguém sabe precisar quando se deu o surgimento do direito. Consoante Rogério Gesta Leal, as origens dos direitos fundamentais remontam aos primórdios da história, desde os hebreus, passando pelas civilizações da antiguidade clássica, pelo cristianismo dos primórdios, tendo como primeira notícia de positivação a *Magna Charta Libertatum*, de 1.215 (1997).

Ele foi criado principalmente pela necessidade de solução pacífica dos conflitos. Foi fruto de uma invenção humana que o desenvolveu com o fim específico de manter a harmonia social, revelando-se como um fenômeno histórico e cultural da antiguidade.

O direito, ainda que tenha nascido com o advento da sociedade, é um requisito essencial para a existência dela. Assim, não há sociedade sem direito. Entretanto, diferentemente do que possa parecer, não obstante o direito já fosse conhecido na Antiguidade, ele não possuía a importância e reconhecimento que hoje detém.

É evidente que as ideias de igualdade e justiça existiam naquela época. No entanto, esse pensamento se concretizava somente no campo filosófico, sem ultrapassar as barreiras para uma categoria jurídica.



Por volta do século XIV, os ideais cristão-medievais introduziram a necessidade de um pensamento que se baseasse na própria natureza dos homens: as normas jurídicas naturais. Posteriormente, em meados do século XVI, uma nova corrente ganhou força: o Jusnaturalismo, que tinha como fundamento a existência de um direito natural no qual as regras não advinham de normas emanadas pelo Estado, mas de uma força superior representada pela vontade de Deus ou ditada pela razão, também considerada de origem divina (BARROSO, 2006).

O direito natural moderno começou a ganhar voz ainda no século XVI. A Idade Moderna, que se consolidara no século XVII, dava ênfase à natureza e à razão humana e deixava de lado a origem divina, consolidando-se o chamado jusnaturalismo moderno, usualmente associado à doutrina de Hugo Groccio (BARROSO, 2006).

Foi no fim do século XVIII, impregnado dos lemas revolucionários que representavam uma resposta do Estado Liberal ao Absolutista, que surgiram os direitos fundamentais de primeira geração/dimensão. Revelam-se como direitos de liberdade (liberdade negativa clássica) – direitos civis e políticos – e possuem caráter negativo, ou seja, exigem do Estado um não agir, uma abstenção, uma não prestação, uma não intervenção do Estado na esfera privada. Têm como titular o indivíduo e são exemplos o direito à vida, à propriedade, à liberdade de religião, à liberdade política.

Os direitos fundamentais de segunda geração dominaram o século XX e surgiram no cenário da Revolução Industrial. Nessa época, os direitos naturais já haviam se incorporado de forma generalizada aos ordenamentos positivos, representando o começo do positivismo jurídico. Diante dessa nova realidade, na qual não era mais suficiente o não agir do Estado, mostrou-se necessária a implantação de direitos que garantissem, de fato, os ideais de liberdade até então conquistados. Assim nasceram os direitos de segunda geração, que se baseavam em ideais econômicos, culturais, fundados no princípio da igualdade material. É o Estado Social de Direito (BONAVIDES, 2010).

Configuram liberdades positivas, reais e concretas, isto é, ao contrário dos direitos de primeira geração, que garantiam uma não atuação estatal, os direitos de segunda geração impõe ao Estado uma obrigação de fazer, tais como o direito à



saúde, educação, habitação, trabalho, entre outros. Em razão de exigirem prestações materiais do Estado, possuíam caráter programático – aplicabilidade mediata.

Os direitos fundamentais de terceira geração fundam-se nos princípios da solidariedade ou fraternidade e guardam íntima relação com interesses coletivos e difusos, cuja preocupação maior é com as gerações presentes e futuras, tendo a coletividade como sujeito ativo e não o homem como indivíduo singular. Ganharam força no fim do século XX em decorrência, principalmente, do impacto tecnológico e da descolonização do segundo pós-guerra e suas consequências (SARLET, 2014). Identificam-se como direitos ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à propriedade sobre o patrimônio comum da humanidade e o direito à comunicação.

Observa-se, do até então exposto, que os direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira geração guardam íntima relação com o lema da Revolução Francesa fundado em ideais de liberdade (primeira geração), igualdade (segunda geração) e fraternidade (terceira geração).

Com relação à quarta geração dos direitos fundamentais, ainda há dissenso na doutrina acerca do seu real conteúdo. Para alguns, como Norberto Bobbio, trata-se dos direitos relacionados à engenharia genética. Outros, como Paulo Bonavides, entendem tratar-se dos direitos à democracia, à informação e ao pluralismo (BONAVIDES, 2010).

Há autores também que defendem a existência de uma quinta dimensão dos direitos fundamentais, a qual está relacionada ao direito à paz, que inicialmente era classificado como um direito de terceira geração. Sua importância como direito fundamental está ligada à abertura da era constitucional da normatividade, que é dinâmica e evolutiva. Advém de um espírito de humanismo que perpassa o direito em todas as suas dimensões (BONAVIDES, 2010).

Conforme se denota, as dimensões (ou gerações) dos direitos fundamentais são de suma importância para compreender a evolução científica desses direitos e demonstra de forma clara a relação guardada entre a sua mutação e o contexto histórico mundial.

No que diz respeito, especificamente, aos Direitos Sociais propriamente ditos, esta abordagem explica o porquê seu surgimento não coincide com o nascimento dos direitos fundamentais em si e sim por meio de um processo



evolutivo gradual, no qual as necessidades sociais exigiram do Estado mais que garantir a liberdade dos indivíduos, mas notadamente dar as condições de exercê-la, o que é feito especialmente por meio dos Direitos Sociais.

3.2 A COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA E OS ASPECTOS/DIMENSÕES DOS DIREITOS SOCIAIS

Como ressaltado anteriormente, os direitos fundamentais sociais foram objeto de profundas transformações com o passar dos anos. Atualmente, eles podem ser visualizados sob dois aspectos: como direitos subjetivos e também sob a ótica da dimensão objetiva, a partir de sua compreensão enquanto valor social a ser alcançado por uma sociedade ou por meio de um prisma individualizável.

Considerar um direito social como subjetivo significa que o seu titular tem o direito de exigir judicialmente o cumprimento da obrigação prevista na norma. É imprescindível, portanto, que assim seja considerado para sua efetivação, porquanto vincularia os poderes públicos à realização das prestações nele contida.

Fala-se, outrossim, em dimensão objetiva dos direitos fundamentais sociais quando funcionam como critério de interpretação e configuração do direito infraconstitucional, transcendendo sua perspectiva subjetiva e gerando efeitos para todo o ordenamento jurídico.

As normas que dizem respeito aos direitos sociais modelam a dimensão objetiva por intermédio de imposições legislativas e por meio de fornecimento de prestações aos indivíduos. Assim, na medida em que se reconhece a dimensão objetiva também é possível deduzir as restrições a esses direitos na sua dimensão subjetiva, já que a satisfação de um direito fundamental social de um indivíduo pode comprometer direitos de toda uma sociedade (CALIL, 2012).

Com relação aos efeitos jurídicos autônomos, servem como parâmetros para o controle de constitucionalidade e das imposições legiferantes, do que resulta na obrigação constitucional de criação e instituição de mecanismos para a efetiva realização dos direitos sociais. Diante disso, o conteúdo e alcance das normas não podem ser dimensionados somente a partir da perspectiva subjetiva, mas devem também ser ponderados com a esfera jurídica em concreto dos cidadãos (CALIL, 2012).



No que pertine à compreensão contemporânea, as diversas formas de visualizar os direitos fundamentais convergem, de uma certa maneira, à ideia de ações positivas fáticas.

Essa concepção advém do estudo apresentado por Alexy, segundo o qual os direitos a ações estatais positivas poderiam ser divididos em dois grupos: o primeiro, cujo objeto seria uma ação fática e o outro, cujo objeto seria uma ação normativa. Essa normatividade, entretanto, não alteraria o seu caráter de direito a uma ação fática (ALEXY, 2008, p. 201-202).

Para Ingo Sarlet, os direitos fundamentais sociais abrangem tanto direitos prestacionais (positivos) quanto defensivos (negativos). Não obstante, há que se considerar que mesmo os direitos negativos (que exigem uma não-intervenção na esfera pessoal) apresentam uma dimensão positiva (porquanto sua efetivação pressupõe uma atuação estatal). Igualmente, os direitos a prestações (positivos) reclamam uma posição negativa, especialmente para evitar ingerências indevidas pelos órgãos estatais, organizações sociais e particulares (SARLET, 2008).

Paulo Gilberto Cogo Leivas (2006) aduz que esses direitos são, em sentido material, direitos a ações positivas fáticas que se o indivíduo tivesse condições financeiras e encontrasse no mercado oferta suficiente, poderia obtê-las de particulares. Porém, na ausência destas condições e considerando a importância destas prestações, cuja outorga ou não-outorga não pode permanecer nas mãos da simples maioria parlamentar, podem ser dirigidas contra o Estado por força de disposição constitucional.

No que tange à fundamentalidade, embora ainda haja certo dissenso na doutrina, a corrente que prevalece é de que possuem esse aspecto. Aqueles que se opõem a essa ideia defendem que não seriam direitos justiciáveis, ou seja, pelo seu conteúdo impreciso necessitariam da atuação do legislativo.

Há ainda o entendimento de que aceitar a fundamentalidade desses direitos seria o mesmo que suprimir a dignidade da pessoa humana, ao menos no que diz respeito à responsabilização das pessoas pelas suas próprias escolhas, já que os direitos sociais bloqueariam a tarefa humana de planejamento e responsabilidade própria. Ainda, para outros juristas, somente seriam fundamentais aqueles direitos



sociais relacionados ao mínimo existencial, estando diretamente relacionados ao exercício da liberdade.

A concepção que prevalece, no entanto, é a de que os direitos sociais têm sim um caráter de fundamentalidade. É o que defende, por exemplo, Mário Lúcio Garcez Calil (2012) ao dizer que a ideia da ausência de fundamentalidade desses direitos se deve ao descrédito popular em decorrência da inércia do Poder Público na sua concretização. Entende, porém, que são direitos fundamentais tanto quanto os direitos de defesa, dotados de eficácia, nos termos do artigo 5º, parágrafo primeiro, da Constituição da República.

Aliás, a opção do legislador constituinte brasileiro, ao prevê-los no artigo 6º da Constituição da República, ou seja, dentro do catálogo dos Direitos e Garantias Fundamentais, seria justamente para assim os considerar, ao menos no aspecto formal.

Ademais, se a dignidade da pessoa humana, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, como objetivos da República Federativa do Brasil, são princípios fundamentais, não seria crível admitir que os sociais também não o seriam materialmente.

Outra questão importante é perquirir acerca da relevância jurídica atribuída pela Constituição Federal de 1988 aos direitos sociais. Isso porque embora estejam previstos no capítulo relativo aos direitos e garantias fundamentais – o que revela o reconhecimento constitucional do seu caráter de fundamentalidade –, o inciso IV do § 4º do artigo 60 da CF dispõe que não poderá ser aceita proposta de emenda à Constituição tendente a abolir os direitos e garantias individuais. Com base nessa previsão legal surgiu o entendimento de que, por força de uma análise literal, a proteção nele contida abrangeria apenas os direitos e garantias individuais.

Não obstante, o que se verifica mais prudente e aceito por boa parte dos doutrinadores, dentre os quais pode-se citar Paulo Bonavides, é de que os direitos sociais, pela relação intrínseca que guardam com o princípio da dignidade da pessoa humana, notadamente porque são um meio de torná-la eficaz, devem ser alçados à categoria dos direitos e garantias individuais e, portanto, considerados como cláusulas pétreas.



Assim, em que pese não seja mais possível sua retirada depois de inseridos no texto constitucional, não são conceitos imutáveis. Ao contrário, com a evolução societária as concepções acerca do que era ou não era indispensável alteraram-se de forma bastante significativa, inclusive os instrumentos para garanti-los. Prova disso é que, em 4 de fevereiro de 2010, ou seja, quase 22 anos depois de outorgada a CF88, a Emenda Constitucional n. 64 alterou o seu artigo 6º para introduzir a alimentação como direito social.

Ocorre que de nada adianta existir todo um ordenamento constitucional encapsulado para proteger esses direitos prestacionais aos indivíduos que integram a sociedade se não existem meios para efetivá-los. As disposições constitucionais pertinentes aos direitos sociais, muito além de serem meras normas de caráter programático, devem ser garantidas na prática.

Portanto, o presente trabalho tem por espoco mostrar como o processo civil pode servir de ponte ente a abstração da norma jurídica relativa aos direitos sociais e a sua concretude e demonstrar como a ciência do processo civil se faz útil e necessária na concretização dos direitos sociais. Analisar o aspecto evolutivo e as dimensões dos direitos fundamentais bem como estudar a atual percepção dos direitos sociais e os aspectos pelos quais podem ser vistos evidencia que para sua efetivação exige-se muito mais que mera previsão legal da sua existência, mas sobretudo uma atuação proativa do judiciário.

Nesse passo, este estudo revela como essa implementação se tornou possível, quais os aspectos relacionados ao ramo do processo civil e à efetivação dos direitos sociais bem como trata sobre os novos conceitos criados para disciplinar essa recente relação existente entre o processo civil e os direitos sociais.

4 O PROCESSO CIVIL E A EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS

Nesta terceira parte será abordado o cerne do trabalho, dando-se ênfase aos conceitos que orbitam a efetividade dos direitos sociais. Para tanto, faz-se necessário discorrer, ainda que brevemente, acerca das políticas públicas e ações afirmativas, sem deixar de abordar a importância do que se compreende por mínimo existencial e reserva do possível. Todos esses aspectos são extremamente



relevantes para de fato se compreender a implementação dos direitos fundamentais sociais e sua relação com a ciência do direito processual civil.

4.1 POLITICAS PÚBLICAS, AÇÕES AFIRMATIVAS, MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL

Como já mencionado, o surgimento dos direitos fundamentais de segunda geração (direitos sociais) trouxe um sério problema ao Estado ao exigir que ele lhes conferisse materialidade.

Isso porque o parágrafo primeiro do artigo 5º da Constituição Federal (as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata) também é aplicável aos direitos sociais. Surge, então, o problema acerca da sua concretização porquanto, em que pese a redação do dispositivo seja clara acerca da aplicabilidade imediata, a realidade verificada difere dessa orientação (DONIZETTI, 2010). Fala-se, assim, em constitucionalismo simbólico porque as normas constitucionais relativas aos direitos fundamentais trazem apenas a aparência de presteza, já que a efetividade desses direitos é praticamente inexistente.

Os direitos sociais prestacionais apresentam uma densidade normativa menor e, portanto, pressupõem que seja criada ou colocada à disposição a prestação que constitui seu objetivo a fim de garantir a realização da igualdade material. Tudo isso, é claro, tem um custo elevado aos cofres públicos, dependendo da real disponibilidade de recursos financeiros por parte do Estado (AFONSO, 2010, p. 74).

Assim, para o desempenho dessa função sem quebrar a máquina pública foi necessário que se estabelecessem alguns limites, dentre os quais se mostram de fundamental importância a concepção acerca do mínimo existencial e da reserva do possível.

A questão do mínimo existencial diz respeito a um mínimo em conteúdo que deve ser realizado ou protegido, de modo que sobre ele não recaiam os limites impostos pela reserva do possível. Essa ideia surgiu na Alemanha, onde “restou reconhecida a existência de um direito subjetivo implícito à garantia dos recursos materiais mínimos necessários para uma existência digna.” No Brasil, tem respaldo especialmente no direito à vida e à dignidade da pessoa humana (KELBERT, 2011).



Trata-se de um conjunto de direitos básicos correspondente aos direitos sociais, econômicos e culturais, formado pelas condições materiais básicas para se ter uma vida digna que deve ser garantido pelo Estado e pode ser dele exigido.

Não são, todavia, direitos absolutos e podem sofrer restrições, notadamente em razão da reserva do possível, podendo ser vistos sob dois aspectos: a necessidade de preservar o conteúdo mínimo em prestações indispensáveis à garantia de uma vida digna e o dever do Estado em fornecer essas prestações.

A noção acerca da reserva do possível também foi desenvolvida na Alemanha, em 1972, quando se analisou o artigo 12, parágrafo 1º, da Lei Fundamental, discutindo-se sobre os critérios de admissão ao ensino superior público e a situação dos candidatos que se inscreveram a mais de uma universidade ou curso de graduação (KELBERT, 2011).

A pretensão de ingresso no ensino superior público, embora não existissem vagas suficientes, era fundamentada na alegação de livre escolha de profissão. O Tribunal, no julgamento, concluiu que o indivíduo só pode exigir do Estado prestações nos limites do razoável, ou seja, que “há prestações que ficam restritas a uma reserva do possível” (KELBERT, 2011).

A partir de então a prestação de direitos sociais ficou na dependência de recursos e meios e, mesmo que o Estado disponha de tais recursos, a obrigação de exigir os direitos deve se manter nos limites do razoável.

No direito brasileiro, o conceito de reserva do possível aponta para um limite à realização dos direitos fundamentais, desde que observados os critérios da proporcionalidade e da garantia do mínimo existencial. Ela está intimamente vinculada à inexistência de recursos para realizar os direitos sociais e à disponibilidade de meios e recursos para a efetivação desses direitos.

Conceitos à parte, a importação dessas ideias para o Brasil sofreu severas críticas. Isso porque eles são utilizados no cenário de países de primeiro mundo, em que a realidade é bastante diferente da que vivenciamos aqui e onde a ideia de mínimo existencial garantido até o limite da reserva do possível já é suficiente para ser compatível com a dignidade da pessoa humana. Essa não é a visão, no entanto, que se tem no Brasil, onde a reserva do possível acaba por servir de justificador da escassez de recursos financeiros.



De toda sorte, para afastar a perspectiva de uma previsão apenas abstrata dos direitos fundamentais sociais, foram criados diversos meios para garanti-los, sempre respeitando o mínimo existencial e observando o limite da reserva do possível.

Coube, assim, ao Estado, por meio do Poder Executivo, implementar e promover as políticas públicas, que são instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidades aos cidadãos (APPIO, 2006).

Fala-se, por consequência, nas ações afirmativas, que nada mais são do que um conjunto de políticas públicas e privadas elaboradas com o fim específico de combate à discriminação racial, de gênero, origem e compleição física, bem como para corrigir os atuais efeitos de discriminações cometidas no passado, objetivando a igualdade material e o acesso à educação e emprego (cita-se, como exemplo, a criação das cotas para ingresso de afro-descendentes em universidades e cotas para ingresso de portadores de necessidades especiais em concursos públicos).

Para o cumprimento das políticas públicas há também a participação do Poder Legislativo, sobretudo no que diz respeito à parte orçamentária. Nesse passo, caso a atuação destes dois poderes não seja suficiente para essa implementação, entra em cena a atuação do Poder Judiciário, nascendo aqui o chamado ativismo judicial, manifestada por meio de um processo, no qual o Poder Judiciário assume uma postura mais presente e eficaz na garantia dos direitos sociais.

4.2 O PAPEL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL NA IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

Com o desenvolvimento do ramo do direito processual civil, uma nova linha de pensamento chamada de neoconstitucionalismo, e seu corolário, o direito processual constitucional, vem ganhando força cada dia mais. Com ela, pretende-se fazer com que a ciência processual dê a devida importância às normas constitucionais que devem ser inseridas em seu sistema (DONIZETTI, 2010).

O estudo do processo civil passou a contemplar a tutela constitucional do processo (conjunto de princípios e garantias previstos na Constituição que tratam sobre a tutela jurisdicional), notadamente quando se fala em princípio da



inafastabilidade, devido processo legal, motivação dos atos judiciais e a jurisdição constitucional das liberdades (meios previstos no texto constitucional para dar efetividade aos direitos individuais e coletivos).

O advento da Constituição de 1988 e do Estado Democrático de Direito, por sua vez, ampliaram o controle normativo do Poder Judiciário, que se tornou o maior responsável pela concretização dos direitos fundamentais sociais, ainda que o faça por intermédio do controle de outros poderes.

O Poder Judiciário encontra-se investido do poder-dever de aplicar imediatamente as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais, assegurando-lhes sua plena eficácia. A falta de concretização não poderá constituir obstáculo à aplicação imediata pelos juízes e tribunais, na medida em que o Judiciário – por força no disposto no art. 5º, § 1º da CF/88 – não apenas se encontra na obrigação de assegurar a plena eficácia dos direitos fundamentais, mas também autorizado a remover eventual lacuna oriunda da falta de concretização, valendo-se do instrumento fornecido pelo artigo 4º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, de acordo com o qual: “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os bons costumes e os princípios gerais do direito.” (SARLET, 2008).

A função do Judiciário, portanto, é alterada porquanto não cumpre apenas julgar no sentido de estabelecer o certo e o errado com base na lei (responsabilidade condicional do juiz politicamente correto), mas também e sobretudo examinar se o exercício discricionário do poder de legislar conduz à concretização dos resultados objetivados (responsabilidade finalística do juiz).

O magistrado, agora, tem uma responsabilidade mais prospectiva, para a efetiva consecução das finalidades políticas. Assim, a inércia do legislador em elaborar normas que conduzam à efetividade dos direitos sociais importa inconstitucionalidade passível de controle por meio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão e mandado de injunção, não se esquecendo da possibilidade de utilização da ação civil pública (AFONSO, 2010, p. 86), e é aqui que nasce a fundamental importância do direito processual civil para a eficácia dos direitos prestacionais.

É que a forma com que se pode lidar com os direitos sociais no âmbito do Poder Judiciário é justamente por meio das referidas ações, as quais integram o chamado neoprocessualismo (onde há expressiva conexão entre o direito processual civil e o direito constitucional).

Disso resulta que há necessidade de um instrumento para que a atuação proativa do magistrado garanta a eficácia dos direitos fundamentais sociais, e esse mecanismo é, sem dúvida alguma, o processo, materializando-se por meio, principalmente, da ação civil pública, do mandado de injunção, da ação de descumprimento de preceito fundamental e da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

É claro que essa ideia de atuação do Poder Judiciário na implementação dos direitos sociais – por intermédio do processo no âmbito civil – gerou muitas opiniões divergentes. Isso porque a judicialização da questão social gerou uma significativa requisição de intervenção do Poder Judiciário na resolução dos conflitos referentes aos direitos sociais. Discute-se, nesta linha, sobre os limites de atuação do Poder Judiciário na efetividade destes direitos, na polêmica do ativismo judicial e na sua intervenção na concretização das políticas públicas.

Sobre o tema, sabe-se que a omissão relativa à efetividade dos direitos sociais pode se dar mediante ação estatal ou inércia governamental. Este aspecto foi objeto de estudo paradigmático na ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) n. 45/DF, na qual se questionou a omissão relativa ao direito à saúde ao ser vetado, pelo Presidente da República, o cumprimento da emenda constitucional n. 29/00, que previa a aplicação de um percentual mínimo da receita tributária para ações e serviços públicos de saúde.

Na ADPF 45, julgada pelo Ministro Celso de Mello, foram feitas considerações acerca da limitação dos recursos públicos em função da escassez do orçamento. Reconheceu-se que não é função atribuída ao Poder Judiciário a elaboração e concretização das políticas públicas, mas que, diante de omissões dos órgãos competentes que venham a prejudicar a eficácia dos direitos sociais, compete ao Judiciário intervir de forma excepcional.

Outro caso paradigmático e que merece destaque justamente por integrar o universo das ações afirmativas é a decisão proferida na ADPF n. 186, considerado



um *leading case* para o direito brasileiro. A ação foi ajuizada pelo DEM (partido dos Democratas) em julho de 2009 contra a Universidade de Brasília (UnB) e questionava a reserva de 20% das vagas previstas no vestibular para preenchimento a partir de critérios étnicos-raciais.

O pedido formulado na demanda foi julgado improcedente pelo Supremo Tribunal Federal em abril de 2012 e os Ministros do STF reconheceram a constitucionalidade da política de ação afirmativa adotada pela Universidade. Por ocasião do julgamento, ressaltou-se que a intervenção estatal se fazia necessária para corrigir as distorções sociais historicamente consolidadas. Considerou-se que os meios e fins empregados eram proporcionais e razoáveis e que os métodos de seleção eram eficazes e compatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Restou consignado, ainda, que a implementação de programas de ações afirmativas é uma forma de compensar uma discriminação culturalmente arraigada e que muitas vezes são praticadas inconscientemente e à sombra de um Estado complacente. Por fim, obtemperou-se que a implementação de políticas de ações afirmativas que levem à integração social dos negros é bastante diferente do que simplesmente vedar a discriminação.

Outrossim, o direito constitucional à saúde e à educação, como exemplos mais atuantes na rotina forense, traduzem-se em direitos públicos que exigem prestações positivas do Estado e que são, portanto, passíveis de garantia pela via judicial (utilizando-se, como ferramenta, o processo civil) (AFONSO, 2010, p. 113).

Não se pode deixar de mencionar, como exemplo, as ações cominatórias, as quais também se mostram como modelo de efetivação destes direitos ao compelir o Estado a fornecer gratuitamente medicamentos ao indivíduo, tutelando, assim, o direito fundamental social à saúde.

Na busca pela efetivação do controle judicial de políticas públicas têm sido implementados instrumentos judiciais como mandado de injunção, ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade, ação de inconstitucionalidade por omissão, arguição de descumprimento de preceito fundamental e ações coletivas (GUIMARÃES, 2007), todas ferramentas integrantes do novo processo civil.



Ainda que sejam considerados remédios constitucionais, não há dúvidas de que os instrumentos existentes no ordenamento jurídico aptos a garantir a aplicabilidade dos direitos sociais são ferramentas intrínsecas ao direito processual civil.

De toda essa perspectiva apresentada, percebe-se que se levaram muitos anos, ou melhor, séculos para que os direitos sociais pudessem receber o tratamento e importância que hoje lhes são devidos. Não obstante, o que se vê é que a simples existência desses direitos não é suficiente para a resolução dos problemas a eles atinentes, porquanto a previsão constitucional não é sinônimo da sua aplicabilidade.

Durante muito tempo, tais direitos foram vistos – e ainda de certa forma são – apenas no plano teórico, sem maiores aplicações na realidade fática. A evolução da nação, todavia, exigiu que fossem implementadas políticas que os tornasse realidade, ou seja, que os efetivassem realmente.

Paralelamente a isso, o direito processual civil, que nasceu não como um ramo autônomo, mas totalmente interligado ao direito material, também foi criando independência e autonomia e o passar dos tempos revelou uma grande evolução na sua caminhada.

De uma parte do direito material, o direito processual civil ganhou forças e importância e hoje é visto como um ramo totalmente dissociado do material. O seu crescente progresso demonstrou a tamanha importância que possui atualmente, notadamente como instrumento para a concretização dos direitos materiais.

Ainda, o crescente avanço desse ramo e a implementação do Estado Democrático de Direito com a Constituição de 1988 demonstraram que não seriam as leis que deveriam ser o cerne da atuação processualista, mas sim a própria Constituição da República. Nasceu, assim, um novo conceito do processo civil, o neoprocessualismo, cuja Constituição é o centro de todo seu estudo.

Destarte, mesmo com caminhadas tão distantes, os direitos sociais e o direito processual civil atualmente convergem a um mesmo ponto. É que antigamente a tutela dos direitos sociais era, a princípio, de incumbência exclusiva dos Poderes Legislativo e Executivo.

Não obstante, devido à ausência de regulamentação de algumas legislações neste tocante e a não implementação de políticas públicas que



possibilitem a concretização desses direitos, restou ao Poder Judiciário atuar para permitir sua materialização.

Neste passo, percebe-se que a única forma que é permitida ao Judiciário atuar é por meio de determinados tipos de ações judiciais, cujos instrumentos surgem com base no neoprocessoalismo, materializando-se, principalmente, nas ações coletivas, mandados de injunção, ação de descumprimento de preceito fundamental e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.

Observa-se, portanto, que dois ramos e assuntos tão distintos acabaram, com o passar dos anos, convergindo num mesmo aspecto a fim de que o processo civil pudesse contribuir para a efetivação dos direitos sociais (o que, antigamente, não era previsto porquanto se pensava que a concretização destes direitos seria suficientemente realizada pelos poderes legislativos e executivo).

Ainda há muito o que evoluir, notadamente porque existem muitas divergências sobre essa atuação bem assim porque muitas vezes sequer esses instrumentos processuais são suficientes para garantir a efetividade desses direitos tão importantes para o cidadão.

Não se pode deixar de ter em mente de que toda a caminhada, mesmo que a passos lentos, tanto dos direitos sociais quanto do direito processual civil, demonstra que cada vez mais os instrumentos processuais poderão contribuir para que os direitos fundamentais sociais sejam, de fato, mais assegurados aos cidadãos.

5 CONCLUSÃO

Nos primórdios, o direito possuía uma concepção muito diferente daquela que hoje detém. Nada mais natural, afinal todas as invenções que hoje existem são fruto de séculos de evolução e com o direito não poderia ser diferente.

O direito processual civil também passou por este desenvolvimento de forma paulatina. Inicialmente, não tinha a relevância que hoje desfruta e sequer se tratava de um ramo autônomo, sendo vinculado intrinsecamente ao direito material.

Com o passar dos tempos, entretanto, este ramo foi adquirindo autonomia e ganhando maior espaço no direito. Após toda essa progressão, hoje se vislumbra um novo processo civil novo, mais apto a concretizar os direitos materiais.



Igualmente, os direitos sociais tiveram uma evolução significativa na história do direito. Eles surgiram num cenário mundial em que a tão conquistada não intervenção do Estado já não se fazia mais suficiente. Precisava-se de algo mais. Eram necessários direitos que garantissem aquelas liberdades anteriormente conquistadas: os direitos sociais.

Ocorre que, em que pese sejam direitos constitucionalmente previstos e com aplicabilidade imediata, o que se vê, na realidade, é que a sua implementação não vem acontecendo como deveria.

Os Poderes Executivo e Legislativo, a quem caberia garantir a elaboração de leis que conferissem eficácia aos direitos fundamentais sociais e de implementar políticas públicas para sua concretização, não têm realizado seu mister a contento, seja porque gera um custo elevado para o Estado ou porque não há interesse na formulação dessas leis (também porque implicariam num aumento dos gastos estatais).

Paralelamente a essa realidade fática, o neoprocessualismo vem criando suas raízes, tendo por base a Constituição Federal e uma postura mais ativa do magistrado. Consequentemente, sua atuação relativamente aos direitos sociais também vem aumentando consideravelmente.

É que é por intermédio de instrumentos processuais que se tem alcançado a concretização destes direitos, seja por meio de ações específicas e de tutela individual (como o caso das ações cominatórias em face do Estado/União, em que se postula o fornecimento gratuito de medicamentos) ou por meio das ações coletivas, arguições de descumprimento de preceito fundamental, mandado de injunção e outros. É claro que boa parte desses instrumentos se trata de remédios constitucionais, mas sua essência está diretamente ligada ao direito processual civil.

Desta feita, é possível perceber que o direito processual civil, antes uma mera parte agregada ao direito material, adquiriu autonomia suficiente para não só garantir a tutela dos direitos materiais, mas sobretudo garantir que os direitos fundamentais sociais, cuja importância é imensurável para os indivíduos, possam, de fato, ganhar efetividade, deixando de lado a ideia de que esses direitos só existiriam no plano teórico.



Não se desconhece que há muito o que se evoluir tanto no ramo do direito processual civil como no que pertence aos direitos fundamentais sociais. Sabe-se, também, que essa evolução é lenta e gradual. Todavia, o fato de dois assuntos – outrora tão distantes – estarem cada dia mais interligados dá conta de que esse progresso converge para uma melhoria significativa aos cidadãos que acreditam que aqueles direitos que lhe são constitucionalmente garantidos possam ser implementados.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Livia de Paiva Ziti. **O papel do Poder Judiciário na Efetividade dos Direitos Fundamentais Sociais**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10815. Acesso: 13 set. 2014.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.

APPIO, Eduardo. **Controle judicial das políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

ASSIS, Araken de. **Cumulação de Ações**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BARROSO, Luiz Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2006.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jul. 2014.

CALIL, Mário Lúcio Garcez. **Efetividade dos direitos sociais: prestação jurisdicional com base na ponderação de princípios**. Porto Alegre: Núria Fabris, 2012.



CICCO, Alceu. Evolução do Direito Processual. **Revista Jurídica**, Brasília, DF, v. 8, n. 81, out./nov. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_81/index.htm. Acesso em: 9 ago. 2014.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. **Teoria Geral do Processo**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

DELFIN, Marcio Rodrigo; FUNES, Gilmara Pesquero Fernandes Mohr. **A Evolução do Direito Processual Civil e a Nova Postura do Magistrado em Busca da Verdade Real**. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/view/364/358>. Acesso em: 15 ago. 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Volume 1. 6ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 2009.

DONIZETTI, Elpídio. O processo como meio de efetivação dos direitos fundamentais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2564, 9 jul. 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/16936>. Acesso em: 12 set. 2014.

DUTRA, Nancy. História da formação da Ciência do Direito Processual Civil no mundo e no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1759, 25 abr. 2008. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/11192>. Acesso em: 9 ago. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. Versão 6.1. 4. ed. Rio de Janeiro: Positivo Informática Ltda., 2008.

GUIMARÃES, Renata Catacci. **Efetividade dos Direitos Sociais Por Meio do Controle Judicial de Políticas Públicas**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/efetividade-dos-direitos-sociais-por-meio-do-controle-judicial-de-politicas-publicas/10058/>. Acesso em: 14 set. 2014.

KELBERT, Fabiana Okchstein. **Reserva do possível e a efetivação dos direitos sociais no direito brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

LEAL, Rogério Gesta. **Direitos Humanos no Brasil: desafios à democracia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.



LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Teoria dos direitos fundamentais sociais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Os direitos sociais como direitos fundamentais: contributo para um balanço dos 20 anos da Constituição Federal de 1988**. Disponível em http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/artigo_Ingo_DF_sociais_PETROPOLIS_final_01_09_08.pdf. Acesso em: 28 ago. 2014.

TUCCI, José Rogério Cruz; AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Lições de História do Processo Civil Romano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.



A REFORMA TRABALHISTA E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E PERICIAIS

Dirceu Menegatt¹
Elizabete Geremias²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral a análise da cobrança de honorários sucumbenciais e periciais no processo do trabalho, mais especificadamente as alterações introduzidas pelos artigos 790-B e 791-A da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). As mudanças trazidas à CLT pela Lei 13.467/17 – que implementou a reforma trabalhista – impuseram ao trabalhador mudanças que, conforme discussões existentes, ameaçam inviabilizar o acesso à justiça trabalhista pela onerosidade que imporá ao hipossuficiente da relação. Ao iniciar a investigação, vale lembrar que o direito do trabalho sempre esteve intrinsecamente relacionado ao poder econômico, e, assim, sujeito aos imperativos de quem não mede esforços à constante maximização dos lucros. É neste cenário de exploração do proletariado que a luta por direitos meramente igualitários vem inserir as normas de proteção ao trabalhador. A pesquisa é realizada contextualizando-se a relação trabalhista na história desde o seu surgimento, na Revolução Industrial e Revolução Francesa, até o momento atual em que o capitalismo questiona como excessiva a proteção deferida aos trabalhadores. Ao longo da história, o poder econômico tenta impor sua superioridade explorando e subjugando aquele que lhe presta serviços, aumentando, sem limites, os lucros da relação. Historicamente, o Estado tem aumentado seus mecanismos de proteção ao trabalhador como forma de equilibrar a relação. Assim, os resultados da pesquisa propõem uma análise sobre a viabilidade de pontos da “Reforma Trabalhista”, sob pena de ter-se inviabilizados mecanismos de paridade conquistados ao longo de dois Séculos, em especial os honorários sucumbenciais e periciais.

¹ Graduando no Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; dirceu.menegatt@hotmail.com

² Mestre em Direito na área de Concentração, Dimensões Materiais e Eficácia dos Direitos Fundamentais: Direitos Fundamentais Sociais: Relações de Trabalho e Seguridade Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Castelo Branco do Rio de Janeiro; Professora e Coordenadora no Curso de Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Advogada; elizabete.geremias@unoesc.edu.br



Palavras-chave: Reforma Trabalhista. (In)constitucionalidade. Honorários Sucumbenciais e Periciais.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa por ora apresentada tem como objetivo geral buscar argumentos que permitam conjecturar se a norma, trazida pela Reforma Trabalhista, que impõe honorários sucumbenciais e periciais na justiça do trabalho, é ou não constitucional frente ao ordenamento jurídico pátrio. O objetivo específico do presente trabalho é formar a convicção acerca da constitucionalidade, ou não, dos artigos 790-B e 791-A da CLT.

Em que pese a Reforma ter introduzido aproximadamente uma centena de alterações à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o presente trabalho limitar-se-á ao conteúdo que trata dos honorários sucumbenciais e periciais, quais sejam, as alterações introduzidas pelos artigos 790-B e 791-A da CLT. Ademais, tais artigos, pelos desdobramentos que possuem, apresentam diversas normas que disciplinam a matéria em seus parágrafos e incisos.

A busca de uma delimitação para o tema é de extrema importância, não somente no plano acadêmico, mas, principalmente, para a prática diária do advogado trabalhista, já que a temática, por ser atual, está presente no cotidiano, seja do trabalhador que necessita amparar seu direito, seja do judiciário que recebe as demandas e deve aplicar a lei. Dessa forma, torna-se fundamental discutir se as alterações trazidas pela Reforma Trabalhista referentes à cobrança de honorários sucumbenciais e periciais são ou não constitucionais.

A presente pesquisa ainda se justifica pelo impacto que tem gerado após o início da vigência da Lei 13.467/17 em outubro do mesmo ano. O trabalhador, sem recursos financeiros, e o advogado, pela insegurança jurídica gerada, posicionam-se, com o passar do tempo, de forma defensiva, já que não lhes assistem informações suficientes a respeito das consequências advindas da presente reforma. O judiciário, por sua vez, através de inúmeras decisões divergentes, tenta buscar um horizonte que lhes permita avançar ao comando da nova legislação.



A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, com obras dos mais renomados juristas e doutrinadores nacionais, além da complementação com artigos acadêmicos e reportagens publicados em âmbito de mídias digitais confiáveis.

Para a estruturação do trabalho, inicialmente, será traçado um delineamento da evolução histórica das condições de trabalho e o surgimento das normas de proteção ao trabalhador em nível mundial. Na sequência, uma abordagem, com os mesmos objetivos, buscará apresentar a evolução e realidade da prática laboral no Brasil com alguns dos princípios, mundialmente reconhecidos, constitucionalizados pelo direito pátrio. Para finalizar, analisar-se-ão as novas regras trazidas pela Reforma Trabalhista e os resultados confrontados pelo estudo proposto.

Assim, ao definir a apresentação deste trabalho acadêmico, espera-se cooperar com a difusão de informações que possam acarretar em maior segurança jurídica aos operadores do direito e a aqueles que necessitem recorrer ao judiciário, garantindo-se decisões, ao menos em tese, justas e legais.

2 EVOLUÇÃO DAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

A busca incessante por melhorias do sistema de produção, alicerçada no surgimento da máquina a vapor e na Revolução Industrial do século XVIII, aprofundaram uma crise relacional onde o trabalhador foi relegado a ser apenas o coadjuvante do que seria o princípio do capitalismo moderno. A exploração da mão de obra transformava-se em sucesso daquele que o fazia, dada a falta de ingerência do estado e a plena liberdade de contratação. Surge então um Estado de produtores burgueses e uma classe trabalhadora que sofria pelas necessidades mais básicas possíveis (ALVARENGA, 2007).

Junto com a Revolução Industrial, e também a Revolução Francesa, surge um ideal de liberalismo – *laissez-faire* –, que tomou conta da Europa e dos Estados Unidos. Pregando a menor intervenção possível do Estado na economia, tal princípio estabeleceu a livre negociação contratual, aprofundando, ainda mais, as condições de desigualdade entre os contraentes laborais, impondo “[...] atrocidades no que tange à exploração do homem pelo homem.” (COSTA, 2016, p. 16).



As aglomerações surgidas a partir do uso de novos sistemas de produção favoreceram a crescente marginalização dos trabalhadores e o surgimento dos primeiros movimentos que buscavam reivindicar condições dignas e um mínimo de proteção, visando a reduzir a diferença de forças entre produtores e operários. Destes movimentos surgem as primeiras regras legislativas e a necessidade de o estado tornar-se o ponto de equilíbrio entre as partes (PIRES, 2011).

Já no final do século XVIII e início do século XIX, os conflitos entre as duas principais forças, produtores e empregados, e a crescente marginalização do proletariado, levam o estado a intervir fortemente nesta relação através da proteção aos menos favorecidos. Desta intervenção, surgem medidas sócio protetivas e o Estado de Bem Estar Social (ALVARENGA, 2007).

Além dos marcos acima mencionados, a Constituição Mexicana de 1917 e a Constituição Alemã de 1919 são também considerados propulsoras do surgimento de uma legislação protecionista e da evolução da doutrina trabalhista no mundo. Surge, dessa maneira, um sistema jurídico voltado, não a garantir direitos aos trabalhadores, mas sim, uma forma de minimizar as consequências históricas da exploração do sistema capitalista vigente (BARBOSA ; CARVALHO PINTO, 2010).

A Constituição Mexicana teve como causas fundamentais, além dos problemas econômicos, “[...] sobretudo a dura exploração que sofriam os camponeses e as paupérrimas condições em que viviam os operários.” (PINHEIRO, 2006, p. 2, grifo nosso). Trouxe como resposta a positividade de inúmeras normas de conforto às classes trabalhadoras. Da mesma forma, a Constituição de Wimar de 1919, deriva da situação de miserabilidade da classe trabalhadora e a busca de horizontes sociais, dado o insucesso da Alemanha na 1ª Grande Guerra.

No âmbito internacional, os primeiros movimentos na busca por medidas protetivas aos trabalhadores, surgem em Berlim no ano de 1890, com a primeira Conferência Internacional do Trabalho, nascendo ali os primeiros princípios do Direito do Trabalho. Na sequência, com a necessidade de um órgão para formular e aplicar normas mundiais relativas ao Direito Laboral, surge, no pós-Primeira Guerra, em 1919, a OIT – Organização Internacional do Trabalho, órgão das Nações Unidas –, com o objetivo de normatizar e implementar a legislação mundial no setor (DONATO, 2016).



Tendo como princípio desde sua criação de que não pode haver paz mundial sem justiça social, a OIT foi criada pelo Tratado de Versalhes em junho de 1919 e seu objetivo primordial era o de fazer respeitar os direitos humanos no mundo laboral. O documento inicial foi elaborado pelos vencedores da primeira grande guerra e procurou permear as legislações mundiais com normas protetivas ao mercado de trabalho (VIANA, 2007).

Assim, durante quase dois séculos de história, conforme detalhado acima, o mundo capitalista vivenciou a exploração do homem pelo seu semelhante. A falta de normatização levou o sistema capitalista a impor condições de trabalho desumanas àqueles que não possuíam recursos, obrigando os estados a intervir para dar mínimas condições de vida digna. Com o fim da Primeira Guerra mundial, e a busca por um sistema de normatização internacional, surge a OIT, cujas normas serão tratadas no tópico seguinte.

2.1 ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

A principal função da OIT é de harmonizar as relações entre capital e trabalho, estabelecendo normas internacionais que promovam “[...] a justiça social e o respeito aos direitos humanos, tal como a dignidade da pessoa humana no desempenho do seu labor.” (SILVA; NOVAES, 2015, p. 30, grifo nosso). Suas normas são estabelecidas por convenções e recomendações, passando a integrar o ordenamento jurídico do país que às adotam assim que forem ratificadas

As convenções da OIT possuem natureza de normas abertas e dependem de ratificação pelos países membros, gerando, nestes, normas de direito de caráter subjetivo, ou seja, uma vez signatário, o país passa a se sujeitar ao regramento da organização. Dessa forma, uma vez ratificadas, passam a vigorar dentro do território nacional como se fosse norma interna (MAZUOLI, 2013).

Ao compor a Declaração Universal dos Direitos Humanos, pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados a ela vinculados, passam a submeter suas legislações a Princípios e regras de proteção aos Direitos Humanos. Com isso, a proteção a direitos básicos deixa de ser uma escolha do Estado a seus cidadãos, passando a submeter-se ao que determina tal regramento internacional (GURGEL, 2007).



Estes ditados internacionais mudaram a forma de pensar Direitos Humanos no mundo contemporâneo ao afirmar e colocar o trabalhador como destinatário e fim específico do crescimento econômico e não como meio de alcançá-lo. Vale lembrar que Direitos Humanos são regras e garantias sem destinação específica e que possuem em seu bojo o conjunto de direitos do labor. Transcendem o direito individual para garantir, não somente ao trabalhador condições para realizar sua atividade, mas de condições dignas à sua família também (COSTA, 2016).

Em 1998 a OIT editou a declaração dos princípios e direitos fundamentais do trabalho, que, pela importância que possui, também é válida aos países que não ratificaram as convenções anteriores, já que tais princípios fazem parte da Declaração da Filadélfia – criadora da OIT – e, portanto, de observação obrigatória aos países signatários. Por esta convenção, a OIT declara como fundamental a observância de oito convenções anteriores relativas aos Direitos Humanos Fundamentais e visa a tornar efetivos princípios e direitos mínimos aos trabalhadores (ALVARENGA, 2007).

Dessa forma, o Brasil como um dos membros fundadores da OIT, e signatário de aproximadamente 80 de suas convenções, sujeita-se aos ditames internacionais estabelecidos pela entidade. Ainda, a Constituição Federal de 1988, estabelece, em seu artigo 5º, LXXVIII, § 2º, que os direitos e garantias, expressamente constitucionalizados, não excluem outros decorrentes de princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte. Passar-se-á, agora, a estudar algumas dessas regras adotadas pela República Federativa do Brasil.

2.2 DIREITO BRASILEIRO E AS NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

Após a libertação dos escravos e o início da chegada de imigrantes europeus, inicia-se um período em que, também no Brasil, o Estado era mero expectador dos problemas sociais do país. Seguindo a tendência mundial, normas de proteção e amparo ao trabalhador começam a surgir a partir do final do século XVIII e início do século XIX, através, principalmente, de meios que buscavam garantir um mínimo de segurança aos operários. Inicialmente, tratava-se de institutos



meramente formais, já que os mecanismos de eficácia de tais normas eram frágeis (BOVOLENTA; KHON; SOARES, 2007).

Foi com o Código Civil de 1916 que se inaugura uma nova fase do trabalhismo no Brasil. Surgem, nas primeiras décadas, diversas legislações que permitiram um avanço significativo no campo laboral, que viriam a culminar com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio na década de 30, a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da Justiça do Trabalho na década seguinte. Três décadas depois, em 1966, cria-se o FGTS, inicialmente optativo ao trabalhador, mas que viria a tornar-se obrigatório ao celetista a partir da CF/88 (CREPALDI, 2003).

Assim, o direito trabalhista brasileiro teve também seu desenvolvimento baseado nos mesmos princípios e problemas enfrentados em outros países do mundo, passando por um período de surgimento, quando a legislação era praticamente nula, desenvolvendo-se pela necessidade do surgimento de uma classe trabalhadora em que a miserabilidade de seus integrantes passou a forçar o poder público a buscar meios de proteção, e culminando com a edição da Constituição de 1988 (GÊNOVA, 2006).

Para Abal (2012), o trabalhador possui a titularidade dos direitos fundamentais em dupla dimensão: primeiramente por ser cidadão; em segundo lugar, também, por ser sujeito da relação de trabalho. Ainda, tais direitos são “cláusulas pétreas” e de acordo com o artigo 60 da CF/88, somente poderão ser suprimidos pelo constituinte originário. Finaliza afirmando que em função da eficácia irradiante dos direitos fundamentais, todas as normas derivadas devem ser interpretadas sob a ótica dos direitos fundamentais.

Assim, o desenvolvimento da legislação trabalhista no Brasil evoluiu pelos mesmos motivos e da mesma forma que em outros países, sejam americanos ou europeus. Obrigou-se a estabelecer normas protecionistas em função dos fatores exploratórios por que passavam os trabalhadores em geral, além de seguir tendências e diretrizes mundiais estabelecidas por entidades internacionais, principalmente pela OIT, de cuja fundação o país fez parte, culminando, assim, com a edição da Constituição de 1988 – Constituição Cidadã – da qual se passará a analisar alguns de seus institutos.



2.2.1 Constituição federal de 1988 e as normas de proteção ao trabalhador

A constitucionalização dos Direitos Humanos, da qual o direito do trabalho faz parte, não é um fenômeno recente. Normas principiantes já poderiam ser vistas ao longo da segunda década do século XX. Porém, foi apenas no pós-Segunda Guerra Mundial, com as Constituições de França, Alemanha e Itália, que o Direito do Trabalho passa a ser parte integrante da constitucionalização, consagrando, ainda, princípios que viriam a suportar o direito trabalhista (DELGADO, 2007a).

Faz-se oportuno também esclarecer que, uma vez constitucionalizados, tais princípios somente poderão serem suprimidos ou restringidos por determinação constitucional, seja ela expressa ou implícita, ou, ainda, no choque entre princípios constitucionais, estes analisados no caso concreto por meio do exame da proporcionalidade. Esse exame da proporcionalidade, porém, analisará os limites a que serão submetidas as restrições objetivas (BARROS, 2003).

Foi com o Constitucionalismo Social, forma de provimento de políticas sociais pelo Estado, que a intervenção estatal atinge seu mais alto grau visando o alcance da igualdade material pregada por Alexy. Intervindo em relações contratuais particulares, criam-se os direitos fundamentais de segunda dimensão, dos quais o direito ao trabalho faz parte (SANTOS, 2013)

Para o mesmo autor, a proteção ao trabalhador constitui o núcleo duro do Direito do Trabalho, e estas normas buscam melhorar a condição socioeconômica, sejam elas patrimoniais, de segurança, processuais ou qualquer outro aspecto. Destaca, ainda, que o transconstitucionalismo, pela inclusão dos direitos fundamentais, permite a recepção de direitos considerados implicitamente positivados decorrentes de normas constitucionais expressamente positivadas.

Outra característica, pacífica na doutrina e garantida pela CF/88 em seu art. 5º, § 1º, diz respeito à aplicação imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais. Estabelece o comando constitucional que os aplicadores do direito deverão conferir efetividade máxima e imediata aos direitos e garantias



fundamentais, sejam eles expressos ou implícitos, salvo os que dependam de norma regulamentadora (PAULO; ALEXANDRINO, 2009).

Desta maneira, uma das características do constitucionalismo moderno é o de abarcar normas garantidoras de Direitos Humanos, sejam elas expressas ou implícitas, e, dentro destas normas, estão os preceitos relativos ao Direito do Trabalho. O Brasil, através da CF/88, estabeleceu diversos princípios e diretrizes de proteção, ou equiparação, aos trabalhadores e que, alguns deles, serão detalhadas a seguir.

2.2.1.1 Princípio protecionista do trabalhador

Tido como princípio básico, catalizador de todos os demais princípios da ordem trabalhista. Esse princípio visa equilibrar a relação jurídica amplamente favorável ao detentor do capital, criando mecanismos que desequilibrem a relação em prol da dignidade do trabalhador. Tal princípio, embora não esteja expressamente previsto no ordenamento brasileiro, é de inegável importância na consolidação dos direitos trabalhistas, sendo defendido pela plenitude da doutrina laboral (HOFFMANN, 2003).

Para Martins (2015), o princípio da Proteção representa a própria essência do Direito do Trabalho de forma a justificar, até mesmo, a existência deste. Evidencia-se, segundo o autor, por ter o direito laboral nascido da opressão exercida pelos proprietários do poder econômico e detentores do poder de mando em prejuízo das classes trabalhadoras e hipossuficientes.

Segundo Feliciano (2005), trata-se do mais importante entre os princípios do Direito do Trabalho. Cita Américo Plá Rodrigues, para quem esse princípio apresenta-se em três subformas; a) regra do *in dubio pro operário*, b) regra da norma mais favorável, c) regra da condição mais benéfica, dado que esta última representa o princípio do direito adquirido às mudanças do direito do trabalho, qual seja, as mudanças advindas de novas regras trabalhistas não podem diminuir a proteção já consolidada aos hipossuficientes do direito laboral.

Para Delgado (2017b), o princípio da proteção é o que justifica a história do direito do trabalho em sua essência. Justifica-se de forma a amenizar as diferenças



socioeconômicas e de poder em relação aos atores do direito laboral. Ainda, segundo o autor, tal princípio abrange todos, ou praticamente todos os princípios relacionados pela doutrina, já que seus objetivos são, exatamente, de constituir um complexo de regras protecionistas.

Destarte, verifica-se que este princípio, embora não adotado expressamente pela legislação brasileira, nem por isso de menor importância, abrange a linha mestre da proteção ao trabalhador. Durante todo o período analisado verifica-se a especial necessidade de existência de normas próprias no sentido de equilibrar a relação laboral amplamente favorável ao detentor do capital. É pacífico na doutrina, como visto anteriormente, que tal instituto deva permear toda a legislação no sentido de garantir-se um lastro mínimo de condições visando equilibrar a relação entre o trabalhador e o detentor do capital.

2.1.1.2 Vedação do retrocesso social

Para Silva Junior (2013), este princípio surgiu na Itália em 1955 com o Doutrinador G. Balladore Pallieri, para quem, o direito social uma vez alcançado determinado patamar, não poderá ser diminuído ou retornado ao patamar anterior pelo legislador ordinário. Continua o referido autor citando Sarlet (2006), para quem, apesar de implícito, tal princípio deriva diretamente da dignidade da pessoa humana e possui como corolários o Estado Democrático e Social de Direito, da máxima efetividade das normas constitucionais (art. 5º, § 1º, CF/88), da segurança jurídica e da proteção da confiança e boa-fé.

A vedação ao retrocesso social vem a ser um princípio de barreira ao legislador para que este suprima ou altere normas infraconstitucionais que regulamentem normas constitucionais de direitos sociais, de forma a minimizar sua eficácia. Ainda, tal proibição direciona-se ao direito social previsto constitucionalmente e não ao direito subjetivo aplicado ao caso concreto (NETTO, 2010).

Ao exigir do legislador infraconstitucional um comportamento positivo na manutenção e concretização de direitos sociais estabelecidos na Constituição, através de serviços e políticas públicas, este somente poderá fazê-lo, ou regulamentá-



lo, respeitando o chamando núcleo essencial. Dessa forma, qualquer alteração que impeça o gozo ou fruição de determinado direito, previsto constitucionalmente, será flagrantemente inconstitucional (PAULO; ALEXANDRINO, 2010).

Portanto, visto tal princípio pela ótica dos autores acima mencionados, quaisquer alterações que visem suprimir ou reduzir direitos fundamentais, pelo legislador ordinário, seriam tidos como inconstitucionais. A sociedade atual exige, de certa forma, a manutenção dos níveis alcançados de desenvolvimento social, respaldada, obviamente, nos preceitos constitucionais vigentes.

2.1.1.3 Direito de Acesso à Justiça

Falar em acesso à Justiça, instantaneamente nos veem à mente a possibilidade de um judiciário eficaz e que se desdobra em atendimento ágil as demandas da sociedade. Porém, o sentido deste princípio vai além desta máxima, tendo como objetivo, além do atendimento de demandas, a concretização de direitos fundamentais e valores para o ser humano (ARAÚJO, 2009).

Expressamente previsto no art. 5º, XXXV, da CF/88, o acesso à justiça não pode se consubstanciar em apenas buscar o judiciário. Para Rocha, (apud José Afonso da Silva, 1999, p. 12), a expressão de “a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”, não apenas confere direito à jurisdição, mas é, também, uma censura ao legislador infraconstitucional para que este exerça regulamentação em sentido diverso .

No momento em que o Estado assume para si o ônus da prestação jurisdicional, assume também o dever de garantir que esta prestação jurisdicional será prestada igualmente a todos. O maior, senão um deles, problema de acesso à justiça hoje está, justamente, na falta de condições financeiras que possibilite meios de custear seu acesso à máquina judiciária (PAROSKI, 2006).

Para Moraes (2014), a integral gratuidade judiciária não abrange somente o acesso ao Poder Judiciário, como forma de assegurar o direito constitucionalmente insculpido. Garantir a proteção aos economicamente fracos, que levou décadas para evoluir, também significa garantir a eles a produção da prova, através da perícia, quando necessário. Sem garantias de um processo célere e efetivo, com



todas as condições que lhe garantam uma decisão justa, sejam elas econômicas ou processuais, não haverá acesso à justiça para aquele que seja hipossuficiente economicamente.

Consequentemente, garantir o acesso à justiça não significa apenas dar ao cidadão o direito de buscar suas demandas no judiciário, mas criar mecanismos que permitam materialmente este acesso, ou seja, dar-lhes condições de exercer este direito. Impor obstáculos financeiros ou processuais vão contra este princípio expressamente garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil.

2.1.1.4 Princípio da Isonomia

Subprincípio do Direito de Acesso à Justiça estabelece a necessidade de igualdade jurídica entre as partes que porventura venham a litigar. Situações em que grupos ou sujeitos de direito mostrem-se juridicamente inferiores por motivos diversos, entre eles o poder econômico, necessitam de políticas públicas para o restabelecimento da igualdade. No Direito do trabalho, tal princípio mostra-se de inegável importância, dada a diferença econômica e cultural existente entre o empregador e o empregado, o que leva a distorções de plano quando da existência de litígio (PAROSKI, 2006).

A dificuldade no acesso à justiça está exatamente nas diferenças existentes entre os litigantes. Defrontar-se com alguém afortunado e poderoso, sendo o hipossuficiente da relação, é um obstáculo que impede o direito de ação e a observância do princípio constitucionalmente garantido. Garantir a cidadania não é somente tratar a todos igualmente. Tratar igualmente os socialmente diferentes é perpetuar a desigualdade e a injustiça (SILVA, 2015a).

Morais (2014) afirma que à medida que a justiça laboral avança implementando novas técnicas para garantir efetividade aos processos, é necessário que se assegure a presença dos princípios norteadores do direito processual, em especial o princípio protetor. Garantir os direitos do trabalhador hipossuficiente requer mecanismos que este não possui as mesmas condições de prover no momento da instrução processual, dadas as diferenças que existem em relação ao detentor dos recursos econômicos.



Para Hertel (2005), o princípio da igualdade significa a linha mestre da Democracia, porém seu significado deve ser buscado não no sentido formal previsto na Constituição Federal, mas materialmente no sentido de tratar-se desigualmente os desiguais. Ainda, trata de ingênua a forma de ver o direito como formalista ditando regras que devem ser seguidas e positivadas. Aplicar o princípio da isonomia significa levar em conta valores jurídicos e metajurídicos e sua interpretação deve ser razoável, proporcional e justificada.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da igualdade formal de seus cidadãos em seus direitos e deveres perante o estado e perante seus iguais, sejam estas relações públicas ou privadas. Porém, vê-se que a interpretação de tal instituto evoluiu para que a mesma regra seja interpretada de forma a, se necessário, estabelecer-se mecanismos a garantir a desigualdade, como forma de justiça social³. Hoje, faz-se necessário a análise sob este prisma e deve o legislador, ao exercer sua função, garantir os mecanismos essenciais a sua efetivação.

2.1.1.5 Princípio da Norma mais Favorável

O princípio da norma mais favorável, ou mais benéfica ao trabalhador, indica a aplicação da regra independente de sua situação na hierarquia normativa, pois para o direito laboral o critério hierárquico é fixado valorativamente e não sob o aspecto formal. Determinada norma, sob este critério, em um momento estará no vértice da pirâmide, representando a evolução social, enquanto que em outro será descartada, dada sua inaplicabilidade ao caso concreto (LIMA, 1997).

Para o jurista uruguaio Rodrigues (2015), a regra da condição mais benéfica, já reconhecida anteriormente, deve ser respeitada e possui prevalência em relação à aplicação de uma nova norma. Ainda, segundo o mesmo autor, tem esta regra de reconhecimento em caso de “sucessão normativa”, ou seja, uma vez garantido determinado direito, o princípio estabelece a manutenção do mesmo tratamento obtido, salvo se a nova regra contemplar um benefício maior.

³ Justiça Social para Stephen J. Ball, possui um conceito abrangente e “[...] tem uma gama ampla de aplicação.” Trata-se de um conceito inclusivo e que se relaciona a questões de equidade, oportunidade e justiça. Normalmente relacionadas ao poder, suas políticas visam vantagens sociais visando diminuir as diferenças de relacionamento (MAINARDES; MARCONDES, 2009).



É o princípio que deve orientar a produção legislativa de forma a produzir normas que atendam aos fins sociais do Direito do Trabalho. Ainda, sua aplicação atua em três dimensões: na produção da norma legislativa, orientando o legislador à sua aplicação; na interpretação e aplicação da norma, orientando o aplicador do direito; e na fase jurídica, como aplicadora da hierarquia das normas (DELGADO, 2017b).

Novamente, parece o princípio repetir inequivocamente os preceitos anteriores já plasmados e reproduzidos no presente trabalho. O trabalhador, por sua posição, sempre frágil perante os domínios do capital, deve possuir mecanismos que lhe garantam a igualdade de condições, igualdade material, visando a implementação das normas constitucionais estabelecidas em seus preceitos meramente formais. Estabelecer-se a prevalência da norma mais favorável é um destes mecanismos de ajuste social.

2.1.1.6 Princípio da Justiça Gratuita

A Constituição Federal de 1988, em seu título destinado aos Direitos e Garantias Fundamentais, artigo 5º, LXXIV, garante, além do amplo acesso à Justiça, já mencionado anteriormente, “assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Para litigantes hipossuficientes, tal garantia constitucional somente poderá ser efetivada caso tenham garantidos a não onerosidade dos atos judiciais, mesmo que acima do limite de dois salários mínimos, quando tal demanda resultar em prejuízo do seu sustento e de sua família (DELGADO; DELGADO, 2017).

Araújo (2009) afirma que o custo do processo é um dos maiores entraves ao efetivo acesso à justiça, atingindo, principalmente, as camadas sociais mais baixas. Nestes indivíduos, à medida que diminuiu o valor da causa, a relação tende a ser desfavorável àquele que busca viabilizar seu direito, já que os custos processuais não diminuem na mesma proporção. Tal situação tende a agravar-se e a afastar ainda mais aqueles que dela necessitam quando dependem de produção de prova, ou que impõem ao vencido o ônus da sucumbência.



Para Bairy, Conceição e Aragão (2013), a Lei 1.060/50 assegura que a parte terá acesso à justiça gratuita por simples declaração nos autos, não importando o valor que receberá em seu pagamento mensal. Ocorre que, para o autor, a necessidade de gratuidade nos atos processuais, advocatícios e periciais, somente poderá ser avaliada no caso concreto, já que alguém que recebe 10 salários mínimos, mas despense nove salários com despesas médicas, será, sem dúvidas, necessitado na forma da lei.

Já Araújo Júnior e Fernandes (2014) esclarecem que as normas garantidoras da justiça gratuita ao trabalhador estão estampadas na Lei 5.584/70, diploma este específico ao direito processual do trabalho. Para o autor, ao presumir a hipossuficiência do trabalhador perante a justiça do trabalho, este diploma apenas exige uma declaração de que ele não terá condições de arcar com os custos processuais sem prejuízo seu e de sua família.

Assim, antes da denominada Reforma Trabalhista, a OJ 304⁴ da SDI-1 determinava que bastaria a simples declaração do trabalhador ou do advogado, na petição inicial, para estar configurada a necessidade econômica e, dessa forma, passível de estarem atendidos os pressupostos para o deferimento da justiça gratuita.

2.1.1.7 Princípio da Dignidade da Pessoa Humana

Expressamente assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 1º, III, é, assim, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e do Estado Democrático de Direito. Da mesma forma, na Carta Magna, é assegurado no artigo 170, caput, quando dispõem dos princípios da ordem econômica, onde esta terá como fundamentos, entre outros, a valorização do trabalho humano e terá por fim assegurar a todos existência digna (SILVA, 2015b).

⁴ “304 - Atendidos os requisitos da Lei n. 5.584/70 (art. 14, § 2º), para a concessão da assistência judiciária, basta a simples afirmação do declarante ou de seu advogado, na petição inicial, para se considerar configurada a sua situação econômica (art. 4º, § 1º, da Lei n. 7.510/86, que deu nova redação à Lei n. 1.060/50). (cancelada em decorrência da sua aglutinação ao item I da Súmula nº 463 do TST) - Res. 219/2017, DEJT divulgado em 28, 29 e 30.06.2017 – republicada - DEJT divulgado em 12, 13 e 14.07.2017.” (BRASIL, 2003).



Reconhecendo seu valor supremo, e transformada em um dos pilares da ordem jurídica, sua criação não é consequência do sistema constitucional por nós adotado. Valendo-se da filosofia de Kant, para quem o ser humano existe como fim em si, e não simplesmente como meio, a dignidade da pessoa humana é um valor supremo a inspirar a ordem jurídica, e como tal deve orientar, não somente a ordem jurídica, mas a ordem econômica, social e cultural (SILVA, 1998).

Para Santos (2013), é impossível referir-se a democracia sem reconhecer-se a dignidade do ser humano que passa, necessariamente, pela valorização das regras trabalhistas. Para ele, o trabalho representa a “ponte” para a realização de outros Direitos Fundamentais, e assegurar um ordenamento jurídico que proteja as condições socioeconômicas do trabalhador significa a efetivação do Direito do Trabalho e da própria Constituição.

Segundo Castellani e Vicente (2016), os direitos e normas internacionais trabalhistas estão em vigor e positivadas no Brasil, porém, constata-se falta de entrosamento entre as normas positivadas e a integração com a sociedade. Ainda, segundo elas, trata-se da necessidade de promover-se a igualdade em termos sociais.

Os Direitos Humanos correspondem a um sistema de normas, de caráter internacional, que orientam e definem os meios a serem adotados pelos estados, e que serão definidas como Direitos Fundamentais. Implementar as políticas públicas e efetivar estes direitos é que dará a dimensão exata de como está sendo ferida ou não a dignidade humana nestes países (MORAIS; ARAÚJO, 2016).

Dignidade da pessoa humana será a forma ou o conjunto de mecanismos postos a disposição do ser humano com objetivo de garantir que todos tenham um mínimo existencial. Vê-se, desta maneira, que ela está intrinsecamente ligada à forma com que o cidadão é tratado em suas relações, sejam elas particulares, sociais ou profissionais. Ao afirmar que o ser humano deve ser o fim, e não o meio, Kant refere-se não a colocá-lo a serviço do capital visando maximizar seus lucros a qualquer custo, mas utilizar-se do capital para oferecer condições de desenvolvimento pessoal e humanístico. A função do Estado, neste espaço, é a de garantir os mecanismos que possibilitem evitar tal descalabro.



2.2 PROTEÇÃO DO TRABALHADOR NO BRASIL – QUESTÃO HISTÓRICA

O Século XIX é marcado por profundas mudanças no que diz respeito a direitos trabalhistas, inclusive no Brasil. Ao passar pelo processo abolicionista começam a surgir normas principiantes de proteção ao trabalhador. Catharino (apud Silva, 2003, p. 121), informa que a primeira delas digna de nota é o Código Comercial de 1.850 que, onde, inicialmente, aparecem verdadeiras regras de proteção aos trabalhadores do comércio, este antecedente do desenvolvimento da indústria (SILVA, 2003).

A existência de normas complexas e esparsas em um período de crescimento de ideais comunistas, o início de movimentos sociais e o desemprego gerado pelo agravamento da crise de 1929, além da repercussão dos movimentos sociais na Europa, aliados à chegada de Getúlio Vargas ao poder, pela Revolução de 1930, criou as condições favoráveis para a Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil (CEZAR, 2012).

Porém, em que pese a CLT trazer alguns novos institutos para o Direito do Trabalho, trata-se de uma consolidação de normas esparsas, e não de criação de novas regras para o direito laboral. O Decreto 5.452/43 teve como objetivo reunir as normas que já estavam em vigor em um único documento, apesar de, como já informado, inovar em alguns pequenos pontos da legislação (PAULO; ALEXANDRINO, 2010).

Ainda, para SILVA, um período de avultados desenvolvimentos na área trabalhista teve espaço no regime militar das décadas 60 e 70, quando surgem regulamentações acerca do FGTS, do direito de greve, implantação de políticas de reajustes salariais, entre outros. Faz-se mister, também, esclarecer sobre o desenvolvimento de políticas sindicais como a criação das centrais sindicais, marco histórico relativo ao surgimento do direito coletivo, culminando com a denominada Nova República e a Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2003).

Vê-se dessa forma que no Brasil, o desenvolvimento de mecanismos de proteção ao trabalhador seguiu, praticamente, a mesma linha de desenvolvimento de outros países, embora com alguns anos de retardo, em função de o desenvolvimento industrial no Brasil também ter começado anos depois. Teve seu princípio, por



ação do Estado, quando da necessidade imposta pela quase escravidão do trabalho laboral, passando pelos desenvolvimentos adequados no pós-guerra e culminando com a Constituição Federal de 1988, esta adequada aos ditames internacionais relacionados à dignidade da pessoa humana.

2.3 A COBRANÇA DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E PERICIAIS ANTES DA LEI 13.467/17

Inicialmente, torna-se necessário esclarecer que, segundo Leite (2016), despesas processuais englobam uma série de espécies como custas, honorários do perito, honorários do assistente técnico, honorários do advogado, emolumentos, indenização de viagens, diárias de testemunhas, multas impostas pelo juiz, enfim, todos os gastos dispendidos pelo litigante em uma relação processual. Dessa maneira, quando atingidos pela assistência judiciária gratuita, o trabalhador fazia jus aos benefícios acima descritos.

O papel do Direito Processual do Trabalho é garantir ao trabalhador a aplicação das normas, sejam elas constitucionais ou infraconstitucionais, e, principalmente, internacionais, garantidores de Direitos Sociais. Dessa forma, garantir assessoramento jurídico ou técnico aquele que, por sua natureza de hipossuficiência, não possui condições de fazê-lo, faz parte do princípio da proteção dedicada ao trabalhador laboral. Corrigir a desigualdade fática e jurídica da relação é o objetivo deste instituto, garantia estabelecida na Constituição Federal em seu artigo 3º, III, como objetivo fundamento da República Federativa do Brasil (COSTA, 2016).



De acordo com a Súmulas 219⁵ e 329⁶ do TST, bem como a OJ 305⁷ da SDI-1, e com base no art. 790, § 3º da CLT, os honorários sucumbenciais, na Justiça do Trabalho, só eram devidos se a parte trabalhadora, concomitantemente, estivesse assistida pelo Sindicato e ganhasse menos que o dobro do salário mínimo vigente, ou, ainda, comprovasse situação econômica que não lhe permitisse demandar sem prejuízo próprio ou de sua família (RAIMUNDO, 2013).

Para Leite (2016), na Justiça do Trabalho estavam isentos do pagamento de despesas processuais, além das pessoas jurídicas de direito público e do Ministério Público do Trabalho, todos os trabalhadores que litigassem sob o pálio da assistência judiciária gratuita, com remissão expressa aos artigos 14 a 19 da Lei 5.584/70.

Assim, juntamente com os mecanismos acima mencionados, a Lei 5.584/70, em seu artigo 14, era que regulamentava, a cobrança de honorários sucumbenciais e periciais na Justiça do Trabalho. Segundo tal preceito, a assistência judiciária gratuita era devida a todo trabalhador que percebesse menos de dois salários mínimos ou comprovasse que não poderá demandar em juízo em prejuízo de seu sustento ou de sua família, sendo que estes dois institutos não eram

⁵ “HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO (alterada a redação do item I e acrescidos os itens IV a VI em decorrência do CPC de 2015) - Res. 204/2016, DEJT divulgado em 17, 18 e 21.03.2016 I - Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte, concomitantemente: a) estar assistida por sindicato da categoria profissional; b) comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. (artigos 14, § 1º, da Lei n. 5.584/1970). (ex-OJ n. 305 da SBDI-1). II - É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista. III - São devidos os honorários advocatícios nas causas em que o ente sindical figure como substituto processual e nas lides que não derivem da relação de emprego. IV - Na ação rescisória e nas lides que não derivem de relação de emprego, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários advocatícios da sucumbência submete-se à disciplina do Código de Processo Civil (artigos 85, 86, 87 e 90). V - Em caso de assistência judiciária sindical ou de substituição processual sindical, excetuados os processos em que a Fazenda Pública for parte, os honorários advocatícios são devidos entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa (CPC de 2015, artigo 85, § 2º). VI - Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, aplicar-se-ão os percentuais específicos de honorários advocatícios contemplados no Código de Processo Civil.” (BRASIL, 1985).

⁶ “HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 133 DA CF/1988 (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21 de set. de 2003
Mesmo após a promulgação da CF/1988, permanece válido o entendimento consubstanciado na Súmula n. 219 do Tribunal Superior do Trabalho.” (BRASIL, 1993).

⁷ “HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REQUISITOS. JUSTIÇA DO TRABALHO. DJ 11.08.03 Na Justiça do Trabalho, o deferimento de honorários advocatícios sujeita-se à constatação da ocorrência concomitante de dois requisitos: o benefício da justiça gratuita e a assistência por sindicato.” (BRASIL, 2003).



cumulativos, ou seja, mesmo com salário superior, era devida a assistência judiciária gratuita a quem não lhe permitisse demandar sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Dessa maneira, tinha-se como clara a existência de mecanismos protetivos àqueles que necessitassem de amparo judicial e não podiam arcar com os custos deste instituto. Passemos, desta forma, à análise das novas regras.

3 A COBRANÇA DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E PERICIAIS COM AS NOVAS REGRAS DA LEI 13.267/17 E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE

A Lei 13.467/17 introduziu dois novos artigos que tratam do assunto na CLT. Em relação aos honorários sucumbenciais o novo artigo 791-A garante ao advogado da parte vencedora percentuais entre 5% a 15%, mesmo que atue em causa própria. Ainda no parágrafo 3º, a reforma introduziu norma garantidora da existência de sucumbência recíproca, vedando a compensação entre os honorários (BRASIL, 2017a).

Em relação aos honorários periciais, a mesma lei introduziu o artigo 790-B que responsabiliza o sucumbente, na pretensão objeto da perícia, pelos custos envolvidos, ainda que beneficiário da justiça gratuita. O parágrafo 2º inserido possibilitará o parcelamento destes custos e o parágrafo 4º afirma, ainda, que somente em caso do sucumbente beneficiário da justiça gratuita não auferir recursos, neste ou em outros processos, é que a união arcará com o custo da perícia (BRASIL, 2017a).

Já o artigo 790 § 3º, com a nova redação dada pela Lei 13.467,17, prega que poderá ser deferida a Justiça Gratuita, a requerimento ou de ofício, a todos aqueles que comprovarem salário igual ou inferior a 40% (quarenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, suprimindo da redação anterior a possibilidade de requisição do benefício àqueles que, mesmo com salário superior, não tenham condições de suportar o custo do processo sem prejuízo do seu sustento ou de sua família (BRASIL, 2017a).

Trata-se de uma das principais alterações introduzidas pela Lei 13.467/17 no sistema jurídico brasileiro. Da forma como está, tal alteração pode inviabilizar direitos fundamentais e garantias, constitucionalmente inseridas, como a justiça



gratuita e do amplo acesso à justiça. Os riscos econômicos e financeiros, que passam a constituir o processo do trabalho, não são acessíveis à grande maioria dos trabalhadores (DELGADO, 2017a, 2017b)

Para o autor acima citado, com a introdução do Art. 791-A, caput e §§ 1º ao 5º da CLT, os honorários advocatícios passam a serem cobrados do empregador ou do trabalhador, total ou parcialmente, a depender da sucumbência total ou parcial, ou ainda, em situações que envolvam reconvenção. Outra intervenção, não menos infeliz do legislador, diz respeito ao § 4º desse artigo, onde tal norma passa a inviabilizar o mecanismo da Justiça Gratuita, garantido como princípio constitucional expresso (DELGADO, 2017a, 2017b).

A propósito, em relação às mudanças acima mencionadas, a Procuradoria Geral da República já propôs Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), em 24 de agosto de 2017, tendo como objeto, além de outros, os artigos 790-B e 791-A da CLT, introduzidos pela Lei 13.467/2017. Para o PGR, os novos dispositivos da CLT são inconstitucionais por afrontarem normas constitucionais de amplo acesso à justiça, além de imporem barreiras financeiras aos que possuem gratuidade garantida pela Constituição Federal (BRASIL, 2017b).

Segundo o PGR (2017) na ADI 5.766, ao promover a chamada Reforma Trabalhista de 2017, com propósito desregulamentador, a Lei 13.467/70 não respeitou garantias processuais e violou o direito fundamental de trabalhadores pobres de ter acesso ao judiciário, através da justiça gratuita. Assim o fez quando autorizou o uso das verbas trabalhistas, auferidas no processo por beneficiários da justiça gratuita, para pagar honorários periciais e advocatícios sucumbenciais (BRASIL, 2017b).

Citando Canotilho (2003), o autor da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) acima mencionada, informa que o direito de acesso ao judiciário é considerado estrutura do estado democrático de direito. Consagrado nos incisos XXXV e LXXI da CF/88, o princípio basilar é também revelado no plano internacional pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (BRASIL, 2017b).

Continua o notável autor da obra referida que, ao impor a cobrança de honorários sucumbenciais e periciais ao trabalhador hipossuficiente, assumindo



riscos da demanda processual, em prejuízo de verbas alimentícias, a medida vai na contramão dos movimentos democráticos que garantiram o amplo acesso ao Judiciário. É a derrota de uma garantia fundamental instituída à classe trabalhadora, indispensável à prover condições mínimas de vida digna ao trabalhador hipossuficiente (BRASIL, 2017b).

Para Carvalho (2017), as alterações promovidas pela Lei 13.467/2017 dificultam o acesso à justiça pelo trabalhador, constituindo fonte de inconstitucionalidade latente. Para o autor, ao inverter a lógica do processo trabalhista, prevendo a não miserabilidade do trabalhador e sua autossuficiência, impõem-lhe um ônus desproporcional.

Em análise às mudanças do artigo 790-B da CLT, Delgado (2017) leciona que tais inovações desconsideram proteções e prioridades que o ordenamento jurídico confere a verbas de natureza alimentar, além de evidente menosprezo a garantia constitucional de acesso à justiça.

Ao inserir o § 4º do artigo 790 da CLT, exigindo que somente será concedido o benefício da justiça gratuita ao trabalhador que provar não possuir condições de arcar com o pagamentos das custas processuais, o legislador fere, também, o princípio da vedação do retrocesso social e, novamente, impede a concretização de um direito fundamental. Ocorre que, pela redação anterior, bastava firmar uma declaração de hipossuficiência para garantir o benefício (LEITE, 2017).

Em reportagem publicada no site Consultor Jurídico em 1 de maio de 2018, sob o título “Dividido, TST busca consenso interno para aplicar a reforma trabalhista”, o Ministro Vieira de Melo Filho (apud CAVALCANTI 2018) afirma que as novas regras “[...] abalam as estruturas do Direito do Trabalho.” Continua o Excelentíssimo Ministro dizendo que as normas trabalhistas visam equilibrar a relação e que agora encontra-se invertida, passando a proteger a parte mais pesada da balança. Finaliza dizendo que, hoje, seria mais benéfico ao trabalhador aplicar o Código Civil do que a CLT (CAVALCANTI, 2018).

Para Mazzuoli (apud SQUEFF; SQUEFF, 2017) as normas relacionadas ao Direito do Trabalho, instituídas pela OIT, estabelecendo padrões internacionais de proteção ao trabalhador, buscam diminuir o risco de flexibilizações massivas internamente, reduzindo-se normas protecionistas já consagradas. Ainda, Paiva (apud



SQUEFF; SQUEFF, 2017) ressalta que embora não se negue alguma flexibilização, uma vez adotadas as regras da Organização Internacional do Trabalho, a modificação unilateral, com vistas ao desenvolvimento econômico, não será possível.

Como vê-se acima, as alterações trazidas à CLT pela Lei 13.467/17, no que tange à cobrança de honorários sucumbenciais e periciais, vão contra a maioria dos princípios constitucionais e normas internacionais do direito do trabalho. Trata-se, até mesmo, de inverter-se a lógica protecionista da parte hipossuficiente conquistada durante décadas e, em alguns casos, séculos de evolução da legislação, tornando a referida Lei, claramente, inconstitucional.

4 CONCLUSÃO

A Revolução Industrial e a Revolução Francesa são marcos históricos que, além de suas próprias finalidades, simbolizam o auge da imposição do poder econômico sobre o poder laboral. Nesse período, as condições de trabalho do proletariado chegaram ao ponto de, hoje, serem consideradas impróprias ao regime de escravidão que assolou a humanidade.

Os movimentos que ali surgiram, e que se estenderam durante os últimos dois séculos, buscaram, não garantir direitos ou vantagens ao trabalhador, mas minimizar a exploração da mão de obra pelos detentores do capital. Exploração esta reconhecida, pelos diversos órgãos internacionais formados no pós-guerra, como consequência da busca incessante pelo lucro e acúmulo de bens patrimoniais em prejuízo da classe trabalhadora.

Principalmente ao longo do século XX, inúmeros foram as conquistas mundiais neste setor. Particularmente, no Brasil, várias também foram os avanços nesta área: políticas internacionais estabelecidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) foram internalizadas e suas regulamentações estabelecidas; procedimentos de segurança técnica foram padronizados; a constitucionalização de direitos sociais e do trabalhador como Direitos e Garantias Fundamentais; a criação de mecanismos jurídicos (materiais e processuais) visando garantir um mínimo de igualdade de condições entre o capital e o trabalho, numa relação já desigual por natureza.



A chegada da Lei 13.467/17 ignora todos estes avanços e garantias mostradas ao longo do trabalho, que foram mecanismos estabelecidos pela sociedade, nacional e internacional, como forma de equilibrar uma relação em que um dos lados não possui poder de negociação. O capital é indubitavelmente mais forte e estabelece a forma e as condições de trabalho se o estado, ou a Lei, de outra forma assim não o fizer, quiçá quando a própria Lei o estabelece de forma diversa.

Ao estabelecer a cobrança de honorários periciais e sucumbenciais do trabalhador, a denominada Reforma Trabalhista, vai contra todo o processo de criação de mecanismos de igualdade desenvolvidos nestes últimos dois séculos e, especialmente, os mecanismos constitucionais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 com suas normas regulamentadoras infraconstitucionais e, ou até mesmo, doutrinárias e jurisprudenciais.

Tal cobrança, acima mencionada, diminuindo ou, até mesmo, eliminando mecanismos processuais, fere norma constitucional de proibição ao retrocesso social, e especialmente norma de acesso à justiça, esta considerada mundialmente como garantidora de dignidade humana frente às violações cometidas pelo poder econômico.

Continuando, desequilibra uma relação, princípio da isonomia, em que os mecanismos criados, e agora eliminados, visam exatamente garantir igualdade entre os litigantes que já iniciam um processo em desvantagem. Empregadores possuem ao seu dispor um corpo jurídico e amplo capital para investir em suas lides, enquanto que o trabalhador será forçado a utilizar do resultado que garantiria seu sustento para litigar.

Dessa forma, ao afrontar os princípios constitucionais mencionados, afronta aquele que é o principal mecanismo aferido pelos tratados internacionais de Direitos Humanos, a dignidade da pessoa humana. Se nos referimos a Kant, para quem tal expressão seria exatamente o de não tornar o ser humano coisificado, este parece ser o resultado da atual Reforma.

A propósito, de tudo o que foi dito acima, já no finalizar deste trabalho, foi tomada uma importante decisão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais –, em que a corte, por maioria absoluta de votos, declarou inconstitucional a cobrança de custas processuais a beneficiários da justiça gratuita,



aprovando, inclusive, Súmula destacando a inconstitucionalidade da expressão “ainda que beneficiário da justiça gratuita”, constante do § 2º e a íntegra do § 3º do art. 844 da CLT, ambos os dispositivos introduzidos pela Lei 13.467/17. Segundo o Tribunal, os dispositivos mencionados violam diretamente os princípios constitucionais da isonomia e inafastabilidade de jurisdição expressos no art. 5º da Constituição Federal.

Da mesma forma, o TRT da 19ª Região (Alagoas), através do Pleno do Tribunal, no dia 07 de novembro, decidiu, por unanimidade, pela inconstitucionalidade da cobrança de honorários da cobrança de honorários sucumbenciais ao trabalhador beneficiário da justiça gratuita.

A decisão do TRT mineiro e alagoano vem respaldar o que está sendo abordado neste trabalho, demonstrando, assim, a tendência de inconstitucionalidade da norma em comento.

Assim, resta-nos claro a inconstitucionalidade das normas trazidas pela Lei 13.567/17, no que diz respeito à cobrança de honorários sucumbenciais e periciais na Justiça do Trabalho, por afrontar princípios considerados pela doutrina como basilares na construção de Direitos Humanos e constitucionalizados pelo Brasil em 1988.

REFERÊNCIAS

ABAL, Felipe Citolin. O contrato de trabalho do atleta profissional de futebol frente aos direitos fundamentais trabalhistas. **Espaço Jurídico Journal Of Law**, Joaçaba, v. 13, n. 2, p. 325-336, jul./dez. 2012. Disponível em <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/viewFile/1455/1117>. Acesso em: 22 out. 2018.

ALVARENGA, Rubia Zanotelli de. A organização internacional do trabalho e a proteção aos direitos humanos do trabalhador. **Revista Eletrônica de Jurisprudência**, Porto Alegre, ano 3, n. 38, p. 56-71, jan. 2007. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/80598/2007_alvarenga_rubia_organizacao_internacional.pdf?sequence=1. Acesso em: 5 mar. 2018.



ARAÚJO JUNIOR, Francisco Milton; FERNANDES, Igor dos Reis. O benefício da gratuidade da justiça ao empregador na seara processual trabalhista à luz da constituição. **Revista Eletrônica de Jurisprudência**, Porto Alegre, ano 10, n. 167, p. 66-72, abr. 2014. Disponível em: https://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/acervo/Doutrina/artigos/Revista_Eletronica/2014/Revista%20Eletr%C3%B4nica%20n.%20167.pdf. Acesso em: 4 ago. 2018.

ARAÚJO, Thicianna da Costa Porto. Acesso à justiça e efetividade do processo. **Revista Tema Corel 111**, Campina Grande, v. 8, n. 12, p. 1-11, jan./jun. 2009. Disponível em <http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/viewFile/17/37>. Acesso em: 1 maio 2018.

BAINY, André Kabke; CONCEIÇÃO, Lucas Gonçalves, ARAGÃO, Valdenir Cardoso. Justiça gratuita e o acesso à justiça: uma relação a ser aprimorada. **Repositório Institucional da Universidade de Rio Grande**, Rio Grande, 2013. Disponível em <http://repositorio.furg.br/handle/1/5246>. Acesso em: 1 maio 2018.

BARBOSA, Thiago Ulhoa; CARVALHO PINTO, Rafael Morais. Direito do trabalho: do nascimento aos tempos atuais. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 56-71, jul./dez. 2010. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/P.2318-7999.2010v13n26p56/3974>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BARROS, Suzana de Toledo. **O Princípio da Proporcionalidade e o Controle de Constitucionalidade das Leis Restritivas de Direitos Fundamentais**. 3. ed. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2003.

BOVOLENTA, Gisele Aparecida; KOHN, Silvane Cunha; SOARES, Maria Aparecida Mendes. A (des)proteção social do trabalhador: os casos de acidentes de trabalho. **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 16, n. 2, p. 56-82, 2007. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/104/200>. Acesso em: 13 ago. 2018.



BRASIL. Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 219, de 26 de set. 1985. Honorários Advocatícios. Cabimento. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 26 set. 1985. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_201_250.html#SUM-219. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Súmula n. 329, de 28 de dez. de 1993. Honorários Advocatícios. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 28 dez. 1993. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-329. Acesso em: 1 maio 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Orientação Jurisprudencial da SDI-1. Honorários Advocatícios. Requisitos. Justiça do Trabalho. **Diário da Justiça**, Brasília, DF, 11 ago. 2003. Disponível em: http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDI_1/n_s1_301.htm. Acesso em: 1 maio 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.766**, de 2017b. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=5766&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>. Acesso em: 13 ago. 2018.

BRASIL. Decreto Lei n. 5.452 de 1 de maio de 1.943. Aprova a consolidação das leis do trabalho, Brasília, DF, 1 maio 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 ago. 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 13 ago. 2018.

CARVALHO, Fábio Lopes de. A reforma trabalhista e a justiça do trabalho: breves comentários à lei 13.467/2017. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, nov. 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/125432>. Acesso em: 11 mar. 2018.



CASTELLANI, Roberta, VICENTE, Marina. Oit/Brasil e sua contribuição efetiva ao direito fundamental do trabalho através da promoção da igualdade de oportunidades e tratamento de gênero, raça e etnia – mulheres negras. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA, 4., 2016, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF, 2016. Disponível em <http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/cbpcc/article/view/746/791>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CAVALCANTI, Hylda. Dividido, TST busca consenso interno para aplicar reforma trabalhista. **Revista Consultor Jurídico**, São Paulo, 1 maio 2018. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2018-mai-01/dividido-tst-busca-consenso-aplicar-reforma-trabalhista?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook. Acesso em: 1 maio 2018.

CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT: histórico da consolidação das leis trabalhistas brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Brasília, DF, ano 3, n. 7, jul./set. 2012. Disponível em: <http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/3%C2%BA-artigo-Frederico-Gon%C3%A7alves.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

COSTA, Daniel de Oliveira Cleve. **Efetividade da execução trabalhista – o papel do juiz em concretizar a proteção do trabalhador**. 2016. 55 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46301/93.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 mar. 2018.

CREPALDI, Joaquim Donizeti. **O princípio da proteção e a flexibilização das normas do direito do trabalho**. São Paulo: LT̄, 2003.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 16. ed. rev. e ampl., São Paulo: LT̄, 2017a.

DELGADO, Mauricio Godinho. Direitos fundamentais na relação de trabalho. **Revista de direitos e garantias fundamentais**, Vitória, v. 18, n. 3, 2017b. Disponível em: <http://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/40>. Acesso em: 11 mar. 2018.



DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil com os comentários à lei n. 13.467/2017**. São Paulo: LTr, 2017.

DONATO, Maria Clara. Princípios gerais do direito internacional do trabalho e o surgimento da OIT. *Revista Jurídica Portucalense*, Porto, n. 19, p. 100-120, 2016. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/juridica/article/view/7625/7321>. Acesso em: 5 mar. 2018.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Dos princípios do direito do trabalho no mundo contemporâneo. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região*, Campinas, n. 27, p. 85-105, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/106056>. Acesso em: 18 mar. 2018.

GÊNOVA, Leonardo de. **O princípio da proteção ao trabalhador brasileiro e suas perspectivas no século 21**. 2006. 159 p. Dissertação (Mestrado) – Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, Marília, 2012. Disponível em: <http://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/643/O%20princ%C3%ADpio%20da%20prote%C3%A7%C3%A3o%20ao%20trabalhador%20brasileiro%20e%20suas%20perspectivas%20no%20s%C3%A9culo%20XXI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 2018.

GURGEL, Iara Maria Pereira. **Direitos Humanos, Princípio da Igualdade e Não Discriminação: Sua Aplicação Às Relações de Trabalho**. 2007. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/teste/arqs/cp040476.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

HERTEL, Daniel Roberto. Reflexos do princípio da isonomia no direito processual. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 761, 4 ago. 2005. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7112>. Acesso em: 3 ago. 2018.

HOFFMANN, Fernando. **O Princípio da Proteção ao Trabalhador e a Atualidade Brasileira**. São Paulo: LTr, 2003.



LEITE, Carlos Henrique Bezerra. A reforma trabalhista e a desconstitucionalização do acesso à justiça do trabalho: breves comentários sobre alguns institutos de direito processual do trabalho. **Revista de Direito Unifacs Debate Virtual**, Salvador, n. 208, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/5087/3250>. Acesso em: 30 mar. 2018.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Manual de Processo do Trabalho**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, Francisco Meton Marques de. **Os Princípios do Direito do Trabalho na Lei e na Jurisprudência**. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: LTr, 1997.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês; Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade. Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España e Portugal**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313703015>. Acesso em: 7 set. 2018.

MARTINS, Nei Frederico Cano. Os princípios do direito do trabalho e a flexibilização ou desregulamentação. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, São Bernardo do Campo, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: revista.direitosbc.br. Acesso em: 18 mar. 2018.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Integração das convenções e recomendações internacionais da OIT no Brasil e sua aplicação sob a perspectiva do princípio *pro homine*. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 43, p. 71-94, jul./dez. 2013. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/103917/2013_mazzuoli_valerio_integracao_convencoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 mar. 2018.

MORAIS, Lucas Andrade de; ARAÚJO, Jailton Macena de. Trabalho, direitos humanos e desenvolvimento; políticas públicas de inserção sociolaboral como meio de promoção de cidadania do trabalhador. **Revista Jurídica Direito e Paz**, Lorena, ano 18, n. 34, p. 35-56, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/dmenegat/Downloads/249-1-1579-1-10-20161202.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.



MORAIS, Michele Nogueira. O acesso a justiça e a exigência de depósito prévio de honorários periciais na justiça do trabalho. **Revista Anima Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades Opet.**, Curitiba, ano 5, n. 11, jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.anima-opet.com.br/anima_11.php. Acesso em: 1 de jul. 2018.

NETTO, Luísa Cristina Pinto. **O princípio de proibição de retrocesso social**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

PAROSKI, Mauro Vasni. **Direitos Fundamentais e Acesso à Justiça na Constituição**. São Paulo: LTr, 2006.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 14. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense; Método: 2009.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Manual de Direito do Trabalho**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

PINHEIRO, Maria Cláudia Bucchianeri. A constituição de Weimar e os direitos fundamentais sociais. **Revista de Informação Legislativa do Senado Federal**. Brasília, DF, ano 43, n. 169, p. 108-110, 112-115, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496901/RIL169.pdf?sequence=1#page=100>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PIRES, Horácio de Senna. Direito do Trabalho: A atualidade do princípio da proteção. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 77, n. 2, p. 125-132, abr./jun. 2011. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/25352/010_pires.pdf?sequence=4. Acesso em: 5 mar. 2018.

RAIMUNDO, Daiane da Rocha. **Jus postulandi x inexistência de honorários sucumbenciais na justiça do trabalho**. Juiz de Fora, 2013. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/4736>. Acesso em 30/03/18. Acesso em: 30 mar. 2018.

RODRIGUES, Américo Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3. ed. fac. São Paulo: LTr, 2015.



SANTOS, Lulu. O (Trans)Constitucionalismo, o Direito Internacional e o Direito do Trabalho: um Complexo Normativo em Busca da Proteção ao Trabalhador Brasileiro. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, Belo Horizonte, v. 16, n. 32, 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Direito/article/view/P.2318-7999.2013v16n32p352/6094>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SILVA JUNIOR, Luiz Carlos da. O princípio da vedação ao retrocesso social no ordenamento jurídico brasileiro. Uma análise pragmática. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3651, jun. 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24832>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SILVA, Guilherme Oliveira Catanho da. **O meio ambiente do trabalho e o princípio da dignidade da pessoa humana**. 2015a. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32202-38307-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SILVA, José Afonso. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 212, 1998. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br. Acesso em: 8 jul. 2018.

SILVA, José Afonso. Acesso a Justiça e cidadania. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 216, p. 9-16, abr./jun. 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/47351>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SILVA, Leda Maria Messias da; NOVAES, Milaine Akahoshi. Dumping social e dignidade do trabalhador no ambiente de trabalho: propostas para redução da precarização. **Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v.4, n. 43, p. 22-39, ago. 2015b. Disponível em <https://hdl.handle.net/20.500.12178/89993>. Acesso em: 24 mar. 2018.

SILVA, Walkure Lopes Ribeiro da. Direito do trabalho brasileiro: principais aspectos de sua evolução histórica e as propostas de modernização. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Porto Alegre, v. 69, n. 2, p. 120-138, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/3966>. Acesso em: 31 mar. 2018.



SQUEFF, Tatiana de A. F. R. Cardo; SQUEFF, André Bassani. A efetividade do direito do trabalhador: por um diálogo necessário entre direito internacional e o direito do trabalho através do transconstitucionalismo. **Prisma Jurídico**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 205-240, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/934/93453803009.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhando sem medo: alguns argumentos em defesa da Convenção n. 158 da OIT. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 235-246, jul./dez. 2007.



COMPARTILHAMENTO DE VIDA AMPLO E CONTÍNUO: UM NOVO CONCEITO DE COABITAÇÃO

Michele Martins da Silva¹
Maria Cristina Cereser Pezzella²

RESUMO

O presente artigo científico tem como finalidade analisar a necessidade de coabitação (vida em comum, no domicílio conjugal), na sociedade da informação em que vivemos, para a configuração da entidade familiar. Para tanto, revisa o conceito atual de família, as características essenciais para a configuração do casamento e da união estável, examina a conceituação de sociedade da informação, de coabitação, esse no sentido da vida em comum, no domicílio conjugal, e da autonomia privada. De forma a concluir que domicílios separados, com a manutenção da unidade familiar, devem ser considerados como exercício da autonomia privada, até porque as relações familiares, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, prescindem de coabitação (vida em comum, no domicílio conjugal) para que a entidade familiar do casamento e ou da união estável restem configuradas juridicamente.

Palavras-chave: Família. Casamento. União Estável. Sociedade da Informação.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade da informação, na qual as diversas tecnologias existentes possibilitam meios diversificados de contato e interação relacionais, de forma que naturalmente as relações interpessoais transformaram-se, criando um novo espaço de interação.

As fronteiras do afeto e das relações interpessoais ampliaram-se, inclusive as familiares; modificando-se alguns institutos, como a coabitação, que passou a ser desnecessária para a configuração da entidade familiar.

¹ Mestra em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Pós-graduada em Direito Processual Civil pela Universidade do Vale do Itajaí; Servidora Pública Estadual.

² Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná; Mestra em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora de Pós-graduação em Direito na Universidade do Oeste de Santa Catarina; Advogada.



Neste contexto, o presente estudo visa analisar a necessidade de coabitação (vida em comum, no domicílio conjugal), na sociedade da informação em que vivemos, para a configuração da entidade familiar. Para tanto, revisa o conceito atual de família, as características essenciais para a configuração do casamento e da união estável, examina a conceituação de sociedade da informação, de coabitação, este no sentido da vida em comum, no domicílio conjugal, e da autonomia privada.

2 FAMÍLIA

O conceito de família se transforma, ao longo do tempo, em razão de diversos fatores, como cultura, desenvolvimento da sociedade, desenvolvimento individual.

Família, assim, pode ter mais de um significado, dependendo de quem interprete. Para algumas pessoas pode-se chamar de família as pessoas com quem se convive no ambiente de trabalho, na comunidade; para outras, é considerada família apenas quem tem algum parentesco consanguíneo ou jurídico.

Para Maria Berenice Dias (2015, p. 29) a “família é um agrupamento informal, de formação espontânea no meio social, cuja estruturação se dá através do direito”. A família surge para organizar a sociedade. E com o fim de estruturar a família surgiu a instituição do casamento.

Antigamente, segundo Maria Berenice Dias (2015, p. 30), “em uma sociedade conservadora, os vínculos afetivos, para merecerem aceitação social e reconhecimento jurídico, necessitavam ser chancelados pelo que se convencionou chamar de matrimônio”, os membros da família representavam força de trabalho, que normalmente era desenvolvido no meio rural, de forma que a entidade familiar era patrimonializada (DIAS, 2015).

Após a Revolução Industrial o foco mudou, modificou-se a estrutura familiar, alterou-se sua essência reprodutiva e produtiva, uma vez que a família migrou do campo para as cidades, passou a residir em espaços menores, cada membro passou a contribuir separadamente com seu trabalho, diferentemente do que ocorria no meio rural, onde a produção era coletiva. Essa mudança aproximou



os membros afetivamente (DIAS, 2015) e contribuiu para a valorização do indivíduo no seio familiar.

2.1 BREVE HISTÓRICO

Inicialmente, para a formalização e validade da união, havia o Casamento Religioso, o Casamento Civil surgiu apenas em 1891.

Importante ressaltar nesse momento que a família era considerada um centro de riquezas e uma forma de perpetuar o patrimônio (SANTOS, 2018).

De forma que até o Código Civil de 1916, que visava preservar o patrimônio, regulou as relações familiares do casamento, uma vez que era possível constituir família, protegida como tal pela legislação nacional, apenas pelo casamento. Em um primeiro momento o casamento era indissolúvel, porém com as transformações da sociedade, ao longo do tempo, o matrimônio passou a admitir a separação, e a partir da Lei do Divórcio, também o divórcio; para tanto, era exigida a identificação de um culpado, além de outros requisitos (DIAS, 2015).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, o conceito de família foi alterado, ampliado; novas entidades familiares passaram a ser aceitas e protegidas pelo ordenamento jurídico brasileiro (DIAS, 2015). A dignidade da pessoa humana passou a ser o centro de proteção, ou seja, o indivíduo e não mais apenas a entidade familiar passou a ser protegida pelo ordenamento jurídico.

Afastou-se, assim, da entidade familiar o enfoque patrimonializado, concentrando-se sob a pessoa humana (SANTOS, 2018).

Assim, a partir da Constituição Federal 1988 o conceito de família sofreu transformações significativas; passaram a ser consideradas para a sociedade família o grupo formado por pessoas unidas apenas pelo afeto. O afeto passou a ser mais importante para a caracterização de uma família do que algumas formalidades legais antes exigidas.

A união estável e a família monoparental passaram então a receber especial proteção do Estado, sendo consideradas entidades familiares. A partir de então essas novas entidades familiares vêm conquistando vários direitos, equivalentes à entidade familiar do casamento.



Tanto o casamento, como a união estável, que podem ser hetero ou homoafetivas, como também famílias com um pai ou uma mãe e descendente(s), passaram a ser consideradas juridicamente uma entidade familiar. Os direitos e deveres, cada vez mais, se aproximam, deixando as diferenças de lado.

O entendimento de que não é a formalidade que mantém a união, mas sim o afeto, se tornou cada vez mais presente.

Ainda assim, alguns requisitos para configurar as entidades familiares se fazem necessários para preservar direitos e deveres recíprocos; não obstante, algumas características antigamente usuais estão se tornando obsoletos, principalmente em razão das novas tecnologias desta era da informação.

3 CASAMENTO

Tratando-se de casamento, “o sentido da relação matrimonial melhor se expressa pela noção de comunhão de vidas, ou comunhão de afetos.” (OLIVEIRA, 2002, p. 291).

O vínculo jurídico criado entre os cônjuges forma uma comunhão de vidas no aspecto social, espiritual e patrimonial, este conforme o regime de bens escolhido (MAIA, 2008).

O casamento pode ser civil e/ou religioso, de acordo com a legislação brasileira vigente. Não obstante, poderá haver o casamento apenas religioso se devidamente registrado, passando, assim, a ter validade civil.

Outrossim, segundo Venosa (2007, p. 25) “o casamento amolda-se à noção de negócio jurídico bilateral, na teoria geral dos atos jurídicos. Possui as características de um acordo de vontades que busca efeitos jurídicos.”

Contudo, Venosa (2007, p. 26) salienta que “trata-se, pois, de negócio jurídico complexo, com características de negócio jurídico e de instituição.” Ressalta, ainda, que do ponto de vista da instituição casamento, se observa a vida em comum, os direitos e os deveres dos cônjuges, a educação dos filhos.

Assim, o negócio jurídico realizado, através do contrato, no direito de família, não é um contrato qualquer, é um contrato específico para tal fim (VENOSA, 2007), pois é um negócio jurídico com peculiaridades próprias.



Além dos requisitos relativos ao negócio jurídico, agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável forma prescrita ou não defesa em lei, vislumbram-se outros requisitos essenciais para a validade do casamento, quais sejam: a celebração e o consentimento.

Dessa forma, o casamento se realiza no momento em que dois indivíduos manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados (Art. 1514 do CC) (BRASIL, 2009).

Para tanto, necessário fazer um requerimento de habilitação para o casamento, que deverá ser firmado por ambos os nubentes, de próprio punho, ou, a seu pedido, por procurador, e deve ser instruído com documentos descritos no Art. 1525 do CC. A habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil (Art. 1526 do CC) (BRASIL, 2009).

Estando em ordem a documentação, o oficial extrairá o edital, que afixará durante quinze dias nas circunscrições do Registro Civil de ambos os nubentes, e, obrigatoriamente, publicará na imprensa local, se houver (Art. 1527 do CC) (BRASIL, 2009). Os impedimentos quanto as causas suspensivas serão opostos em declaração escrita e assinada, instruída com as provas do fato alegado, ou com a indicação do lugar onde possam ser obtidas (Art. 1529 do CC) (BRASIL, 2009).

Cumpridas as formalidades dos Arts. 1.526 e 1.527 e verificada a inexistência de fato obstativo, o oficial do registro extrairá o certificado de habilitação (Art. 1531 do CC) (BRASIL, 2009).

Celebrar-se-á o casamento, no dia, hora e lugar previamente designados pela autoridade que houver de presidir o ato, mediante petição dos contraentes, que se mostrem habilitados com a certidão do art. 1.531 (Art. 1533 do CC) (BRASIL, 2009). Do casamento, logo depois de celebrado, lavrar-se-á o assento no livro de registro (Art. 1536 do CC) (BRASIL, 2009).

O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais (Art. 1542 do CC) (BRASIL, 2009).

Importante frisar que o casamento celebrado no Brasil prova-se pela certidão do registro civil. Todavia, justificada a falta ou perda do registro civil, é admissível qualquer outra espécie de prova (Art. 1543 do CC) (BRASIL, 2009).



Para garantir a eficácia e a validade do casamento, a lei aponta determinadas aptidões para os nubentes, como também certos atos revestidos de solenidades prévias, intrínsecas e extrínsecas (VENOSA, 2007).

3.1 INVALIDIDADE DO CASAMENTO

O processo da habilitação para o casamento, que é tratado no Código Civil (CC), Art. 1525 e seguintes, pela Lei dos Registros Públicos (Lei n. 6015/73, Arts. 67 a 69), é uma das solenidades prévias próprias do casamento (MAFRA, 2008) como também, a solenidade do ato nupcial e a união exclusiva, que também são consideradas características próprias do casamento (MAIA, 2008).

A capacidade é aquela definida no Art. 1517 do CC, referente à idade mínima para poder casar sem a autorização dos pais ou de seus representantes legais.

Nesta mesma linha, há que serem observados os impedimentos para o casamento, apontados nos Arts. 1521 e seguintes do CC. Os impedimentos podem ser, de acordo com o Código Civil, em seus Arts. n. 1521 e n. 1523, respectivamente, absolutos, em que a não observância gera nulidade do ato com base no Art. n. 1548, II do CC; e relativos, os quais, se não atendidos, geram a anulabilidade com base no Art. 1550 do CC. Os impedimentos absolutos não podem ser supridos ou sanados (MAFRA, 2008).

Assim, não podem casar, gerando impedimento absoluto: os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; os afins em linha reta; o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante; os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; o adotado com o filho do adotante; as pessoas casadas; o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.

Quanto aos impedimentos relativos ou às causas suspensivas, estas não invalidam o ato matrimonial, sendo meramente punitivas, atingindo o patrimônio do casal, ou melhor, em alguns casos, previstos em lei, esta impõe um regime de



bens específico e obrigatório para o casal impedido relativamente. Podem ser desconsideradas mediante autorização judicial (MAFRA, 2008).

Não há que se falar em ato nulo ou anulável se o dito ato não ocorreu juridicamente, ou seja, se não foi realizado o casamento, não poderá se falar em casamento nulo ou anulável, pois o mesmo nunca se realizou juridicamente, é um ato inexistente, embora possa ter acontecido de fato. Apenas os atos que foram juridicamente realizados são passíveis de anulação ou nulidade.

Quando há ausência de vontade ou for celebrado por autoridade totalmente incompetente o casamento será considerado inexistente uma vez que estes são requisitos básicos para sua configuração (TARTUCE, 2015).

Outrossim o casamento poderá ser nulo, de acordo com o disposto no Art. 1548 do CC, quando houver infringência de impedimento (Arts. 1521 e 1522 do CC – decorrentes de parentesco consanguíneo, de parentesco por afinidade, de parentesco civil, de vínculo matrimonial e de crime) (TARTUCE, 2015).

O casamento também poderá ser anulado, conforme o Art. 1550 do CC. Assim, é anulável o casamento de quem não completou a idade mínima para casar; do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal; por vício da vontade, nos termos dos Arts. 1.556 a 1.558; do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento; realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges; por incompetência da autoridade celebrante.

Quanto às hipóteses de anulação descritas no Art. 1.550 do CC, são consideradas sanáveis, quais sejam:

Art. 1.550. É anulável o casamento:

- I - de quem não completou a idade mínima para casar;
- II - do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal;
- III - por vício da vontade, nos termos dos Arts. 1.556 a 1.558;
- IV - do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento;
- V - realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges;
- VI - por incompetência da autoridade celebrante.



Parágrafo único. Equipara-se à revogação a invalidade do mandato judicialmente decretada. (VENOSA, 2007).

É igualmente anulável o casamento em virtude de coação, quando o consentimento de um ou de ambos os cônjuges houver sido captado mediante fundado temor de mal considerável e iminente para a vida, a saúde e a honra, sua ou de seus familiares (Art. 1558 do CC).

Não obstante não se anulará, por motivo de idade, o casamento de que resultou gravidez (Art. 1551 do CC). O casamento também poderá ser anulado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro (Art. 1.556 do CC).

Destarte, a ação cabível para os atos praticados sem a outorga conjugal é a ação anulatória, a qual é privativa do outro cônjuge ou de seus herdeiros. Poderá ser pleiteada a qualquer momento durante a sociedade conjugal ou até dois anos depois de terminada a mesma sociedade (VENOSA, 2007).

Ainda, convém acrescentar que existe a possibilidade de casamento válido e eficaz através de procuração.

Neste sentido, conforme o disposto no Art. 1542 do CC, o casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento público, com poderes especiais, com o prazo de 90 dias. Sendo que a revogação do mandato não necessita chegar ao conhecimento do mandatário, mas, celebrado o casamento sem que o mandatário ou o outro contraente tivessem ciência da revogação, responderá o mandante por perdas e danos.

Salienta-se que só por instrumento público se poderá revogar o mandato (Art. 1542, § 4º CC).

Depois de celebrado o casamento, apenas os interessados ou o Ministério Público poderão buscar a anulação do casamento (MAFRA, 2008).

3.2 EFEITOS PESSOAIS DO CASAMENTO E SEUS DEVERES

Válido e eficaz o casamento, dele resultarão efeitos, que poderão ser: efeitos sociais, pessoais e patrimoniais (MAIA, 2008).



Os efeitos do casamento estão previstos no nosso Ordenamento Jurídico no Art. 1565 e seguintes do CC, no Capítulo IX, da Eficácia do Casamento.

De acordo com o doutrinador Coelho (2011, p. 62), os efeitos do casamento são quatro:

- Constituição familiar pela vinculação criada entre os cônjuges;
- Possível alteração do nome dos cônjuges;
- Surgimento de deveres conjugais;
- Efeitos significativos no patrimônio dos cônjuges, de acordo com o regime de bens escolhido.

Os efeitos sociais dizem respeito às consequências jurídicas advindas do casamento, da comunhão de vida constituída perante a sociedade, ou melhor, da criação da família, como a mudança do Estado Civil e o estabelecimento do vínculo de parentesco por afinidade entre um cônjuge e os parentes do outro.

Os efeitos pessoais decorrem dos direitos e dos deveres dos cônjuges. Dentre os quais, o dever de fidelidade recíproca, de vida em comum, de mútua assistência, de sustento, guarda e educação dos filhos, de respeito e consideração mútuos, apontados no Art. 1566 do CC.

A vida em comum no domicílio conjugal relaciona-se ao dever de coabitação. Envolve plena comunhão de vida, divisão de esforços e compartilhamento de realizações (FREITAS, 2012). Igualmente, na visão tradicional, relacionava-se com o dever de manter relações sexuais, o que atualmente infringe vários princípios como o princípio da autonomia da vontade e da dignidade da pessoa humana, de forma que resta afastada esta relação. (DIAS, 2015)

O conceito de coabitação, assim, deve ser visualizado a partir da realidade social, como sustenta Dias (2015, p. 174):

A imposição legal de vida no domicílio conjugal não se justifica, pois compete a ambos os cônjuges determinar onde e como vão morar. Necessário respeitar a vontade dos dois, sendo de todo descabido impor um lar comum, até porque a família pode ter mais de um domicílio (CC 71). Cada vez com mais frequência, casais vêm optando por viverem em residências diversas, o que não significa infringência ao dever conjugal. Com o fim da separação e da identificação de culpados, os



deveres conjugais perderam ainda mais o significado. As figuras de abandono do lar (CC 1.573 IV) e conduta desonrosa (CC 1.573 VI) não podem ser invocadas para a imposição legal do dever de coabitação.

Importante salientar que apesar do casamento, a personalidade de cada cônjuge continua distinta, apesar da comunhão de vida. E, portanto, vale acrescentar que o dever de respeito e consideração mútuos deve abarcar a inviolabilidade da vida, da liberdade, da integridade física e moral, da privacidade de cada cônjuge (FREITAS, 2012).

Nessa realidade, entende-se perfeitamente possível que cônjuges se mantenham em lares distintos, em cidades, estados ou até países diferentes, sem que haja o rompimento do afeto, do amor existente entre ambos, sem que este fato seja apto para romper a união (TARTUCE, 2015).

A autonomia do ser humano, neste ponto, que advém da sua vontade, livre e consciente, com a finalidade de autogovernar-se é de extrema importância.

A escolha do domicílio é exercício da autonomia privada individual e do casal. Salientando, por oportuno, que se entende por autonomia privada a manifestação de vontade do indivíduo, concludente, disciplinada pelo ordenamento jurídico, ou não contrária a este, obedecendo os pressupostos de validade.

Ainda, que a autonomia privada é considerada um meio de realização da dignidade da pessoa humana por ser uma manifestação da liberdade; (MEIRELES, 2009) a “autonomia privada significa auto-regulação de interesses, patrimoniais e não patrimoniais,” (MEIRELES, 2009, p. 74) que são regulados pelo ordenamento jurídico, tendo, então, juridicidade. Razão pela qual deve ser respeitada e promovida.

Ademais, deveras oportuno observar que a inobservância dos deveres constantes no Art. 1566 do CC pode acarretar sanções aos cônjuges, configurando eventual responsabilidade civil, todavia, não é apta a desconfigurar ou invalidar o casamento.

Quando houver perfeita interação entre os parceiros, regendo-se o relacionamento pelo afeto, respeito mútuo e lealdade, havendo estabilidade, assistência moral e material e que dessa forma tenham um ao outro como parte



essencial de sua família, resta configurada a entidade familiar, sem necessidade de coabitação.

Os efeitos patrimoniais têm relação direta com o regime de bens escolhido, dentre o regime da comunhão parcial de bens; regime de separação de bens; regime de comunhão universal de bens ou regime de participação final nos aquestos, como também o dever de ajuda, suporte financeiro e socorro recíproco.

4 UNIÃO ESTÁVEL

A União Estável foi reconhecida como entidade familiar pelo Art. 226, § 3º da CF, e pelos Arts. 1723 a 1727 do Código Civil de 2002.

Nesses termos, é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família, conforme preceitua o Art. 1723 do CC.

O vínculo, portanto, deverá ser apenas duradouro, o que definirá a solidez da relação, não havendo mais limite de tempo preestabelecido para a caracterização da união (VENOSA, 2007) e a união poderá ser entre pessoas do mesmo sexo.

Alguns requisitos, como visto, se tornam essenciais para a caracterização da união estável, como: o intuito de constituir família, que poderá ser provado por meio de um contrato de convivência realizado entre os companheiros ou os indícios (coabitação, a prole comum); a convivência duradoura; a convivência contínua; a convivência pública e notória (COELHO, 2011); o desimpedimento, os mesmos aplicados ao casamento constantes no Art. 1521 do CC.

A expressão “objetivo de constituição de família”, mencionada no Art. 1723 do CC, significa que esta união, para ser caracterizada como tal, deverá ter a família constituída e não apenas ter um propósito de constituir uma família, como ocorre em namoros (MONTEIRO, 2007, p. 31).

De acordo com Dias (2015, p. 245):

Ainda que não exigido decurso de lapso temporal mínimo para a caracterização da união estável, a relação não deve ser efêmera, circunstancial, mas sim prolongada no tempo



e sem solução de continuidade, residindo, nesse aspecto, a durabilidade e a continuidade do vínculo. A unicidade do enlace afetivo é detectada sopesando-se todos os requisitos legais de forma conjunta e, ao mesmo tempo, maleável.

Ainda, importante acrescentar que:

Com segurança, só se pode afirmar que a união estável inicia de um vínculo afetivo. O envolvimento mútuo acaba transbordando o limite do privado, e as duas pessoas começam a ser identificadas no meio social como um par. Com isso o relacionamento se torna uma unidade. A visibilidade do vínculo o faz ente autônomo merecedor da tutela jurídica como uma entidade. (DIAS, 2015, p. 245).

A existência da união estável deverá ser provada pelos companheiros ou interessados, podendo ser intentada, para tal fim, ação de reconhecimento ou declaratória da união estável ou sociedade de fato (VENOSA, 2007).

Dentre os direitos e os deveres dos companheiros que podemos destacar relacionam-se os a seguir:

- a) Na convivência em união estável deverão estar presentes a lealdade, o respeito mútuo, a assistência recíproca, como também a guarda, o sustento e a educação dos filhos deverá ser realizada em conjunto pelos companheiros. (COELHO, 2011).
- b) O companheiro sobrevivente tem o direito real de habitação em relação ao imóvel destinado à residência da família, enquanto não contrair nova união. (MAIA, 2008).
- c) O casal que convive em união estável terá o dever de dar a devida publicidade, quando necessária, a fim de evitar danos a terceiros, como aponta Venosa (2007), quando reza que terceiros não podem ser prejudicados pela omissão dessa informação, uma vez que nem sempre haverá publicidade do regime de bens escolhido pelos conviventes.



Neste sentido:

CIVIL. FAMÍLIA. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE COABITAÇÃO DAS PARTES. DESNECESSIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 1.723 DO CC NÃO CONFIGURADA. PARTILHA. IMÓVEL ADQUIRIDO COM RECURSOS PROVENIENTES DO SALÁRIO DO VARÃO. SUB-ROGAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART.

1.659, II, DO CC.

1. É pacífico o entendimento de que a ausência de coabitação entre as partes não descaracteriza a união estável. Incidência da Súmula 382/STF.

2. Viola o inciso II do art. 1.659, do CC a determinação de partilhar imóvel adquirido com recursos provenientes de diferenças salariais havidas pelo convivente varão em razão de sua atividade profissional, portanto de natureza personalíssima.

3. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

(REsp 1096324/RS, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 02/03/2010, Dje 10/05/2010). (BRASIL, 2010, grifo nosso).

Portanto, a coabitação não é elemento imprescindível para caracterização da união estável. O dever de coabitação não se faz presente na união estável, podendo tão somente servir como prova da união, mas não como requisito para sua configuração.

5 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Conforme estudado, a coabitação não é elemento essencial para a configuração da família, seja aquela formada pelo casamento, seja a formada pela união estável.

Famílias, formadas pelo afeto, compostas por pessoas distantes fisicamente uma das outras, se tornou e se torna cada vez mais possível, muito em razão da sociedade da informação.

De acordo com Lisboa (2018):



“Sociedade da informação”, também denominada de “sociedade do conhecimento”, é expressão utilizada para identificar o período histórico a partir da preponderância da informação sobre os meios de produção e a distribuição dos bens na sociedade que se estabeleceu a partir da vulgarização das programações de dados utiliza dos meios de comunicação existentes e dos dados obtidos sobre uma pessoa e/ou objeto, para a realização de atos e negócios jurídicos.

A sociedade da informação em que vivemos atualmente permite a manutenção de relações interpessoais a distância, através de ambiente virtual. Cada vez mais amplas e reais as interações por meio de constante desenvolvimento de novas tecnologias, como o Skype e o Whatsapp, onde é possível um diálogo por vídeo e som em tempo real. As pessoas interagem se vendo e conversando normalmente na via pública ou em ambientes particulares, como restaurantes, na sua própria casa, a qualquer hora do dia e da noite.

Essas relações interpessoais aproximam pessoas que se encontram fisicamente distantes.

A sociedade da informação encontra origem desde a unificação da computação com a máquina a vapor.

Segundo Lisboa (2018):

C. Babbage é considerado ainda hoje o “pai do computador”. Na década de 1830, após uma primeira tentativa frustrada, inventou a máquina analítica movida a vapor, dotada de aproximadamente 50.000 componentes, que podia realizar as operações aritméticas, controlada por ciclos de programas em cartões perfurados.

A invenção do telefone mediante as transformações da palavra falada em ondas elétricas retransformadas foi obra do professor de surdos-mudos, o americano Graham Bell, em 1877. Iniciava-se a era da comunicação à longa distância, o que permitiu uma divulgação mais rápida da informação e a consolidação das comunidades.

[...]

Em 1936, o matemático Alan Turing dirigiu um projeto inglês de descodificação das mensagens secretas alemãs, mediante um programa no qual a máquina poderia resolver determinados problemas, a partir de regras lógicas que a alimentavam. O EDVAC foi criado em 1945 pelo matemático John Von Neumann, constituindo-se no marco histórico de introdução da memória única para os programas de dados.



Essa técnica de arquivamento em memória, permitindo-se a transferência dos dados de forma controlada, conferiu uma versatilidade muito maior a programação, tornando-se o conceito de memória única a base da informática moderna.

[...]

É comum que se remonte a sociedade da informação ao primeiro computador, o ENIAC. Foi ele uma calculadora eletrônica concebida durante a guerra (entre 1943 e 1945)

[...]

A fabricação em série de computadores, no entanto, somente ocorreu com a introdução no mercado do IBM 650.

[...]

No final da década de 1960, surgiram os primeiros microcomputadores.

A partir de então o desenvolvimento da tecnologia cresceu exponencialmente, trazendo consigo novas formas de relacionamentos entre pessoas, com novas formas de interagir e de se comunicar.

Com diversificados meios de contato e interação fornecidos pelas tecnologias desse período, dentre outros, Whatsapp, Skype, Facebook, as relações interpessoais transformaram-se, criou-se um novo espaço de interação, ampliaram-se, igualmente, as fronteiras do afeto e das relações interpessoais, inclusive as familiares, modificando-se alguns institutos, como a coabitação (vida em comum, no domicílio conjugal), que passou a ser desnecessária para a configuração da entidade familiar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família é formada, via de regra, pelo afeto. Segundo Paulo Lobo (2011, p. 82), a unidade se dá pela “função de espaço de afetividade e da tutela da realização da personalidade das pessoas que as integram; em outras palavras, o lugar dos afetos, da formação social onde se pode nascer, ser, amadurecer e desenvolver os valores da pessoa”.

De forma que as entidades familiares podem apresentar diversas configurações, mantendo a unidade.

Não obstante, as entidades familiares recebem proteção especial do Estado, através da legislação, haja vista sua importância para a sociedade, para



tanto, o ordenamento jurídico prevê requisitos para a configuração do casamento e da união estável (objetos do presente estudo), como também, os casos de invalidez e dissolução das referidas entidades familiares.

Assim, as entidades famílias, para restarem configuradas como tal perante nosso ordenamento jurídico, terão que respeitar a legislação vigente, com as alterações e entendimentos pacificados na doutrina e na jurisprudência, uma vez que a sociedade se desenvolve ao longo do tempo e nem sempre a legislação seca acompanha essa evolução.

Parte deste desenvolvimento tem ocorrido em razão da sociedade da informação em que vivemos, com infinitas possibilidades inter-relacionais, possibilitando que famílias sejam formadas a distância, mantendo a unidade mencionada acima, de forma a ser perfeitamente possível a formação de famílias, tanto pela união estável, como pelo casamento, em que seus membros vivam em residências separadas, na mesma cidade ou cidades distintas, até em países distintos, e nem por isso deixam de ser uma família.

Apesar da não convivência na mesma residência, em regra, não resta afastado o afeto e o ânimo de constituir família, bem como os deveres atinentes à união, quais sejam, lealdade, respeito, mútua assistência e guarda, educação e sustento dos filhos.

Analisando a legislação vigente, constata-se que realizado o casamento, cumprindo as formalidades de habilitação e celebração dispostas nos artigos 1525 a 1532 e artigos 1533 a 1542, a sociedade conjugal só termina: pela morte de um dos cônjuges; pela nulidade ou anulação do casamento; pela dissolução, através do divórcio.

Não sendo o caso de invalidez (nulidade ou anulação) do casamento ou ainda de morte de um dos cônjuges, o casamento poderá terminar pelo divórcio, que pela legislação vigente, prescinde de fundamento para sua propositura, bastando a alegação de impossibilidade de comunhão de vida.

A violação dos deveres conjugais, tais como a coabitação (vida em comum, no domicílio conjugal) poderá ocasionar fundamento tão somente para a dissolução do casamento, pelo divórcio; não havendo, no Direito de Família,



previsão de indenização em razão da violação dos deveres conjugais, dispostos no art. 1566 do CC.

De forma que a quebra do dever de coabitação não é apto para desconfigurar o casamento, sendo perfeitamente possível o exercício da autonomia privada do casal em relação à escolha de domicílio separado do casal.

Ademais, o casamento se prova com o registro no cartório, e não sendo inválido, terá plena eficácia e validade, não importando se o casal coabita ou não.

Tratando-se de união estável, igualmente a coabitação não se faz necessária, bastando que os requisitos que a configuram estejam presentes, quais sejam: convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

De forma que domicílios separados devem ser considerados como exercício da autonomia privada nas relações familiares, uma vez que prescinde de coabitação (vida em comum, no domicílio conjugal) para a configuração do casamento e ou da união estável.

Deste modo a coabitação é perfeitamente possível juridicamente, não descaracterizando a entidade familiar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 12.133, de 17 de dezembro de 2009. Dá nova redação ao art. 1.526 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para determinar que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009.

BRASIL. (4. Turma). REsp 1096324/RS. Relator: Desembargador Ministro Honildo Amaral de Mello Castro, julgamento em 2 de março de 2010. **Diário da Justiça Eletrônico**, 10 maio 2010.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil: família e sucessões**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, v. 5, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.



FREITAS, Ana Thereza Ceita de. Efeitos pessoais do casamento no novo código civil. **Webartigos.com**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/1638/1/efeitospessoaisdo-casamentononovocoacutedigocivil/pagina1.html>. Acesso em: 18 maio 2012.

LISBOA, Roberto Senise. **Direito na sociedade da informação**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/direitonasociedadedainformacao.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2018.

LOBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MAFRA, Ismael Carlos. **A alteração do regime de bens no ordenamento jurídico brasileiro**. 2008. TCC (Graduação em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008.

MAIA, Hilda Augusta Zinilda. **Aspectos destacados do casamento e da união estável na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2007. TCC (Graduação em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2008.

MEIRELES, Rose Melo Venceslau. **Autonomia privada e dignidade humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: direito de família**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 2.

OLIVEIRA, José Lamartine C. de; MUNIZ, Francisco José F. **Curso de direito de família**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

SANTOS, Bianca Bravo de Oliveira. Breve análise a respeito da coabitação como requisito para o reconhecimento da união Estável. **Jus.com.br**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3539/breve-analise-a-respeito-da-coabitacao-como-requisito-para-o-reconhecimento-da-uniao-estavel>. Acesso em: 9 set. 2018.

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 5. ed. São Paulo: Método, 2015.



Vade Medum compacto. Colaboração de Luiz Roberto Curia, Livia Céspedes e Juliana Nicoletti. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** direito de família. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 6.

The background is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous overlapping triangles in various shades of blue, teal, and dark purple. The triangles vary in size and orientation, creating a dynamic and textured visual effect. The colors range from light cyan to deep navy blue, with some darker purple tones interspersed.

ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS





SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR IMOBILIÁRIO NA INTERNET

Adilson Kroetz¹
Olmiro Cristiano Lara Schaeffer²

RESUMO

O mercado imobiliário carece de informações sobre a qualidade do atendimento prestado. Com base, o objetivo deste estudo é compreender o nível de satisfação dos consumidores na busca de um imóvel e sua experiência no processo de compra. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, com coleta de informações via formulário on-line distribuídos via redes sócias e e-mail para pessoas que adquiriram um imóvel nos últimos 10 anos na cidade de Chapecó, SC. Os dados foram tabulados e posteriormente analisados notando preferencias dos consumidores por contato por meios tradicionais frente as mídias sociais. Observou-se em geral satisfação positiva pelo atendimento prestado, pontuando falhas no detalhamento de informações dos imóveis nos anúncios

Palavras-chave: Imóveis. Satisfação. Consumidor. Experiência. Mídias Digitais.

1 INTRODUÇÃO

O mercado imobiliário é um dos grandes impulsionadores econômicos, fruto de diversos investimentos do setor privado para atender o déficit habitacional existente no Brasil. O desejo pelo imóvel próprio é latente entre os consumidores para “se livrar” do aluguel. Desde meados da década de 2000, houve considerável aumento no preço dos imóveis comercializados devido ao incentivo de crédito do governo para pessoas de baixa renda (SILVA, 2013).

Foi notável o aumento da oferta e da demanda de imóveis que ocorreu em Chapecó, no oeste catarinense. O município é considerado um polo econômico da região, sendo referência no setor imobiliário pelos empreendimentos, valorização dos imóveis e variedade dos perfis de compradores (OCP NEWS JARAGUÁ DO

¹ Pós-graduando em Marketing Digital e Mídias Sociais; adilsonkroetz@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade de Passo Fundo; Professor no Curso de Pós-graduação em Marketing Digital e Mídias Sociais da Universidade do Oeste de Santa Catarina; olmirosc@gmail.br



SUL, 2019). Conforme dados da Prefeitura de Chapecó, no ano de 2017 foram transferidos 6.212 imóveis no município, representando 5,94% do total de 104.527 imóveis legalizados (APÊNDICE A).

O volume de imóveis negociados se dá pelas boas opções disponíveis para aquisição. Conforme Kroetz (2015) os compradores preferem morar em bairros mais próximos ao centro ou próximos das universidades. Consideram que o item localização é determinante na escolha do bairro, seguido por conforto e segurança. Os compradores de imóveis de Chapecó são, em sua maioria, casais que apresentaram como hábito conhecer até quatro imóveis antes de definir a compra (KROETZ, 2015).

Devido à escassez de trabalhos sobre o tema e a importância desses para a tomada de decisões de marketing nas empresas, essa pesquisa tem como objetivo geral investigar o nível de satisfação dos consumidores na busca de um imóvel para compra, analisando a interação destes com as imobiliárias através do meio digital. Além disso, busca-se caracterizar o mercado imobiliário através do uso das mídias sociais e do marketing digital na jornada de compra do consumidor.

Com base nesses conceitos, será analisada a satisfação com o atendimento do profissional na internet, tipo de informação mais buscada pelos compradores, qualidade das informações fornecidas por sites e profissionais do mercado imobiliário e a experiência das visitas nos imóveis.

A fundamentação teórica, na seção a seguir, apresenta a sustentação conceitual sobre mercado imobiliário, marketing digital e mídias sociais, jornada de compra e dados sobre o município de Chapecó. A terceira seção traz a metodologia de pesquisa aplicada para coleta de dados, seguido por apresentação e análise das informações obtidas nos formulários, e na última sessão as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os conceitos e temas base desse artigo estão apresentados a seguir. No início é apresentado um pouco sobre o mercado imobiliário e os promotores que participam da decisão da compra. Em seguida, é descrito sobre marketing digital e mídias sociais, demonstrando como elas influenciam no processo de compra de um



produto, assim como a jornada de um consumidor até o fechamento de um pedido ou contrato.

2.1 MERCADO IMOBILIÁRIO

O mercado imobiliário é caracterizado pela negociação entre pessoas físicas e/ou jurídicas, seja compra ou locação, de imóveis como por exemplo, terrenos e ocupações construídas. Essa indústria é alimentada pelos fundos de investimentos que buscam aumentar o lucro, por pessoas que desejam ter um local para morar e investir seus recursos financeiros (REIS, 2018).

O setor imobiliário é um dos mais importantes da economia em função do valor dos imóveis e o grande número de pessoas envolvidas desde a construção até a entrega, gerando empregos em todas as etapas, do mestre de obras ao corretor de imóveis. Para Almeida e Botelho (2008) a confiança nos profissionais que vendem os produtos imobiliários é fundamental para escolher o melhor empreendimento para morar, pois isso garante qualidade e segurança na escolha.

O desenvolvimento do setor imobiliário se deve a incentivos financeiros, principalmente a liberação de crédito por bancos e o fácil acesso, o que oportuniza a disponibilização de novos empreendimentos, como condomínios e conjuntos habitacionais em cidades como Chapecó-SC. Nesse município a verticalização urbana teve um crescimento acima da média entre os anos de 2010 e 2015 conforme dados de Grosseli (2015).

Em Chapecó os padrões de construção estão divididos por bairros de acordo com fatores econômicos. Nos bairros mais centrais e considerados nobres, os imóveis têm diferenciais que agregam mais valor ao bem, já nos bairros mais distantes e conjuntos habitacionais o preço de venda tende a ser inferior pelo perfil socioeconômico dos compradores (GROSSELI, 2015).

A disponibilidade de ofertas teve um grande aumento nos últimos 10 anos. A verticalização, ou seja, imóveis do tipo apartamento tiveram um aumento considerável de tipos, preços e localizações aumentando a oferta no mercado e possibilitando aos novos consumidores do mercado imobiliário comprar seu lar (ALMEIDA; BOTELHO, 2008).



Kroetz (2015) em seu trabalho sobre comportamento do consumidor imobiliário em Chapecó notou que as pessoas tendem a mudar de imóvel a partir da falta de espaço no local onde moram, além de buscar comodidade. Outros fatores são regiões próximas ao comércio e escolas, devido à grande parcela de consumidores imobiliários está entre a faixa etária de 25 a 35 anos, período no qual os casais tendem a ter filhos ou estar apresentando melhora de sua condição financeira, sendo influenciados diretamente pelo momento que estão vivendo.

O processo de escolha de um imóvel leva em média seis meses desde a percepção da necessidade até a efetivação da compra ou troca. As motivações para dar início a esse processo podem ser casamento, melhores condições financeiras ou sair da casa dos pais. Essa mudança é gerada a partir de uma demanda do grupo familiar que participa diretamente da escolha do novo lar, sendo o principal motivo a chegada de um filho a família (KROETZ, 2015).

Escolher um imóvel para comprar causa estresse para os envolvidos no processo, em parte por ser uma compra de um bem com valor intangível e pelo receio de ter optado por uma moradia de má qualidade (ALMEIDA; BOTELHO, 2008). Ainda, para os mesmos autores, fatores determinantes na escolha são a construtora, os profissionais envolvidos e as garantias ofertadas.

Segundo Ugalde (2006), os consumidores de imóveis pesquisam e confiam mais em informações fornecidas por empresas do setor para escolher a melhor opção. O processo de compra gera insegurança para as pessoas envolvidas, por estar mudando de local onde se criou uma rotina, conhecimento da vizinhança e segurança do local.

Para Reis (2018), a compra de imóvel traz insegurança por se tratar de um grande investimento financeiro. Considerando alguns riscos durante a transação, o comprador deve ficar atento ao mercado que representa o preço do imóvel, a liquidez do valor, crédito para concluir a operação, algum sinistro e risco de desapropriação que pode ser considerada numa possível revenda.

O desejo de mudar o endereço da moradia, muda o comportamento das pessoas que fazem parte da família. Nesse momento inicia-se a busca por informações e de opções disponíveis para compra. Na pesquisa de Kroetz (2015),



57% dos compradores de imóvel buscaram as primeiras informações na internet, seguido pelo contato direto com imobiliárias na cidade de Chapecó.

Nessa busca por opções para tomada de decisão, entram alguns intermediários. Corretores de imóveis são os responsáveis por atender os interessados nas imobiliárias e construtoras, disponibilizando sua carteira de imóveis. Nessa etapa o profissional é importante para guiar o caminho para escolher o imóvel ideal, assim como o melhor investimento financeiro (ALMEIDA; BOTELHO, 2008).

A avaliação da decisão de compra de acordo com Almeida e Botelho (2008) está diretamente ligada entre a intenção e satisfação intermediado pela confiança no processo e pessoas envolvidas. Essa avaliação positiva só é possível após o uso do bem imóvel, pois dessa forma os consumidores comparam entre o que foi prometido e entregue.

O mercado imobiliário agregou em sua forma de atendimento estratégias de marketing digital e mídias sociais, considerando um menor investimento em divulgação dos produtos e da marca. Além disso, o uso dessas estratégias permite conhecer mais as pessoas que estão em busca de imóveis, proporcionando ações mais assertivas com o objetivo de captar o contato dos interessados e lhe apresentar um trabalho diferenciado. (KROETZ, 2015)

2.2 MÍDIAS SOCIAIS E MARKETING DIGITAL

Usada com uma das principais ferramentas de comunicação nos últimos anos, as mídias sociais se tornaram um meio de interação com o público. Para Recuero (2008) as mídias sociais são uma ferramenta que permite a comunicação pelas redes sociais e esse canal de comunicação faz uma nova alternativa as mídias de massa.

Partindo da possibilidade de cada indivíduo de socializar com os demais, as mídias sociais constroem espaço para interação e conexões, possibilitando um alcance em maiores proporções de ideias e conteúdo. Essas conversações permitem vários fluxos e informações entre os usuários, além de construção de capital social e apropriações de valores coletivos e individuais (RECUERO, 2008).



O uso das mídias sociais teve um grande aumento entre empresas que buscam novos mercados consumidores e aproximar o consumidor para criar um relacionamento duradouro. Para Peçanha (2019), Marketing digital são ações e estratégias usadas para atrair novos clientes e desenvolver uma identidade para a marca, dentre as atividades, *Search Engine Optimization (SEO)*, *Inbound Marketing* e *Marketing de Conteúdo*.

Para Kotler (2010) marketing digital é uma forma de promover produtos, serviços e marcas através das mídias digitais, sendo umas das principais formas que as empresas encontram atualmente para se comunicar de forma direta com seus consumidores. Permitindo, principalmente, a personalização das mensagens enviadas para reter a atenção das pessoas, que a empresa pretende alcançar, além disso, aumenta a possibilidade de conhecer os consumidores de forma mais precisa e suas mudanças de comportamento.

A compra de um produto ou serviço nos dias atuais é diretamente influenciada pelos meios digitais. A decisão de qual escolher depende de diversos fatores que são definidos durante o reconhecimento da necessidade e busca por informações. Algumas empresas como do ramo imobiliário por exemplo, desenvolvem estratégias em diversas plataformas digitais para conseguir atrair interessados nos seus produtos. Mídias digitais têm sido usados por diversos profissionais para estreitar a relação com consumidores (REIS, 2018).

Para Recuero (2008) compreender esse tema demanda estudo sobre sites de redes sociais, permitindo construir personas por meio de páginas ou perfis. A interação entre os usuários ocorre por comentários, publicados para pessoas que estão conectadas ao seu perfil mantendo os laços sociais existentes na sociedade.

As redes sociais são uma categoria do grupo de softwares sociais, sendo considerado como comunicação entre as pessoas através de sites pelo uso de computadores (RECUERO, 2008). Quando o termo “redes sociais” começou a ser debatido com o objetivo de definir o fenômeno que estava surgindo, sendo consideradas softwares que possibilitam duas pessoas conversar através de uma plataforma. Essa apropriação refere-se às ferramentas que intermediam os personagens criados para interagir com outras pessoas que estão no mesmo espaço (RECUERO, 2008).



As redes sociais mais conhecidas atualmente são o Facebook, Twitter, Instagram e WhatsApp, mas no início do século XXI o Orkut dominava entre as preferências dos internautas. Para Recuero (2008) as plataformas citadas permitem que cada indivíduo mostre aos demais uma forma pública da sua imagem.

Para Porto (2014), as pessoas precisam se conectar com outras para conseguir ter acesso ao conteúdo postado e compartilhado, criando uma interatividade entre elas. Alguns usuários tornam o Facebook uma espécie de diário, escrevendo e publicando tudo que acontece em seu dia. De maneira similar algumas marcas utilizam a rede para mostrar “os bastidores” da produção dos produtos, mostrando fatos que ocorrem e as ações, culminando na divulgação dos seus produtos.

O uso do Facebook para algumas empresas tem sido a principal plataforma para captação de *leads* (compradores em potencial) dos seus produtos. Grupos de pessoas formados com o intuito de divulgar itens para venda tem grande aceitação entre as pessoas que encontram itens mais baratos ou não ofertados por grandes redes (PORTO, 2014).

Outra mídia social usada com frequência é o Instagram, voltado para o público que tem maior afinidade pelo conteúdo de fotos e vídeos. Já o WhatsApp tem grande relevância entre os usuários que tem um smartphone, pois a plataforma permite troca de mensagens instantâneas e o envio de conteúdos de forma rápida e precisa (PORTO, 2014).

A facilidade dos consumidores para compartilhar e expor suas ideias sobre determinado assunto vem ao encontro de Kotler (2010), que afirma que a participação de pessoas na criação de novos produtos, aumentam as conexões que o marketing pode criar. Dessa forma, mudando diversos modelos de negócios, principalmente com a inserção de mídias e estratégias potencializadas com o desenvolvimento das conexões de internet.

A busca com maior frequência das marcas para atender os anseios dos consumidores vem acompanhada de novas tecnologias e métodos para atender os clientes, pois para as empresas isso significa estar mais próximo delas, para acompanhar seus passos com o intuito de apresentar seu portfólio e efetivar a venda (KOTLER, 2010).



A popularização do mundo digital transformou o comportamento das pessoas e conseqüentemente do marketing das marcas. Antigamente as estratégias eram pautadas pelos meios tradicionais de comunicação como TV, rádio, revistas e jornais. Essas mídias eram detentoras da maior parte da verba investida em comunicação. Com o surgimento do marketing digital essa realidade foi mudando, pois permitiu conversar com os clientes de forma mais próxima (TORRES, 2009).

Torres (2009) considera o marketing digital uma forma facilitada de segmentar os tipos de público consumidor, dentre as formas que são usados estão: marketing de conteúdo; marketing de mídias sociais; e-mail marketing; links patrocinados; publicidade on-line e monitoramento dos resultados obtidos. O uso de cada plataforma/estratégia varia de acordo com o nicho de mercado que se pretende atingir, pois isso pode demandar mais investimento e depender da capacidade física de atender as pessoas interessadas.

O uso do marketing digital deve ser pautado pela qualidade de conteúdo disponibilizados aos consumidores para potencializar ações e obter resultados desejados da forma como foi planejado. Para Cavallini (2008) atrair o cliente até a marca não deve ser o objetivo, mas atender sua demanda no momento que ele a apresentar.

Entre as plataformas mais importantes para uma empresa manter um bom relacionamento com os consumidores está o seu website. Os sites vêm sendo usados para oferecer seus produtos/serviços, apresentar conteúdos sobre a sua área de atuação, entretenimento, compartilhar conteúdos em vídeos, imagem e texto, além de ter contato direto com os clientes (TORRES, 2009).

O site é uma mídia própria da marca, no qual ela controla todas as informações, a forma de apresentação do seu conteúdo, permitindo estudar o usuário que acessa e definir novas estratégias para manter a atenção do público-alvo dentro do segmento de atuação. Ogden e Crescitelli (2007) consideram que conhecer o perfil de quem acessa o site é fundamental, pois permite oferecer conteúdo de forma mais assertiva, “linkando” conteúdos ao direcionamento de produtos. Além disso, o site pode oferecer um espaço para resolver possíveis problemas e atualizar os dados que estão disponíveis para o acesso.



2.3 CONSUMO E JORNADA DO CONSUMIDOR

O consumo de um produto e a aquisição de um serviço sempre vem acompanhada de uma carga de experiências prévias para a tomada de decisão. As experiências nesse processo influenciam diretamente nisso, pois as memórias são o meio mais fácil para escolher entre uma marca e outra e nos permite ter momentos únicos ainda não vividos (FEIJÓ, 2014).

Para Kroetz (2015), consumir um produto novo é o momento de uma nova emoção, tendo características diferentes das vividas até aquele momento, podendo ser positiva ou negativa. Promover o contato entre pessoas e itens de consumo cria estímulos sensoriais, permitindo um controle total baseado em uma estratégia para conquistar a confiança e preferência do cliente.

As pessoas demandam de experiências com as marcas para quando necessitam de algum produto, buscado com base nas emoções. Com o tempo isso gera uma consciência de consumo natural por itens disponibilizados pela empresa que aplicou estratégias, a fim de tornar o uso de algo novo em sua vida (FEIJÓ, 2014).

Gobé (2010), acrescenta:

“Quero que meu cliente viaje através dos sentidos, crie emoções memoráveis que lhe pertencem”, diz Jean Lis. [...] não só é um chef como também trabalha para tornar as experiências na vida das pessoas mais interessantes e sensoriais de modo que criam momentos memoráveis. (GOBÉ, 2010, p. 89).

No momento em que a pessoa tem uma emoção nova ao consumir um produto, a empresa pode ter certeza de ter feito um bom trabalho para manter um relacionamento mais duradouro com os clientes. O “chef” citado no exemplo anterior demonstra a sua preocupação com as experiências geradas às pessoas que consomem seus produtos e principalmente a marca.

Para Kroetz (2015), criar uma relação entre marca e cliente pode trazer intimidade e momentos inesquecíveis. Atingir um patamar de ligação com o consumidor dos produtos, cria um diferencial incrível no mercado de atuação, pois



pode gerar um novo estilo de vida, proporcionando situações novas que se tornarão parte da sua história e de diversas pessoas.

Segundo Feijó (2014), a satisfação é fruto da experiência gerada pela marca que já foi consumida ou é conhecida e tem a sua confiança. Se uma pessoa já teve contato com um produto, já existe uma relação de familiaridade que pode impactar diretamente na decisão de compra. As emoções que sentimos são nossas experiências que tomam conta do que estamos vivenciando, guiando nossos caminhos até o que desejamos e queremos.

As pessoas quando têm a necessidade de consumidor alguns produtos, começam a busca por algo novo com o objetivo de melhorar a sua vida. As jornadas são diversas combinações de elementos diferentes, que se juntam para formar algo que já se vivenciou em outro momento. “As marcas devem ser projetadas exatamente da mesma maneira como as pessoas projetam sua personalidade individual.” (LINDSTROM, 2007, p. 134).

A jornada de compra de um produto tem diversas fases, as quais uma pessoa passa antes da escolha de um produto. Conforme apresentado pela Endeavor, esse processo pode ser dividido em cinco etapas: reconhecimento da necessidade de determinado produto, busca por informações, seleção, compra e consumo do bem. Essa sequência se aplica a qualquer tipo de produto, desde uma compra simples até as mais complexas, como a de um imóvel (ADMINISTRADORES. COM, 2015).

O processo de decisão segue o modelo apresentado por Blackwell, Miniard e Engel (2005), no qual as etapas de compra e consumo são classificadas em: reconhecimento da necessidade, busca por informações, avaliação das alternativas pré-compra, compra, consumo, avaliação pós-consumo e descarte.

Com o uso de novas ferramentas no marketing essas etapas foram sendo exploradas cada vez mais pelos profissionais, com o objetivo de aumentar o volume de vendas de determinado produto. Em grande parte dos casos, acaba se atingindo menos pessoas, mas, apresenta maior retorno sobre o investimento em mídia, comparado aos meios tradicionais.



2.4 CHAPECÓ

Localizado no oeste do estado de Santa Catarina, Chapecó é considerada a capital do Oeste, título dado pela sua importância na economia regional e estadual. Com população estimada de 216.654, sendo mais de 87 mil pessoas assalariadas com rendimento médio de 2,7 salários mínimos (IBGE, 2018). Foram registradas no município pouco mais que 58 mil residências conforme o CENSO do IBGE de 2010.

A cidade está localizada no maior complexo agroindustrial do Brasil, isso em função de estar rodeada de pequenos municípios com produção diversificada de alimentos para processamento e industrialização para venda no mercado nacional e internacional (GROSSELI, 2015). Dentre as áreas econômicas que tem empresas instaladas: agroindústrias, metalomecânica, moveleiro, construção civil/imobiliário, prestação de serviços entre outros.

A cidade tem um grande potencial imobiliário com base na diversidade econômica que gera renda para os moradores chapecoenses e assim possibilitado a compra de imóveis para moradia própria (KROETZ, 2015). Para Grosseli (2015), a cidade de Chapecó tem se mostrado receptiva com os novos moradores, se tornando mais atrativa para pessoas de outras regiões com o intuito de residir em uma região com grande potencial econômico e muito acolhedora. O setor imobiliário tem grande participação no crescimento do município, pois o constante lançamento de empreendimentos e a grande procura por imóveis para compra e venda demonstram o quanto a cidade tem atraído investimento.

3 METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os métodos e procedimentos utilizados para coleta de dados juntamente com o público alvo da pesquisa e período da pesquisa. Além disso será descrito a delimitação da pesquisa, técnica de coleta e análise de dados.



3.1 DELIMITAÇÃO, DELINEAMENTO DA PESQUISA

A coleta de dados foi realizada no período de 14 de fevereiro a 14 de maio de 2019, tendo como público alvo pessoas que adquiriram imóveis na cidade de Chapecó-SC nos últimos 10 anos, com intermédio de uma imobiliária/corretor de imóveis. Como critério, a pesquisa deveria ser respondida por um componente do grupo familiar que participou ativamente do processo de escolha e conclusão da negociação.

A pesquisa teve foco quantitativo, em função da quantidade de público em potencial para participar, podendo refletir a realidade do mercado local. O enfoque exploratório com o objetivo de encontrar relação entre a satisfação ou não da compra feita, os procedimentos de levantamento se deram em função do número de imóveis cadastrados na prefeitura de Chapecó, sendo que no ano de 2017, foram transferidos 6.212 imóveis no município, representando 5,94% do total de 104.527 imóveis legalizados, deste total de transferências foram coletadas 98 respostas permitindo uma margem de erro de 10% (APÊNDICE A).

A coleta de dados se deu por meio de um formulário distribuído via internet, por meio de redes sociais (Facebook e WhatsApp) e ainda através de disparo de e-mail para uma lista de 3800 pessoas com contas de e-mail ativas, fornecida pela imobiliária a qual o pesquisador prestava serviços como gerente de marketing.

Na sequência, os dados foram tabulados e em seguida analisados por meio de estatística descritiva simples, além da formulação de tabelas e gráficos. As análises feitas foram descritivas, sendo formuladas de acordo com a sequência do formulário disponibilizado aos participantes da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O mercado imobiliário vem mostrando mudanças em sua abordagem aos consumidores que estão buscando um novo local para morar. As formas como os profissionais de vendas atendem os interessados durante o processo de compra vem tendo incremento de novos canais de comunicação. Nesta seção será apresentada a pesquisa e os dados coletados com os participantes.



4.1 AMOSTRA

Compreende a amostra final do estudo, um total de 98 consumidores que responderam o formulário e se enquadraram nos critérios preestabelecidos. Pode-se perceber um equilíbrio entre homens e mulheres demonstrado na Tabela 1, havendo uma diferença de nove por cento entre os participantes, perfil esse semelhante ao da pesquisa de Almeida e Botelho (2008) a qual a diferença foi de quinze por cento.

Outro dado que chamou a atenção foi a idade dos entrevistados, variando de 25 a 45 anos, faixa etária na qual as pessoas têm mais participação no mercado de trabalho, com renda que possibilita o financiamento dos bens, indo ao encontro dos resultados encontrados por Almeida e Botelho (2008) na cidade do Rio de Janeiro – RJ na qual a predominância foi de pessoas entre 26 e 35 anos com 60% do total. Esse dado também corrobora com os demonstrados por Kroetz (2015), em que o perfil do consumidor de imóveis foi de pessoas com idade entre 25 e 35 anos e teve predomínio de indivíduos com 35 anos (28%).

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Faixa de idade		
25 – 35	39	40%
36 – 45	35	36%
46 – 55	16	16%
Mais de 55	8	8%
Gênero		
Masculino	53	54%
Feminino	45	46%
Prefiro não dizer	0	0%
Estado civil		
Casado(a)	44	45%
Solteiro (a)	23	24%
Divorciado(a)	7	7%
Viúvo (a)	1	1%
União estável	22	22%
Diverso	1	1%



Renda Familiar		
Menos de R\$ 1.500,00	0	0%
R\$ 1.501,00 a R\$ 3.000,00	13	13%
R\$ 3.001,00 a R\$ 5.000,00	33	34%
R\$ 5.001,00 a R\$ 10.000,00	32	33%
Acima de R\$ 10.001,00	20	20%

Grau de Instrução		
Ensino Fundamental		
Ensino Médio	3	3%
Curso Técnico	3	3%
Ensino Superior Incompleto	5	5%
Ensino Superior Completo	23	24%
Pós-graduação Incompleta	10	10%
Pós-graduação Completa	37	38%
Mestrado	7	7%
Doutorado	10	10%

Fonte: os autores.

O grau de instrução e a renda familiar dos participantes demonstra que pessoas com nível superior são maioria. Analisando os resultados encontrados, nota-se que 88,7% da amostra tem no mínimo ensino superior completo. A renda familiar mensal da maioria dos entrevistados (86,8%) é maior que R\$ 3.000,00, ainda pode-se perceber que 47% dos entrevistados tem renda entre R\$1.500 e R\$3.000,00. Diferentemente de Almeida e Botelho (2008) que demonstraram em seu estudo, realizado no Rio de Janeiro, que 58% dos compradores de imóveis tem ensino superior e renda familiar entre mil e quinhentos reais a cinco mil reais. A amostra da pesquisa apresentou uma pequena diferença entre pessoas casadas e as demais, 60,7% tem seu estado civil como casadas na cidade de Chapecó conforme Kroetz (2015), dado um pouco diferente do apresentado nessa pesquisa, pois 44,9% se declararam casadas.

4.2 TIPO DE IMÓVEL

O tipo de imóvel comprado predominantemente dentre os participantes da pesquisa é apartamento com 63,3% conforme descrito na Tabela 2. Demonstrando



o quanto a verticalização do cenário urbano da cidade de Chapecó influência na escolha por moradia pelos consumidores, uma vez que a cidade vem aumentando, o número de empreendimentos verticais nos últimos anos, a partir da aprovação do plano diretor de 1970 facilitando a liberação desse tipo de bem imobiliário (GROSSELI, 2015).

Tabela 2 – Imóvel

Em qual tipo de imóvel você reside?		
Apartamento	62	63%
Casa	34	35%
Chácara	1	1%
Porão	1	1%
Este imóvel é próprio?		
Sim	75	76%
Não	23	24%
Na busca pelo seu imóvel, você entrou em contato com uma imobiliária/corretor/ construtora?		
Sim	86	88%
Não	11	11%
Não Lembro	1	1%

Fonte: os autores.

A busca por opções de imóveis para compra demonstra o quando os consumidores têm preferência por serviços especializados no momento da escolha e compra. Conforme pesquisa 87,8% dos participantes escolheram imobiliárias, construtora ou corretores autônomos para fechar a negociação do seu bem, esse fato foi contatado por Kroetz (2015) ao analisar a forma como as pessoas tem buscado informações para a tomada de decisão, sendo que 57,1% dos entrevistados pesquisaram opções nas imobiliárias e na internet.

Percebe-se que o perfil dos consumidores imobiliários tem se tornado um padrão em diversas cidades, assim como a forma como buscam informações para escolher a melhor opção. A falta de tempo e a grande quantidade de opções no momento que a necessidade de trocar ou comprar o primeiro imóvel aparece,



as empresas e profissionais especializados vem ganhando força em função do seu conhecimento e valor agregado da transação financeira.

4.3 SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO

Atender consumidor tem se tornado uma tarefa mais dinâmica no dia a dia do corretor de imóveis. Conforme apresentado na Tabela 3, observamos que compradores de imóveis tem sua preferência e procuram conversar com o vendedor de diversas formas, tanto por redes sociais como por meios tradicionais, exemplo disso são os contatos por telefone e visita pessoal nas imobiliárias e construtoras.

As mídias sociais tiveram grande relevância entre os participantes da pesquisa. De acordo com a Tabela 3, WhatsApp, Facebook e Instagram representam 22,9% de todos os participantes que optaram por usar redes sociais como ferramenta de comunicação para solicitar informações, negociar valores e fechamento da compra. Já Kroetz (2015) demonstrou que 57% dos compradores de imóveis optaram por iniciar a conversar pela internet, depois mantiveram contato pessoal ou por telefone.

Conforme apresentado, os consumidores estão estudando mais e buscando a opinião e sugestão de especialistas na área para investir seu dinheiro, além de escolher a melhor opção para morar com a família. Fato esse explicado por Almeida e Botelho (2008), que relatam que os compradores de imóveis buscam garantias antes de escolher o novo lar, por isso os meios de comunicação ganham espaço, principalmente para registrar conversar, deixar claro as preferencias e relembrar informações já repassadas.

O público participante demonstrou que o contato direto com o profissional de vendas lhe traz mais segurança e agilidade de processo de escolha do imóvel. Na presente pesquisa cerca 60% das pessoas optaram por ligar por telefone ou ir direto conversar com o corretor de imóveis. Levando em consideração que nessa pergunta feita aos entrevistados, o objetivo foi identificar a origem do primeiro contato.

A partir desse momento os dados serão analisados distintamente entre mídias digitais e tradicionais.



Tabela 3 – Atendimento

Qual o meio de comunicação usado para o primeiro atendimento?		
Site	15	15,60%
Whatsapp	15	15,60%
Facebook	6	6,30%
Instagram	1	1%
Ligações telefônicas	24	25%
Visita pessoal	33	34%
APP	1	1%
Compra particular	1	1%
Quanto tempo demorou para você receber retorno sobre as informações solicitadas?		
Menos de 1 hora	28	29,20%
1 hora	13	13,50%
3 horas	15	15,60%
6 horas	9	9,40%
12 horas	7	7,30%
24 horas	7	7,30%
Mais de 24 horas	17	17,70%
O corretor de imóveis/vendedor forneceu as informações solicitadas de modo satisfatório? Classifique:		
1	2	2,10%
2	3	3,10%
3	17	17,70%
4	45	46,90%
5	29	30,20%
Classifique como foi o primeiro atendimento:		
1	0	0%
2	2	2,10%
3	29	30,20%
4	42	43,80%
5	23	24%

Fonte: os autores.

Os consumidores que demonstram interesse em um imóvel pelos meios digitais, tendem a realizar um cadastro e aguardar o retorno da imobiliária ou corretor. O tempo de resposta dado aos consumidores, foi predominantemente de



3 horas (21,05%), levando 6 horas para 18,42% dos participantes da pesquisa. Já os clientes dos meios tradicionais, em sua maioria, tiveram retorno em menos de 1 hora (37,93%). A diferença no tempo de retorno demonstra que os profissionais ainda não estão usando da melhor forma os meios digitais, dando mais atenção aos clientes que os visitam ou ligam. O tempo de retorno nessa pesquisa demonstra o quanto o consumidor está satisfeito com o atendimento. Numa escala de 1 a 5, as pessoas atendidas por ambas as formas classificaram com nível de satisfação conforme Tabela 4. No item tempo de retorno e satisfação, não foram encontrados outros estudos para comparar, assim como em relação as informações repassadas.

Outro fator determinante para a experiência do consumidor ser satisfatória é a informação fornecida pelos anunciantes nas mídias digitais. 34% das pessoas atendidas por redes sociais classificam como 4 as informações fornecidas e 22% como 5, em uma escala de 1 a 5, sendo 1 péssima e 5 excelente. Além disso consideram que os esses dados correspondem ao imóvel apresentado na visita pessoal. Esse dado é similar quando perguntado as pessoas que entraram em contato pessoalmente com o corretor de imóvel.

A satisfação com o atendimento ao consumidor pode estar atrelada as experiências anteriores, conforme Almeida e Botelho (2008), os profissionais do setor tem diversos clientes e situações que lhe permite conhecer os perfis de pessoas que estão interessados e os que irão comprar, possibilitando filtrar por canal de comunicação os melhores clientes no entendimento deles.

4.4 QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIA

Dentre informações pesquisadas pelos consumidores, a localização e preço são as mais importantes tanto para pessoas que buscaram pelas redes sociais quanto para via contato pessoal. O preço do imóvel se mostrou mais importante para 84% das pessoas que entraram em contato direto com o vendedor conforme Tabela 4. O preço pago pelo imóvel é um fator determinante de acordo com Almeida e Botelho (2008), no estudo feito na cidade do Rio de Janeiro, sendo determinante devido ao esforço que as pessoas têm para quitar a dívida, isso justifica a atenção dada em detalhe, pois não querem fazer uma compra malfeita.



Para Kroetz (2015) a localização é o item que os consumidores definem como determinante para fechar a compra de um imóvel em função do seu entorno, serviços, escolhas e fácil locomoção as vias de acesso, já a descrição do imóvel feita nos anúncios é um item secundário, pois os clientes escolhem a imobiliária, construtora para comprar e usam a visita como definidor do tipo e configuração do imóvel. Conforme apresentado na Tabela 4, não houve uma clara diferença sobre a satisfação dos entrevistados acerca da descrição feita do imóvel.

Tabela 4 – Tipo de informação e descrição do imóvel

Quais informações você buscou no primeiro contato?		
Valores	74	77,10%
Localização	63	65,60%
Descrição detalhada do imóvel	44	45,80%
Informações sobre o entorno	9	9,40%
Perspectivas de valorização	10	10,40%
Outros	2	2,10%
A descrição no site ou feita pelo corretor correspondeu ao imóvel?		
1	2	2,20%
2	8	8,80%
3	27	29,70%
4	31	34,10%
5	23	25,30%

Fonte: os autores.

Experiência no mercado imobiliário está diretamente ligada a qualidade do imóvel escolhido, sensação de um bom negócio financeiro e satisfação das pessoas que irão morar no novo lar. Para chegar a esse momento, selecionar boas opções é o primeiro passo, 91% das pessoas que entraram em contato pessoalmente foram visitar os imóveis selecionados. Os consumidores que buscaram conversar pelos meios digitais, por sua vez, foram visitar 81% dos imóveis que solicitaram informações. Esse dado demonstra que os compradores que procuraram o corretor para ir visitar o imóvel tem mais certeza do imóvel que querem ver.

A segurança de comprar com a orientação de um profissional, conforme Kroetz (2015) determina a escolha do imóvel, estando atrelado a isso, garantias no



contrato, valores percebidos no imóvel, encantamento com o lar e seu entorno. Concordando com Almeida e Botelho (2008) que descrevem que a participação do profissional corretor de imóvel esta ligada na satisfação do consumidor, pois ele quem guia os interessados em todo processo e cria uma boa experiência,

O momento da visita dos imóveis previamente selecionados requer tempo e muita atenção das pessoas que estão no processo de compra. Os participantes da pesquisa visitaram, em sua maioria 3 imóvel conforme a Tabela 4, concordando com Kroetz (2015), que definiu como ideal a visita entre 2 a 4 locais para escolher a melhor.

Tabela 5 – Visita no imóvel

Você foi visitar os imóveis selecionados?		
Sim	84	87,50%
Não	12	12,50%
Quantos imóveis você visitou?		
1	15	16,50%
2	13	14,30%
3	19	20,90%
4	11	12,10%
5	8	8,80%
Mais que 5	25	27,50%
Como você classifica a visita guiada nos imóveis?		
1	3	3,30%
2	2	2,20%
3	22	24,20%
4	38	41,80%
5	26	28,60%
Qual o nível de satisfação com a opção escolhida?		
1	1	1,10%
2	3	3,30%
3	12	13,20%
4	40	44,00%
5	35	38,50%

Fonte: os autores.



A qualidade da apresentação do imóvel pelo corretor de imóvel tanto por intermédio de imobiliária ou autônoma deve ter atenção especial, pois os consumidores que entraram em contato por meios tradicionais se demonstraram mais satisfeitos do que as pessoas que conversam de forma digital. Pessoas que mantiveram os primeiros contatos de forma pessoal classificaram como 4 numa escala de 1 a 5 a visita guiada, já os consumidores prospectados pelas mídias digitais se mostram mais indiferentes ao atendimento, classificando como 3 na escala. Esse dado mostra um pouco sobre atenção dada pelos profissionais de vendas nessa etapa da venda, em alguns momentos não se preparando para criar uma experiência positiva para seus clientes.

A efetivação da compra do imóvel é o grande momento para as pessoas envolvidas após as visitas feitas nos imóveis. Com o imóvel definido, os passos seguintes são contrato, pagamento e mudança. Dado curioso levantado nas entrevistas, numa escala de 1 a 5, 48% das pessoas definiram como 4 o nível de satisfação com a opção escolhida, demonstrando que o local escolhido não condiz exatamente com o que procuravam.

A qualidade do serviço prestado e a escolha do imóvel são relacionados a experiências do consumidor ser positiva ou negativa (ALMEIDA; BOTELHO, 2008). Kroetz (2015) teve resultados semelhantes também na cidade de Chapecó, isso demonstra que as pessoas que estão consumindo os produtos e serviços imobiliários não encontraram o imóvel perfeito, e fatores externos podem estar influenciando.

4.5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo atual encontrou resultados semelhantes aos obtidos em 2015 por Kroetz, que analisou o perfil do consumidor na cidade de Chapecó. Os resultados apresentados acima demonstram um pouco sobre a percepção do público consumidor em relação ao atendimento dos profissionais corretores de imóveis e das empresas do ramo, pois percebe-se uma dificuldade para atender pessoas pelos meios digitais.

Chapecó demonstra ser um município com grande potencial de crescimento, o setor imobiliário acompanha essa tendência oferecendo mais opções



para as pessoas que buscam comprar um imóvel, mas no quesito atendimento, deixa a desejar quando o meio digital é inserido. Os compradores de imóveis tendem a procurar um profissional de sua confiança para pesquisar um novo lar, deixando claro que o contato pessoal lhes traz mais confiança.

O estudo demonstrou uma carência no atendimento pelas mídias digitais. Os consumidores entrevistados consideram demorado o tempo de resposta dado as solicitações de informações, tornando o processo de compra do imóvel um mais inseguro. O padrão de atendimento pessoal tem funcionado, podendo ser seguido em todas as plataformas.

Os resultados no âmbito acadêmico demonstram que o setor demanda de atenção especial, pois compreender a dinâmica dos profissionais ao atender um cliente ou até levantar informações prévias dever estar claro, como estratégia para ganhar a confiança do consumidor. Os dados deixam claro que os clientes ainda tendem a procurar os profissionais pela confiança neles e não pelo conteúdo compartilhado em mídias digitais. Assim podemos compreender que o dado é novo, pois o meio digital e contato pessoal não haviam sido comparados até o momento, considerando um dado novo que requer atenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco dessa pesquisa foi compreender o quanto os consumidores de imóveis da cidade de Chapecó estão satisfeitos com o atendimento dado a eles pelos meios digitais, informações mais buscadas e a qualidades das descrições feitas pelos profissionais e empresas, e por fim, a experiência nas visitas aos imóveis selecionados finalizando o processo de compra. Com base nos dados obtidos nas entrevistas, o objetivo do estudo foi respondido, trazendo informações e novas percepções para tomada de decisões tanto no âmbito acadêmico como mercadológico.

Com foco na satisfação do consumidor na busca de informações e escolha do imóvel para moradia, de acordo com os dados obtidos percebe-se que há uma preferência pelo contato pessoal muito em função da falta de padrão no tempo e qualidade das informações fornecidas pelos profissionais, podendo ser por não



conhecer o meio ou considerar o digital algo distante do seu dia a dia de trabalho. Outro ponto a ser observado é o dado mais pesquisado pelos compradores, nas mídias digitais é a localização, já no contato pessoal o preço final é a primeira informação solicitada ao corretor/imobiliário/construtora.

O estudo traz contribuições para o meio acadêmico com a percepção que os consumidores desejam manter o contato pessoal, demonstrando que o comportamento dos consumidores mudou em relação ao meio pesquisado, mas não no fechamento de uma compra de alto valor agregado. Essa percepção deve ser a mesma para profissionais do mercado imobiliários, pois as ações de marketing podem ser mais focadas e podem levar o cliente até o stand de vendas ou agendamento de visitas pessoais, além disso os dados demonstram que deve haver uma atenção especial ao tempo de resposta dado e a qualidade das respostas nos meios digitais.

Como o foco do estudo é apresentar o quanto os consumidores estão satisfeitos com o atendimento e visitas acompanhadas por um profissional, ficou restrito compreender a demanda futura, tipos de imóveis desejados e o que os consumidores esperam do mercado imobiliário. Outro ponto que poderia ser analisado é como os aplicativos e serviços de locação e vendas online estão influenciando na demanda e percepção em relação aos imóveis e como isso pode mudar a demanda tanto na compra e locação de bens imobiliários.

Como citado, estudar a influência dos novos serviços como aluguel sem intermediários no setor imobiliários está mudando a forma de consumo dos imóveis e serviços. Outro ponto para explorar é em relação ao papel do corretor de imóveis no processo de compra, pois vem sendo discutida a importância desse profissional, como visto nesse estudo, ele foca no atendimento tradicional na cidade de Chapecó.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRADORES. **O que é Funil de Vendas?** 2015. Disponível em: <https://administradores.com.br/noticias/o-que-e-funil-de-vendas>. Acesso em: 27 jan. 2015.

ALMEIDA, Alda Rosana Duarte de; BOTELHO, Delane. Antecedentes da satisfação no setor imobiliário. *Rae*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 1-14, 7 mar. 2008.



BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W. ENGEL, James F. **Comportamento do consumidor**. 9. Ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

CAVALLINI, Ricardo. **O Marketing depois de amanhã**. São Paulo: Ed. do Autor, 2008.

FEIJÓ, Valéria Casaroto. **Diretrizes para a construção de um aplicativo para smartphones com foco na geração de experiências em branding territorial**. Dissertação (Mestrado em Design e Expressão Gráfica, Hipermídia Aplicada ao Design Gráfico) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GOBÉ, Marc. **Brandjam: O design emocional na humanização das marcas**. São Paulo: Rocco, 2010. p. 384.

GROSSELI, Carliana. O consumo imobiliário dos empreendimentos verticais em Chapecó. 2015. 57 f. TCC (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2015.

IBGE. **Chapecó**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>. Acesso em: 24 out. 2018.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: a edição do novo milênio**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KROETZ, Adilson. **Comportamento do consumidor imobiliário da cidade de Chapecó**. 2015. 114 f. TCC (Graduação) – Curso de Publicidade e Propaganda, Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Chapecó, 2015.

LINDSTROM, Martin. **Brand sense: a marca multissensorial**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

OCP NEWS JARAGUÁ DO SUL. **As expectativas de fim de ano para o mercado imobiliário de Santa Catarina**. Disponível em: <https://ocp.news/geral/as-expectativas-de-fim-de-ano-para-o-mercado-imobiliario-de-santa-catarina>. Acesso em: 6 jun. 2019.



OGDEN, J. R.; CRESCITELLI, E. **Comunicação integrada de marketing: conceitos, técnicas e práticas.** James R. Ogden, Edson Crescitelli; tradução Cristina Bacellar. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

PEÇANHA, Vitor. **O que é Marketing Digital? Entenda o conceito e aprenda agora mesmo como fazer!** 2019. Disponível em: <https://rockcontent.com/blog/marketing-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2019.

PORTO, Camila. **Facebook Marketing.** Curitiba: Novatec, 2014.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2008. p. 190.

REIS, Tiago. **O que é mercado Imobiliário: Entenda sobre este popular investimento.** Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/o-que-e-mercado-imobiliario/>. Acesso em: 21 jul. 2018.

SILVA, Bruno Tanure Lopes; SILVA, Renata Céli Moreira da; ARAUJO, Fábio Francisco de. **Comportamento do consumidor no mercado imobiliário: Atributos relevantes na compra de imóveis no Rio de Janeiro.** 2013. 22 f. TCC (Graduação em Administração) – PUCRJ, Rio de Janeiro, 2013.

TORRES, Cláudio. **A Bíblia do Marketing Digital.** São Paulo: Novatec Editora, 2009.

UGALDE, Marise Mainieri de. **O papel das emoções no processo decisório de compra de imóveis por consumidores da terceira idade.** 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – PUCRS, Porto Alegre, 2006.

YASUDA, Aurora; OLIVEIRA, Diva M. Tammaro. **Pesquisa de marketing.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.



APÊNDICE A– Transferências de Imóveis em Chapecó (2017)

Total de Imóveis			104527	
Imóveis Prediais			87474	
Imóveis Territoriais			17059	
Total de Pedidos			350852	
Total de Melhorias			897	
<u>Total de Econômicos:</u>			51536	
Em atividade			21714	
Baixados			21031	
Suspensos			8340	
Cancelados			351	
Total de Logradouros			1983	
Total de Bairros			219	
Total de Distritos			3000	
Total de Loteamentos			109	
Total de Condomínios			1448	
Total de Contribuintes			307349	
8200	Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos - IBI			
8201	ITBI	20.070.080,50		6212
	Total Lançados	20.070.080,50		6212
Total	Geral Lançado	20.070.080,50		6212



APROXIMANDO RECURSOS HUMANOS E LÍDERES DE PRODUÇÃO: ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO RH PARA AS PRÁTICAS DE LIDERANÇAS

Ana Janisa Leichtweis¹
Karine Schwaab Brustolin²

RESUMO

O presente artigo apresenta a contribuição da área de RH (Recursos Humanos) para as práticas de lideranças, considerando que seu apoio pode ajudar os líderes a melhor satisfazer as necessidades dos colaboradores, treinando-os e motivando-os para o trabalho. O RH deve atuar em parceria com os líderes, prestando consultoria de seus serviços, para poder atender as necessidades apresentadas em cada área específica. O principal objetivo da pesquisa é compreender quais necessidades os líderes possuem com relação ao setor de Recursos Humanos. Para a realização da pesquisa optou-se por utilizar-se da metodologia de grupo focal, com oito líderes de uma organização situada no Oeste de Santa Catarina. Pode-se observar que cada vez mais a área de RH deixou de ser um mero departamento de pessoal, para se tornar um dos principais protagonistas na área de gestão de pessoas. Os líderes necessitam que o RH seja seu apoiador e facilitador perante as dificuldades que possuem com seus liderados. Conclui-se que o RH possui estratégias que atendam às necessidades dos líderes, no entanto, existente muito trabalho a ser feito para poder contribuir de maneira satisfatória e aproximar estes profissionais.

Palavras-chave: Liderança. Recursos Humanos. Gestão de Pessoas.

1 INTRODUÇÃO

Em tempos atuais, as organizações necessitam estar em constante transformação, principalmente para atender as necessidades de seus clientes. Para tanto, é fundamental prestar um serviço de qualidade e ter um diferencial,

¹ Especialista em Psicologia Organizacional e do Trabalho: gestão e desenvolvimento de pessoas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Xanxerê; ana_janissa@hotmail.com

² Doutoranda em Psicologia Clínica na Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Mestra em Ciências da Saúde pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó; karine.brustolin@unoesc.edu.br



considerando o mercado competitivo. Perante isso, as práticas gerencias estão mudando e investindo cada vez mais em pessoas, sendo que o bem mais precioso de uma organização é o Capital Humano (CREPALDI; STUANI; RODRIGUES, 2017).

Diante da necessidade de investir em pessoas, o setor de Recursos Humanos (RH) é essencial neste processo, visto que, de acordo com Silva (2013, p. 15) o objetivo dos recursos humanos é ser estratégico o suficiente para “agregar, aplicar, recompensar, manter, desenvolver e monitorar as pessoas. Deste modo, o RH é o principal agente de gestão de pessoas, mas vale ressaltar que ele não é o único. A liderança também é fundamental no processo de gerenciar pessoas, sendo necessário que tanto RH como líderes andem juntos.

Uma gestão estratégica de pessoas acontece se líderes e recursos humanos caminharem juntos, sendo interligados em seus processos. Não é papel de recursos humanos apenas estar controlando os cartões pontos, por exemplo. O RH deve desempenhar um papel ativo junto a todos os grupos de trabalho, ajudando os gestores a liderarem suas equipes. Contudo, para isso é necessário que o RH entenda os desafios que as lideranças enfrentam dia a dia, conheçam suas rotinas de trabalho, suas obrigações, metas, planejamentos e as equipes que estão por trás disso.

Perante o exposto, objetivamos compreender quais necessidades os líderes possuem com relação ao setor de RH. Especificadamente, a partir dos dados coletados, foram analisadas as estratégias atuais do RH para a organização, e identificado as necessidades dos líderes de produção em sua atuação. O fator humano vem sendo considerado um diferencial e uma estratégia de sucesso nas organizações, cada vez mais são necessárias práticas inovadoras na área de RH, onde seja adotada uma postura mais eficiente e eficaz, no sentido de tornar os colaboradores capacitados e motivados, que prezem pela melhoria continua e qualidade no serviço, conseguindo cumprir com os objetivos da organização (FREITAS; JABBOUR, 2010).

As contribuições dos recursos humanos auxiliam os líderes a melhor satisfazer as necessidades dos colaboradores, treinando-os e motivando-os para o trabalho. Pesquisas apontam que quanto mais o colaborador sentir-se bem no trabalho, melhor ele conseguirá atingir os seus objetivos pessoais, bem como os da organização.



2 RECURSOS HUMANOS E LÍDERES

O termo recursos humanos atualmente vêm sendo substituído pela expressão “gestão de pessoas”. Isto por uma simples razão: a principal função do setor do RH é a gestão de pessoas, ou seja, “gerenciar a cooperação das pessoas que atuam nas organizações para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais” (AZEVEDO; MARTINS, 2017, p. 5). Deste modo, é o responsável por cuidar das pessoas, operando no recrutamento e seleção de candidatos, treinamento e desenvolvimento de pessoas, planejamento das remunerações salariais e benefícios, e também na realização de pesquisas de clima organizacional, com o objetivo de verificar a satisfação dos colaboradores e melhorar o ambiente (AZEVEDO; HABER; MARTINS, 2017).

Por muito tempo o RH atuava somente nas rotinas técnicas e burocráticas, não permitindo o reconhecimento de um parceiro estratégico. Apesar disso, em tempos atuais, o RH tem buscado desenvolver um papel diferente, se envolvendo nas elaborações de estratégias junto com as lideranças de gestão de negócios (LIMA; FISCHER, 2016). De acordo com os autores, o envolvimento do RH com lideranças possibilita garantir a implementação das estratégias em tempo real, e ainda, ao RH ocupar um espaço igual ao de outras lideranças no planejamento e decisão estratégica, consequentemente aprimorando a sua própria gestão.

Além disso, é fundamental que o RH atue de forma estratégica em parceria com as demais áreas organizacionais, com o intuito de identificar as necessidades das pessoas, com perspectivas de curto e longo prazo, transformando estas necessidades num modelo de gestão que seja capaz de criar e implementar a estratégia organizacional (CORSO et al., 2014).

As lideranças ocupam um espaço enorme dentro das organizações. Liderar envolve principalmente atenção aos objetivos. Deste modo, destaca-se que liderança se refere à direção de um grupo de indivíduos para realizar tarefas, metas ou cumprir objetivos (MESSIAS; MENDES; MONTEIRO, 2013). O estudo sobre lideranças é algo muito extenso, sendo um tema de interesse de diversos pesquisadores, considerando a relevância e a importância das lideranças para as organizações.



Os líderes desempenham um papel essencial à gestão de suas equipes. Medeiros (2013, p.12) aponta que as principais funções dos líderes estão relacionadas ao “desenvolvimento de equipe, a promoção da aprendizagem e a disseminação do conhecimento, preparando os colaboradores para as inovações organizacionais”. Ainda de acordo com o autor, os bons líderes são aqueles que “possuem habilidades para resolver problemas, são orientados a resultados, são metódicos em sua abordagem, mas toleram a ambiguidade, tem perspicácia organizacional, e apenas de estarem altamente motivados, não querem ser o centro das atenções”.

Assegurar que o comportamento do colaborador está de acordo com os objetivos da organização, também é papel do líder, mas para isso acontecer, os líderes necessitam desenvolver comportamentos positivos que permitam produzir reações positivas dos colaboradores e com isso aumentar a eficiência nos processos de trabalho e maior eficácia nos resultados organizacionais. Esta ideia, segundo Messias, Mendes e Monteiro (2013), coloca em destaque a importância do comportamento dos líderes em promover e sustentar níveis de bem-estar entre os colaboradores. Isso porque, quanto mais o colaborador sentir-se predisposto a atingir os objetivos propostos pela organização, maior será o seu bem-estar no trabalho.

Goes e Filho (2017) complementam que o papel do líder é identificar e satisfazer as necessidades de seus liderados, onde sua ação deve saber obter cooperação entre as pessoas. Ademais, deve ser capaz de “desenvolver, estabelecer e manter uma direção, além de promover a convergência de diferentes percepções, interesses e objetivos” (GOES; FILHO, 2017, p. 9). Essa é uma tarefa difícil, onde muitos líderes possuem dificuldades, uma vez que, cada pessoa possui uma necessidade diferente, uma personalidade, e motivação distintas.

Esse é um exemplo simples e muito comum que líderes possuem em suas práticas de trabalho no dia a dia. Saber lidar com as diversidades de pessoas dentro de um setor é algo complexo e difícil. Estas vivências dos líderes, fazem com que os mesmos busquem compreender melhor a gestão de pessoas, onde observam que não é somente papel do RH lidar com esses processos. O setor de RH é sim um dos principais agentes de pessoas numa organização, no entanto, os líderes também possuem um grande papel, pois eles são responsáveis por conduzir estas pessoas (GOES; FILHO, 2017).



Perante isso, Medeiros (2013) salienta que o RH deve atuar em parceria com os líderes, prestando consultoria de seus serviços, para poder atender as necessidades apresentadas em cada área específica, oferecendo serviços relacionados às competências essenciais da área e aos aspectos de diferenciação que possam ser observados como pontos estratégicos para o negócio. A área de RH precisa elevar ao máximo suas contribuições para a realização dos objetivos do negócio, revisando periodicamente seus objetivos e oferecendo suporte para que as outras áreas façam o mesmo. Somente assim, será possível realizar um trabalho em conjunto, implantando estratégias de gestão de pessoas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A concepção predominante da pesquisa caracterizou-se como intervenção social, tendo como norte teórico-metodológico a perspectiva da pesquisa-ação, ou seja, uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa aplicadas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática (TRIPP, 2005). Para a realização da presente pesquisa optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, do tipo exploratória.

Para coleta dos dados, foi realizado um grupo focal, sendo um modelo de intervenção preciso que tem como objetivo construir condições de troca entre os participantes, utilizando de duas ferramentas principais: a escuta e fala. Através de assuntos que serão discutidos, os participantes são orientados a falar e refletir sobre os temas apresentados (HENNIGEN; WALTER; PAIM, 2017).

Os sujeitos que participaram do grupo focal foram oito líderes de ambos os sexos, de uma indústria de embalagens situada no Oeste de Santa Catarina. Os líderes participantes da pesquisa são de dois níveis hierárquicos: coordenadores e supervisores. O critério de escolha dos sujeitos deu-se pelo cargo que os mesmos possuem na empresa, e ainda por serem líderes de produção das maiores equipes de trabalho. A quantidade de participantes no grupo foi definida acerca do que é recomendável para um grupo focal, ou seja, de 6 a 15 pessoas (RESSEL et al., 2008). Destacamos ainda, que os participantes autorizaram sua participação através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



O encontro foi realizado no auditório da própria organização, para que fosse mais acessível aos participantes. A duração do grupo foi de aproximadamente 1h30, conforme pré-estabelecido. Para facilitar a transcrição dos dados foi utilizado um gravador de voz, com autorização dos participantes por meio da assinatura do Termo de Uso de Imagem. Os participantes serão identificados no decorrer da pesquisa como P.

Os dados foram analisados através da análise do conteúdo, reunindo categorias previamente definidas, as quais nortearam as perguntas a serem realizadas no grupo focal, tendo o referencial teórico como base inicial de conceito. Segundo Bardin (2011), este é o melhor procedimento para compreender as características que estão por trás dos fragmentos das mensagens.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos por meio do grupo focal com líderes, demonstram as reais necessidades dos líderes diante do setor de RH da organização. Para responder este quesito, perguntou-se como avaliam o RH da empresa; quais os pontos positivos e algo que poderia ser melhorado. O objetivo deste questionamento foi justamente compreender as necessidades dos líderes em relação ao setor de Recursos Humanos.

No intuito de apresentar os dados da pesquisa, foram criadas categorias de análise, as quais serão expostas a seguir:

4.1 O RH COMO A ESSÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES

Nos dias atuais, as empresas estão cada vez mais investindo no desenvolvimento de líderes, uma vez que a liderança está diretamente ligada aos resultados efetivos das organizações (MELLO; SILVA, 2014).

O desenvolvimento de qualquer equipe de sucesso depende de um líder, o qual esteja a frente para coordenar, planejar, dirigir e motivar. No entanto, para a execução e sucesso de suas atividades como líder, é de extrema importância o trabalho de desenvolvimento a ser feito com os mesmos. De acordo com P. 1:



“uma prática que tem aqui dentro, que iniciou a uns dois anos, é a questão de treinamento para os líderes, exemplo o treinamento de feedback, o líder coach; esse tipo de treinamento da muito resultado para a fábrica, eu acho que tem mudado o perfil de muita gente, a forma com que interagimos com nossos liderados [...]” (Informação verbal).

O treinamento é considerado um processo sistematizado com o objetivo de promover a aquisição de habilidades, regras e atitudes, resultando numa melhor adequação entre as características dos colaboradores e as exigências diante da função (MELLO; SILVA, 2014).

De acordo com Mello e Silva (2014), o treinamento é capaz de desenvolver quatro tipos de mudanças: transmissão de informação: compartilhar informações e conhecimento com as pessoas treinadas; desenvolvimento de habilidade: direcionada ao cargo desempenhado; desenvolvimento ou modificação de atitudes: desenvolve atitudes mais adequadas para lidar com pessoas, o aumento na motivação do trabalho, e autoanálise, o qual é necessário para promover uma mudança; e por fim, desenvolvimento de conceitos: onde os líderes passam a ter uma visão mais ampla e global, aprimorando seus conceitos.

Como podemos ver, o treinamento é parte integrante do desenvolvimento de líderes, ele é considerado de acordo com Chiavenato (1999) um método mais focado, buscando melhorar a capacidade exigida para o desempenho no cargo e novas habilidades a serem adquiridas. Já o desenvolvimento é mais abrangente, o qual envolve vários campos organizacionais, sendo executado ao longo prazo, priorizando o futuro, ou seja, o crescimento pessoal de cada colaborador, visando uma carreira futura e não apenas o cargo atual.

Outra ferramenta de desenvolvimento de líderes, está relacionada a sua avaliação de desempenho, segundo o P. 4 “[...] a própria avaliação 360º, ela é fantástica, eu mesmo aprendi muito com ela, eu como profissional ajudou muito.” (Informação verbal). Ainda o P. 5 complementa com relação ao tema: “as pessoas conseguem enxergar, o líder consegue ser avaliado de uma forma, não só pela pessoa que está acima ou do lado, todo mundo, todo mundo ao teu redor te



avalia, de todos os ângulos, isso é o mais importante da avaliação 360º, é um ponto positivo”. (Informação verbal).

A avaliação de desempenho é uma ferramenta muito utilizada atualmente nos âmbitos organizacionais, considerando que ela pode oportunizar grandes melhorias. O principal objetivo das avaliações de desempenho é a busca por melhoramentos. Com esta avaliação é possível medir o desempenho do colaborador, o qual refere-se ao grau de realização das exigências do seu trabalho (SCHLOSSER; AREND, 2018). O desenvolvimento individual de cada líder está relacionado a avaliação de desempenho, uma vez que a mesma fornece um feedback de seus pontos fortes e fracos, sendo possível visualizar o que precisa melhorar.

Existem diferentes métodos de avaliação de desempenho, neste fato, é importante mencionar que é preciso uma ferramenta que atinja os objetivos da empresa e que possa motivar os funcionários a atingir novos objetivos, desenvolvendo-se para um caminho de sucesso (SCHLOSSER; AREND, 2018).

A avaliação utilizada na organização citada, refere-se a avaliação 360º, realizada de “modo circular por todos os elementos que mantêm alguma forma de interação com o avaliado” (CHIAVENATO, 2004, p. 262). Através das diferentes visões de: superior(es), subordinados, pares, clientes e fornecedores e mais autoavaliação; uma pessoa é avaliada no meio de um círculo de diversos examinadores. Apresentam-se geralmente por questionários anônimos; identificado com ambientes participativos e democráticos. A partir da realização da avaliação, é realizado o feedback com cada avaliado pelos seus superiores, em seguida realizado um plano de ação aos pontos fracos citados.

A avaliação 360º graus é considerada pela organização o melhor método para avaliação, pois permite um feedback mais completo, conduzindo mudanças necessárias para a organização e seus colaboradores. Além disso, oportuniza o desenvolvimento dos líderes no feedback oferecido pelos colaboradores, os quais terão a oportunidade de expressarem suas necessidades, verificando informações necessários para o seu melhor desenvolvimento.



4.2 O RH COMO CUIDADO A SAÚDE DO TRABALHADOR

No momento em que se encontra a pesquisa, já podemos mencionar que a área de RH possui diversas funções e subáreas. Neste aspecto, uma das responsabilidades do RH é cuidar da qualidade de vida e bem-estar dos colaboradores (GROSS, 2008). Uma subárea do RH que tem cuidado da saúde do trabalhador, diz respeito ao SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, o qual é formado por profissionais da área da saúde, com o objetivo principal de proteger a integridade física dos trabalhadores dentro das empresas. O SESMET é responsável por uma função de importância no conjunto de atribuições que relaciona a manutenção de pessoas: “a promoção da vida humana e a continuidade do processo de produção com os índices de produtividade desejáveis (MARRAS, 2000, p. 207).

Em 1978, a legislação trabalhista implementou as Normas Regulamentadoras (NRs), e dentre elas, a NR n. 7, “estabelece a obrigatoriedade de elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO” (BRASIL, 1978, p. 1).

O principal objetivo do PCMSO é a promoção e prevenção da saúde do conjunto dos trabalhadores, no qual uma de suas funções é a realização obrigatória dos exames médicos periódicos: avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional e exame físico e mental; e, exames complementares, realizados de acordo com os termos específicos da NR e seus anexos (MENDES, 2016). Os exames periódicos são avaliados pelos líderes como um controle positivo para avaliar a saúde do colaborador: P. 1 “tem o histórico médico, de acompanhamento, exames periódicos que demonstram se a pessoa tem algum tipo de lesão ou perda de alguma habilidade, ou perda auditiva, decorrente não necessariamente do trabalho”. (Informação verbal).

No entanto, algo que precisa ser melhor é o acompanhamento dos colaboradores com atestados e afastamentos. Para P. 1:



“e essas pessoas que faltam por exemplo, temos um caso de um rapaz que está de atestado faz mais de 20 dias, nós não temos contato, não conseguimos contato, a gente se preocupa com as pessoas, o RH pode dar esse suporte pra agente, ver como ele está e dar esse retorno [...] quando ele retornar as atividades dele, ele se sente bem, valorizado, a empresa se preocupa com o bem-estar [...]” (Informação verbal).

Seguindo esta perspectiva, pesquisas apontam que quanto mais as empresas investirem no bem-estar e qualidade de vida de seus colaboradores a satisfação com o trabalho será maior, e conseqüentemente, aumentará a produtividade. Deste modo, estarão lucrando no que diz respeito às doenças dos trabalhadores, apresentando diminuição dos níveis de estresse e menor incidência e prevalência de doenças ocupacionais, ditas estas como as principais doenças apresentadas por trabalhadores (ALVES, 2011).

A qualidade de vida no trabalho pode ser trabalhada como um conjunto de ações que envolve a implementação de melhorias e inovações gerenciais e tecnológicas no ambiente de trabalho (TEIXEIRA et al., 2009). Uma destas ações pode estar diretamente ligada ao acompanhamento de pessoas afastadas por problemas de saúde, sejam elas físicas ou mentais. Importante este acompanhamento até mesmo para investigar o motivo, se pode estar ou não relacionada ao trabalho, para posterior promover ações de prevenção dentro da organização.

Tanto Teixeira (et al., 2009) como Alves (2011) abordam que a construção da qualidade de vida no trabalho passa a existir, no momento em que a empresa e as pessoas são vistas como um todo, ou seja, que as empresas tomem consciência que os seus trabalhadores são partes fundamentais de sua organização. Deste modo, será possível a realização de um diagnóstico, campanhas, criação de serviços e implantação de projetos voltados para a preservação e desenvolvimento das pessoas, durante o trabalho na empresa.

Da mesma forma que o acompanhamento desses colaboradores, deve se dar também ao retorno do trabalho. Segundo o P. 4 “[...] o pessoal que retorna de reabilitação do INSS, muitas vezes tem limitação para trabalhar, o RH tem que tomar uma decisão, ou a gente senta com essas pessoas e chega num consenso do que elas



podem fazer [...]”. P. 1 “a medicina no trabalho precisa ser mais participativa, o RH precisa direcionar a atividade que ele pode fazer [...]” (Informação verbal).

Segundo o Ministério da Saúde (1998), o termo Saúde do Trabalhador refere-se a um campo do saber que tem o objetivo de compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença. Se tratando de saúde e doença, pode-se considerar que ambos são processos dinâmicos, os quais estão estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade.

Importante mencionar a visão de Alves (2011), o qual expõe que não adianta incorporar programas padronizados de qualidade de vida no trabalho de forma imediata, sem um planejamento estratégico e os devidos investimentos. Caso feito isso, os resultados serão contrários aos esperados. Por isso, é necessário rever as estratégias que atualmente são implantadas pela medicina do trabalho, para melhor atender os líderes e colaboradores de toda a empresa, tornando algo satisfatório, preocupando-se com a saúde e qualidade de vida de cada colaborador dentro da organização.

4.3 A IMPORTANCIA DA APROXIMAÇÃO DO RH COM A FÁBRICA

Até o momento podemos verificar o quanto o RH de uma organização está diretamente ligada as necessidades que os líderes vivenciam dia a dia em suas práticas de trabalho. Neste sentido, uma questão muito citada pelos líderes na pesquisa, está diretamente ligada a importância do RH estar mais próximo a fábrica.

Uma das funções do RH é recrutar e selecionar pessoas qualificadas para as vagas em aberto na organização. De acordo com o P. 4, existe a necessidade do colaborador do setor de recrutamento e seleção estar mais envolvida com os processos na fábrica, uma vez que será mais fácil de entender e conhecer o perfil ideal para aquela função “[...] outro ponto de melhoria que eu acho que o RH deveria ter, é entender mais cada processo, principalmente quem faz a parte de recrutamento, entender que tipo de perfil precisa para cada tipo de atividade.” (Informação verbal).

O recrutamento é considerado a fase inicial de preenchimento de uma vaga em aberto, ou seja, é um processo para a procura de empregados a se candidatar a



vagas de emprego nas organizações. Logo em seguida, temos a seleção que identifica o candidato mais qualificado entre os recrutados (OLIVEIRA; JESUS, 2018).

O objetivo do recrutamento e seleção é escolher o candidato mais qualificado profissionalmente para preencher os cargos disponíveis na empresa, deste modo, escolher o candidato certo para o cargo certo. Para realização da seleção de candidatos, é necessário que possuam critérios de seleção, fundamentadas em dados e informações a respeito do cargo a ser preenchido. Perante isso, é essencial que para a formação destes critérios, a pessoa responsável pela seleção conheça as atividades principais do cargo proposto, para poder definir o perfil e escolha do melhor candidato recrutado. As exigências de seleção baseiam-se nas especificações do cargo, cuja finalidade é dar maior objetividade e precisão à seleção do pessoal para aquele cargo (OLIVEIRA, 2005). Neste aspecto podemos verificar as necessidades que os líderes apontam da área de RH, onde conhecer os processos existentes na fábrica, facilitará a seleção do melhor candidato a ser escolhido para a vaga em aberto.

Atualmente uma prática que é feita pelos recursos humanos, a qual foi apontada como algo positivo, está relacionada a entrevista nos primeiros dias de trabalho conforme relata P. 2 “uma coisa boa, é o acompanhamento dos novos feito pelo RH, que antes não tinha, nos ajuda a ver onde precisamos trabalhar com as pessoas novas, isso é uma coisa bem importante.” (Informação verbal).

Este acompanhamento é realizado nos primeiros 45 dias dos colaboradores novos, através de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas, com o principal objetivo de verificar como o colaborador está se sentindo na empresa. Após a entrevista, é feita o retorno para seus líderes, para poderem avaliar e verificar se possuem alguma dificuldade que antes poderiam não ter sido mencionado. Está foi uma estratégia criada pelo RH, com o intuito de avaliar como os colaboradores estão, se possuem dificuldades para que possam ser resolvidas e consequentemente diminuindo a rotatividade da empresa.

A admissão de um novo colaborador é um investimento para as empresas, considerando todo o processo de recrutamento e seleção, exames admissionais, etc. Neste sentido, deve-se ser tomada medidas estratégicas para esse investimento não se tornar algo negativo. O investimento se torna negativo caso o colaborador



novo seja desligado ou ocorra o desligamento pela empresa. Diante disso, cuidar do novo colaborador, com intuito de reter o indivíduo na empresa é uma estratégia fundamental nas organizações atualmente. (CABECEIRAS, 2015).

Ademais de acordo com Cabeceiras (2015) é necessário que as empresas possuam um acompanhamento dos novos colaboradores durante o tempo necessário, de forma a orientar o indivíduo com as práticas e políticas da organização. Esse acompanhamento é essencial para se evitar eventuais obstáculos e dificuldades que os novos possam estar enfrentando, considerando que estão vivenciando algo novo. Além disso, o colaborador pode ter uma avaliação positiva da organização, a qual preocupa-se com o seu bem-estar.

Este acompanhamento também pode estar diretamente relacionado ao absenteísmo da empresa. O absenteísmo é definido como “as ausências nos momentos em que os colaboradores encontram-se em seu tempo programado de jornada de trabalho” (PENATTI; ZAGO; QUELHAS, 2018). Segundo o P. 4 “tivemos 10 faltas num setor sábado, alguém do RH tem que ajudar a enxergar isso [...] alguma coisa está errada, alguém está descontente, ou é o líder que não serve, ou é o processo que está errado, que está maltratando todo mundo lá dentro [...]” (Informação verbal).

O absenteísmo é estimado como um problema relevante que reflete inteiramente nos lucros das organizações. É de responsabilidade do departamento de recursos humanos estar atento aos índices para que possam buscar estratégias que diminuam os mesmos (ALMEIDA et al., 2015).

No entanto, antes de realizar qualquer estratégia é fundamental que se investigue os motivos dos índices de absenteísmos estarem altos. Estudos demonstram que o absenteísmo está relacionado a satisfação no trabalho. Quando o colaborador se afasta, é possível que esteja querendo se afastar de situações indesejáveis. Este é um tema complexo e difícil de ser resolvido, uma vez que as causas podem estar ligadas a vários fatores: questões sociais, saúde, gestão de pessoas, entre outros problemas (PENATTI; ZAGO; QUELHAS, 2018).

Considerando que o absenteísmo pode ter relação direta com a satisfação ao trabalho, é onde podemos verificar a entrada em cena da área de gestão de pessoas (RH), o qual deve auxiliar os líderes aos esforços com as pessoas. A gestão



de pessoas deve trabalhar no sentido de promover a cooperação dos colaboradores que atuam na organização para o alcance dos objetivos tanto organizacionais quanto individuais. O colaborador deve sentir-se parte integrante e importante do processo, e entender que a falta dele irá prejudicar tanto ele quanto a organização a qual ele está inserido (ALMEIDA et al., 2015).

5 CONCLUSÃO

Através da pesquisa, podemos observar cada vez mais que a área de Recursos Humanos deixou de ser um mero departamento de pessoal, para se tornar um dos principais protagonistas na área de gestão de pessoas. Atualmente o foco do RH é gerar resultados por meio das pessoas e ser reconhecido principalmente por seus clientes internos como apoiador. Gerenciar pessoas não é nenhuma tarefa fácil. Por conta disso é que novas estratégias de gestão de pessoas vem a cada dia buscando maneiras de melhor satisfazer as necessidades de cada colaborador dentro da organização.

Procuramos apresentar neste artigo as reais necessidades que líderes possuem da área de recursos humanos, sendo que as duas áreas trabalham diariamente com pessoas. Foi possível identificar e compreender estas necessidades através do grupo focal realizado, o qual contribuiu de maneira satisfatória para o resultado da pesquisa, atingindo assim os objetivos propostos.

Os resultados permitiram constatar, que por mais que existem diversas estratégias novas na área de recursos humanos, há uma defasagem entre a contribuição de suas práticas com os líderes. As necessidades apontadas não fogem da responsabilidade dos recursos humanos.

O RH é a essência do desenvolvimento de líderes, o qual é muito valorizado na organização. Através de treinamentos, avaliações de desempenho e feedback, os líderes estão em constante desenvolvimento. Além disso, o RH é o **principal agente de** cuidado com a saúde do trabalhador, para isso, a empresa conta com o SESMT, o qual possui uma equipe especializada para esses cuidados. No entanto, é necessário um acompanhamento com pessoas afastadas e doentes,



preocupando-se com o bem-estar de cada uma, bem como, ao retorno ao trabalho, onde o colaborador pode se sentir melhor após um problema de saúde.

Por fim, ressaltamos a importância da aproximação do RH com a fábrica, uma necessidade muito presente em todo o andamento da pesquisa. Os líderes são muito cobrados por produção, todos possuem metas, as quais precisam alcançar resultados. Diante disso, a pressão e sobrecarga ao trabalho exige cada vez mais a área de recursos humanos como apoiador e facilitador a diversas dificuldades que possuem com seus subordinados. É evidente a necessidade de o setor de Recrutamento e Seleção buscar entender os processos de produção, para conseguir selecionar candidatos melhor qualificados. Além disso, o acompanhamento do absenteísmo merece um olhar, já que este fenômeno tem impacto diretamente aos resultados finais, e está presente diariamente nos setores.

Portanto, concluímos que o RH possui estratégias que atendam às necessidades dos líderes, no entanto, existente muito trabalho a ser feito para poder contribuir de maneira satisfatória. Ainda, os dados dessa pesquisa podem contribuir para a elaboração de outras pesquisas futuras, em relação a área de recursos humanos. Sugere-se a continuidade deste estudo com a seguinte pergunta: quais as necessidades que os Recursos Humanos possuem para atender as necessidades dos líderes?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Raquel Oliveira de *et al.* **Causas e desvantagens do absenteísmo: o caso da empresa auto center 24 horas em Porto Velho.** 2015. Disponível em: http://www.inovarse.org/sites/default/files/T_15_497_6.pdf. Acesso em 10 jul. 2018.

ALVES, Everton Fernando. **Programas e ações em qualidade de vida no trabalho.** Maringá: 2011. Disponível em: <http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/168/180>. Acesso em 11 jun. de 2016.

AZEVEDO, Katya da Fonseca de; HABER, Denise Dallmann. MARTINS, Solange. **As Diferenças entre Departamento de Recursos Humanos e Departamento Pessoal.** Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_14_1311018575.pdf. Acesso em: 25 nov. 2017.



BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. NR 7 – Programa de controle médico de saúde ocupacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 1978.

BRASIL. **Portaria n. 3.908**, de 30 de outubro de 1998. Cadernos de legislação em saúde do trabalhador. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1998.

CABECEIRAS, Carolina Cunha. **Acompanhamento e Integração de novos colaboradores SATA**. Ponte Delgada, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/3608/1/DissertMestradoResumoIndIntroCCC2015.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos - O capital humano das organizações**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CORSO, Jansen Maia Del *et al.* Gestão estratégica de recursos humanos: identificando o processo de alinhamento estratégico. **Tourism & Management Studies**, v. 10, p. 49-57, 2 jul. 2014. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=5&sid=2df97c3b-cd76-46fb-b484-21ea4fd91a89%40sessionmgr4009&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#AN=100385149&db=foh>. Acesso em: 2 dez. 2017.

CREPALDI, Paola Guariso; STUANI, Luiz Henrique; RODRIGUES, Paul Ricardo. **A importância da gestão de contabilidade de RH nas organizações**. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol__1373923274.pdf. Acesso em: 18 nov. 2017.

FREITAS, Wesley Ricardo de Souza; JABBOUR, Charbel José Chiappeta. Rumo à Gestão Estratégica de Recursos Humanos? Estudo de Caso em uma Organização Pública Paulista. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 26, p. 163-188, jan. 2010. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=9&sid=2df97c3b-cd76-46fb-b484-21ea4fd91a89%40sessionmgr4009&bdata=Jmxhbmc9cHQYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#AN=60242910&db=foh>. Acesso em: 2 dez. 2017



GOES, Gustavo Antiquiera. FILHO, Joel Gerson Lopes. **A Liderança para Gestão de Pessoas: o líder que as empresas procuram.** Disponível em: http://www.convibra.org/upload/paper/2013/34/2013_34_7682.pdf. Acesso em: 3 dez. 2017.

GROSS, Sergio. **Higiene e Segurança no Trabalho: um programa para a empresa Conactsul Ltda.** Itajaí, 2008. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Sergio%20Gross.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

HENNIGEN, Inês; WALTER, Bruno Eduardo Procopiuk; PAIM, Guilherme Machado. Consumo, Dinheiro e Diferenciações Sociais: Ditos de Jovens em uma Pesquisa-Intervenção. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 711-724, set. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300711&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 3 dez. 2017.

LIMA, Luciana Campos; FISCHER, Luiz André. Estudo Preliminar sobre a Atuação da Área de Recursos Humanos como Consultoria Interna e sua Capacidade de Inovação das Práticas de Gestão. **Brazilian Journal of Management / Revista de Administração da UFSM**, v. 9, n. 4, p. 391-407, jul. 2016. Disponível em: <http://web.a.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=11&sid=2df97c3b-cd76-46fb-b484-21ea4fd91a89%40sessionmgr4009&bdata=Jmxhbm9c9cHQtYnlmc2l0ZT1lG9zdC1saXZI#AN=118892515&db=bth>. Acesso em: 2 dez. 2017.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico.** 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.

MEDEIROS, Francine. **O papel do RH na Gestão de Mudanças Organizacional.** Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102297/000935109.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MELLO, Gélysses Andréa Ferraz de; SILVA, Tamara Tatiane da. **Treinamento e desenvolvimento de líderes como ferramenta organizacional e empresarial.** São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.funvicpinda.org.br:8080/jspui/bitstream/123456789/280/1/MelloSilva.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.



MENDES, Eliane de Assis. **Os exames periódicos de saúde sob perspectiva da saúde do trabalhador: a experiência de uma unidade federal de Imunobiológicos.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=4733. Acesso em: 10 jul. 2018.

MESSIAS, Fernando; MENDES, Júlio; MONTEIRO, Ileana. O Impacto da Liderança no bem-estar dos colaboradores – o papel dos líderes e dos gestores na construção de modelos que promovam o bem-estar psicológico no trabalho. **Dos Algarves: A Multidisciplinary e-Journal**, Portugal, n. 22, 2013. Disponível em: <http://www.dosalgarves.com/rev/N22/4rev22.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.

OLIVEIRA, Angelina da Cruz; JESUS, Camila Paula Menezes de. A importância dos processos de recrutamento e seleção no setor hospitalar de Paracatu – MG. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/Faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/REVISTAS/REVIST2015/9%20A%20IMPORT%C3%82NCIA%20DOS%20PROCESSOS%20DE%20RECRUTAMENTO%20E%20SELE%C3%87%C3%83O%20NO%20SETOR%20HOSPITALAR%20DA%20CIDADE%20DE%20PARACATU%20-%20MG.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.

OLIVEIRA, Luciana Sarkis de. **Gestão de Pessoal: métodos e processos de recrutamento e seleção.** Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/751/2/20100557.pdf>. Acesso em 10 jul. 2018.

PENATTI, Izidro; ZAGO, José Sebastião; QUELHAS, Oswaldo. **Absenteísmo**, Rio de Janeiro. Disponível em http://inf.aedb.br/seget/artigos06/898_Seget_Izidro%20Penatti.pdf. Acesso em: 10 jul. 2018.

RESSEL, Lucia Beatriz *et al.* O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. **Texto & Contexto Enfermagem**, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/714/71411240020/>. Acesso em 25 nov. 2017.

SCHLOSSER, Josiane; AREND, Leticia Schramm. **Avaliação de Desempenho como ferramenta estratégica para desenvolvimento dos líderes da empresa ABC.** Disponível em: <http://www.domalberto.edu.br/wpcontent/uploads/2009/07/AVALIA%C3%87%C3%83O-DE-DESEMPENHO-COMO-FERRAMENTA-ESTRAT%C3%89GICA.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2018.



SILVA, Raiane Rodrigues. **A Importância do Setor de Recursos Humanos no Contexto da Estratégia da Organização**. Orleans, 2013. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Monografia-RAIANE-RODRIGUES-DA-SILVA.pdf>. Acesso em 18 nov. 2017.

TEIXEIRA, Clarissa Stefani *et al.* **Qualidade de vida do trabalhador: discussão conceitual**. 2009. Disponível em: http://www.kennedy.br/arquivos_up/documentos/a448c7ce29632e8f616b421d334fb7d8.pdf. Acesso em: 11 jun. 2016.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **São Paulo: Educação e Pesquisa, Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2017.



GESTÃO DE ESTOQUE NA SAÚDE PÚBLICA

Sandro José Risso¹

RESUMO

O presente artigo faz uma análise da gestão de estoque de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), no município de Chapecó. O principal desafio desse artigo é responder: qual ferramenta ideal para gestão de estoque em uma determinada unidade de saúde pública? A unidade em questão faz em média 300 atendimentos diários em urgência e emergência. Inicialmente conceituamos as etapas minimamente necessárias para uma eficiente gestão de estoque. Após foi realizado estudo de caso qualitativo, de caráter exploratório através da extração de um relatório anual, compreendendo os meses de agosto de 2017 a julho de 2018, quando foram pesquisados 221 itens em estoque. Através deste, efetivou-se um inventário de estoque utilizando a metodologia da Curva ABC. Foi realizada também a análise modal de consumo, cálculo do estoque mínimo, ideal e máximo, além da definição do índice de sazonalidade. A metodologia utilizada neste artigo divide-se em: pesquisa dos modelos de gestão de estoques na matéria científica atual, análise da situação atual da gestão de estoque na unidade de saúde pública pesquisada, discussão dos dados coletados e apresentação da proposta de melhorias administrativas e operacionais. O estudo concluiu que o sistema integrado de gestão utilizado na unidade permite uma boa resolução no que diz respeito ao controle de estoque. Porém necessita do incremento de algumas funções para melhorar a qualidade e confiabilidade do mesmo. A proposta que se apresenta é apenas de melhorias, embora estas possam demandar um grande esforço administrativo e operacional.

Palavras-chave: Gestão de Estoque. Saúde Pública. Curva ABC. Sistema Integrado de Gestão. Pronto-atendimento.

1 INTRODUÇÃO

Na gestão pública, embora não se objetiva o lucro e sim a qualidade do atendimento prestado ao usuário, a preocupação com os recursos financeiros deve sempre estar presente, com foco na redução de custos e manutenção da eficácia dos

¹ Pós-graduado em Gestão Estratégica Organizacional: controladoria e finanças pela Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; Graduado em Administração pela Universidade do Norte do Paraná; sandrojoserrisso@gmail.com



serviços. Para Frizo (2011), administrar estoques é uma arte resultante de uma série de técnicas utilizadas pelos administradores para a redução de custos operacionais e administrativos. Esses, em consonância com os recursos disponíveis, geram a possibilidade de ampliação no atendimento com a oportunidade de melhoria ou criação de novas ações, processos ou programas que beneficiem a população.

O presente artigo consistirá em um estudo de caso que associado à pesquisa bibliográfica específica oferece, como subsídios, a reunião de variados elementos para responder ao questionamento da pesquisa: Qual a ferramenta ideal para gestão de estoque em uma determinada unidade de saúde pública?

O tema proposto é: Gestão de estoque na saúde pública. Segundo Almeida (2011, p. 64 apud FERRANTI, 2017), “A gestão de estoques compreende a atividade de gerir recursos ociosos com representatividade financeira e que são armazenados para o suprimento das necessidades futuras em uma instituição.” Em consonância com esse conceito, de forma específica no caso em estudo, podemos dizer que a disponibilidade de estoque se torna fundamental para a qualidade dos serviços prestados, o que torna sua gestão de grande valor.

Para atender ao propósito deste artigo, se percebeu a necessidade da restrição dos elementos pesquisados para que o estudo possa ser controlado quanto as suas inúmeras variáveis de maneira que a pesquisa a ser realizada se limite ao estoque da farmácia da unidade objeto do estudo. Contudo, o que se propõe no desenvolvimento deste é a sugestão de uma ferramenta de gestão de estoque, por adição ou subtração de etapas que possam atender a necessidade sistêmica real da unidade em questão. Conforme Frizo (2011), o objetivo da farmácia é o apoio clínico funcional e integrado em um grupo de serviços que precisa estar em constante e estreita relação com a administração central da unidade de saúde.

O principal objetivo deste artigo é propor ou verificar a(s) ferramenta(s) que melhor atenda(m) a gestão de estoque da farmácia de uma unidade de saúde UPA 24h. Para atingir o objetivo proposto se faz necessário pesquisar os modelos de gestão de estoques na bibliografia atual, analisar o modelo adotado atualmente na unidade pública pesquisada e identificar se a ferramenta utilizada atende às necessidades da referida unidade.



A pesquisa a ser desenvolvida justifica-se pela importância administrativa de uma gestão de estoque eficiente, que poderá contribuir para a eficiente tomada de decisão no reabastecimento dos insumos, no uso racional dos recursos, e conseqüentemente no bom atendimento do seu público alvo. Segundo Moraes (2010, p. 333 apud FENILI, 2016), o conceito de eficiência incluído formalmente na Constituição Federal (CF), de 1988 pela Emenda Constitucional n. 19/1998, traz a obrigação da administração pública de primar “pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitarem-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social.”

O controle efetivo do estoque através de tais ferramentas poderá contribuir para a redução significativa de perdas, principalmente por expiração de prazo de validade e avarias nos insumos. Por conseguinte, também impacta convenientemente na eficiência e eficácia de serviços como: atendimento ao cliente; reposições; credibilidade dos serviços; redução de erros e do tempo na execução dos processos e rotinas; redução do estresse ocupacional e conseqüentemente manutenção do bom nível no clima organizacional, além da economia de recursos financeiros.

Este artigo tem a intenção de contribuir positivamente para o aprimoramento dos serviços prestados, através da proposição de utilização da(s) ferramenta(s) que melhor atendam às necessidades na unidade em questão.

O que também motiva a construção deste estudo é o intuito pessoal de buscar conhecimento acadêmico, como também a possibilidade de contribuição para evolução do serviço de saúde pública no que tange a esse aspecto de sua existência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Trentin (2015), no atendimento das necessidades dos clientes, é extremamente importante um controle minucioso de um estoque mínimo e máximo, entre outros fatores, para minimizar a falta de produtos e facilitar a distribuição física interna e externa.

Consoante à definição de Dias (2012), a Gestão de Estoques compreende o planejamento e controle de mercadorias desde a sua entrada até a sua saída, visando uma rápida reposição.



Apresentando os nichos da gestão de matérias, Fenili (2016) expõe as seguintes atividades para uma adequada gestão de estoques: “Análise dos custos de estoque, previsão de consumo, operacionalização dos sistemas de reposição de estoque, inventários dos estoques, apuração de indicadores (giro e cobertura de estoques, entre outros) etc.”

Segundo Bondan (2015), o inventário nada mais é do que a contagem física dos itens em estoque. Os autores complementam com o conceito de Martins et al. (2000, p. 156), “o inventário físico é geralmente efetuado de dois modos: periódico ou rotativo.” No entendimento de Bondan (2015), o inventário é chamado de periódico quando em um período pré-determinado, faz-se a contagem física de todos os itens do estoque. Já no inventário rotativo, de acordo com os autores, os itens em estoque são contados, elabora-se um programa em que os estoques sejam contados na sua totalidade no período geralmente de 1 ano.

Segundo Bondan (2015), “A curva ABC é um importante instrumento para se examinar estoques, permitindo a identificação daqueles itens que justificam atenção e tratamento adequados quanto a sua administração.” Ainda segundo os autores, a verificação do estoque “pode ser feita com os dados do consumo em valor monetário ou quantidade dos itens de estoque, para que eles possam ser classificados em ordem decrescente de importância.” Na definição de Loprete et al. (2019), os estoques são classificados em três grupos. O grupo A é constituído por 10 a 20% dos itens e representam de 60 a 80% do custo do estoque, o grupo B é composto por 20 a 30% dos itens e representam de 20 a 30% do custo total, enquanto o grupo C é constituído por 50 a 70% do total de itens e custo de 5 a 10% do custo total do estoque.

Segundo Peinado e Graeml (2007 apud CIOTA, 2017, p. 18), *Lead times* é o tempo de reposição decorrido desde a solicitação da compra até a chegada do produto ao cliente, ou seja, é o tempo de fornecimento de um determinado produto.

Sobre o estoque mínimo, Pozo (2010 apud TRENTIN; DEON, 2015), sugere que o mesmo deve suprir qualquer variação do sistema. É preciso considerar todas as variáveis possíveis na pretensão de garantir estoque suficiente para suprir a demanda. Tais variáveis são definidas de acordo com as características do serviço prestado.



Chiavenato (2014), afirma que para calcular o estoque de segurança ou o que é chamado pelo autor de taxa de cobertura ou antigiro, faz-se necessário dividir o estoque médio, pelo consumo médio no período. Segundo Chiavenato (2014, p. 98), o resultado obtido “[...] indica o número de vezes que o estoque roda no período considerado, seja dia, mês ou ano.”

Sobre o armazenamento do estoque, Dias (2010 apud TRENTIN, 2015), contribui que a armazenagem adequada dos produtos permite a diminuição de custos, melhora a qualidade dos produtos e acelera o ritmo do trabalho.

Conforme Magalhães et al. (2017), o layout corresponde a forma como os itens, equipamentos e pessoas estão posicionados, sendo importante para uma armazenagem eficiente. Ainda segundo os autores, os objetivos do layout são a redução no custo e maior produtividade, com melhor utilização do espaço, além de condições seguras de trabalho.

Conforme Mesquita e Martins (2011), sazonalidade é uma qualidade que corresponde a padrões uniformes de desempenho ao longo de determinados períodos, relacionados às estações climáticas.

Segundo o conceito de Garcia (2010, p. 66), moda corresponde aos valores que mais se repetem em um determinado grupo de estudo.

De acordo com Mesquita e Martins (2011) no Modelo de Revisão Periódica, é verificado o estoque de um item específico e, com base no nível encontrado, determina-se a quantidade que precisa ser reposta.

Na visão de Martins et al. (2009 apud TRENTIN, 2015), há duas maneiras de calcular a acurácia dos controles: em quantidade ou em valor, medindo assim, a porcentagem de itens corretos. $\text{Acurácia \%} = \frac{\text{Número de itens com registros corretos}}{\text{Número total de itens}} \times 100$ ou $\text{Acurácia \%} = \frac{\text{Valor dos itens com registros corretos}}{\text{Valor total de itens}} \times 100$.

3 METODOLOGIA

Por exigência da Secretaria de Saúde do Município de Chapecó-SC, foi encaminhado ao setor de educação em saúde projeto de pesquisa com elementos e referências justificando a proposta e a devida fundamentação da problemática, além



de informar a pretensão do referido estudo. Após o cumprimento das questões burocráticas e legais iniciou-se a fase de pesquisa de campo na farmácia de uma unidade de saúde pública do município de Chapecó, cuja característica principal é o pronto atendimento.

Yin (2015) define o estudo de caso como uma investigação empírica de uma unidade específica analisada de forma individual e em seu contexto através da coleta e análise de dados. Porém, para melhor qualidade da pesquisa e para que o estudo possa ser controlado quanto as suas inúmeras variáveis, visando atender ao propósito deste artigo, se percebeu a necessidade da restrição dos elementos pesquisados ao estoque da farmácia da unidade objeto do estudo. Preservando-se, porém a relação contextual e de logística.

Foi realizado estudo de caso qualitativo, de caráter exploratório, da(s) ferramenta(s) de gestão de estoque na farmácia da unidade em questão. Obteve-se a coleta de dados através da extração de um relatório anual, compreendendo os meses de agosto de 2017 a julho de 2018. Efetivou-se através deste um inventário de estoque utilizando a metodologia da Curva ABC com o auxílio do editor de planilhas Microsoft Office Excel.

Observaram-se as seguintes rotinas: dispensação do estoque, armazenamento do estoque, cálculo de necessidades, pedido de insumos ao almoxarifado central, disposição no armazenamento dos insumos, gerenciamento da saída de estoque, sistema de reposição de estoque, *Lead times* (Tempo de espera), além de uma pesquisa exploratória do software de controle de estoque.

Por meio da análise modal do período pesquisado chegou-se ao consumo anual por insumo, com o devido cálculo do estoque mínimo, ideal e máximo, além da definição do índice de sazonalidade.

Concomitante ao estudo de caso proposto, foi realizado um paralelo comparativo por meio de pesquisa exploratória acerca das principais teorias ou ferramentas bases para gestão de estoque encontrada na literatura técnica e científica e referências bibliográficas atualizadas. A base de análise será constituída por artigos científicos com o tema proposto publicados nas plataformas Scielo, Anpad, Capes, Ebsco, Acervo Unoesc e livros técnicos em suas edições, sempre que possível, os mais atuais.



A metodologia utilizada neste artigo divide-se da seguinte forma:

- a) Pesquisa dos modelos de gestão de estoque na literatura científica atual;
- b) Análise da situação atual da gestão de estoque na unidade de saúde pública pesquisada;
- c) Discussão dos dados coletados;
- d) Apresentação da proposta de melhoria ou de uma nova ferramenta de gestão de estoque.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DE CASO

A realização da pesquisa, bem como o desenvolvimento deste artigo, teve como base a sugestão de Fenili (2016) que ao apresentar os nichos da gestão de materiais traz algumas etapas importantes para uma adequada gestão de estoques. Entre as etapas sugeridas estão: Análise dos custos de estoque, previsão de consumo, operacionalização dos sistemas de reposição de estoque, inventários dos estoques, apuração de indicadores como giro e cobertura de estoques.

A pesquisa foi realizada na Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA 24h), localizada no município de Chapecó. Sempre esteve presente o conceito de Dias (2012) de que na Gestão de Estoques é necessário, tanto no planejamento quanto no controle, considerar toda a movimentação desde a entrada até a saída dos insumos, visando uma rápida reposição. A unidade em estudo faz em média 300 atendimentos diários em urgência e emergência.

Cabe registrar que a unidade possui os devidos processos operacionais padrão de todas as atividades e/ou processos que realiza, porém é frágil no que diz respeito ao treinamento dos colaboradores para o exercício efetivo dos mesmos e aplicação nas rotinas diárias. Não há uma exigência formal na padronização de atividades e rotinas, ficando somente no campo da moral, ou seja, da responsabilização individual.

No que diz respeito ao inventário de estoque, constatou-se que na unidade em estudo, o mesmo não segue uma regra pré-estabelecida. É realizado



de forma aleatória e esporádica, ou seja, sem critério predefinido, diferentemente do que nos propõe Martins et al. (2000, p. 156), que indicam duas formas de realizar o inventário físico: periódico ou rotativo, já descritos anteriormente. Na definição da importância do inventário, faz-se presente o argumento de Mesquita e Martins (2011) de que com a pesquisa específica de cada item é possível precisar a quantidade a ser reposta.

É também de grande importância, segundo Peinado e Graeml (2007) apud Ciota (2017, p. 18), o *Lead times*, que é o tempo de reposição decorrido desde a solicitação da compra até a chegada do produto ao cliente. Foi verificado que esse tempo, considerando a data em que foi realizada a solicitação de reposição do estoque pelo setor de farmácia junto ao almoxarifado central do município, é de 2 dias úteis.

Seguindo a premissa de Dias (2010, apud TRENTIN, DEON, 2015) de que a armazenagem adequada dos produtos permite a diminuição de custos, melhora a qualidade dos produtos e acelera o ritmo do trabalho, verificou-se que a armazenagem do estoque é dividida em duas etapas. Na primeira etapa os insumos são recepcionados e armazenados em uma sala informalmente usada como centro de distribuição. A segunda etapa corresponde ao setor dispensador dos insumos, seja diretamente para o usuário do sistema ou para o setor de enfermagem. Sendo subdividido, informalmente, em centro de distribuição transitório e setor de dispensação. Os insumos de controle especial e perecíveis são armazenados exclusivamente no setor dispensador dos insumos.

O armazenamento do estoque é feito em *pallets*, no caso de embalagens com maior peso e os demais em prateleiras. Além dos bins que são usados para os insumos já fracionados para dispensação ao usuário ou ao setor de enfermagem.

Com relação ao sistema de reposição de estoque, cabe lembrar a definição de Dias (2012), de que a Gestão de Estoques abrangendo o planejamento e controle de mercadorias desde a sua entrada até a sua saída visa uma rápida reposição.

Na unidade pesquisada, inicialmente é extraído do software de gestão de estoque um relatório de consumo mensal. A etapa que se segue precisa ser subdividida, em antes e após o estudo realizado. Antes do período da realização deste estudo o pedido ao almoxarifado central para reposição de estoque era calculado com base no consumo do mês anterior e definido de forma arbitrária e



aleatória o índice de sazonalidade, culminando com o resultado que era definido como a necessidade mensal futura. Já após o mencionado período, o pedido passou a ser realizado considerando a análise modal e a sazonalidade extraída do relatório anual referente ao período de análise. Tal modificação só é possível em virtude dos dados obtidos pela pesquisa. A rotina descrita é realizada até sétimo dia de cada mês e o tempo de espera para o recebimento, do estoque solicitado (*Lead time*), é de 2 dias úteis.

Conforme Magalhães et al. (2017), o layout corresponde a forma como os itens, equipamentos e pessoas estão posicionados, sendo importante para uma armazenagem eficiente. Ainda segundo os autores, os objetivos do layout são a redução no custo e maior produtividade com melhor utilização do espaço, além de condições seguras de trabalho.

O layout dos locais de armazenamento e dispensação estão adequadamente arranjados, de forma que o posicionamento do mobiliário favorece o melhor aproveitamento de espaço, facilitando a qualidade dos serviços prestados e contribuindo para condições seguras de trabalho, maior produtividade das pessoas que atuam no local, além da utilização adequada do espaço. Correspondendo assim à definição de Magalhães et al. (2017), que completa afirmando que um layout adequado é importante para a armazenagem eficiente e leva, entre outros benefícios, a condições seguras de trabalho.

Um item de difícil mensuração é a sazonalidade, que conforme Mesquita e Martins (2011) corresponde a padrões uniformes de desempenho ao longo de determinados períodos, relacionados às estações climáticas. Observou-se no relatório de consumo, um aumento sazonal no uso de medicamentos para o tratamento de doenças respiratórias, no período que corresponde aos meses de junho a setembro, período correspondente ao inverno e consequentemente de clima frio. Esses medicamentos apresentam aumento de 10% do consumo no período citado em relação aos demais meses do ano. Sendo que os demais insumos não tiveram variação suficiente para serem considerados sazonais, dentro do padrão dos medicamentos acima citados. Atribui-se a ocorrência de variação em poucos itens, a oscilação regular de temperatura e inconstância das estações.



Pela extração do relatório anual, com a descrição mensal de consumo, efetivou-se o inventário de estoque utilizando a metodologia da Curva ABC com o auxílio do editor de planilhas Microsoft Office Excel. Bondan (2015) apresenta a curva ABC como um importante instrumento na identificação dos itens que demandam maior atenção quanto a sua gestão. Sendo que a verificação de dados do consumo pode ser através do valor monetário ou da quantidade dos itens em estoque.

Foram pesquisados 221 itens, destes 203 foram classificados para análise por haver consonância entre o estoque físico e o virtual apresentado pelo sistema integrado de gestão, sendo medicamentos e materiais necessários para a administração dos mesmos.

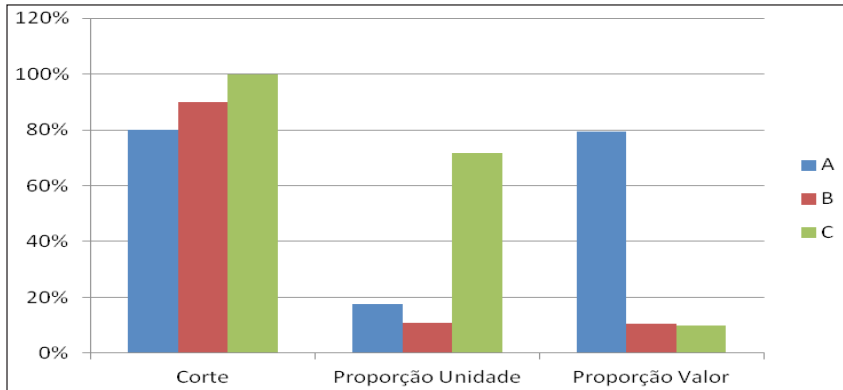
Trentin (2015) argumenta que para o atendimento a necessidade dos clientes é extremamente importante o controle minucioso do nível de estoque. Condizendo ao pensamento do autor, o período de estudo a que se propôs para elaboração deste artigo, coincidiu com o período em que foram estabelecidos pelo almoxarifado central, por orientação do Ministério Público, os períodos de abastecimento de estoque. Ficou estabelecido o tempo de 10 dias como período mínimo, 45 dias o período ideal e 50 dias o período máximo de cobertura do estoque de insumos na unidade em questão.

Por meio da análise modal, que segundo Garcia (2010, p. 66) corresponde aos valores que mais se repetem em um determinado grupo de estudo, do período pesquisado, extraiu-se a média anual de consumo por insumo com o devido cálculo do estoque mínimo, ideal e máximo, além da definição do índice de sazonalidade. Tanto o tipo de análise como o período, foi por sugestão do farmacêutico, responsável técnico da farmácia, da unidade em estudo.

Devido aos períodos de desabastecimento dos insumos, com a referida análise objetivou-se a aproximação da média mais fidedigna possível do consumo real. Cabe ressaltar que os períodos de desabastecimento se devem principalmente ao limite orçamentário, questões burocráticas e ausência de matéria prima na indústria, afetando toda a cadeia de abastecimento. O período da análise foi assim definido por ser o período mais próximo que abrange todas as estações climáticas anuais, tornando possíveis as análises propostas.



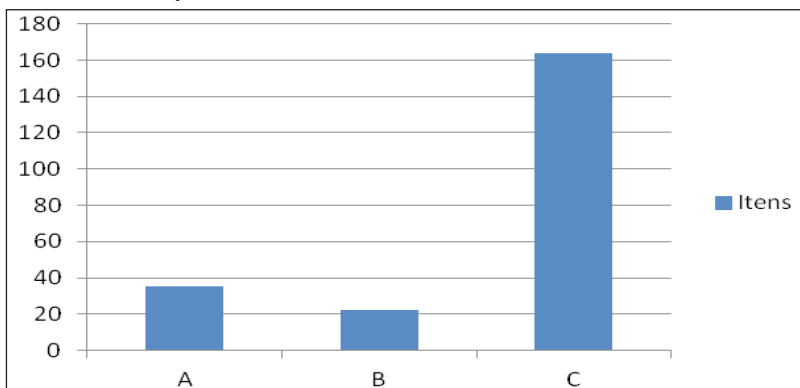
Gráfico 1 – Comparativo proporcional de unidade e valor na Curva ABC



Fonte: o autor.

Na análise através da Curva ABC, Loprete et al. (2019) afirmam que os estoques são classificados em três grupos. O grupo A é constituído por 10 a 20% dos itens e representam de 60 a 80% do custo do estoque, o grupo B é composto por 20 a 30% dos itens e representam de 20 a 30% do custo total, enquanto o grupo C é constituído por 50 a 70% do total de itens e custo de 5 a 10% do custo total do estoque. No comparativo proporcional de unidade e valor, verificou-se que 17% dos insumos consomem 79% dos recursos correspondendo ao grupo A. Já no grupo B, 11% dos insumos consomem 11% dos recursos, enquanto no grupo C, 72% dos insumos consomem 10% dos recursos.

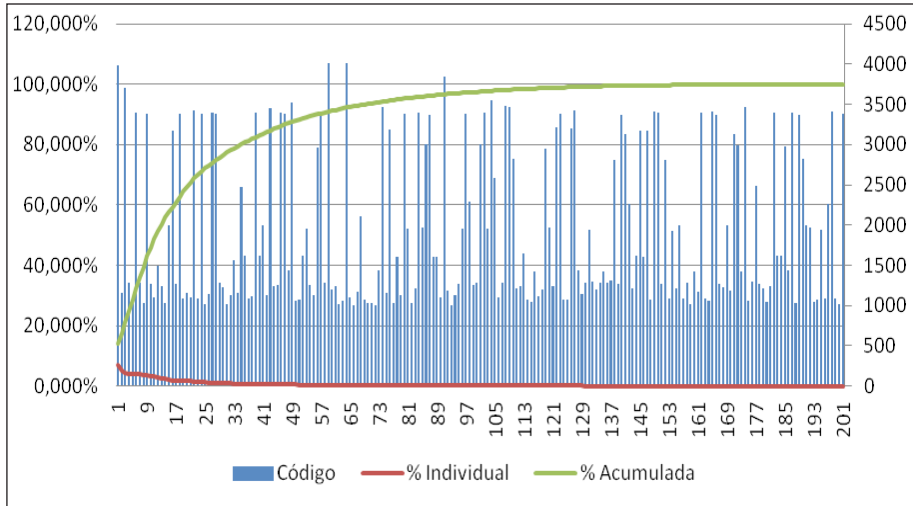
Gráfico 2 – Itens por classe na Curva ABC



Fonte: o autor.

Dos 203 itens classificados, 35 encontram-se na classe A, 22 itens na classe B e 146 itens no grupo da classe C. O custo total mensal para o abastecimento ideal pelo período de 45 dias é de R\$ 100.728,37 (cem mil setecentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos).

Gráfico 3 – Custo proporcional dos insumos



Fonte: o autor.

No gráfico acima, é possível observar que a maior proporção dos insumos tem pouca ou nenhuma variação porcentual individual. Já na porcentagem acumulada, é possível observar a faixa de custo do consumo de até R\$ 1.500,00 se concentra entre 20% e 40% dos itens que correspondem à classe C da classificação proposta. Já a faixa de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00 correspondem a até 80% dos itens, abrangendo parte das classes C e B, enquanto os 20% restantes estão na faixa de consumo de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00 aproximadamente.

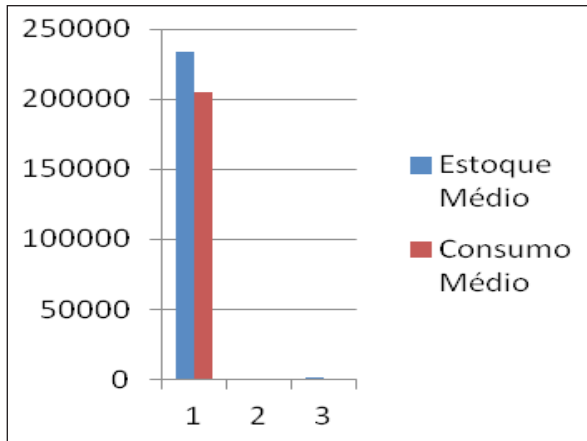
Em se tratando de área da saúde, a análise através da metodologia ABC, que considera a quantidade e o valor monetário dos insumos, beira à insensibilidade, já que os insumos de maior importância financeira, nem sempre se equivalem em importância no que diz respeito a fármaco-equivalência terapêutica dos mesmos no atendimento qualitativo e principalmente resolutivo à necessidade do usuário.



Porém administrativamente a importância se equivale, já que o controle de estoque é parte fundamental no processo de gestão, por trazer mais eficiência aos serviços.

No que diz respeito ao Estoque Mínimo ou de Segurança, partiu-se da argumentação de Pozo (2010 apud TRENTIN; DEON, 2015), que afirma que o estoque mínimo deve suprir qualquer variação do sistema. Levando em conta a análise modal, o consumo médio foi de 205,433 itens com custo de R\$ 75.546,28. Enquanto o estoque médio foi de 234,253 itens com custo de R\$ 80.588,49.

Gráfico 4 – Taxa de cobertura do estoque



Fonte: o autor.

A taxa de cobertura de estoque foi obtida através da fórmula apresentada por Chiavenato (2014). Segundo o autor, o resultado obtido da divisão do estoque médio, pelo consumo médio no período, indica o número de vezes que o estoque roda no período considerado, seja dia, mês ou ano. A referida taxa ficou em 1.4, ou seja, o giro do estoque foi de 37 dias aproximadamente. No período analisado não havia a definição de níveis de estoque. Vale lembrar que atualmente o estoque ideal está definido em 45 dias.

No que diz respeito à acurácia dos controles, para saber as distorções existentes entre o estoque virtual e o físico, até então não era realizado. Para o estudo foi feito o cálculo utilizando a sugestão de Martins et al. (2009 apud TRENTIN, 2015), que afirma haver duas maneiras de calcular a acurácia dos controles: em



quantidade ou em valor, medindo assim, a porcentagem de itens corretos. Dos 221 itens pesquisados, 203 foram classificados para análise por haver consonância entre o estoque físico e o virtual. Já 7 itens tiveram seu uso descontinuado durante o período de análise da pesquisa e estão classificados como inativos. Outros 4 itens não apresentavam o registro virtual do custo unitário. Sendo assim, a acurácia do número de itens com registros corretos ficou em 95,3%. Já o nível de acurácia com relação ao valor dos itens com registros corretos atingiu a marca de 98,2%. Tais índices são considerados satisfatórios, mas precisam ser melhorados, para buscar igualdade com o índice ideal que é de 100% de itens corretos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTA RESOLUTIVA

Uma adequada gestão de estoque é extremamente complexa por abranger inúmeras variáveis que devem ser consideradas. Na gestão pública, a preocupação com a qualidade do atendimento prestado ao usuário, somada à preocupação com os recursos financeiros, faz com que a referida gestão se torne um imenso desafio, com seu nível de complexidade potencializada ao máximo.

O objetivo deste artigo, era de analisar o modelo adotado atualmente na unidade pública pesquisada, identificar se a ferramenta utilizada atende às necessidades da UPA 24h e sugerir melhorias ou uma nova ferramenta que melhor atenda a gestão de estoque da farmácia da referida unidade, bem como demais unidades com iguais características. Não se tem a pretensão de que uma ferramenta de forma exclusiva atenda à totalidade das necessidades da gestão de controle de estoque. Porém, em conformidade com as demandas locais acreditamos ser possível alcançar resolutividade satisfatória com o aprimoramento do sistema de gestão atualmente usado.

O sistema integrado de gestão utilizado na unidade permite uma boa resolução no que diz respeito ao controle de estoque. Porém necessita do incremento de algumas funções para melhorar a qualidade e confiabilidade do mesmo. A proposta que se apresenta é apenas de melhorias, embora estas possam demandar um grande esforço administrativo e operacional.

As melhorias propostas são as seguintes:



- a) Incremento de chaves de controle que permitam a geração automática dos resultados da classificação ABC.
- b) Incremento de chaves de controle que permitam a geração automática do estoque mínimo, ideal e máximo.
- c) Treinamento regular dos colaboradores para conhecimento das atividades e rotinas estabelecidas pelos Processos Operacionais Padrão.
- d) Revisão periódica do inventário de estoque, podendo ser rotativa, com a totalidade dos itens verificados de forma semestral.
- e) Delegação, por parte da gestão da unidade, a um colaborador que de forma exclusiva seja responsável pelo recebimento dos insumos e abastecimento do setor dispensador.
- f) Criação formal no sistema integrado de gestão do setor “Centro de Distribuição”, sendo subdividido em “Centro de Distribuição Transitório” e “Setor Dispensador”.

O intento deste artigo foi analisar e contribuir para melhoria da gestão atual do estoque da farmácia da unidade de saúde pública UPA 24h. Todavia, fica a sugestão de que as melhorias propostas possam ser estendidas aos demais setores da unidade, bem como demais unidades de saúde do município. Entende-se haver apenas a necessidade de pequenas adaptações.

No que tange à característica principal do serviço, que é de promoção, recuperação e manutenção da saúde do usuário, faz-se necessário a profissionalização não só do controle de estoque, mas sim da gestão global. Entenda-se por profissionalização, no caso específico, o aperfeiçoamento dos gestores na busca constante por padronização das rotinas, reduzindo a possibilidade de erros.

O que precisa ser analisado de forma mais acurada é o impacto de cada item no todo do processo de atendimento ao usuário. Em uma situação emergencial, o que deve ser levado em conta não é o impacto financeiro e nem o impacto individual no consumo global, e sim a necessidade integral do paciente no que tange ao seu estado clínico. Mas isso é assunto para um próximo artigo, pois



o quadro geral que envolve o estado clínico do usuário, não pode ser mensurado previamente em números. Necessitando assim, um bom conhecimento técnico também na gestão do estoque, para que este esteja disponível quando necessário, de forma a cobrir todos os níveis de demanda, principalmente com atenção ao estoque mínimo e manutenção do estoque ideal.

No processo de cuidar, além da manutenção de insumos em estoque, são de imensurável importância a sensibilidade, competência e conhecimento técnico dos profissionais envolvidos no atendimento. Ou seja, o chamado “capital intelectual”, seja no atendimento direto ao usuário ou na gestão do mesmo, faz toda a diferença e pode salvar vidas.

REFERÊNCIAS

BONDAN, Wanderlei Luiz. **Controle e gerenciamento de estoques**. Orientador: Claudio Marcio Balestieri. 2015. TCC (Graduação em Ciências Contábeis) – Unoesc, Videira, 2015. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/00001b/00001ba2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

CIOTA, Emanuele. **Diagnóstico da gestão de estoques em uma pequena empresa do setor metal-mecânico**: um estudo de caso. Orientador: Sérgio Luis Marquezi. 2017. 18 p. TCC (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2017. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/000028/0000288a.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Materiais**: Uma Abordagem Introdutória. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

DIAS, Marco Aurelio Pereira. **Administração de materiais**: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FENILLI, Renato Ribeiro. **Gestão de Materiais**. 2. ed. Brasília, DF: Enap Escola Nacional de Administração Pública, 2016. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2259>. Acesso em: 20 nov. 2018.



FERRANTI, Eliziane. Gestão de estoque de medicamentos utilizando classificação ABC em um hospital público. **Unisinós**, Porto Alegre, p. 215-229, dez. 2017. Edição especial.

FRIZO, Alini Priscila. **Análise do setor de estoque de materiais e medicamentos do Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará**. Orientador: N. F. Schlindwein. 2011. TCCP (Especialização em Gestão de Serviços de Saúde) – Unoesc, Joaçaba, 2011. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/000022/000022c7.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GARCIA, Regis. **Estatística: administração III**. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2010.

LOPRETE, Diego *et al.* **Gestão de Estoque e a Importância da Curva ABC**. 2009. Monografia (Graduação em Administração) – Centro Universitário Salesiano Auxilium, Lins, 2009.

MAGALHÃES, Naiara Cristina Vieira *et al.* Hospital S.O.S: descuidos nos guichês de recebimento e na estanqueidade de materiais. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 11, n. 3, p 111-122, set./dez. 2017. DOI 10.21714/19-82-25372017v11n3p111122.

MESQUITA, José Marcos Carvalho de; MARTINS, Henrique Cordeiro. Segmento varejista: sazonalidade das vendas e resultados financeiros. **BBR. Brazilian Business Review**, v. 8, p. 66-87, 2011. Disponível em: bbronline.com.br/index.php/bbr/article/download/297/450. Acesso em: 18 fev. 2019.

TRENTIN, Patrícia. **Diagnóstico e aplicação de gestão de estoque em rolamentos numa empresa de manutenção de veículos pesados, no setor de autopeças**. Orientador: Agostinho Maria Deon. 2015. TCC (Graduação em Engenharia de Produção Mecânica) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, 2015. Disponível em: <http://pergamum.unoesc.edu.br/pergamumweb/vinculos/00000d/00000ddd.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam, 2015.

The background is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous overlapping triangles in various shades of blue, teal, and dark purple. The triangles vary in size and orientation, creating a dynamic and textured visual effect. The colors transition from lighter blues on the left to darker purples on the right.

ÁREA DAS CIÊNCIAS
DA VIDA E SAÚDE





ASSOCIAÇÃO ENTRE O MEDO DE CAIR E AS ATIVIDADES INSTRUMENTAIS DE VIDA DIÁRIA (AIVD) EM IDOSOS

Paloma G. Coelli¹
Mariluce P. Vieira²

RESUMO

Este estudo apresenta como objetivo principal verificar se o medo de cair está associado as atividades instrumentais de vida diária. Trata-se de uma pesquisa quantitativa descritiva, com uma amostra de 15 sujeitos participantes do grupo de idosos em uma comunidade no interior de Campos Novos (SC), com idade mínima de 60 anos, de ambos os sexos. Para caracterização da amostra utilizou-se uma ficha diagnóstica contendo dados sociodemográficos e informações sobre a ocorrência ou não de quedas no último ano e questões que abordaram se o idoso tem medo de cair executando algumas atividades instrumentais de vida diária (AIVD). A análise das variáveis foi baseada em estatística descritiva, com distribuição de frequências, média e desvio padrão. As possíveis associações entre as variáveis foram pautadas no teste qui-quadrado, com nível de significância de 5%. Os resultados apontam que a média de idade dos idosos é de 73,2 anos; sendo a maioria do sexo feminino; casados e aposentados. Referindo-se as quedas nos últimos doze meses percebe-se que 46,7% dos idosos sofreram e, 33% relataram ter medo de sofrer quedas, inclusive o motivo de maior prevalência de quedas é escorregar descendo uma ladeira. Houve associação do medo de sofrer quedas principalmente quando os idosos se deslocam para locais distantes. Conclui-se que são necessárias ações de prevenção as quedas com estratégias de promoção à saúde, estimulando os mesmos a desenvolver suas atividades com independência e autonomia favorecendo a saúde física, mental e social.

Palavras-chave: Idosos. Quedas. Medo de Cair. AIVD.

1 INTRODUÇÃO

Diante do cenário de envelhecimento populacional e aumento da expectativa de vida, como um fenômeno mundial fica evidente a importância de se

¹ Pós-graduanda no curso de Gerontologia e Graduada em Enfermagem pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; pgc.coelli@gmail.com

² Docente Mestre nos Cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado e de Pós-graduação em Gerontologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; mariluce.vieira@unoesc.edu.br



estudar temas relacionados a esse processo. No Brasil, a partir da década de 1970 o perfil demográfico teve mudanças, passando de uma sociedade tradicionalmente rural, com famílias numerosas e grandes riscos de mortalidade infantil para uma sociedade urbana e com poucos filhos, aumentando assim, o número de idosos. Isso se deve a diminuição das taxas de mortalidade infantil e posteriormente com as quedas nas taxas de natalidade. De acordo com as estimativas, o número de pessoas com 60 anos ou mais será de 253 milhões em 2050 (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016).

Neste contexto, a funcionalidade dos idosos passa a ser um dos parâmetros para avaliar a qualidade de vida desses sujeitos, sendo definida pela capacidade funcional, executar tarefas do dia-a-dia, autonomia funcional e tomada de decisões (GASPAROTTO; FALSARELLA; COIMBRA, 2014).

Em conformidade com a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2015), a capacidade funcional está relacionada as Atividades de Vida Diária (AVD) e as atividades instrumentais de vida diária (AIVD). Estas últimas, incluem tarefas mais complexas, como cuidar da casa, fazer suas refeições, ir ao supermercado, gerenciar medicamentos ou dinheiro, locomover-se de carro ou outro transporte de maneira independente. Quando o idoso executa essas tarefas que exigem uma maior complexidade, ele pode ser considerado independente e autônomo.

Por outro lado, a diminuição da capacidade funcional, natural do envelhecimento, associada a fatores como a diminuição da massa óssea e muscular acaba, fragilizando o idoso, refletindo em sua postura, equilíbrio, maneira de andar, os quais são fatores predisponentes a uma queda. Identificar alguns fatores relacionados a quedas em idosos e ao medo de cair poderá contribuir para com a sociedade, visto que atitudes para a prevenção de quedas em idosos poderão ser tomadas, melhorando a qualidade de vida e até mesmo preservando a capacidade funcional desses e das próximas gerações de idosos.

Os impactos que uma queda pode trazer a vida do idoso são inúmeros e interferem diretamente em sua qualidade de vida, e das pessoas envolvidas em seu cuidado que pode ser passageiro ou permanente, dependendo do grau de comprometimento consequente da queda.

O interesse pelo estudo se deve a importância que o mesmo apresenta para a população em geral, para o grupo de participantes, aos profissionais envolvidos no



cuidado de idosos, e pela relevância econômica que possíveis problemas identificados no decorrer deste, possam ser elucidados diminuindo a incidência de quedas nos idosos e suas possíveis consequências. A relevância do estudo também se deve a necessidade de intervir na qualidade de vida do idoso, para que o mesmo possa viver a velhice com tranquilidade, desfrutando da liberdade de tempo que apresenta de maneira que se sinta feliz e independente, podendo realizar suas AIVD com autonomia.

A partir deste contexto, a principal questão deste estudo é verificar se o medo de cair está associado as AIVD, bem como identificar o perfil sociodemográfico, e algumas informações em relação a quedas e ao medo de cair contribuindo assim em uma melhor qualidade de vida para o idoso.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

O fenômeno do envelhecimento populacional mundial é uma previsão que já vem se concretizando, e conforme as estatísticas nos mostram, a população idosa, só tende a aumentar nos próximos anos.

Com a população brasileira não é diferente, em 2012 a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões, desde então, o Brasil ganhou 4,8 milhões de idosos, representando um crescimento de 18% desse grupo etário, sendo que as mulheres representam 56% desse grupo, enquanto os homens, em minoria correspondem a 44%. Segundo informações colhidas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgada pelo IBGE (2018) o número de idosos era mais de 30 milhões em 2017, representando significativa parcela dos 208 milhões de habitantes do Brasil.

A partir de 2010, a taxa de fecundidade reduziu à 1,9 filhos por mulher, sendo que até 1960 a média era de 6 filhos. Os índices de mortalidade infantil reduziram e aumentou a longevidade. A saúde preventiva e programas que visam a qualidade de vida, ampliação do saneamento básico, fornecimento de água encanada e tratada, além do uso de vacinas e antibióticos tiveram uma grande contribuição na ampliação da expectativa de vida (DUARTE; BARRETO, 2012).



O Estado de Santa Catarina possui a maior expectativa de vida do Brasil. Segundo dados do IBGE (2018), a expectativa de vida do catarinense é 79,4 anos, enquanto a expectativa de vida nacional era de 76 anos em 2017. No entanto, a tendência é que esse aumento da expectativa de vida seja gradual e cada vez mais lento, se aproximando dos países desenvolvidos, onde se vive em média 83 anos (BRASIL, 2018).

O envelhecimento da população brasileira é evidente, fenômeno recente, irreversível e contínuo, conseqüente da redução significativa nas taxas de mortalidade e fecundidade. Atualmente um indicador de saúde importante deve ser levado em consideração para conceituar saúde não apenas como ausência de doenças; a capacidade funcional, que é uma medida da funcionalidade integral que resulta da interação de todas as capacidades físicas e mentais desenvolvidas durante todo o ciclo vital (RAMOS, 2009).

As medidas de capacidade funcional interferem diretamente na qualidade de vida e variam de um grau de independência total em todas as atividades cotidianas, com autonomia completa de decisões, para um de dependência total nas atividades diárias e perda completa de autonomia de decisão (RAMOS, 2009).

O uso desenfreado de medicamentos, com ou sem prescrição médica, os desafios das doenças crônicas, ambientes inadequados e de difícil acesso, podem resultar em diversos problemas, onde podemos destacar um problema recorrente e que pode deixar sequelas para o idoso: as quedas. Ao se pensar em queda, pode-se defini-la como um evento não intencional, resultando na mudança da posição inicial do indivíduo para um mesmo nível, ou um nível mais baixo, no caso dos idosos, a mesma pode acontecer devido ao declínio da sua capacidade funcional (GASPAROTTO; FALSARELLA; COIMBRA, 2014).

2.2 A RELAÇÃO ENTRE QUEDAS E A CAPACIDADE FUNCIONAL EM IDOSOS

A forma com que as pessoas pensam sobre a sua saúde interfere diretamente na mesma e no processo de envelhecimento, que é resultante de um estilo de vida. A maneira com que a pessoa se vê, ou seja, sua auto percepção tem relação com a sua capacidade funcional, quanto maior sua independência e



autonomia, melhor será sua percepção acerca de sua saúde e do envelhecimento (MARI et al., 2016).

Ao aprofundarmos o conhecimento em gerontologia, compreendemos que com o avanço da idade, o que ocorre é uma diminuição da capacidade funcional que pode ser conceituada como a capacidade que a pessoa tem de manter as funções físicas e mentais necessárias para conservar sua autonomia e independência (BERLEZI et al., 2016).

O processo de envelhecimento presumivelmente promove alterações no corpo, não sendo raro identificar níveis diminuídos da massa muscular que resultam numa redução da força, assim como os de densidade óssea, que enfraquecem a estrutura esquelética do mesmo, debilitando o indivíduo. Dessa forma, ocorrem alterações de postura, marcha e equilíbrio, fatores predisponentes a uma eventual queda (GASPAROTTO; FALSARELLA; COIMBRA, 2014).

Um fator importante que pode desencadear eventuais quedas em idosos, é a sarcopenia, conhecida como uma síndrome geriátrica caracterizada pela diminuição da massa muscular e da função muscular podendo afetar o equilíbrio e a marcha no idoso (ROSSETIN et al., 2016).

De acordo com Silva et al. (2006), o sedentarismo é um fator que contribui significativamente com a sarcopenia em idosos. Independente do gênero, idosos que pouco praticam atividade física têm menos massa muscular e maior prevalência de incapacidade física. A prática contínua de exercícios, desde jovem, traz uma “reserva” de massa muscular, retardando a sua perda enquanto idoso, sendo que, a intervenção mais eficaz para a prevenção e recuperação da perda muscular são os exercícios de resistência (musculação).

Conforme Nascimento e Tavares (2016), são vários os fatores que desafiam os idosos a ter uma vida independente e autônoma, dentre eles, salientam-se as quedas, que podem ser consideradas uma das síndromes geriátricas que mais interferem na capacidade funcional, podendo repercutir nos cenários social, econômico e de saúde. Em média o SUS (Sistema Único de Saúde) dispensa de R\$ 51 milhões para o tratamento de fraturas decorrentes de queda (BRASIL, 2017).

O envelhecimento não se encontra neutro, podendo sofrer interferência de fatores biológicos, sociais, econômicos, e certamente de causas externas e do



acometimento por doenças. Fazendo parte das causas externas, a ocorrência de quedas tende a aumentar com o avanço da idade, chegando a 51% em indivíduos com idade superior a 85 anos (SOARES et al., 2014)

Soares et al. (2014) sugere que as quedas em idosos tem relação com a marcha instável e perda do equilíbrio devido ao desgaste dos mecanismos neurosensoriais e osteoarticulares que ajudam a manter a postura corporal adequada. Como consequências dessas quedas, temos as fraturas, importante aumento no risco de morte, o medo de novas quedas, o que faz com que o idoso se locomova cada vez menos, se tornando mais dependente.

Tendo uma população mundial de idosos estimada em dois bilhões para 2050, os sistemas de saúde devem encontrar estratégias adequadas para enfrentar os problemas de saúde da população idosa para que se possa proporcionar uma longevidade com qualidade de vida. As doenças crônicas e as quedas são um importante fator que interfere nesse cenário, sendo necessário adotar estratégias para a prevenção e controle das mesmas (BRASIL, 2014, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa descritiva (DRIESSNACK; MENDES; SOUZA, 2007), sendo a amostra constituída por um conjunto de aproximadamente 15 idosos de ambos os sexos, escolhidos de forma aleatória, com idade igual ou superior a 60 anos, de ambos os sexos, participantes do Grupo de Idosos da comunidade Barra do Leão, no interior do município de Campos Novos (SC). Os idosos não tiveram gastos nem prejuízos com o desenvolvimento do estudo e suas identidades permaneceram em sigilo.

Para caracterização da amostra, foi utilizada uma ficha diagnóstica contendo dados sociodemográficos e informações sobre a ocorrência ou não de quedas no último ano. Além destas questões foi aplicada a escala validada por Lawton e Brody (1969) que abordou se o idoso tem medo de cair executando algumas AIVD. Os idosos não foram identificados pelo nome, mas por um código, seguindo a sequência dos entrevistados, por exemplo, questionário 01 (Q1), e assim sucessivamente.



Para o desenvolvimento da investigação o projeto foi submetido ao comitê de Ética da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) o qual foi aprovado sob o número do protocolo: 13511419.2.0000.5367, deixando claro que o estudo poderia apresentar como risco o constrangimento do idoso em responder alguma pergunta dos instrumentos utilizados. Caso isto acontecesse, o mesmo poderia desistir a qualquer momento. No entanto, como benefício, o estudo norteou para algumas ações de prevenção à quedas propiciando uma melhor qualidade de vida ao idoso com autonomia e independência.

As análises dos dados quantitativos tabulados foram introduzidas no software *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS), versão 20.0, no qual foi realizada a análise e cruzamento das informações. A análise das variáveis foi baseada em estatística descritiva, com distribuição de frequências, média e desvio padrão. As possíveis associações entre as variáveis foram pautadas no teste qui-quadrado, com nível de significância de 5%.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse estudo teve como principal objetivo verificar se o medo de cair está associado as AIVD. A amostra foi composta de 15 idosos com média de idade de 73,2 anos. Na tabela 1 nota-se que a maioria do grupo é do sexo feminino (73,3%); casados (60%) e com nível de escolaridade de ensino fundamental incompleto (73,3%). Além disto, percebe-se que 60% reside com cônjuge, 100 % são católicos, 73,3% aposentados e 86,7% declararam ter renda entre 01 a 02 salários mínimos.

Os dados referentes a idade e ao sexo feminino são perceptíveis na mudança da pirâmide etária, sendo que em 2010, existiam no país 20,5 milhões de idosos, e para 2040 estimam-se, mais que o dobro, representando 23,8% da população brasileira (MIRANDA; MENDES; SILVA, 2016). Com o aumento da população, a média de idade dos idosos que participam de estudos vem aumentando, bem como a participação das mulheres, uma vez que a expectativa de vida feminina é maior. Percebe-se isto no estudo de Melo; Ferreira; Teixeira (2014) em que a média de idade dos idosos pesquisados foi de aproximadamente 70(\pm 8) anos, sendo 54,2% do sexo feminino.



Quanto ao nível de escolaridade, os dados encontrados neste estudo corroboram em partes com Junior, Lamonato e Gobbi (2011) que encontraram uma média de 7,2 anos de escolaridade, o que condiz com o Ensino Fundamental Incompleto, bem como também encontraram idosos analfabetos. Dados que também corroboram com Melo, Ferreira e Teixeira (2014) os quais constataram que em todas as regiões do Brasil predominou o Ensino Fundamental. E, no que tange a renda dos idosos investigados, estes últimos autores citados também encontraram em seu estudo, uma predominância de 1 a 2 salários mínimos, mas, os mesmos ressaltam que há uma desigualdade de renda entre a população idosa nas regiões do país.

Tabela 1 – Aspectos sociodemográficos dos idosos moradores em uma comunidade do Município de Campos Novos (SC)

	Variáveis	N	%
Sexo:	Feminino	11	73,3
	Masculino	04	26,7
Estado Civil:	Casado	09	60,0
	Separado	01	6,7
	Viúvo	05	33,3
Escolaridade	Analfabeto	03	20,0
	Fundamental Incompleto	11	73,3
	Fundamental Completo	01	6,7
Reside:	Sozinho	03	20,0
	Com o Cônjuge	09	60,0
	Com os filhos	03	20,0
Religião:	Católica	15	100,0
Ocupação:	Aposentado	11	73,3
	Aposentado e pensionista	04	26,7
Renda:	Entre 1 a 2 SM	13	86,7
	Entre 2 a 3 SM	02	13,3

Fonte: os autores.

Nota: Frequência relativa = %/Frequência absoluta = n / SM = Salário Mínimo.

De acordo com a tabela 2, uma parcela significativa dos idosos estudados relatam sentir algum tipo de tontura (60%), porém, não há associação ($p > 0,05$) com as quedas que os idosos sofreram. Uma parcela importante desse grupo de idosos sofreu algum tipo de queda nos últimos 12 meses (46,7%), ou seja, quase metade



dos entrevistados, fato que chama atenção, devido à significativa ocorrência de quedas em pessoas acima de 60 anos de idade.

A maior parte dos idosos relatou ter caído no pátio de casa (71,4%) ao escorregar (57,1%), descendo uma ladeira (57,1%) o que leva a acreditar que o idoso apresentou um déficit de equilíbrio ou mesmo de força motora nos membros inferiores.

Por outro lado, os idosos que relataram ter caído, não tiveram consequências graves decorrentes da queda, apenas uma idosa fraturou a mão por duas vezes em quedas distintas no período investigado (14,3%). Indiferente se sofreram ou não uma queda, 66,7% (n=10) dos idosos relataram não ter medo de sofrer quedas, resultado que aparentemente demonstra que os idosos investigados são mais autônomos e independentes.

Tabela 2 – Dados referentes as quedas sofridas pelos idosos moradores em uma comunidade no município de Campos Novos (SC)

Variáveis		n	%
Você sente tonturas	Sim	09	60,0
	Não	06	40,0
Sofreu queda	Sim	07	46,7
	Não	08	53,3
Quantas vezes caiu	Uma vez	05	71,4
	Duas vezes	02	28,6
Local que caiu	Dentro de casa	01	14,3
	No pátio	05	71,4
	Na rua	01	14,3
Consequências	Sem consequências	02	28,6
	Tonturas por 01 semana	01	14,3
	Machucou a coluna vertebral	01	14,3
	Quebrou a mão 2 vezes	01	14,3
	Bateu a perna	01	14,3
	Torção no tornozelo	01	14,3
Queda mais recente	Nos últimos 12 meses	07	46,7
Porque caíste	Escorregou	04	57,1
	Tropeçou	02	28,6
	Perdeu os sentidos	01	14,3
O que estava fazendo	Subindo ladeira	02	28,6
	Descendo ladeira	04	57,1
	Se abaixando ou levantando	01	14,3



	Variáveis	n	%
Fratura	Sim	01	14,3
	Não	06	85,7
Local da fratura	Mão	01	100
Você tem medo de cair	Nunca	10	66,7
	Ocasionalmente	02	13,3
	Frequentemente	01	6,7
	Sempre	02	13,3

Fonte: os autores.

Nota: Frequência relativa = %Frequência absoluta = n.

Comparando estes resultados com o estudo Elsi-Brasil de Pimenteli et al. (2018) que teve 4174 participantes e destes 25% sofreram uma ou mais quedas no período de 12 meses, ocasionando diversos problemas de saúde pública, percebe-se que em uma amostra pequena, porém, expressiva dentro da comunidade, o número de quedas foi bem maior, o que é preocupante para a saúde pública do Município de Campos Novos (SC). Porém, os resultados encontrados neste município são próximos aos encontrados por Silva et al. (2009), que investigou 30 idosos, e destes, 66% sofreram ao menos uma queda no último ano, com ou sem consequências, fato alarmante também pelo número de idosos investigados.

A cada ano 37,3 milhões de idosos sofrem quedas e precisam de cuidados médicos no mundo. A mortalidade em consequência de queda é alarmante, há aproximadamente 424 mil óbitos no mundo, ocorrendo a maior parte em países mais pobres, conforme dados de 2010 (FHON et al., 2012).

No que tange ao medo de cair, Kt et al. (2006) ressaltam que este medo pode ou não estar relacionado ao histórico de quedas, porém, parece que o idoso que já sofreu quedas está mais propenso a apresentar medo de cair novamente. Quando percebido de forma exagerada, o medo de sofrer quedas pode interferir no equilíbrio, postura, depressão e restrição do contato interpessoal, interferindo nas AIVD, resultando em prejuízos ao idoso. Prejuízos que, segundo Dias et al. (2011), levam os idosos a ficarem mais suscetíveis a quedas, comprometendo sua qualidade de vida. Quanto maior o medo de cair, maior o risco de sofrer uma queda (SILVA et al., 2009).



Em relação ao medo de sofrer quedas ao realizarem algumas das principais AIVD a tabela 3 mostra que a maior parte dos idosos relatou não ter medo de cair atendendo o telefone (93,3%), fazendo compras (93,3%), arrumando a casa (86,7%), fazendo reparos (86,7%), lavando e passando roupas (93,3%), tomando remédios (86,7%) e cuidando de suas finanças (73%), mostrando independência e autonomia nestas atividades. Mas, à medida que se ausentam de casa, se deslocando para locais mais distantes, surge um medo de sofrer quedas, percebido em 46,7% (n=7) dos idosos.

Perante todas as AIVD, o deslocar-se para locais mais distantes é a variável que mais está associada ao medo de cair o que pode ser explicado pelo medo do desconhecido, de um local que não é habitualmente frequentado por esse idoso; em que esse indivíduo não conhece a acessibilidade do local, se vai encontrar calçadas em boas condições de uso, rampas de acesso e barras de apoio, facilitando sua locomoção e evitando quedas, bem como, não ser socorrido ou não conseguir contato com seus familiares e até mesmo não chegar a tempo de pegar o transporte de volta para casa.

Este resultado corrobora com o estudo de Barbosa et al. (2014), em que também foi observado maior dependência para ir a lugares distantes sozinhos (24,1%), visto que estes mesmos autores ressaltam que ao avançar a idade ocorrem mudanças morfológicas, funcionais e bioquímicas, próprias da senilidade, determinando a perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, o tornando mais vulnerável. Sendo assim, torna-se evidente a associação do medo de sofrer quedas em locais distantes, pela difícil adaptação a ambientes diferentes decorrentes do processo do envelhecimento.

Devido o número da amostra ser pequeno foi possível observar nas respostas que os idosos que tem medo de sofrer quedas em locais distantes, são os de idade cronológica maior, que pela própria senilidade, natural do envelhecimento, apresentam menor mobilidade, flexibilidade e força muscular, estando mais propícios a sofrer uma queda.



Tabela 3 – AIVD que os idosos de uma comunidade do município de Campos Novos relataram ter medo de cair

Variáveis		N	%	p
Atendendo o telefone	Sim	01	6,7	0,333
	Não	14	93,3	
Ir a locais distantes	Sim	07	46,7	0,007*
	Não	08	53,3	
Fazer compras	Sim	01	6,7	0,480
	Não	14	93,3	
Fazer as refeições	Não	15	100	-
Arrumar a casa	Sim	02	13,3	0,095
	Não	13	86,7	
Fazer reparos	Sim	02	13,3	0,095
	Não	13	86,7	
Lavar e passar roupas	Sim	01	6,7	0,333
	Não	14	93,3	
Tomar remédios	Sim	02	13,3	0,604
	Não	13	86,7	
Cuidar das finanças	Sim	04	26,7	0,560
	Não	11	73,3	

Fonte: os autores.

Nota: Frequência relativa = %/ Frequência absoluta = n / Teste quiquadrado / * Nível de significância $p < 0,05$.

Por outro lado, os resultados do presente estudo apontam que, o medo de sofrer quedas não impede os idosos de realizarem a maior parte das AIVD, porém, a média dos idosos participantes não é muito elevada (73,2 anos) levando em consideração a expectativa de vida que vem aumentando nos últimos anos. Este achado pode ser considerado positivo pois, mostra que os idosos participantes deste estudo são independentes e autônomos para realizar seus afazeres instrumentais diários. Mas ressalta-se, que a única associação entre o medo de cair e as AIVD foi apenas para locais distantes, indicando que o ambiente familiar traz mais segurança a esses idosos, do que em relação a ambientes desconhecidos.

O idoso deve ser encorajado a se deslocar para locais distantes, se assim o desejar, sempre na companhia de um grupo, amigo ou familiar, que possa deixá-lo



tranquilo e lhe dê apoio nas situações as quais possa estar exposto, diminuindo o medo e a incidência de quedas.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo evidencia que o medo de cair está associado principalmente ao deslocar-se a locais distantes. Dessa forma é evidente a necessidade de ações de prevenção e promoção de saúde para com esses idosos, incentivando os mesmos a exercer suas atividades com segurança e autonomia, não deixando de participar de passeios e atividades em locais distantes, mas sim, se mantendo ativo preservando sua saúde física, mental e social.

Sugere-se estudos com esta temática em mais localidades e regiões brasileiras para que os órgãos governamentais possam realizar ações voltadas ao atendimento do idoso como forma de prevenção e de promoção da saúde promovendo uma qualidade de vida aos mesmos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Bruno Rossi *et al.* Avaliação da capacidade funcional dos idosos e fatores associados à incapacidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, p. 3317-3325, ago. 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014198.06322013>. Acesso em: 9 abr. 2019.

BERLEZI, Evelise Moraes *et al.* Análise da capacidade funcional de idosos residentes em comunidades com rápido índice de envelhecimento populacional. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 643-652, jul./ago. 2016.

BRASIL. **Expectativa de vida do brasileiro cresce e mortalidade infantil cai**. 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/11/expectativa-de-vida-do-brasileiro-cresce-e-mortalidade-infantil-cai.html>. Acesso em: 6 maio 2019.



BRASIL. Governo do. **Quedas:** Tombos quase sempre são sinais de que o idoso está com algum problema de saúde. 2017. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2012/04/quedas>. Acesso em: 29 mar. 2019.

BRASIL. Nações Unidas no. **Mundo terá 2 bilhões de idosos em 2050:** OMS diz que 'envelhecer bem deve ser prioridade global'. 2014. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/mundo-tera-2-bilhoes-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global/>. Acesso em: 9 abr. 2019.

DIAS, Rosângela Correa *et al.* Características associadas à restrição de atividades por medo de cair em idosos comunitários. **Revista Brasileira Fisioterapia**, São Carlos, v. 15, n. 5, p. 406-413, set./out. 2011.

DRIESSNACK, nome(s); MENDES, nome(s); SOUZA, nome(s). Desenhos de pesquisa quantitativa. **Rev. Latino Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 3, n. 15, p. 1-6, jun. 2007.

DUARTE, Elisabeth Carmen; BARRETO, Sandhi Maria. Transição demográfica e epidemiológica. **Epidemiol. Serv. Saúde: a Epidemiologia e Serviços de Saúde revisita e atualiza o tema**, Brasília, DF, v. 21, n. 4, p. 529-532, dez. 2012.

FHON, Jack Roberto Silva *et al.* Quedas em idosos e sua relação com a capacidade funcional. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 5, n. 20, p.1-8, set. - out. 2012.

GASPAROTTO, Livia Pimenta Renó; FALSARELLA, Gláucia Regina; COIMBRA, Arlete Maria Valente. As quedas no cenário da velhice: conceitos básicos e atualidades da pesquisa em saúde. **Rev. Bras. Geriatr. Geronto**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 17, p. 201-209, 2014.

IBGE. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017.** 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 28 mar. 2019.

JUNIOR, Antonio Carlos de Quadros; LAMONATO, Anne Caroline Camargo; GOBBI, Sebastião. Nível de escolaridade não influencia nível de atividade física em idosos. **Motriz**, Rio Claro, v. 17, n. 1, p. 202-208, jan./mar. 2011.



KT, Lopes *et al.* Prevalência do medo de cair em uma população de idosos da comunidade e sua correlação com mobilidade, equilíbrio dinâmico, risco e histórico de quedas. **Revista Brasileira Fisioterapia**, São Carlos, v. 3, n. 13, p. 223-229, jun. 2006.

LAWTON, Mortimer Powell; BRODY, Elaine Marjorie. Assessment of older people: self-maintaining and instrumental activities of daily living. **Gerontologist**, v. 9, p. 179-186, 1969.

MARI, Fernanda Rigoto *et al.* O processo de envelhecimento e a saúde: o que pensam as pessoas de meia-idade sobre o tema. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 35-44, 2016.

MELO, Natália Calais Vaz de; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; TEIXEIRA, Karla Maria Damiano Condições de vida dos idosos no Brasil: uma análise a partir da renda e nível de escolaridade. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 25, n. 1, p. 004-019, 2014.

MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade da. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 19, p. 507-519, 2016.

NASCIMENTO, Janaína Santos; TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Prevalência e fatores associados a quedas em idosos. **Texto Contexto Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p.1-9, 2016.

PIMENTELI, Wendel Rodrigo Teixeira *et al.* Quedas entre idosos brasileiros residentes em áreas urbanas: ELSI-Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 1-9, 28 set. 2018.

RAMOS, Luiz Roberto. Saúde Pública e envelhecimento: o paradigma da capacidade funcional. **Envelhecimento e Saúde**, São Paulo, n. 47, p. 40-41, abr. 2009.



ROSSETIN, Liliana Laura *et al.* Indicadores de sarcopenia e sua relação com fatores intrínsecos e extrínsecos às quedas em idosas ativas. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 399-414, 2016.

SILVA, Tatiana Alves de Araujo *et al.* Sarcopenia Associada ao Envelhecimento: Aspectos Etiológicos e Opções Terapêuticas. **Rev Bras Reumatol**, São Paulo, v. 46, n. 6, p. 391-397, dez. 2006.

SILVA, Sílvia Lanziotti Azevedo da *et al.* Avaliação de fragilidade, funcionalidade e medo de cair em idosos atendidos em um serviço ambulatorial de Geriatria e Gerontologia. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 120-125, abr./jun. 2009.

SOARES, Danilo Simoni *et al.* Fraturas de fêmur em idosos no Brasil: análise espaço-temporal de 2008 a 2012. **Cad. Saúde Pública**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 30, p. 2669-2678, dez. 2014.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Atividades da vida diária – o que são?** 2015. Disponível em: <http://www.sbgg-sp.com.br/pub/atividades-da-vida-diaria-o-que-sao/>. Acesso em: 31 mar. 2019.



A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR NO CAPS AD

Monik Karolyne Bezerra Vidal¹
Leonora Vidal Spiller²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo de compreender como funciona a equipe multiprofissional e a construção do trabalho interdisciplinar no CAPS ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), no intuito de caracterizar essa equipe e a sua forma de atuação no campo específico do CAPS ad. A equipe multiprofissional é o conjunto de profissionais de diversas áreas do conhecimento, nesse caso mais voltada para a saúde, que se atuante na perspectiva da interdisciplinaridade pode ajudar a fazer o tratamento dos usuários mais efetivo. O estudo vem contemplar assuntos como drogas, reforma psiquiátrica, criação do CAPS ad e como se dá as questões sobre equipe multidisciplinar e o trabalho interdisciplinar, que são as peças principais desse trabalho. O aprofundamento dos estudos sobre o tema se faz imprescindível, observa-se que existe ainda uma grande confusão em relação aos temas que envolvem multi e interdisciplinaridade como também sobre equipe multiprofissional. Este artigo traz uma metodologia baseada na pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo, fazendo uso de livros, artigos acadêmicos, revistas eletrônicas e manuais do Ministério da Saúde. Através do estudo realizado, pode-se perceber que os objetivos deste trabalho foram alcançados. Entendeu-se que a equipe multiprofissional é indispensável no contexto do CAPS ad e que é de suma importância que a mesma atue de forma interdisciplinar. Palavras-chave: CAPS ad. Multiprofissional. Interdisciplinar.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com o intuito de compreender como funciona a equipe multiprofissional e a construção

¹ Pós-graduada no Curso de Saúde Mental e Coletiva da Universidade do Oeste de Santa Catarina; minik.karolyne@hotmail.com

² Mestranda no Programa de Psicologia da Universidade Federal do Paraná; Professora orientadora; leonoraspiller@yahoo.com



do trabalho interdisciplinar no CAPS ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), no intuito de caracterizar essa equipe e a sua forma de atuação no campo específico do CAPS ad.

O CAPS ad é um serviço de saúde voltado para a comunidade, que atua dentro da atenção secundária do SUS (Sistema Único de Saúde) e acolhe pessoas com transtornos mentais decorrentes do uso abusivo de Álcool e Outras Drogas, oferecendo um acompanhamento psicossocial em assistência, buscando a reintegração dessas pessoas ao meio social e familiar.

Esta pesquisa irá proporcionar um melhor entendimento sobre questões importantes acerca do tema. O trabalho visa responder o seguinte questionamento: É importante que a equipe multiprofissional construa um trabalho pautado na perspectiva interdisciplinar no serviço CAPS ad?

No decorrer do trabalho essa questão será elucidada, no entanto, parte-se previamente do pressuposto de que é importante que a equipe multiprofissional atuante no CAPS ad faça uso da interdisciplinaridade, visto que, os profissionais em conjunto provavelmente irão conseguir encontrar soluções mais efetivas para os problemas lançados em seu trabalho. Salientando que a falta de informações, por parte das pessoas e dos próprios profissionais acerca desse tema, contribui ainda mais para distanciar as ações realizadas dos resultados positivos.

Como dito, a principal finalidade da pesquisa é compreender como funciona a equipe multiprofissional e a construção do trabalho interdisciplinar no CAPS ad. Espera-se, ainda como objetivos específicos, desenvolver – acerca do tema CAPS ad – reflexões sobre como se dá o trabalho da equipe multiprofissional atuante; examinar, a partir da análise de escritos, a construção do trabalho interdisciplinar pela equipe multiprofissional; e analisar o conteúdo estudado, de modo a realizar pensamentos reflexivos acerca do tema.

A escolha pelo tema surgiu a partir de alguns fatores, como a vivência de Estágio na Graduação do curso de Psicologia, que teve duração de seis (6) meses, realizada no CAPS ad, onde pôde-se manter contato direto com a equipe multiprofissional atuante e atuar juntamente com a mesma.

Verifica-se a importância do estudo dessa temática, visto que, se pode perceber que muitas pessoas, pacientes/usuários e profissionais, desconhecem as



diferenças de cada termo. Isso ajuda a distanciar ainda mais os profissionais de saúde, que se baseiam em uma prática restrita a cada área de conhecimento. O que minimiza as chances de se obter mais possibilidades de intervenção frente a demanda trazida.

Com isso, torna-se necessária a divulgação de informações em relação a essa problemática, pois os profissionais devem trabalhar em parceria com os órgãos públicos de saúde, no intuito de disseminar informações sobre o tema, o que mais adiante facilita na compreensão e desempenho das equipes, de modo a beneficiar os usuários do serviço, como nesse caso do CAPS ad.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo fundamenta-se em um estudo descritivo, de ordem qualitativa, baseado em uma pesquisa bibliográfica que será devidamente apresentada no decorrer do trabalho. Para obtenção dos dados norteadores foi feito inicialmente a seleção de materiais referentes ao tema (livros, artigos acadêmicos do banco de dados, manuais do Ministério da Saúde e revistas eletrônicas), para que posteriormente pudesse ser realizada uma reflexão aprofundada sobre o tema.

O trabalho em questão consiste em uma pesquisa bibliográfica, onde segundo Oliveira (2010, p. 69) “é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.” Esse tipo de estudo baseia-se em materiais publicados e que possuem propriedades científicas para que sejam utilizados, de modo que se possa fazer análises reflexivas em relação ao que for trazido pelos autores e as demais pesquisas (GIL, 2010).

Essa pesquisa possui caráter descritivo em relação aos objetivos, onde o pesquisador não está diretamente ligado ao objeto de estudo, mas irá poder descrever e analisar o assunto abordado (OLIVEIRA, 2010).

A revisão bibliográfica abordada no trabalho apresenta autores tais como: Déa et al. (2004), Fonseca e Bastos (2005), Gil (2010), Oliveira (2010), Fossi e Guareschi (2004), Gorgulho (2009), Goulart (2006), Karam (2005), Lemos (2011), Milhomem e Oliveira (2007), Nicastri (2010), Peduzzi (2001), Perduca (2005), Staudt (2008), Venâncio e Carneiro (2005), como também o Ministério da Saúde (2002/2004/2005/2010). Estes escritos foram de extrema importância para



o desenvolvimento da pesquisa, visto que possibilitaram o aprofundamento para a realização da mesma.

Através desse contexto foi possível, ao longo do trabalho, apresentar de maneira analítica e sintética, dados que possibilitaram o melhor entendimento sobre equipe multiprofissional e seu trabalho no CAPSad a partir de uma perspectiva interdisciplinar.

Vislumbrando contribuir de maneira pessoal, científica e social, no decorrer deste escrito serão abordadas com maior profundidade todas essas e outras questões significativas desse processo. Esta pesquisa foi produzida em julho de 2016, com o intuito de contribuir cientificamente com os escritos sobre o tema, enriquecendo ainda mais a literatura e oferecendo a possibilidade de expansão dos conhecimentos acerca da temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DROGAS: HISTÓRICO, CONCEITO E POLÍTICA

Desde a antiguidade já existiam práticas relativas ao uso de drogas, o que perpassa toda a história da humanidade. “Droga é qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento.” (OMS apud NICASTRI, 2010, p. 16).

Segundo Venâncio e Carneiro (2005, p. 11) possivelmente a palavra droga provém do holandês *droog*, que “significava produtos secos e servia para designar, dos séculos XVI ao XVIII, um conjunto de substâncias naturais utilizadas, sobretudo, na alimentação e na medicina.”

As drogas devem ser compreendidas como um fenômeno histórico, pois de início eram consideradas de caráter positivo na vida das pessoas, sobretudo, medicinalmente falando, pois como afirma Déa (2004, p. 109):

O consumo de substâncias psicoativas existe desde os primórdios da história do homem, em praticamente todas as culturas conhecidas. Curiosidade, desejo de transcendência,



busca da imortalidade, do prazer, da sabedoria, são alguns dos motivos que aparecem, desde sempre, associados ao desejo por alguma droga.

É importante perceber como na Antiguidade o consumo de drogas não trazia efeito negativo à vida das pessoas, pois essa prática estava mais relacionada às questões religiosas, e aos costumes característicos da sociedade daquela época (DÉA, 2004).

Em meados do século XIX, o Brasil ainda não tinha nenhum controle específico para as drogas, porém o uso começou a se espalhar, levando o governo a intervir em 1921, em relação ao uso de ópio, morfina, heroína e cocaína, que se estende até os dias de hoje, é a partir dessa nova intervenção que surgem as primeiras políticas públicas voltadas ao controle do uso de entorpecentes. Por conseguinte, em 1998 cria-se a Secretaria Nacional de Política

Antidrogas – SENAD, cujo objetivo é coordenar a redução da demanda que se apresentava (GORGULHO, 2009).

Diante dessa intervenção por parte do estado, em adotar o método proibicionista, com a criação de leis, inserindo as práticas consideradas ilegais ao código penal, Venâncio e Carneiro (2005) relata que essa forma de controle adotada, está articulada a interesses políticos, econômicos e culturais. O proibicionismo diz respeito às drogas ilícitas, como cocaína, crack, dentre outras, mas, em contrapartida há a permissão de algumas, como Álcool e tabaco.

Ainda no que concerne ao proibicionismo, Perduca (2005) aponta que esta é uma medida controladora, que não funciona, pois são medidas que impõem restrições a vida e a liberdade das pessoas. Em contrapartida ao proibicionismo, nasce o antiproibicionismo, que se caracteriza como uma crítica a esta forma de proibição, que vêm a propor reformas a este modelo vigente atual, criando medidas alternativas, onde segundo o autor proporcionam caminhos mais eficazes.

Em se tratando da Legislação Brasileira Sobre Drogas, foram instituídas leis e penalidades em relação às drogas ilícitas, como opção repressora, que dentre outras se destacam a Lei n. 6.368/76 em que são previstas penas de detenção de 6 meses a 2 anos e multa para condutas criminosas “de ministrar ou entregar de qualquer forma a consumo drogas qualificadas de ilícitas; auxiliar alguém a usá-las;



utilizar ou consentir que alguém se utilize de local sob sua posse para o consumo.” (KARAM, 2005, p. 159). Outra lei instituída no ano de 2002 foi a n. 10.409, que dispõe ser:

“dever de todas as pessoas, físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, com domicílio ou sede no País, colaborar na prevenção da produção, do tráfico ou uso indevidos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica”. (KARAM, 2005, p. 156).

Deste modo, as drogas se configuram também como uma questão política, em que há intervenção do estado, e que presume penalidades segundo a constituição federal. A autora considera essas medidas autoritárias, onde contesta que as drogas em si não geram criminalidade, mas sim, o fato da ilegalidade é que acarreta violência, que de alguma forma torna o consumo de drogas ainda mais problemático, quando se deveria evitar. Diante disso, o que fica evidente é que o sistema penal ao punir determinadas práticas relacionadas a substâncias tidas como ilícitas, podem gerar também repercussões negativas, tanto a nível individual, quanto coletivo (KARAM, 2005).

Após este resgate histórico e político relacionado às drogas, cabe salientar algumas especificidades, bem como seus efeitos no organismo e na vida das pessoas. Existem algumas classificações para as drogas, no que diz respeito ao seu efeito sobre o comportamento, elas podem ser: estimulantes como no caso das Anfetaminas e da Cocaína; depressoras como a Morfina, Heroína, Solvente e Álcool; e os alucinógenos como a Maconha e o Êxtase (NICASTRI, 2010).

Inicialmente especificamos as drogas tidas como lícitas, ou seja, aquelas permitidas pela lei, inicialmente trataremos da bebida alcoólica, que foi um costume adotado até pelos cristãos, algo presente na divindade como é o caso do vinho, por exemplo, bastante consumido na santa ceia. Com o passar do tempo e, sobretudo a partir da Revolução Industrial o consumo aumentou significativamente, provocando mudanças no comportamento das pessoas, pois atua diretamente no Sistema Nervoso Central, onde os fatores adversos se fazem presentes como, por exemplo, o Coma (CEBRID, 2006).



O Álcool é consumido normalmente pela sociedade, é tido como droga lícita, em que não há um sistema de proibição ou punição, exceto pela venda a menor de idade. O Tabaco é uma planta, que dá origem a uma substância denominada Nicotina. O marco de seu uso foi “nas sociedades indígenas da América Central, em rituais religiosos, com o objetivo de purificar, contemplar, proteger e fortalecer os ímpetos guerreiros, além disso, esses povos acreditavam que essa substância tinha o poder de predizer o futuro.” (CEBRID, 2006, p. 40).

Com o passar dos anos foi descoberto os malefícios trazidos por essa droga a saúde das pessoas, pois contaminam órgãos como os pulmões, além de deixar a pessoa mais propícia a doenças como: asma, bronquite, pneumonia e etc. Os Solventes são aquelas substâncias levadas ao organismo apenas pela inalação, como é o caso da acetona, a cola de sapateiro, esmalte, lança-perfume e etc. “A aspiração repetida, crônica, dos solventes pode levar à destruição de neurônios (células cerebrais), causando lesões irreversíveis no cérebro.” (CEBRID, 2006, p. 17).

Dentre as drogas ilícitas destacam-se: a Maconha, que de início surge como tratamento medicinal, porém proporcionando também uma situação diferente em que o indivíduo sente o corpo e percebe o mundo em volta distante da realidade em si. Com o aumento de seu uso e após comprovados os males que essa substância traria ao organismo e ao estado mental das pessoas seu uso passou a ser proibido em alguns países como é o caso do Brasil. As sensações são as mais diversas desde o bem-estar, relaxamento, até a angústia (CEBRID, 2006).

A Cocaína é uma substância extraída naturalmente de uma planta, a Coca. Inicialmente era ingerida em forma de chá como até hoje em alguns países, atualmente faz referência também ao crack, a base de pó. A substância após chegar ao pulmão é rapidamente espalhada para a circulação sanguínea chegando ao cérebro, seu efeito é rápido e devastador.

Causando paranoia, comportamento agressivo, perda significativa de peso dentre outros fatores. “O uso crônico da cocaína pode levar a degeneração irreversível dos músculos esqueléticos, conhecida como rabdomiólise.” (CEBRID, 2006, p. 38).

Outro tipo de drogas são as Anfetaminas, responsáveis por deixar as pessoas mais ativas, estimulando-as a exercerem algumas atividades como não



dormir, por exemplo, e diminuição do apetite. São conhecidas como rebites. Outro tipo também é o Êxtase, que provoca sensação de bem-estar e costuma estar muito presente na juventude. As Anfetaminas. “São drogas sintéticas, fabricadas em laboratório. Não são, portanto, produtos naturais.” (CEBRID, 2006, p. 33).

Outra droga bastante conhecida são os Anabolizantes, substitutos sintéticos do hormônio masculino, a Testosterona. O seu uso consiste no desenvolvimento da musculatura masculina. Seu uso é muito presente em academias, onde as pessoas por não estarem satisfeitas fisicamente buscam essas vias para um resultado imediato do corpo desejado. Essa prática quando exercida sem orientação médica pode acarretar sérios danos a saúde como problemas sexuais, no homem a impotência, na mulher alterações de ciclo menstrual, dentre outros riscos, apresentando ainda distorção da realidade (CEBRID, 2006).

Pode-se perceber que todo o aparato histórico em relação às drogas foi muito crescente e emergente em nosso país, constituindo-se como uma demanda evidente onde, buscou-se pela forma da lei conter o seu uso indevido bem como o tráfico. O ópio é um suco derivado de uma planta conhecida como Papoula do Oriente, do suco se extrai substâncias que fazem com que o cérebro funcione de modo mais lento, como a Morfina que proporciona sono e diminuição da sensação de dor, bastante utilizadas em pessoas vítimas de câncer em fase terminal (CEBRID, 2006).

Ainda de acordo com o mesmo autor, são medicamentos utilizados por algumas especialidades médicas, que atuam no Sistema Nervoso Central e intervêm no comportamento e cognição das pessoas, bem como no humor, percepção, ansiedade e agressividade. O uso dessas substâncias se difundiu nas últimas décadas, o que gerou certo impacto social influenciando também nos fatores político-econômicos, se tornando questão de saúde pública (CEBRID, 2006).

Existem alguns fatores que contribuem para este crescimento, como o aumento do índice de diagnósticos de ordem psiquiátrica e o crescente número de psicofármacos no mercado, o que se relaciona com as indicações e orientações terapêuticas neste sentido. Alguns dos medicamentos mais utilizados no caso dos ansiolíticos são os Benzodiazepnicos, no caso dos antidepressivos pode citar a Fluoxetina e em relação aos antipsicóticos, a Clozapina (LEMOS, 2011).



2.2 A TRAJETÓRIA DA REFORMA PSIQUIÁTRICA E A CRIAÇÃO DO CAPS AD

A reforma psiquiátrica desencadeou um movimento de mudanças éticas e culturais no âmbito da saúde mental, esse processo foi conduzido por atores coletivos que se implicavam na proposta de uma nova política na área, protagonizando a partir desse período denúncias das violências dentro dos manicômios, da mercantilização da loucura e da superioridade da rede privada de assistência (GOULART, 2006).

O movimento da reforma propõe mudanças humanizadoras nas instituições psiquiátricas e sistemas assistenciais em saúde mental, tendo como prioridade a abolição de todas as instituições de controle social. Teve seu início em diversos países no final da II Guerra Mundial. No Brasil surgiu no final dos anos 70 paralelamente a Reforma Sanitária, durante a ditadura militar (GOULART, 2006).

Os hospitais psiquiátricos nos anos 70 e 80 eram considerados verdadeiras máquinas de ganhar dinheiro, pois recebiam recursos da Previdência Social em menos quantidade dos usuários, com o pouco que recebiam queriam sair na vantagem com a situação, desencadeando assim péssimas condições de assistência e profissionais desqualificados (BRASIL, 2005).

No final dos anos 70 e no decorrer dos anos 80 começou a se instaurar a crítica ao modelo assistencial tradicional, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Na Itália no ano de 1978 passou a vigorar a lei que presumia o resgate de cidadania do doente mental, regulamentando as internações compulsórias e lutando pelo fim dos manicômios. O psiquiatra italiano Franco Basaglia no ano de 1979 trouxe ao Brasil a convite de associações profissionais de psiquiatras e psicólogos, seminários que se converteram em fóruns de discussão das instituições psiquiátricas sobre seu trabalho em hospitais públicos da Itália pautados nessa nova lei. Foram com esses encontros que se tornou público as reais condições dadas aos doentes mentais no serviço assistencial psiquiátrico no Brasil, muitas pessoas comuns, associações de profissionais da saúde e a mídia divulgaram essa realidade vergonhosa (BRASIL, 2005).

Ainda no ano de 1978 surge o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental que lutavam por reformas no campo da saúde mental, onde o principal objetivo era a substituição de um modelo extremamente assistencialista por um



por outras modalidades assistenciais pautados na tecnologia do cuidado, a luta aqui era a favor da desinstitucionalização (AMARANTE, 1995).

Devemos considerar que o momento exposto ocorreu durante o período da Ditadura Militar, que usava da repressão para assegurar a política e em um contexto de crise da Previdência Social que estava sendo vítima do sistema que a mesma gerou. O movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental e o Movimento Sanitarista eram os dois movimentos sociais que exigiam reformas no âmbito da saúde mental e da saúde em geral, por causa desses atores sociais e suas ações coletivas que novas propostas emergiram e localizaram operacionalização (BRASIL, 2005).

No ano de 1982 em resposta aos gritos dos profissionais de saúde por mais investimentos no setor público, o Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária (CONASP) elaborou o Plano de Reorientação da Assistência Psiquiátrica, o qual teve repercussão na realidade assistencial, levantando a auto estima do sistema de atendimento público, pois compreendia a importância de uma reforma não só em uma re- interpretação do fenômeno do adoecimento mental, considerando as dimensões sócio- culturais que resultavam na segregação do sujeito, mas, também a criação de estruturas ambulatoriais extramuros e uma reforma institucional principalmente nos níveis administrativos das instituições psiquiátricas (GOULART, 2006).

A reforma de hospitais públicos e a estruturação das equipes de saúde não foram suficientes para superar esse caos que a sociedade enfrentava. Na luta por democracia e pela reestruturação do Sistema de Saúde Brasileiro o governo passou a buscar a integração institucional entre o Ministério da Saúde e da Previdência Social e Assistência Social e os demais níveis administrativos regionais, municipais e locais. A I Conferência Nacional de Saúde (1987) organizada pela sociedade civil, apresentou teorias que formataram a Constituição Cidadã de 1988, que instituiu saúde como um direito de todo cidadão e dever do Estado, e também a construção do SUS (Sistema Único de Saúde) (BRASIL, 2005).

O Movimento de Luta Antimanicomial iniciou no ano de 1987 no período de transição do regime ditatorial às eleições diretas, teve como referência a luta Antimanicomial italiana, tendo como protagonista os Profissionais de Saúde Mental, usuários e ex-usuários dos serviços, familiares e pessoas interessadas na



proposta. A ação transformadora da Reforma Psiquiátrica surge quando o corpo técnico percebe e aceita que algo tem que ser mudado e passam a refletir sobre suas práticas (GOULART, 2006).

Os seminários e congressos e posteriormente fóruns, tiveram grande importância para o surgimento desse movimento, pois foi por meio deles que surgiram denúncias, discussões políticas, propostas e organizações de ações para uma nova política de assistência em saúde mental. O intuito era buscar mudanças culturais no que diz respeito ao sofrimento mental, procurando uma tolerância e não autoritarismo, um tratamento assistencial consistente e libertador, o fim dos manicômios, como também leis que viessem a garantir o direito dessas pessoas como cidadãos (BRASIL, 2005).

Em 1989 foi lançado pelo o Deputado Federal Paulo Delgado (PT/MG) um projeto de lei n. 3657, esse presumia a “extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais” e regulamentava a internação psiquiátrica compulsória. Essa atitude fez com que a saúde mental entrasse com maior respaldo nas Assembleias Legislativas Estaduais, com debates públicos buscando ações resgatassem a cidadania desses sujeitos. Inspirado por esse projeto de Lei conseguiu-se aprovar as primeiras substituições de leitos psiquiátricos por redes integradas de atenção à saúde mental em alguns estados brasileiros (GOULART, 2006).

Nesse contexto, surgiram vários projetos assistenciais para a substituição dos manicômios, como os NAPS, CAPS, CERSAMS, CERSAMIS, Centro de Convivência, Moradias Terapêuticas ou protegidas, Programa “De volta para casa” e Cooperativas de trabalho para viabilizar a reabilitação e reinserção social. A década de 90 foi marcada pelo compromisso do Brasil na assinatura da Declaração de Caracas e com a II Conferência Nacional de Saúde Mental ocorre a regulamentação de normas federais para a implementação dos CAPS, NAPS e Hospitais-dia nos demais estados (GOULART, 2006).

Após doze anos em trâmite o projeto foi aprovado em abril de 2001, transformando-se na Lei Federal n. 10.216, que “preconiza o atendimento territorial com parâmetros de qualidade para o atendimento terapêutico, prevê o desenvolvimento de projetos de reabilitação psicossocial e situa critérios para internação compulsória.” (GOULART, 2006, p. 15).



A promulgação da Lei Federal n. 10.216 e a realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental realizada no final do ano de 2001 em Brasília, que teve como atores sociais os usuários, familiares, movimentos sociais e profissionais da saúde, resultou na consolidação da Reforma Psiquiátrica como política oficial do SUS, com a proposta de procurar democraticamente diretrizes, estratégias e ações para a transformação na atenção a saúde mental no Brasil. É também, discutido no encontro, a construção de uma política de saúde mental para os usuários de álcool e/ou drogas (BRASIL, 2005).

O CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) recebe o papel estratégico dentro dessa nova política do SUS, prestando atendimento, elaborando projetos terapêuticos e comunitários, promovendo reinserção social e cultural através do trabalho, fortalecimento dos laços familiares e comunitários, lazer, direitos civis, desenvolvendo autonomia, procurando fazer o sujeito se tornar protagonista em seu tratamento, organizando e articulando a rede básica e a política de saúde mental em determinado território (BRASIL, 2010).

Os CAPS se distribuem de acordo com o perfil populacional dos municípios, e se diferem em estrutura, capacidade de atendimentos, clientela atendida. Os tipos de CAPS são: CAPS I (municípios com 20.000 e 70.000 habitantes), CAPS II (70.000 e 200.000 habitantes), CAPS III (acima de 200.000 habitantes), CAPS i (acima de 200.000 habitantes) e CAPS ad (acima de 100.000 habitantes) (BRASIL, 2004).

Especificando cada um, podemos trazer que:

CAPS I e CAPS II: são CAPS para atendimento diário de adultos, em sua população de abrangência, com transtornos mentais severos e persistentes; CAPS III: são CAPS para atendimento diário e noturno de adultos, durante sete dias da semana, atendendo à população de referência com transtornos mentais severos e persistentes; CAPSi: CAPS para infância e adolescência, para atendimento diário a crianças e adolescentes com transtornos mentais; CAPS ad: CAPS para usuários de álcool e drogas, para atendimento diário à população com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas. Esse tipo de CAPS possui leitos de repouso com a finalidade exclusiva de tratamento de desintoxicação. (BRASIL, 2004, p. 22).



O primeiro CAPS surgiu em março do ano de 1986 na cidade de São Paulo, o mesmo foi implantado em condições de teste, em 1992 o Ministério da Saúde criou oficialmente as instituições e seus serviços a partir da portaria GM 224/92, mas, somente em fevereiro de 2002 com Portaria n. 336/GM, houve a regulamentação do CAPS, o governo passou a instituir as formas de financiamento, novos mecanismos de fiscalização e gestão desses serviços abertos e substitutivos dos locais de controle social, o intuito agora era de acabar com o modelo assistencial centrado no hospital psiquiátrico para um modelo de atenção comunitário (BRASIL, 2005).

O CAPS ad (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) passou a existir no ano de 2002, e volta-se para acolher pessoas que sofrem em decorrência do uso abusivo de álcool e/ou drogas, a instituição deve funcionar com atendimento diário, recebendo pacientes da rede de atenção básica de saúde, de centros de assistência, de hospitais, o próprio sujeito também pode procurar ajuda assim como sua família. Ao dar entrada, o sujeito é submetido a um processo de triagem para reconhecer se a demanda se encaixa para a instituição, posteriormente é elaborado um Projeto Terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua (BRASIL, 2004).

O acompanhamento e monitoramento do projeto são feitos pelo Terapeuta de Referência, que será o profissional que o sujeito possuir mais empatia, para facilitar as relações e o desenvolvimento do tratamento, esse profissional também será responsável pelo contato com a família, a análise das metas estabelecidas e a discussão sobre o desenvolvimento do paciente para a equipe. O Projeto Terapêutico é individual, pois cada pessoa se difere em identidade, cultura, território e família (BRASIL, 2004).

De acordo com Brasil (2004) pode ser ofertado para os usuários os seguintes atendimentos: Intensivo: atendimento diário para pessoas que se encontram em crise e com dificuldades nas relações sociais e familiares. Semi-intensivo: atendimento doze dias ao mês. Nesse estágio o quadro possui melhoras, porém seus relacionamentos se encontram comprometidos e o sujeito precisa de atenção da equipe para estruturar e recuperar sua autonomia. Não intensivo: atendimento três dias ao mês, quando o sujeito não precisa de apoio contínuo para estar na sociedade, na família e no trabalho.



Os recursos terapêuticos utilizados são: atendimento individual, em grupo e familiar, atividades comunitárias e assembleias ou reuniões de organizações dos serviços. As intervenções podem ser precoces, favorecendo a não construção de estigmas. O acolhimento noturno e a permanência nos finais de semana serão adotados com fins terapêuticos, considerando que o primeiro será permitido por no máximo sete dias, para ajudar no processo de desintoxicação ambulatorial (BRASIL, 2010).

De início os CAPS são regulamentados pela portaria n. 224/92, atualmente a portaria que os regulamenta é a n. 336/02, essas portarias afirmam que os CAPS devem funcionar sobre a lógica em que o sujeito está inserido, ou seja, para o seu tratamento deve-se levar em consideração a sociedade em que o sujeito vive. Para os CAPS ad a diretriz é que os mesmos estejam funcionando diariamente, dispondo de leitos para repouso e desintoxicação se for o caso e ainda se a internação for necessária os CAPS ad devem ter o apoio de hospitais da rede com seus leitos (BRASIL, 2010).

Observando o crescimento do índice de consumo de álcool e drogas no Brasil, sem deixar de levar em consideração os problemas que os adultos também enfrentavam, foi criado o CAPS ad, a sua portaria é GM/MS n. 336, de 19 de fevereiro de 2002, afirmando que o CAPS ad faz parte das diferentes modalidades de funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial no âmbito do Sistema Único de Saúde e estabelece normas de funcionamento e composição de equipe (BRASIL, 2004).

A portaria SAS/MS n. 189 de março de 2002 defende os direitos dos pacientes dos centros de atenção psicossocial e normatiza os cadastramentos. Onde as pessoas que sofrem por problemas relacionados a drogas podem e devem procurar os serviços oferecidos no CAPS ad (BRASIL, 2004).

2.3 A EQUIPE MULTIPROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DO TRABALHO INTERDISCIPLINAR DO CAPS AD

Para uma melhor compreensão da discussão, é importante identificar os profissionais que atuam no CAPS ad, são eles: médico clínico, médico psiquiatra, enfermeiro, assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional, pedagogo e profissionais de nível médio, a escolha da equipe pode variar de acordo com a



necessidade de cada centro. Estes profissionais citados deverão atuar com atendimento individual e em grupo, oficinas terapêuticas, visitas e atendimentos domiciliares, atendimento à família e atividades comunitárias em geral, com foco na reinserção do usuário na família e na sociedade (BRASIL, 2002).

Dentro do contexto e do modelo de saúde que norteiam os serviços de saúde, existe atuação por parte de equipes multiprofissionais fazendo uso de uma perspectiva multidisciplinar e/ou interdisciplinar. Cada uma traz intervenções com olhares diferentes, e ao longo do tempo, foram sendo pensadas e criadas no intuito de compreender os usuários em todas as suas particularidades e necessidades, ocasionando assim, melhor atendimento e assistência à demanda que se mostra (STAUDT, 2008).

Torna-se então, importante trazer as diferenças entre cada termo utilizado. Sobre equipe multiprofissional pode-se apresentar a teoria de que é “uma modalidade de trabalho coletivo que se configura na relação recíproca entre as múltiplas intervenções técnicas e a interação dos agentes de diferentes áreas profissionais.” (PEDUZZI, 2001, p. 108).

De acordo com Fossi e Guareschi (2004), a equipe em perspectiva multidisciplinar atua de acordo com a demanda trazida pelo paciente, ou seja, a atuação varia de acordo com o que é apresentado em cada momento. É assim que as diversas disciplinas podem colocar o que é de competência de cada uma delas.

Vilela e Mendes (2003), ao falar sobre interdisciplinaridade apresentam que é efetivamente a interação de saberes, onde os profissionais ou disciplinas se unem e trabalham juntas para solucionar problemas ou questões no campo de trabalho que atuam, de modo a respeitar as demandas como únicas e diferentes umas das outras, sendo assim, cada caso é único e merece atenção específica de acordo com o que é trazido até a equipe, e é dessa forma que os profissionais deverão unir conhecimentos para assim indicar a melhor maneira de agir, visando sempre o bem estar do paciente.

Após buscar explicitar a diferença de cada termo, pode-se dizer que o local de trabalho permite desenvolvermos nossas práxis de acordo com as demandas existentes, devemos considerar que esse ambiente não nos limita à



nossas intervenções, e a exploração do mesmo pode resultar no crescimento em nível institucional, profissional e social (MILHOMEM; OLIVEIRA, 2007).

Os mesmos autores discorrem que o homem é um ser histórico-social, pois esse se faz pela a sua interação com a prática, e dessa forma se constrói no meio social. Nessa sua mediação com a natureza surgem determinadas situações nas quais se esperam intervenções, é nesse contexto que surge o trabalho, na ação humana sobre a natureza.

Voltando todas estas questões aos usuários do CAPS ad, Milhomem e Oliveira (2007) trazem ainda que os profissionais dessa equipe tem a função de viabilizar o processo de tratamento/reabilitação desses pacientes. O que acontece é que dentro das instituições ainda se configura a equipe multiprofissional como um conjunto de profissionais que realizam simultaneamente seus trabalhos cada um com o olhar voltado para sua área, com objetos, saberes e instrumentos distintos.

3 CONCLUSÃO

Frente ao estudo realizado sobre equipe multidisciplinar e a construção do trabalho interdisciplinar no CAPS ad, devem-se destacar considerações importantes, não com a finalidade de esgotar o tema, mas como forma de produzir outros conhecimentos científicos referentes a esta área de estudo.

Para chegar ao entendimento, foram utilizados artigos eletrônicos que trazem um pouco de cada tema, que constitui toda referência teórica aqui apresentada, os quais unidos contribuem para a construção do título desse artigo. Cada material citado proporcionou uma melhor compreensão sobre o tema, de forma individual e também em conjunto, de modo a contribuir para que se pudesse alcançar o objetivo geral desse trabalho, de modo a melhor compreender como funciona a equipe multiprofissional e a construção do trabalho interdisciplinar no CAPS ad.

Dessa forma, sabendo todo processo histórico que vivemos até aqui, observamos que o SUS surgiu com a proposta de uma descentralização, procurando ações alternativas que venham substituir o modelo asilar ou centrado no hospital psiquiátrico, houve um aumento na fiscalização nas instituições que prestavam



esses serviços, resultando em uma diminuição do parque manicomial no país, essa realidade ocorreu no início dos anos 1990.

Como já se comentou a assistência em saúde mental hoje se propõe a reintegrar socialmente o sujeito com doença mental, procurando também minimizar o sofrimento do mesmo.

No tratamento realizado pelo CAPS ad, os usuários passam a utilizar os psicofármacos, esses ao mesmo tempo em que auxiliam no tratamento, podem também tornar o paciente dependente do seu uso, o que pode vir a agravar determinado problema, deve-se ressaltar que, o uso desses medicamentos deve ser feito de maneira orientada pelos profissionais de saúde, e paralelo ao tratamento farmacológico, é necessária a interação entre a equipe, o paciente e a família.

O CAPS ad como serviço de saúde pública se mostra acolhedor, humanizado e que procura, através dos profissionais, desenvolver ações que busquem proporcionar autonomia, reinserção social e familiar aos usuários de álcool e outras drogas. Com a realização da análise de literatura percebeu-se a importância de se trabalhar de maneira integrada não apenas na realização de atividades, mas também no desenvolvimento de estratégias, planejamento de ações que promovam cada vez mais o acesso destas pessoas aos serviços de saúde.

Dessa forma, na saúde mental é necessária uma equipe interdisciplinar, pois o sujeito que chega ao CAPS ad carrega consigo um sofrimento psíquico que pode ter sido consequência de diversos eventos, seja ele biológico, psíquico, social, cultural ou emocional. É preciso compreender que se trata de demandas complexas, o olhar para esse sujeito precisa ser o mais diversificado possível, o diálogo entre a equipe deve permitir uma problematização de questões específicas e consequentemente de soluções (ações) possíveis para a melhoria da qualidade de vida do usuário.

Pensar estratégias pautadas sob a perspectiva de uma equipe multidisciplinar diz respeito a todas as áreas de conhecimento isoladas, no sentido que cada campo de saber vai olhar para tal problemática a partir de seu conhecimento, sem interação com as outras áreas. Em contrapartida o modelo da interdisciplinaridade como traz a própria portaria do CAPS ad, busca reunir todas as áreas, dentro do mesmo contexto, todas se relacionando em busca do mesmo objetivo, buscar melhor qualidade de vida, proporcionar diálogo entre



os profissionais, que juntos podem fornecer uma compreensão melhor sobre a dimensão que se apresenta.

É importante destacar que cada equipe é única em seu funcionamento, portanto o curso do trabalho, a confiança, a troca de experiências e informações, bem como planejamento e estratégias a serem desenvolvidas são aspectos a serem considerados para o bom andamento dessa política. Nesse trabalho em conjunto é primordial o respeito à especialidade de cada membro da equipe, suas propostas e dificuldades, assim o trabalho tende a desenvolver-se com melhores resultados.

A equipe vai intervir no intuito de devolver ao paciente sua autonomia, não ficando este, portanto, totalmente dependente da medicação. Neste tipo de intervenção cada profissional é parte essencial e imprescindível da equipe interdisciplinar, em que buscarão desenvolver estratégias de intervenção que visem acolhimento, escuta, orientação e informação, não só ao paciente mas também aos seus familiares.

Por fim, diz-se que é importante a Equipe multiprofissional fazer uso da abordagem interdisciplinar, pois atuando desta forma, pode-se obter uma visão mais ampla dos casos e problemas, o que implica um olhar biopsicossocial, e, portanto, mais humanizado.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. Novos Sujeitos, Novos Direitos: O Debate em Torno da reforma psiquiátrica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 491-494, jul./set. 1995.

BRASIL. DAPE. Coordenação Geral de Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado a Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, DF: 2005.

BRASIL. **Legislação em Saúde Mental**. 5. ed. Brasília, DF, 2010.



BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria de Saúde. **Portaria n. 336/GM**, de 19 de fevereiro de 2002.

CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.Cebriid.Epm.br/index.php>. Acesso em: 17 jul. 2016.

DÉA, Hilda Regina Ferreira Dalla; SANTOS, Elcio Nogueira dos; ITAKURA, Erick; OLIC, Tatiana Bacic. A Inserção do Psicólogo no Trabalho de Prevenção ao Abuso de Álcool e Outras Drogas. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, n. 1, p. 108-115, 2004.

FONSECA, Elize Massard da; BASTOS, Francisco Inácio. Políticas de Redução de Danos em Perspectiva: comparando as experiências Americana, Britânica e Brasileira. Acselrad, Gilberta (org.). **Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

FOSSI, Luciana Barcellos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. A psicologia hospitalar e as equipes multidisciplinares. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 29-43, jun. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582004000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 jul. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GORGULHO, Mônica. As Transformações das Políticas Públicas Brasileiras Sobre Álcool e outras Drogas. **Psicologia Ciência e Profissão**. São Paulo, ano 6, n. 6, p. 11-12, nov. 2009.

GOULART, Maria Stella Brandão. A Construção da Mudança nas Instituições Sociais: a Reforma Psiquiátrica. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-rei, v. 1, n. 1, p. 1-19, jun. 2006.

KARAM, Maria Lúcia. Legislação Brasileira Sobre Drogas: história recente – a criminalização da diferença. Acselrad, Gilberta (org.). **Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.



LEMOS, Tadeu. **Intervenção em Saúde Mental**. Melo Maria Taís de (org.). **Prevenção À Dependência Química**. 2. ed. Palmas: Unitins, 2011.

MILHOMEM, Maria Aparecida G. Corrêa; OLIVEIRA, Alice Guimarães Bottaro de. **O Trabalho em equipe nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Cogitare Enferm.**, v. 12, n. 1, p. 101-108, jan./mar. 2007.

NICASTRI, Sérgio. Drogas: classificação e efeitos no organismo. *In*: **Prevenção ao uso indevido de drogas: Capacitação para Conselheiros e Lideranças Comunitárias**. 3. ed. Brasília, DF: Presidência da República. Secretaria Nacional de políticas Sobre Drogas, SENAD, 2010. p. 15-36.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEDUZZI, Marina. Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia. **Rev Saúde Pública**, v. 35, n. 1, p. 103-109, 2001. Disponível em: http://www.uff.br/tcs2/images/stories/Arquivos/textos_4p/trabalho_em_equipe/Peduzzi_2001.pdf. Acesso em: 14 jul. 2016.

PERDUCA, Marco. Vamos Criminalizar a Proibição! *In*: ACSELRAD, Gilberta (org.). **Avessos do Prazer: drogas, AIDS e direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas no Brasil**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cuidados_prevencao_drogas/obid/publicacoes/Livros/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20sobre%20Drogas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 14 jul. 2016.

STAUDT, Dirce Teresinha. A Interdisciplinaridade em Atenção Básica à Saúde. **Boletim da Saúde**, Porto Alegre, v. 22, n. 1 jan./jun. 2008. Disponível em: <http://lrc.nutes.ufjf.br/constructore/objetos/A%20INTERDISCIPLINARIDADE.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2016.

VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda: Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2005.

The background is a complex, abstract geometric pattern composed of numerous overlapping triangles in various shades of blue, teal, and dark purple. The triangles vary in size and orientation, creating a dynamic and textured visual effect. The text is centered over this pattern.

ÁREA DAS
CIÊNCIAS EXATAS E
TECNOLÓGICAS



REFLEXOS DOS PROGRAMAS DE GESTÃO DE QUALIDADE EM ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA

Thaís Fernanda Basso¹
Márcia Regina Sartori Damo²

RESUMO

A busca pela excelência nos produtos e serviços, tem levado as empresas a implementarem programas de Gestão de Qualidade, visando identificar pontos fracos e fortes, falhas e oportunidades, com o objetivo de entregar maior valor aos clientes e também ao reconhecimento. Quando se trata especificamente de empresas ou escritórios de arquitetura, constata-se que a maioria ainda não possui e nem busca informações a respeito desses programas. Dessa forma, é apresentada a situação atual dos escritórios a partir dos dados coletados, elucidando qual a maior dificuldade para a implantação de um sistema de qualidade, o que ocasiona a falta de interesse no setor, e principalmente se existem métodos e de que forma os projetos são gerenciados internamente. A metodologia utilizada foi em questionário com perguntas fechadas, enviado via e-mail a profissionais da área.

Palavras-chave: Gestão. Qualidade. Arquitetura. Projeto. Processo.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (2015), o número total de profissionais cadastrados no Estado chegava a aproximadamente 5.000, e o número de escritórios ou empresas de projeto a 1.627. Especificamente, na Cidade de Chapecó, há cerca de 406 profissionais e 67 empresas. Demonstra-se, assim, a importância do setor da construção civil para a economia da Cidade.

Um setor tão importante, mas que ainda se encontra primitivo no aspecto de gerenciamento dos processos internos, em que a obtenção e o registro de dados ainda são considerados inadequados e não se tem um padrão de qualidade

¹ Pós-graduada em Gestão e Projetos: Arquitetura e Design de Interiores pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Comunitária do Oeste de Santa Catarina; thaishbasso.arq@gmail.com

² Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Professora e Coordenadora na Universidade do Oeste de Santa Catarina; marcia.damo@unoesc.edu.br



interna, procrastinando a organização de possuir um melhor desempenho. A busca por sistemas de gestão de qualidade nesse setor ainda está em processo de conscientização, levando os profissionais que aderem a obterem maiores níveis de qualificação e competitividade.

Segundo Gasnier (2012), “Gerenciamento de projetos é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades de projeto, de forma a atingir e exceder as expectativas dos interessados no projeto.” A forma em que os profissionais administram os projetos pode interferir nos resultados. Desse modo, busca-se entender a realidade de como os profissionais da área administram sua produção de trabalhos e geram qualidade nos produtos e serviços prestados, analisando a existência e aplicação de métodos ou ferramentas relacionadas à administração e gestão de qualidade ou se as atividades são desenvolvidas de forma empírica por meio das experiências, observações e conhecimento adquirido na prática.

O objetivo foi identificar e analisar quais os itens e diferenciais considerados como agregadores de valor, que geram satisfação nos clientes com relação ao desenvolvimento dos projetos de arquitetura e serviços prestados, e se a forma com que os escritórios gerenciam seus processos de projeto internamente pode influenciar no resultado final, agregando valor ao projeto.

O processo de produção e desenvolvimento de um projeto é composto por várias etapas. Em seu desenvolvimento existem vários procedimentos essenciais, que podem ser realizados por diferentes pessoas e cargos, e que como resultado final geram documentos apresentáveis ao cliente. A organização das “partes” desse trabalho e a descrição do modo como devem ser feitas precisam estar descritas no formato de documento, passo a passo. Essa documentação faz com que qualquer pessoa do mesmo nível técnico siga a descrição recomendada e desenvolva a etapa no mesmo padrão que os demais projetos do escritório.

Para Padilha (2013), “um escritório de arquitetura é como uma usina de processamento de informações. A informação é principal matéria-prima para o profissional de arquitetura, uma vez que ela deverá ser absorvida, preparada, processada e transformada em outras informações, gerando o projeto como produto final.” Portanto, quanto mais bem-organizado for o estoque e o acesso de informações de um escritório, mais bem-qualificado estará. Para auxiliar nesse processo de



gerenciamento de informações, conta-se com programas de gestão de qualidade, que visam ordenar e controlar a organização, viabilizando melhorias no sistema, de modo a garantir aos clientes qualidade nos produtos ou serviços prestados.

2 GESTÃO DE QUALIDADE E A ISO 9001

Uma das normas de referência que visa à busca pela eficiência nos processos e excelência na gestão é a ISO 9001. A norma considera um conjunto de elementos para estabelecer política, objetivos e formas de atingi-los, o modo de direção e o controle de uma organização. Estar em conformidade com a norma significa que a empresa estabeleceu uma abordagem sistêmica para a gestão de qualidade, demonstrando que o negócio é gerenciado adequadamente e de forma comprometida, garantindo a qualidade em todos os aspectos.

O desenvolvimento de um Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) envolve todos os níveis e funções da organização. É necessário que todos os procedimentos e processos sejam especificados e documentados; que os documentos e registros sejam controlados, que haja treinamento contínuo; realização de auditorias; medição de satisfação com os clientes; entre tantos outros requisitos, tudo isso para que se tenha uma visão geral e integrada de como todos os processos interagem. Os benefícios de um SGQ são notórios, porém o atendimento dos requisitos para a implantação é complexo. A gestão de qualidade está baseada nos esforços e tarefas diárias, buscando soluções para executar as atividades com alto nível de qualidade.

3 CONHECIMENTO TÉCNICO MULTISSETORIAL PARA PROFISSIONAIS DE ARQUITETURA

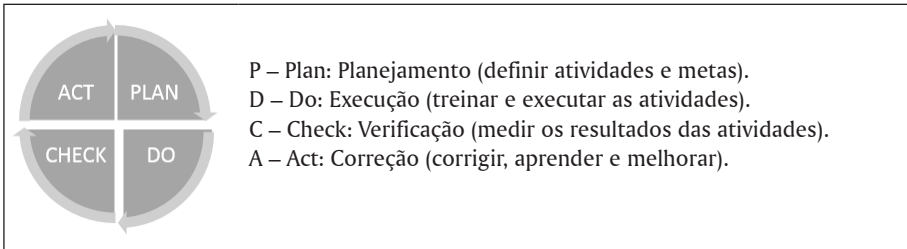
Os profissionais da área de Arquitetura vivenciam, mesmo sem ter consciência ou conhecimento técnico suficiente, atividades de administração e financeiras. É necessário administrar para obter resultados por meio das pessoas, buscando a concepção de uma solução. “Administrar consiste em planejar, organizar e controlar os recursos humanos, materiais, financeiros e informações, visando



atingir objetivos determinados, quantificados quando possível, tendo em vista as necessidades atuais e futuras do cliente.” (GASNIER, 2012, p. 13).

Para administrar é necessário entender duas atividades: o planejamento e o gerenciamento. Essas atividades são representadas no ciclo PDCA, muito enfatizado nos princípios de gestão de qualidade.

Diagrama 1 – Ciclo PDCA



Fonte: os autores.

Esse ciclo ilustra também quais as fases que normalmente um projeto deveria seguir: ao iniciar um novo projeto são efetuados os dois primeiros passos do ciclo (planejar e fazer), porém os dois passos seguintes geralmente não são executados (verificar e corrigir). Isso faz com que o projeto seja desenvolvido, mas o resultado final não é verificado junto ao cliente, impedindo que correções sejam feitas em projetos futuros. A verificação dos resultados não visa apenas à questão estética do projeto, mas também às questões subjetivas como o atendimento, o bom relacionamento e principalmente o nível de satisfação do cliente, item fundamental para a análise positiva por parte do cliente demonstrando a qualidade do profissional contratado.

A fase de planejamento envolve o estabelecimento de objetivos e parâmetros para o desenvolvimento do projeto, a definição de escopo incluindo as especialidades, o planejamento de custos, o planejamento de etapas, prazos e cronogramas.

A atividade de planejamento é um esforço sistemático e formal que visa estabelecer direção para aumentar a probabilidade da ocorrência dos resultados desejados. Esforço porque implica razoável trabalho, sistemático porque exige metodologia.



Formal porque pressupõe que registramos o que deverá ser realizado, de forma que haja uma referência para verificação posterior. O termo probabilidade pretende ressaltar que o empreendimento não tem sucesso com por cento garantido. De fato, o risco do fracasso é inerente, porque incertezas existem. (GASNIER, 2012, p. 6).

É fundamental para que todos os processos de uma empresa sejam eficazes o estabelecimento de uma estrutura organizacional que sirva de base para os procedimentos administrativos e técnicos. A função dessa estrutura é auxiliar no alcance dos objetivos por meio da identificação das tarefas, da organização das funções, responsabilidades, informações, recursos, medição de desempenho e condições de motivação.

4 GERAÇÃO DE QUALIDADE NOS PROJETOS E PRODUTOS ATRAVÉS DA GESTÃO

O quesito qualidade está amplamente disseminado no mercado, independentemente do setor o qual se refere, e se revela mediante diferentes maneiras: práticas de gestão nas organizações, em forma de lei, garantias, assistências, e principalmente, exigência dos clientes. A gestão de qualidade é provida de várias ferramentas e metodologias para ser aplicada ao longo do seu ciclo. Podem ser considerados itens que fazem parte do gerenciamento de projetos: conhecimento (competências específicas); habilidades (adquiridas por experiência profissional); técnicas (métodos utilizados para atingir os objetivos) e ferramentas (para praticar com qualidade e produtividade). “O gerenciamento de projetos é a aplicação do conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto, de forma a atingir e exceder as expectativas dos interessados pelo projeto.” (GASNIER, 2012, p. 13).

O profissional deve buscar alcançar e ultrapassar as necessidades e expectativas, explícitas ou implícitas, dos clientes. Ultrapassar não significa fazer mais atividades das contratadas, mas realizá-las da melhor maneira possível e com a pontualidade e rigor nos custos e especificações.



O desenvolvimento do projeto arquitetônico é uma tarefa complexa, pois envolve atividades de concepção, representação e testes (ZEISEL, 1984). A concepção está no sentido de ir além das informações disponíveis, traduzindo o que foi criado de modo que fique corretamente representado para a compreensão do cliente. Essa representação geralmente é feita por meio de desenhos, maquetes ou croquis.

Para alcançar a qualidade pretendida, é necessário estabelecer procedimentos e controles internos sob os serviços e produtos que o escritório oferta. A questão é que os escritórios carecem de controle de qualidade, tendo em vista que precisa ser aplicado de forma restrita e sistemática, com o escopo de serviço bem definido. “Os projetistas raramente estabelecem mecanismos formais de garantia de qualidade, e dentro das pressões das entregas e orçamentos, tendem a minimizar ou ignorar os procedimentos.” (BIRNBERG, 1998 apud FILIPPI et al., 2003). A melhoria da qualidade dos projetos pode ser dificultada por fatores como:

A ausência de mecanismos para a captura das necessidades dos clientes, o excesso de retrabalho resultante de alterações de projeto, a falta de coordenação entre projetistas [...], a carência de procedimentos de controle de qualidade e a ausência de representante da produção durante o processo de projeto. (BAÍA, 1998 apud FILIPI et al., 2003).

Pode-se citar como alguns dos benefícios dos sistemas de gestão de qualidade diminuição de custos, redução de riscos e de incompatibilidades, ganho de tempo na produção e elaboração dos projetos, diminuição de dúvidas referentes aos procedimentos ou decisões a serem tomadas, aumento na eficiência, aumento dos lucros e melhor inserção e reconhecimento no mercado.

A norma ISO 9001 define algumas ações necessárias para que ocorra uma padronização na elaboração dos projetos, como, por exemplo:

- a) desenvolvimento de procedimentos para elaboração, controle e verificação de projetos;
- b) estabelecimento de um plano de qualidade do projeto, descrevendo as atividades do projeto e definindo os responsáveis pela implantação;



- c) criação de ferramentas técnicas e organizacionais, documentando as informações que comprovem a existência dessas ferramentas;
- d) obtenção e listagem de parâmetros numéricos e requisitos em que o projeto se baseia;
- e) registros verificando a quantidade de informações e qualidade na representação gráfica, o atendimento das necessidades do cliente e o cumprimento de prazos;
- f) verificação e validação do projeto, considerando que todas as necessidades e exigências do cliente foram atendidas;
- g) justificação de alterações nos projetos de forma registrada. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

As ideias que levaram à determinada solução formal do projeto são realizadas de forma empírica e muitas vezes não podem ser controladas por documentos e processos pois estão relacionadas com a capacidade artística, técnica e sensível do arquiteto. Isso faz com que a maioria dos escritórios deixem de implantar o sistema pelo fato de esse processo ser considerado como engessador da conceituação e do desenvolvimento do projeto.

5 DIFICULDADE DOS ESCRITÓRIOS EM ADERIREM A PROGRAMAS DE GESTÃO

Sistema de gestão é tudo o que a empresa faz para gerenciar os seus processos e atividades, o modo de fazer. Para isso, é necessário que esse conhecimento que geralmente está no “imaginário” seja documentado. Um sistema documentado contribui para assegurar que as pessoas na organização não estejam apenas “fazendo o seu trabalho”, mas que estejam fazendo o trabalho do jeito que a organização deseja que seja feito (SALGADO, 2006).

Um projeto é um conjunto de informações organizadas por meio de desenhos, cálculos, gráficos, diagramas, textos, imagens, entre outros, com a finalidade de visualizar e descrever de forma prévia todo o processo de transformação de recursos do cliente. Quando um profissional de arquitetura se refere a projeto, está



contemplando um conjunto de elementos e documentos em forma gráfica ou digital necessários para obter a comunicação visual das ideias concebidas por ele e serem transmitidas com clareza para o cliente. Para chegar na qualidade ideal é preciso que procedimentos e controles internos sejam estabelecidos, com base nos serviços que o escritório oferece. “Projeto é todo processo único, consistente com um conjunto coordenado e controlado de atividades com data de início e término, conduzidas para atingir um objetivo com requisitos especificados, incluindo restrições de tempo, custo e recursos.” (ISSO 10006, 1998 apud GASNIER, 2012, p. 12).

A execução do projeto é parte extremamente importante para a empresa, porém existem muitos problemas durante esse processo com origem na falta de qualidade das informações fornecidas no projeto. Isso se deve ao fato da falta de sistematização entre as diferentes equipes de projeto, da falta de padrões e procedimentos, da falta de compatibilização no final do projeto, da falha no fluxo de informações internas, etc. Todos esses problemas acontecem durante o processo de desenvolvimento do projeto. Em escritórios de arquitetura o processo de produção de projetos é considerado o sistema mais importante da empresa, porém, subsistemas como de recursos humanos, financeiro, marketing e informação também são fundamentais para a boa administração e sucesso do negócio. Oliveira (2005) ressalta que não é possível alcançar todos os benefícios no processo de projeto se o sistema de gestão for deixado em segundo plano.

Cada escritório possui processos técnicos peculiares e próprios em razão do perfil de clientes, do porte da empresa, do tipo de projeto e da especialidade que oferta. Porém, deve-se considerar uma estrutura organizacional e processos administrativos que devem seguir um modelo de gestão universal, valorizando a utilização de mecanismos simplificados e de fácil aplicação.

A implantação de um SGQ exige grande esforço para que tudo se adapte e esteja em conformidade com os requisitos exigidos. Parte desse esforço deve-se à dificuldade de especificar e documentar todos os processos do negócio, de forma que seja facilmente compreendida por todos. O sistema de gestão não garante a qualidade no projeto em si, apenas da gestão e a qualidade no processo de desenvolvimento. E, apesar do reconhecimento da importância da gestão de



qualidade, os escritórios de arquitetura foram os últimos e os que menos buscam esse caminho.

A principal vantagem destacada pelas empresas é a padronização de procedimentos e consequente aumento do domínio sobre o processo da empresa. Essa percepção se justifica na medida em que as práticas tradicionais de projeto são pautadas pelo conhecimento técnico dos profissionais, com pouca sistematização formal das atividades desenvolvidas na empresa. As empresas de projeto tradicional desenvolvem seus trabalhos de forma artesanal e extremamente dependente do conhecimento individual do projetista, sendo o padrão de projeto da empresa definido pelo padrão de seus profissionais. Assim, a padronização de procedimentos de projeto contribui para a criação de um padrão próprio à empresa, facilitando o controle de qualidade e permitindo estabelecer compromissos mais objetivos e factíveis com os clientes. (BAÍÁ; FABRICIO; MELHADO, 2000).

A minoria dos profissionais que visa ao crescimento do seu negócio busca por um sistema de gestão de qualidade adequado, mesmo sabendo dos benefícios que podem ser gerados após sua implantação. Um dos motivos pela baixa procura são os valores da certificação que pode se tornar inviável para escritórios de pequeno porte. Muitos profissionais têm uma impressão errada a respeito dos sistemas de gestão de qualidade, acreditando que possam gerar rotinas de trabalho muito burocráticas e tornar o processo de criação engessado ou bloqueado, resistindo à implantação.

Porém, depois de implantados, a padronização dos processos de projeto se torna fácil, levando à diminuição de custos, à redução de riscos de incompatibilidade, ao ganho de tempo no processo de produção, ao aumento da eficiência, à geração de lucros e à inclusão no mercado (CORNICK, 1991; MELHADO; HENRY, 2000 apud FILIPPI et al., 2003).

Em pesquisa, Melhado e Henry (2000 apud FILIPPI et al., 2003) destacam algumas das motivações que levaram empresas a implantarem o sistema ISO 9001:

- a) alternativa para resolver deficiências na organização interna;



- b) redução de retrabalhos, aumentando a produtividade/qualidade dos serviços e produtos;
- c) competitividade e diferenciação no mercado mediante os concorrentes.

A busca pela qualidade deve ser um fator além e independente da possibilidade financeira de implantação de um sistema de qualidade certificado. Os escritórios dessa área carecem de controle de qualidade, pois precisam ser aplicados de forma restrita e sistemática, com a formalização de todo o escopo de serviços oferecidos e dos modelos de apresentação dos trabalhos. Esse esforço, por vezes, acaba afastando pequenas e médias empresas de implantar o sistema de gestão. As principais dificuldades encontradas são falta de tempo livre; falta de incentivo; porte do escritório e dificuldade de integração entre os diferentes setores e funções. Porém, o medo de que a elaboração da documentação descaracterize o padrão de trabalho dos escritórios que trabalham diretamente com inovação e criatividade é o principal temor.

Segundo Magero e Capanema (2014), 94% dos critérios de compra são de cunho emocional e não racional. Dessa forma, o arquiteto precisa estar atento à linguagem que atinge o cliente diretamente, entendendo sua realidade e criando durante os atendimentos empatia, a fim de abordar os benefícios do projeto e de como o resultado final vai proporcionar qualidade de vida. “No negócio, o atendimento ao cliente é um dos aspectos mais importantes, sendo que o cliente é o principal objetivo do negócio, que todo negócio deve ser voltado para o cliente, sendo que só permanecerá se o cliente estiver disposto a continuar comprando o produto/serviço.” (CHIAVENATO, 2003, p. 209).

Os problemas mais comumente encontrados que impedem a melhoria da qualidade dos projetos se referem à falta de mecanismo para entender a real necessidade do cliente, às alterações de projeto que geram excesso de retrabalho, à falta de procedimentos de controle de qualidade e comunicação entre os envolvidos no projeto, etc. No setor de serviços, mensurar o grau de satisfação dos clientes se torna mais difícil, pois o que determina a qualidade é o valor que o cliente percebe



por meio de sua experiência como um ambiente confortável, atendimento com excelência, credibilidade no mercado, agilidade nos processos e etapas, etc.

Alguns setores têm grande dificuldade em conciliar o sistema de padronização dos processos com atividades que envolvem criatividade, alegando que o processo criativo pode ficar engessado. Talvez essa seja uma das principais razões da resistência por parte dos escritórios de aderirem a um sistema de gestão de qualidade. A qualidade de um projeto dependerá da quantidade e da qualidade de informações e capacidade de comunicação entre os profissionais envolvidos no processo de elaboração.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método adotado para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu mediante pesquisa bibliográfica com base em materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. Também foi realizada pesquisa de campo, em forma de questionário com perguntas fechadas. O questionário foi encaminhado através de e-mail a profissionais da área de Arquitetura que trabalham em escritórios compostos por mais de um profissional. A Cidade de Chapecó, SC foi a região geográfica na qual a pesquisa foi aplicada. O período de tempo para a coleta de dados ocorreu entre 1 de fevereiro de 2018 e 15 de março de 2018. No total seis escritórios profissionais colaboraram com a pesquisa.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

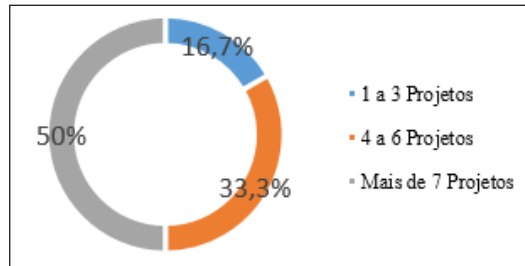
O objetivo com a pesquisa foi verificar como escritórios gerenciam seus processos internamente, e se a implantação de um Sistema de Gestão de Qualidade afetaria a forma de desenvolvimento dos projetos em escritórios de arquitetura.

Na caracterização dos escritórios estudados foi utilizado o número de funcionários para estabelecer o porte. Segundo dados publicados pelo Programa Setorial de Qualidade – PSQ (1997), no segmento de projetos de arquitetura as empresas são formadas por até 15 funcionários. Sendo classificadas como: microempresa se tiver de 1 a 3 pessoas empregadas; pequena empresa se tiver de 4



a 10 pessoas empregadas; média empresa se tiver de 10 a 15 pessoas empregadas; e grande empresa se tiver acima de 15 pessoas empregadas. Dos escritórios entrevistados, dois são considerados microempresa e quatro pequenas empresas.

Gráfico 1 – Projetos em andamento por mês



Fonte: os autores.

Quando questionados sobre a média de projetos em andamento por mês, 50% responderam que têm em média mais de sete projetos simultaneamente, enquanto 33,3% disseram ter de quatro a seis projetos, e apenas 16,7% têm menos que três projetos mensais.

Tabela 1 – Cargos que o escritório possui

Cargo	Número de escritórios
Arquiteto titular	6
Gerente de projeto	2
Estagiários	4
Desenhistas	2
Administrador	2

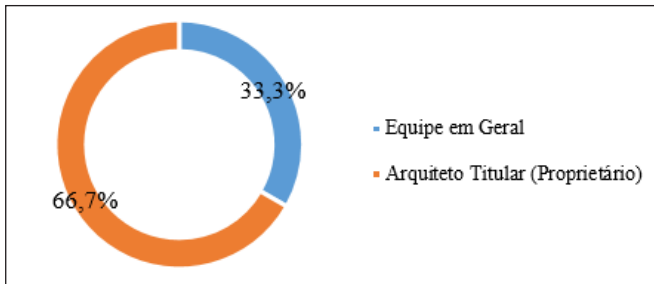
Fonte: os autores.

Nenhum escritório disse possuir um cargo específico pelo setor financeiro na empresa, o qual poderia desenvolver atividades de desenvolvimento e formulação de preços mediante o estabelecimento de lucros e despesas, por meio da estimativa de custos. O setor de recursos humanos também é falho e poderia trabalhar com o propósito de detectar oportunidades de mercado, gerar relações entre os



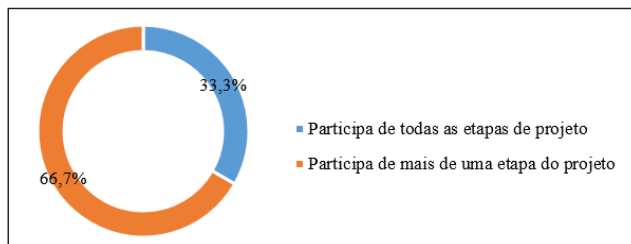
setores, estabelecer critérios e competências necessárias para o recrutamento de colaboradores e elaborar o planejamento para treinamento de equipes.

Gráfico 2 – Responsável pela tomada de decisões nos projetos



Fonte: os autores.

Gráfico 3 – Papel do arquiteto titular no desenvolvimento no processo de projeto



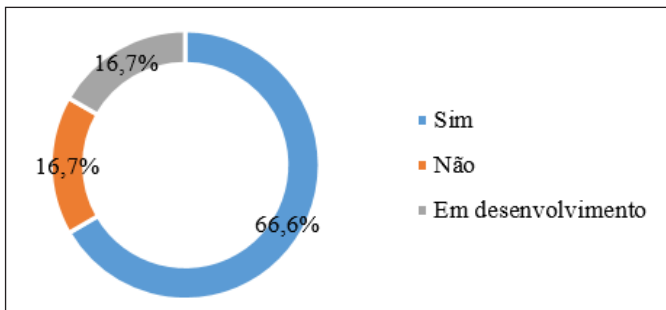
Fonte: os autores.

Outro item questionado foi sobre a definição dos papéis e funções dos envolvidos no processo de projeto. Conforme o Gráfico 2, constatou-se que em todos os escritórios o arquiteto titular é o proprietário do negócio. A maioria dos arquitetos titulares estão envolvidos em mais de uma etapa dos projetos, e em nenhum dos escritórios as tarefas são divididas de acordo com a função do colaborador. Isso está diretamente ligado ao porte dos escritórios em que a definição de cargos e atribuição de atividades específicas a colaboradores específicos apenas consegue ser feita quando se atinge determinada estrutura.

Quanto à tomada de decisões, também fica a cargo do arquiteto responsável em 66,7% dos casos, enquanto em apenas 33,3% é definida para a equipe

em geral, de acordo com o que mostra o Gráfico 3. A tomada de decisões não cabe a quem está desenvolvendo a etapa determinada do projeto, e sim ao arquiteto titular ou à equipe em geral. Isso demonstra a dependência em qualquer um dos setores e o aguardo de uma certificação por parte do arquiteto titular, conforme afirmam Baía, Fabricio e Melhado (2000), quando citam que no Brasil as empresas típicas de projeto desenvolvem seus trabalhos de forma artesanal e extremamente dependente do conhecimento individual do projetista, sendo o padrão da empresa definido pelo padrão de seus proprietários.

Gráfico 4 – Escritórios que utilizam procedimentos internos visando à qualidade do processo

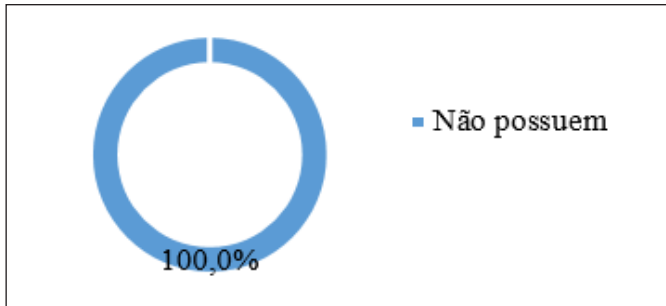


Fonte: os autores.

Referente ao Gráfico 4, podemos verificar que em relação ao desenvolvimento de procedimentos internos, estando relacionado a um conjunto de ações com o objetivo de garantir a qualidade em cada etapa durante o processo projetual, 66,6% dos pesquisados informaram ter alguma sistemática de procedimentos implantada. A soma entre os que não utilizam processos e os que estão em fase de desenvolvimento chega a 33,4%, um número elevado considerando que a padronização dos procedimentos pode gerar o domínio sobre a gestão do escritório, facilitando o controle de qualidade e permitindo estabelecer metas mais objetivas e eficientes.

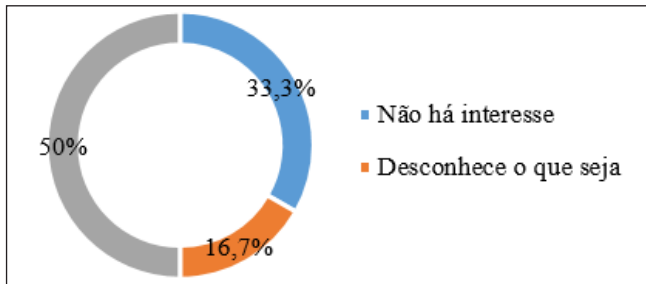


Gráfico 5 – Escritórios que possuem ou não certificação de qualidade



Fonte: os autores.

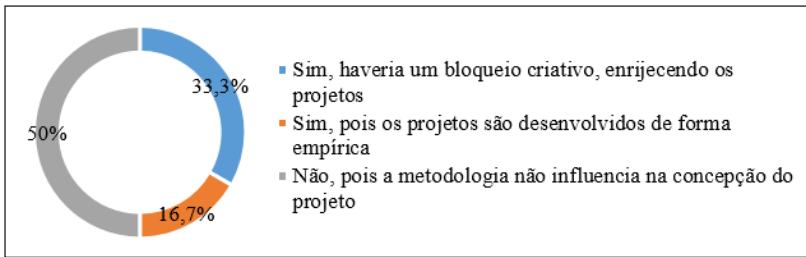
Gráfico 6 – Motivo pelo qual o escritório não aderiu a um sistema de gestão de qualidade



Fonte: os autores.

Sobre as certificações de qualidade, por unanimidade, nenhum escritório afirmou possuir um sistema de gestão. Porém, nos Gráficos 5 e 6 visualizamos que 50% deles demonstram interesse em se adequar e implantar futuramente, mas no momento não possuem recursos financeiros suficientes. Essa alta porcentagem demonstra a consciência que os escritórios vêm adquirindo sobre a importância que um sistema de gestão de qualidade pode trazer quanto aos benefícios ofertados. Os demais entrevistados demonstraram não ter interesse, e 16,7% desconhecem o que seja um sistema de gestão de qualidade.

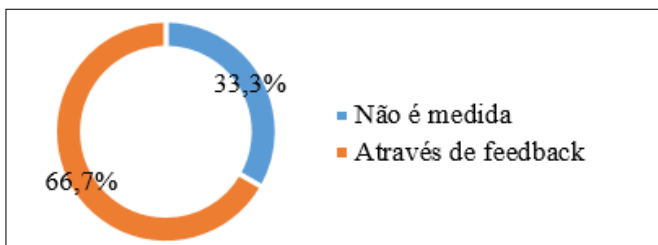
Gráfico 7 – A elaboração de uma metodologia altera a forma de projetar?



Fonte: os autores.

Quando questionados, conforme o Gráfico 7, sobre a elaboração de uma metodologia para o desenvolvimento de projetos, ou seja, uma sistematização dos procedimentos internos por meio de documentos elaborados demonstrando a sequência lógica a seguir e visando garantir a qualidade de cada etapa do projeto, 50% dos escritórios concordaram que a metodologia não influencia na forma de concepção do projeto. Os outros 50% afirmaram não ter nenhuma metodologia, pois acreditam que de alguma forma poderia ser prejudicial e afetaria a parte criativa na elaboração dos projetos. Para Baía e Melhado (1998), a padronização dos procedimentos gera o aumento de domínio sobre o processo da empresa, facilitando o controle de qualidade, permitindo estabelecer metas mais objetivas e factíveis com relação aos projetos.

Gráfico 8 – Forma como é medida a satisfação dos clientes após a finalização dos serviços



Fonte: os autores.

Os escritórios em geral não possuem implantado um sistema de pesquisa de satisfação de qualidade após a finalização dos serviços, segundo o Gráfico 8.



Meios eficientes para avaliação aos clientes seriam formulários e também visitas técnicas pós-obra para coletar informações e analisá-las para, posteriormente, proporcionar melhorias nos processos internos de projeto. Esse fator demonstra o quanto a empresa se importa com a opinião do cliente e tem interesse em incorporá-la nos serviços oferecidos, tornando-se também uma forte ferramenta de marketing. Outra forma de medir o nível de satisfação é mediante a indicação dos serviços a outros possíveis clientes e o retorno destes para uma posterior contratação de novos serviços.

8 CONCLUSÃO

Na pesquisa desenvolvida demonstra-se a realidade profissional que se repete em todo o País. A maioria dos escritórios são de pequeno ou médio portes e os proprietários (arquiteto titular) estão envolvidos na maior parte das etapas para o desenvolvimento dos projetos, ficando responsáveis pelas tomadas de decisões.

O processo de execução de projeto é fundamental para a obtenção do resultado desejado pelo cliente. A atividade projetual é uma busca constante por soluções em comum entre as partes envolvidas. O projeto precisa ser visto não apenas como uma entrega de documentos, e sim como uma solução para os problemas percebidos pelo cliente.

É visto que existe, por parte dos profissionais, percepção e reconhecimento dos benefícios que um sistema de gestão de qualidade pode gerar e os benefícios perante os negócios. Certificações como a ISO 9001 podem ter um custo elevado para escritórios de arquitetura, independentemente do porte, mas ainda assim deve ser considerado o alcance da qualidade por meio de sistematizações e padronização internamente estabelecidas, independentemente da possibilidade de implantação de um sistema certificado.

As documentações de procedimentos são uma ótima ferramenta de gerenciamento do processo de produção, sem que necessariamente seja implantado um sistema de gestão de qualidade certificado. Um sistema de gerenciamento interno pode ser composto, por exemplo, por: identificação e estabelecimento do fluxo das atividades durante o desenvolvimento do projeto; definição do momento



de tomadas de decisões no processo; elaboração de check lists para verificação dos itens, entre outros.

O estabelecimento de uma estrutura organizacional em que cada etapa de projeto fosse desenvolvida por um profissional diferente no escritório permitiria a redução de custos de produção do projeto, proporcionando maior produtividade. Para que isso ocorra todos os processos devem possuir controle de registro de dados do projeto, evitando a perda de informações na passagem do projeto de um profissional para outro. O arquiteto titular deve coordenar os profissionais que desenvolverão cada etapa, permitindo uma visão completa do processo do projeto. Se os procedimentos forem documentados, a ordem de etapas ou tomada de decisões não fica restrita apenas ao arquiteto titular, gerando um padrão (não estético e nem visual, mas de qualidade de informação e desenvolvimento) nos projetos e conseqüentemente na qualidade.

Ao contrário do que se acredita pela maior parte dos escritórios, um sistema de gestão de qualidade não possui influência sobre os seus processos criativos. O sistema influencia apenas o processo de produção do projeto, obtendo-se melhorias no sistema de informação, no treinamento e contratação de funcionários e maior controle sobre a produção da empresa. Tudo isso em razão de um planejamento estratégico que deve ser desenvolvido, sem que as decisões sejam baseadas apenas de forma empírica.

Com o mercado em que se encontra atualmente e com o aumento da cobrança por qualidade e conseqüente satisfação por parte dos clientes, é nítido que os escritórios precisam sair da estabilidade da inércia e buscar inovações. Ao contrário disso, poderão sofrer com a estagnação de crescimento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sistemas de gestão de qualidade**: requisitos: NBR ISO 9001. Rio de Janeiro, 2015.

BAÍA, Josaphat L.; FABRICIO, Márcio M.; MELHADO, Silvío B. **Formalização e Implementação de procedimentos de projeto e a gestão de qualidade nos Escritórios**. São Paulo: NUTAU, 2000.



BAÍA, Josaphat L.; MELHADO, Silvio B. **Implantação de um Sistema de Gestão da Qualidade em Empresas de Arquitetura**. São Paulo: [s. n.], 1998.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil**. 2014. Disponível em: http://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

CORNICK, T. **Quality Management for Building Design**. Guildford: ButterworthHeinemann, 1991.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: USP, 2003.

FILIPPI, Giancarlo *et al.* **Implementação da Gestão de Qualidade em Empresas de Projeto**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

GASNIER, Daniel Georges. **Guia Prático para Gerenciamento de Projetos**. São Paulo: Imam, 2012.

MAGERO, Dani; CAPANEMA, Bruno. **Arquitetos de sucesso**. 2014. Disponível em: <http://arquitetosdesucesso.com.br>. Acesso em: 5 mar. 2018.

OLIVEIRA, Otávio José de. **Modelo para gestão para pequenas empresas de projeto de edifícios**. 2005. 265 p. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PADILHA, Ênio. **Administração de Escritórios de Arquitetura e Engenharia**. Balneário Camboriú: 893 Editora, 2013.

PROGRAMA SETORIAL DA QUALIDADE. **Setor de projetos**. São Paulo: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), 1997.

SALGADO, M. S. **Apostila para a disciplina – Gestão do Processo de Projeto na construção do Edifício**. Rio de Janeiro: PROARQ: FAU: UFRJ, 2006.

ZEISEL, J. **Inquiry by design: tools for environment-behavior research**. New York, USA: Harvard University: Cambridge University Press, 1984.



USUÁRIO COMO ELEMENTO PRINCIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES

Luciana Sobis Alves¹
Marcia Regina Sartori Damo²

RESUMO

O presente artigo aborda a temática da importância de se projetar espaços internos que levem em consideração seus usuários, visto que em algumas situações os espaços internos são projetados de forma superficial, e nessa situação o indivíduo fica em segundo plano. A metodologia empregada para o desenvolvimento do artigo foi a partir pesquisa bibliográfica dos conceitos relevantes acerca dessa temática para que se tenha uma compreensão maior dos fatores que influenciam na concepção projetual. Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo principal analisar esses elementos e verificar sua importância nesse contexto. Ao longo da leitura constata-se que a arquitetura de interiores é interdisciplinar, abrangendo outras áreas afins que contribuem significativamente para o desenvolvimento de ambientes únicos que atendam às necessidades dos usuários que o utilizarão.

Palavras-chave: Arquitetura de Interiores. Usuário. Projeto.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de arquitetura de interiores é fundamental para transformar espaços internos em ambientes aconchegantes, organizados e que atendam às necessidades para as quais ele foi proposto. Nesse contexto, a sua abrangência compreende as esferas residencial, comercial e corporativa, englobando fatores

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina; Especialista em Gestão e Projetos: Arquitetura e Design de Interiores pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Fronteira Sul.

² Doutora em Engenharia Civil na Área de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina; Professora e coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Catarina



como conforto ambiental, nos setores térmico, acústico, lumínico, ergonomia, funcionalidade e estética, por exemplo.

Porém, muitas vezes, os projetos para espaços internos não possuem a devida importância, por dois fatores. O primeiro é a realidade em que as pessoas compram os móveis que acham necessários para seus espaços e os colocam nos ambientes sem que seja realizado um planejamento dos elementos importantes que precisam estar ali inseridos para que o ambiente seja adequado. Já o segundo é o fato de que em alguns casos os arquitetos não desenvolvem projetos pensados para os usuários, resultando em ambientes frios e insuficientes para a finalidade que foi proposto.

Complementando essa linha de raciocínio, é primordial que os espaços sejam pensados nos seus usuários, para que dessa forma aconteça uma maior interação entre as pessoas e os ambientes que frequentam, seja na casa, no trabalho ou em momentos de lazer, por exemplo.

Compreender as pessoas que utilizarão os espaços é fundamental para que sejam desenvolvidos projetos com personalidade e únicos por meio de soluções que respondam às necessidades dos ambientes, pois os espaços projetados influenciam diretamente na rotina dos usuários, havendo a necessidade de que sejam eficientes para a função que foram projetados.

Num panorama geral, em alguns momentos os ambientes passam a ser espaços apenas estéticos, que não atendem à demanda necessária, sem a funcionalidade esperada e nessa situação o usuário fica em segundo plano. Nesse contexto, os ambientes deixam a desejar em relação a atender as necessidades dos seus usuários, se tornando ineficientes e inadequados para a função que precisam cumprir. Por essa razão, o presente artigo pretende abordar a questão da importância de se projetar levando em consideração os usuários dos espaços, relacionando-os com aspectos da psicologia ambiental e em como o ambiente influencia no modo que as pessoas percebem o espaço.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar quais são os elementos fundamentais para o desenvolvimento de um projeto de arquitetura de interiores voltado para os usuários, pois é necessário levar em consideração alguns fatores para que o projeto de interiores seja criado de forma a atender a demanda dos usuários.



Nesse sentido, são definidos os objetivos específicos:

- a) Identificar os principais conceitos que devem ser levados em consideração para o desenvolvimento projetual;
- b) Verificar como cada um desses conceitos influenciam na maneira que os usuários vivenciam os espaços que estão inseridos;
- c) Analisar a importância de desenvolver projetos levando em consideração os elementos estudados.

Diante essa situação, faz-se necessário realizar uma reflexão acerca do tema do projeto de ambientes internos que tenham como prioridade o usuário, para que dessa forma seja mostrada a importância de desenvolver projetos de interiores sob essa perspectiva. Dessa forma, o presente artigo tem como base a fundamentação teórica para trazer os temas relevantes desse contexto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES

O projeto de arquitetura de interiores precisa ser composto por diferentes elementos que podem contribuir para o melhor aproveitamento desses espaços, sendo que “[...] as características técnicas do projeto de interiores, aliadas à construção conceitual do mesmo, garantem a complexidade de toda a carga de conhecimento que permeia a atividade projetual, indo além das práticas decorativas.” (CURY; DELGADO; PIMENTA, 2006, p. 2).

Ao longo dos anos o setor de interiores foi ganhando espaço no mercado e consequentemente gerando mais visibilidade, como as feiras de móveis e decoração, revestimentos, lojas de móveis, mostras de ambientes, programas de televisão e mídias sociais retratando o tema. Dessa maneira, esse segmento da arquitetura ganhou mais espaço, mostrando a sua real importância.

Portanto, é essencial que os projetos sejam criados para os usuários, considerando os elementos que possuem relevância para o processo projetual, visto



que “[...] observa-se o crescente interesse das pessoas investirem na adequação do espaço habitado, visando atender o conforto e as necessidades de bem-estar, considerando os aspectos sensoriais fisiológicos (visual, acústico, térmico), psicológicos, culturais etc.” (GUBERT, 2011, p. 14).

Junto a isso, a indústria se atualizou e está dispondo de um leque variado de opções para revestimentos, móveis, decorações, materiais, equipamentos, com diferentes formas, texturas, dimensões, materiais, cores. Possibilitando assim, maior liberdade projetual para criar espaços cada vez mais únicos e com a personalidade de quem irá utilizá-los.

2.2 PSICOLOGIA AMBIENTAL

A Psicologia Ambiental é a parte da psicologia caracterizada por ser a intersecção entre duas áreas: psicologia e arquitetura. Levando em consideração essa contextualização, com a interação de conhecimentos de ambos setores no momento da concepção projetual, é possível que sejam criados ambientes que tenham como fator principal as pessoas e que também sejam funcionais, atendendo às demandas para as quais foram projetados.

A Psicologia Ambiental é uma esfera identificada pela multidisciplinaridade, a qual faz a conexão entre os conhecimentos de psicologia e arquitetura, tornando a troca dessas duas áreas enriquecedora por meio da integração de vivências, ideias e formas de trabalho, tornando mais abrangente os futuros estudos (ELALI, 1997).

Nesse contexto, ao longo do tempo, alguns fatores influenciaram para que a Psicologia Ambiental tivesse uma ampliação que vai além do ambiente social, incluindo também o ambiente físico, considerando a sua relação com as pessoas. Por conta disso, para compreender essas relações são estudados a forma de definir o ambiente em aspectos perceptivos e físicos, a chamada Psicologia da Percepção, e também um ponto de vista mais amplo desse contexto, a Psicologia Social (PINHEIRO, 1997).

Conforme Elali (1997), o vínculo entre psicologia e arquitetura acontece pela relação pessoa-ambiente. Na área da psicologia expandiu-se essa relação abrangendo a influência entre ambiente e comportamento. Já na arquitetura,



os fatores construtivos, estéticos e funcionais dos ambientes consideram a percepção e integração do usuário nessas intervenções, desenvolvendo projetos mais direcionados às pessoas que utilizam os espaços. Seguindo essa linha de pensamento, para Villarouco e Andreto (2008, p. 5) “a Psicologia Ambiental revela a importância dos fatores físicos e simbólicos dos espaços de trabalho e a relação desses com os indivíduos.”

A partir desse contexto, percebe-se a necessidade de se pensar o espaço construído relacionado com os seus usuários, pois levando em consideração as pessoas que ocuparão tal espaço, o projeto é desenvolvido tendo como foco principal a qualidade de vida da sociedade. Por conta disso, segundo Elali (1997), os espaços começam a ser vistos além de seus aspectos físicos, tornando-se algo maior que isso, um espaço de vivências que pode ser alterado pelos seus usuários de acordo com sua compreensão do espaço. Dessa maneira, é importante realizar a possibilidade de transformação dos espaços através da análise do uso, juntamente com as percepções do usuário desse espaço.

2.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A percepção é caracterizada pela relação entre o usuário e o ambiente que está inserido, que acontece por meio dos órgãos dos sentidos. A percepção de cada pessoa é individual, determinada pelas suas vivências, experiências, cultura, posturas, em que cada pessoa possui uma percepção diferente para o mesmo elemento (PALMA, 2005).

Diante desse contexto, os estímulos, como sabores, aromas, luzes, sons, dores, temperaturas, são recebidos pelos órgãos do sentido e os transmitem para o cérebro por meio dos nervos sensoriais. Dessa forma, todos os estímulos são interpretados pelo cérebro (PALMA, 2005).

Cada percepção é muito particular uma da outra, pois a interpretação que os estímulos sensoriais estimulam variam de acordo com a maneira que a realidade é compreendida por cada pessoa (OLIVEIRA; CORONA, 2008). Nesse sentido, cada ambiente é percebido de uma maneira diferente, visto que “[...] existem várias formas de se apreender o ambiente, e isso cada indivíduo o faz de forma particular e depois



ocorre um consenso coletivo sobre a qualidade desse ambiente relacionado com o meio natural e o espaço construído.” (TURENE, 2006 apud OLIVEIRA; CORONA, 2008, p. 12).

2.4 ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

De acordo com a etimologia da palavra ergonomia, possui origem grega, a qual *ergo* significa trabalho e *nomos* significa regras. A ergonomia do ambiente construído estuda como o ambiente físico influencia nas atividades desenvolvidas pelo homem e quais as conexões dessas duas esferas, considerando as relações entre o usuário com o espaço, os objetos, os móveis e atividades num mesmo contexto.

Além disso, dentro das pesquisas que estudam a relação entre o homem e o ambiente, também é analisado esse contexto nos aspectos psicológicos, sociais, organizacionais e culturais (VASCONCELOS, 2011).

Segundo Moraes (2004 apud OLIVEIRA; MONT'ALVÃO, 2015, p. 2), além da ergonomia compreender a relação do homem com o ambiente que utiliza, ela também estuda como é a relação do homem com os objetos que fazem parte desse espaço.

Dessa forma, percebe-se que ergonomia e arquitetura possuem uma relação direta para o desenvolvimento projetual dos espaços em que é fundamental ter-se o entendimento de que “[...] os elementos que compõem o ambiente que devem ser considerados pela Ergonomia do Ambiente Construído, são aqueles referentes ao conforto ambiental (lumínico, térmico e acústico), à percepção ambiental (aspectos cognitivos), adequação de materiais (revestimentos e acabamentos), cores e texturas, acessibilidade, medidas antropométricas (layout, dimensionamento), e sustentabilidade.” (VILLAROUÇO; MONT'ALVÃO, 2011, p. 31 apud OLIVEIRA, 2015, p. 2).

O entendimento da função do ambiente construído no cotidiano das pessoas é fundamental para compreender os elementos dos ambientes que possuem maior relevância para as pessoas, a fim de verificar as relações entre as atividades do homem e os ambientes no espaço (CRUZ, 2006).

Diante desse contexto, é fundamental que se faça um estudo interdisciplinar, abrangendo a relação entre as diversas áreas correlatas, como:



A arquitetura foca o ambiente físico e seu relacionamento com a vida humana, adaptando o mesmo ao modo de vida dos usuários. A psicologia ambiental busca a importância dos valores simbólicos do espaço físico e a ergonomia coloca o humano como elemento norteador, estudando a forma como o espaço é utilizado, de maneira a adequá-lo às tarefas e atividades que nele serão desenvolvidas. (VASCONCELOS, 2011).

Por fim, de uma forma geral, a ergonomia leva em consideração os objetos que fazem parte dos ambientes com suas respectivas relevâncias e funcionalidades. Junto a isso, também são estudadas as formas que acontecem a apropriação dos espaços, desenvolvendo assim uma composição espacial que atenda às necessidades do ambiente, priorizando conforto ambiental, produtividade e segurança (VILLAROUÇO; ANDRETO, 2008).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com a finalidade de cumprir o objetivo geral desta pesquisa, no qual é proposto analisar os elementos essenciais para elaborar um projeto de arquitetura de interiores voltado para os usuários, o método utilizado para a realização deste artigo é o embasamento teórico obtido pela pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da análise de materiais publicados em artigos, livros, monografias e dissertações. Com o intuito de estudar o material produzido que aborda o tema da pesquisa, foi executada a identificação e análise dos dados escritos nos materiais mais expressivos.

Durante o desenvolvimento desse artigo, foram conceituadas as expressões que mais possuem relevância com o tema proposto, a fim de obter-se um embasamento teórico, o que possibilita a análise dos elementos que influenciam no desenvolvimento de um projeto de interiores que tenha como foco principal os usuários. Dessa maneira, estudaram-se os principais conceitos referentes ao tema: projeto de arquitetura de interiores, psicologia ambiental, percepção ambiental e ergonomia do ambiente construído.



4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 USUÁRIO COMO ELEMENTO PRINCIPAL DO PROJETO DE INTERIORES

Assim, a partir do embasamento teórico realizado acerca da reflexão sobre a importância do processo de concepção do projeto de interiores considerar os usuários como elemento principal, percebe-se que esse segmento da arquitetura é um meio interdisciplinar, que abrange diversas áreas que influenciam na concepção projetual.

A multidisciplinaridade acontece por meio da relação da arquitetura com áreas como a psicologia ambiental, por exemplo, que estuda a relação do homem com o meio em que está inserido, mostrando que o ambiente influencia diretamente no cotidiano dos seus usuários. Nesse sentido, se o ambiente for projetado de forma adequada para as necessidades humanas, a influência será positiva, caso contrário, será negativa. Portanto, ela mostra também a importância de considerar as ideias e vivências dos usuários para contribuir no desenvolvimento do projeto do ambiente que ele mesmo irá utilizar, pois são esses detalhes enriquecem o projeto. Dessa maneira, os ambientes projetados propiciam aos seus usuários qualidade de vida, conforto, atendendo às necessidades para as quais ele foi desenvolvido.

Complementando a importância de trabalhar-se os conceitos da psicologia ambiental no projeto de arquitetura de interiores, a percepção ambiental das pessoas também é essencial para que sejam criados ambientes aconchegantes e únicos. A percepção ambiental é a área que trabalha com a parte sensorial dos indivíduos, pois os ambientes são percebidos de formas diferentes por cada pessoa, devido aos órgãos dos sentidos. Assim sendo, os projetos podem ser trabalhados de forma a instigar as sensações dos seus usuários através de cores, texturas, formas, proporcionando assim ambientes confortáveis e ideais para as pessoas que o utilizarão.

Fazendo uma conexão com esses dois temas, a ergonomia do ambiente construído também contribui extremamente para a criação de espaços internos que atendam às necessidades dos seus usuários. Complementando a psicologia e percepção ambiental, a ergonomia do ambiente construído tem como princípio analisar a relação entre o indivíduo e o espaço que ele está inserido. Os conceitos da



ergonomia contribuem significativamente para a arquitetura e o desenvolvimento de projetos de interiores, pois elementos como acessibilidade, percepção ambiental, cores, texturas, conforto ambiental, materiais, sustentabilidade e medidas antropométricas são fundamentais para que os ambientes sejam funcionais e proporcionem o aconchego necessário.

Diante desse panorama geral, percebe-se como a arquitetura de interiores é uma área que se complementa com áreas afins, como ergonomia do ambiente construído, psicologia e percepção ambiental, em que todas estudam a relação entre o indivíduo e o meio em que ele se insere, tendo o usuário como o foco principal. Assim sendo, os projetos para espaços internos que tiverem como princípio os elementos destacados aqui nessa pesquisa, serão melhores aproveitados pelas pessoas que os utilizam, tornando-se o diferencial se comparados aos demais ambientes que não foram desenvolvidos a partir desses princípios.

4.2 PROCESSO CRIATIVO DO PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES

Após analisar tais conceitos, constata-se que é de extrema importância que o desenvolvimento do projeto tenha como embasamento o usuário, compreendendo sua rotina, vivências, necessidades, pois essas informações serão norteadoras para que as demais etapas do processo projetual sejam solucionadas. Assim, o conceito é essencial para o processo de criação dos espaços internos, além de orientar as melhores decisões projetuais, fazendo uma conexão entre todas as etapas desse processo.

Ao trabalhar com a integração de elementos como mobiliários, dimensões do espaço, decoração, materiais, iluminação para que sua composição atenda às necessidades desse determinado ambiente, é possível transformá-lo de forma a transmitir sensações de ser um espaço estimulante, luminoso, dinâmico, aconchegante e espaçoso, por exemplo.

Tudo isso é formado através do conjunto de elementos com princípios de ordem, como proporção, unidade, equilíbrio, variedade, ênfase e componentes do design, que são a textura, forma, cor, iluminação. Dessa maneira, a percepção do



espaço é alterada, transmitindo mais sensações aos usuários e correspondendo às expectativas por ele criadas para usufruir desse ambiente.

4.3 DIRETRIZES PARA O PROJETO DE ARQUITETURA DE INTERIORES VOLTADO AO USUÁRIO

Desse modo, após realizar a pesquisa bibliográfica referente aos elementos indispensáveis para uma melhor elaboração de um projeto de interiores, são definidas algumas diretrizes que possam ser seguidas de forma a orientar o desenvolvimento desses projetos, tendo como foco principal o usuário e suas necessidades.

Assim sendo, elencam-se as diretrizes:

- a) Realizar uma entrevista com o usuário do espaço a ser criado a fim de obter-se o maior número de informações importantes que sirvam como base projetual. Se caso for espaço coletivo, analisar o perfil do público-alvo do espaço;
- b) Criar um documento com as informações mais relevantes e utilizá-las como base para desenvolver o projeto e as etapas seguintes;
- c) Otimizar espaços através do planejamento da melhor forma que ele será utilizado, por meio do desenvolvimento de layout e soluções adequadas para transformar cada ambiente através da funcionalidade, sensações e conforto tendo como princípio a personalidade dos seus usuários;
- d) Integrar elementos já existentes no ambiente com novas tipologias que serão inseridas no espaço, resgatando as vivências que o indivíduo considere essenciais para a composição projetual resultando em um ambiente com personalidade, harmônico e aconchegante.

Se o projeto for composto de acordo com essas diretrizes, o resultado final será um projeto de espaços internos únicos e adequados para a função para a qual foram criados.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado na bibliografia analisada, a qual é composta por conceitos de diferentes áreas que se integram entre si, é possível constatar que a arquitetura de interiores é um ramo da arquitetura bastante amplo e complexo, que abrange diversos fatores essenciais para que ela se torne única.

Percebe-se que todos os elementos que compõem os espaços internos influenciam diretamente nas atividades dos seus usuários e que ambientes bem planejados propiciam melhores sensações para os indivíduos que os utilizam, trazendo maior qualidade de vida para essas pessoas.

REFERÊNCIAS

CRUZ, Helga Rossana Rêgo da Silva. **Avaliação pós-ocupação e apreciação ergonômica do ambiente construído**: um estudo de caso. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CURY, Mariana Dominato Abrahão; DELGADO, Denyse Pereira Neves; PIMENTA, Aline de Barros. Conceitos e Atmosfera na Arquitetura de Interiores: Subsídios para debate sobre atuação do profissional. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 30, n. 1, p. 130-144, jan./jul. 2016.

ELALI, Gleice Azambuja. Psicologia e Arquitetura: em busca do locus interdisciplinar. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 1, n. 1, p. 349-362, fev. 1997.

GUBERT, Marjorie Lemos. **Design de Interiores**: a padronagem como elemento compositivo no ambiente contemporâneo. Porto Alegre: [s. n.], 2011.

OLIVEIRA, Gilberto Rangel de; MONT'ALVÃO, Claudia Renata. Metodologias utilizadas nos estudos de Ergonomia do Ambiente Construído e uma proposta de modelagem para projetos de Design de Interiores. **Estudos em Design**: Revista (online), Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 150-165, 2015.



OLIVEIRA, Kleber Andolfato de; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Anap Brasil: Revista Científica**, v. 1, n. 1, p. 53-72, jul. 2008.

PALMA, Ivone Rodrigues. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental**. 2005. 83 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PINHEIRO, José Q. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, Natal, p. 377-398, fev. 1997.

VASCONCELOS, Christianne Soares Falcão e; VILLAROUCO, Vilma; SOARES, Marcelo Márcio. Avaliação ergonômica do ambiente construído: Estudo de caso em uma biblioteca universitária. **Ação Ergonômica: Revista Brasileira de Ergonomia**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 5-25, 2011.

VILLAROUCO, V.; ANDRETO, L. F. M. Avaliando desempenho de espaços de trabalho sob o enfoque da ergonomia do ambiente construído. **Produção**, v. 18, n. 3, p. 523-539, 2008.



SILO DAS ARTES: UMA PROPOSTA DE RECONVERSÃO PARA COMPLEXO AGROINDUSTRIAL EM CHAPECÓ

Maurício Goldschmidt Labes¹
Márcia Regina Sartori Damo²

RESUMO

A identificação patrimonial de objetos arquitetônicos é constantemente mascarada e dificultada pelo exacerbado crescimento construtivo das cidades onde a especulação imobiliária acaba se sobrepondo a interesses de preservação. Este trabalho é resultado da pesquisa referente à problemática relativa ao esquecimento de importantes referenciais no meio urbano ligado à gestão do espaço público, mais especificamente, neste caso, parte do patrimônio agroindustrial da cidade de Chapecó, tendo como objeto focal para a proposta de projeto e de estudo, o antigo complexo de fabricação de óleo de soja “Rações Barriga Verde”, localizado no centro do município, com alguns de seus espaços originais abandonados, modificados esteticamente ou utilizados para outros fins. Os resultados apresentados em forma de uma proposta projetual urbana e arquitetônica buscam reforçar a importância da ação, seja ela preservacionista ou intervencionista, frente a espaços históricos existentes em estado de abandono ou de subutilização, fortalecendo assim a demanda atual por configurações arquitetônicas mais abrangentes e de programática cultural diversificada para livre apropriação de uma população que carece muito de espaços públicos de qualidade, como é o caso dos chapecoenses.

Palavras-chave: Memória. Reversão. Chapecó. Patrimônio.

1 INTRODUÇÃO

A grande problemática envolta na proposta deste estudo tem por tônica a utilização da subversão como conceito estruturador. Isso se dá pela identificação, na construção urbana da cidade de Chapecó, de uma espinha dorsal embasada no desenvolvimentismo, restrita em organicidade e fluidez, gerando um tipo de

¹ Pós-graduando em Gestão e Projetos: Arquitetura e Design de Interiores na Universidade do Oeste de Santa Catarina de Chapecó; maulabes@gmail.com

² Doutora e Mestre em Engenharia Civil; Professora no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Oeste de Santa Catarina; Arquiteta e Urbanista; marcia.damo@unoesc.edu.br



alienação do transeunte que poderia ser alterada pela utilização de elementos arquitetônicos e urbanos que venham a gerar uma quebra no padrão estabelecido.

As grandes avenidas e quadras da cidade estão dispostas em uma malha xadrez com o conseqüente cruzamento ortogonal das vias, gerando grandes perspectivas e avenidas lineares que com o passar do tempo acabaram, com o crescimento da Construção Civil, engessando o campo de visão daqueles que transitam pelo meio urbano.

Atrelando a uma cultura ligada à produção e ao crescimento econômico embasado na agroindústria, enraíza-se o hábito expansionista que tem por consequência um sério decalque relativo à preservação de bens materiais, identificação do patrimônio urbano e sua salvaguarda.

O procedimento metodológico parte do embasamento teórico acerca de estudos sobre memória; patrimônio; patrimônio industrial e possíveis formas de intervenção, até a análise da conformação da cidade de Chapecó e a problemática relativa à alienação urbana, bem como sua escassez em projetos culturais. Assim, elabora-se no recorte urbano do objeto a ser reconvertido, identificado no complexo agroindustrial originalmente denominado “Rações Barriga Verde”, um projeto urbano e arquitetônico de reconversão que venha a celebrar e reativar, a partir de outro ponto de vista, as memórias esquecidas.

A partir do resultado da pesquisa em comparação com a realidade urbana vista na cidade nos dias de hoje, se torna evidente a necessidade de programas urbanos e arquitetônicos ligados à dinamização dos espaços estruturadores de Chapecó. Locais públicos aliados à diversificação de programas de uso com viés cultural, que respeitem as preexistências, e mais, façam uso das mesmas, evitando assim a propagação da cultura de demolição e construção, formam um escopo transformador na qualidade do meio urbano.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO

Segundo Signa (apud GOFF, 1997) a memória é um “admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas.” Para preservar uma memória não necessariamente se deve conservar integralmente uma originalidade, os mecanismos de reativação memoriais são ligados a semelhanças, a novas significações que tem como ponto de partida o passado.

A musealização do objeto arquitetônico não garante a totalidade de sua preservação, acabando muitas vezes por gerar uma cultura que se submete e consagra-se à “função anestésica” como cita Fenelon (1992), gerando um tipo de estagnação temporal, quando na verdade são as formas tidas como dinâmicas de se lidar com estes bens que possibilitam suas ressignificações no presente.

O embate sobre preservação e memória no campo da arquitetura trava um complexo diálogo sobre contestações que envolvem o que conservar e o que retirar, ou como unir estes dois seguimentos. Enquanto isso vivemos em meio que deteriora a real validação da importância do objeto arquitetônico, como afirma Magaldi (1992): “É sabido que, ao longo da história, a luta pela construção de uma memória social passou pela tentativa de julgar o passado, visto sempre como inferior ao presente – e estas tentativas se concretizaram fisicamente nos procedimentos de destruir e edificar.”

A construção da memória social tem forte relação com o espaço e seus elementos construtivos ligados à vivência experimentada pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. Desta forma a apreensão da memória nos conduz à construção do sentido urbano, fazendo emergir significados e valores dos lugares, atribuídos pelos indivíduos que neles estão. O papel da arquitetura na formação da identidade de um local é fundamental. As construções objetificam a importância espacial e causam impactos paisagísticos nas cidades que marcam a memória dos que ali se assentam. É a partir desta premissa que se pode iniciar uma discussão acerca da validação do patrimônio urbano e sua relativa autenticidade, onde a memória se torna um objeto chave de preservação.



A ideia da memória como elemento portador de tal qualidade já era teorizada no século XV por Leon Battista Alberti no tratado *De re aedificatoria* (1452, [1989]), em um discurso baseado em experiências práticas voltadas à restauração de Roma por Nicolau V (Papa Humanista), onde o arquiteto desenvolve uma série de estudos sobre as ruínas da cidade imperial, levantando questões primordiais que repercutiriam nas reflexões de diversos teóricos séculos mais tarde. Ganham destaque dois aspectos que interessam para a análise; a valorização dos remanescentes materiais do passado como instrumentos de conhecimento e a compreensão da cidade como organismo único e autônomo, portadora de uma historicidade que vagarosamente começou a ser identificada e estimada.

2.2 O PATRIMÔNIO, SUA ABRANGÊNCIA E A INDÚSTRIA

Como presente em Icomos (2007), “a proteção e a valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo devem ser ativamente promovidas como aspectos essenciais do desenvolvimento humano.” Apesar de fazer parte de tal desenvolvimento, o conceito sobre patrimônio conta uma história evolutiva bastante abrangente no que toca à arquitetura e às cidades modernas (entendidas como aquelas que surgem no século XX, com é o caso de Chapecó) pois estas possuem uma história um tanto quanto recente que acaba por invalidar o fator tempo como determinante para a afirmação patrimonial. Para Paoli (1992) “a noção de patrimônio histórico deveria evocar estas dimensões múltiplas da cultura como imagens de um passado vivo”, ou seja, o fator tempo acaba por ceder espaço ao “passado vivo”, memórias que pulsam nas veias da relação da cidade com sua população.

A identificação do patrimônio, então, se relaciona muito mais ao meio em que este se insere, a cultura local, aos hábitos das pessoas que o vivenciam, dentre uma série de outros fatores mais subjetivos, abrindo o leque e as possibilidades a respeito do tema. Esta abertura, como indica Galvão (2009), integra a noção de relatividade, de que tudo depende da relação entre si e o exterior e onde nada possui valor intrínseco e objetivo. Desta forma novos tipos de edificações podem acabar por ser identificadas como patrimônios urbanos.



É o caso, por exemplo, da indústria, que com o advento da revolução industrial aliada ao movimento moderno na arquitetura, passou a ser vista como portadora de *design*. Inicia-se uma produção teórica a respeito deste tipo de edificação na primeira metade do século XX, onde é perceptível a conotação relativa ao atributo de qualidade de concepção presente nestas construções, como dito pelo arquiteto Le Corbusier em 1937 ao descrever a arquitetura da fábrica Van Nelle (1925-1931), em Roterdã, parafraseado por Frampton (1997):

A estrada que leva à fábrica é plana e uniforme, ladeada por um passeio de pavimento castanho; é tão limpa e luminosa quanto um salão de baile. As fachadas do edifício, de vidro brilhante e metal cinzento, erguem-se [...] contra o céu. [...] A tranquilidade do lugar é total. Tudo se abre para o exterior. E isto tem uma importância enorme para todos os que trabalham num edifício de oito andares. [...] A fábrica de tabaco Van Nelle de Rotterdam, uma criação da era moderna, eliminou por completo todas as conotações anteriormente associadas à palavra 'proletário'.

Já estava sendo teorizado sobre a importância destas edificações para as pessoas na época. Sua estética, o impacto visual de suas volumetrias nas cidades, e como afirma Silva (2009), o estudo das evidências passadas que esclarecem os processos da formação industrial, sua lógica de implantação, a sistemática da circulação de pessoas nos conjuntos fabris, reafirmam a importância sociocultural que estes bens possuem.

A evolução do reconhecimento da relevância da indústria para as cidades até sua validação como patrimônio urbano acontece quando os métodos tradicionais de trabalho foram sendo substituídos no decurso da segunda metade do século XX pelo desenvolvimento de tecnologias avançadas que logo lançaram à categoria de obsoletos os prédios, máquinas, formas e processos de produção industrial remanescentes, como elucida Ferreira (2009), “Observa-se que esses testemunhos de tecnologias e formas produtivas já superadas foram sendo inscritos no que se define como herança, logo necessário se faz sua salvaguarda, conservação e definição de formas de permanência daquilo que se transformou em patrimônio industrial.”



Inegavelmente a herança industrial na cidade moderna molda um estilo de vida, como afirma Ticcih (2003), que “reveste um valor social como parte do registro da vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um importante sentimento identitário”. Assim sendo, a preservação, o manejo e a intervenção nestes exemplares podem e devem realçar suas memórias.

2.3 A INTERVENÇÃO NO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Existem diferentes formas de se intervir e se lidar com uma preexistência urbana, para Dos Santos (2013), “dos caminhos seguidos para a salvaguarda e permanência da memória destacam-se três posições: a musealização, a reutilização e a reconversão.”

Ainda de acordo com Dos Santos (2013); a primeira (musealização), é a resposta mais passiva à problemática do abandono. Isto significa a perspectiva da cristalização de algo, o não agir, transformando símbolos da era industrial em relicários, ganhando assim, um caráter simbólico que em nada é revitalizante.

A reutilização segue a lógica da ação de apagar e reescrever sobre. Ação esta que arquitetonicamente foi feita ao longo da história; edifícios profanos reutilizados e transformados em igrejas, fábricas transformadas em armazéns (como a primeira fábrica Ford no Reino Unido), dentre outros exemplos que mostram uma forma econômica de responder a certa necessidade acabando com um problema e atraindo ainda o investimento privado.

Já a reconversão é marcada pela alteração e adequação funcional e formal de um edifício, tendo em vista o conjunto de ações que visam introduzir os novos níveis de desempenho, necessidades e exigências pretendidos.

Como observou Françoise Choay (2011), a reconversão é “a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio.” É indiscutível que mudanças serão feitas nas bases do patrimônio industrial quando se opta pela reconversão, porém elas devem ser encaradas e justificadas no projeto como formas de salvaguarda memorial e espacial condizentes com as novas demandas das cidades.

O Ticcih (2003) posiciona-se também frente as reconversões, considerando que com os devidos controles legais apropriados, essas devem sim



ser encorajadas e ainda que as novas materialidades devem levar em consideração esquemas originais de circulação, pois esses mantêm vivas as relações e diálogos entre o espaço reconvertido e a cidade.

Percebe-se, no caso da arquitetura industrial, o crescente desenvolvimento de mecanismos para garantir sua existência e significância. Não tendo formulação ou projeção social semelhantes a outras tipologias arquitetônicas, é natural que o modo interventivo seja, também, diferente. Deve-se atentar ainda para a escala da intervenção que pode descaracterizar o conjunto, como trazido por Dos Santos (2013), causando um fenômeno de “disneyficação” muito visto hoje em dia em projetos deste tipo, consistindo basicamente na desmoralização da autenticidade do objeto em questão.

Cabe então ao profissional argumentar e estudar a fundo o local onde se planeja um ato intervencionista do tipo de reconversão para que sejam mantidas as relações memoriais dos tempos de funcionamento fabril dos complexos industriais.

2.4 CHAPECÓ E A PROBLEMÁTICA URBANA

O surgimento do município em questão data de 1917 quando ocupava uma área de 14.053 km² e abrangia o que é hoje a região Oeste Catarinense na sua totalidade. Sua sede mudou várias vezes de localização entre 1917 e 1931, até que por motivos políticos e econômicos passou para a localidade de Passo dos Índios, na atual Chapecó (BELLANI, 1990). Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010 Chapecó possuía 183.561 habitantes, desses 91,6% vivendo na cidade. A área do município hoje em dia é de 625,4 Km².

Foi no ano de 1931, com sede devidamente instalada que a cidade recebeu seu primeiro projeto de planejamento urbano (realizado pela Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia.). O projeto desenha o traçado da cidade em malha xadrez, com cruzamentos ortogonais e avenidas largas, passando para o imigrante a visão de uma cidade planejada para o futuro, porém não levando em consideração as alterações de relevo, nem os recursos naturais, como cita Zeni (2007).

Essa formação urbana segue o pensamento desenvolvimentista nacional da época (Getúlio Vargas e a revolução de 30), evidenciando características do



crescente movimento Moderno (quadro nacional), que por sua vez partilhava desta premissa de cunho nacionalista. Assim, dentro deste conceito, a proposta urbana emergente molda a figura da cidade de modo a seguir vanguardas progressistas de planejamento, voltadas a uma nova configuração urbana, pressupondo no decorrer das seguintes décadas (principalmente a partir de 1950), a transformação dos lotes, antes rurais (subsistência), a parcelas de caráter mais definido (comerciais, residenciais, industriais).

É a partir da década de 1950, conforme Reche (2008), que a cidade veio a assumir um papel de polo regional devido principalmente a instalação de grandes complexos da agroindústria. Deve-se, principalmente a ela, o encaminhamento das bases do crescimento urbano acelerado de Chapecó.

Com estas mudanças na cidade, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pelo crescimento populacional exacerbado, como ocorreu contemporaneamente com o processo de urbanização brasileiro. Nesse período houve uma inversão quanto ao local de moradia dos habitantes; da área rural para a urbana. Reche (2008) afirma que o número de pessoas empregadas no setor alimentício aumentou entre 1970 e 1980 mais de quatro vezes. Nestas décadas, de uma população de 50.117 habitantes, em 1970, o município passou para 83.864 habitantes em 1980.

Este crescimento populacional contemporâneo ao grande êxodo rural não ocorre de forma assistida, e como discorre Fujita (2013):

As consequências do abrupto adensamento do espaço da cidade começaram a surgir, uma vez que o município não possuía condições para viabilizar e prover a cidade na mesma rapidez com que o seu núcleo urbano se consolidava, além do fato que, nesta época, não era preocupação corrente dos poderes públicos o enfrentamento da exclusão social.

Assim, a cidade passa a enfrentar sérios problemas sociais e ambientais. Ademais a já citada alienação das pessoas que vivem o meio urbano no dia a dia e registram mudanças abrasivas na paisagem e nos referenciais citadinos não contribui para um processo mais humanizado referente ao crescimento urbano, que respeite sua história e conserve suas memórias.



2.5 A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Questões relativas à preservação memorial e à dinâmica urbana passam pelo escopo da gestão do espaço público. Dentro da análise, como frisa Fujita (2013) para se pensar no papel social da cidade são necessários entendimentos sobre as características que marcam a configuração da rede urbana e regional, áreas de influência, cultura e estrutura social.

Boa parte dessa gestão incide na necessidade da identificação, por órgãos públicos, dos bens que sejam relevantes na memória da cidade, conforme Almeida (2014, p. 27) “a ampliação do estoque patrimonial torna-se estratégica para que o patrimônio possa ser reconhecido pela população e possa influir ou se inserir no processo socioeconômico do nosso país”.

A partir dessa tomada analítica e patrimonial as políticas preservacionistas abrem leques que passam a questionar e indagar a conformação atual das cidades. Este tipo reflexo abrange os engessamentos de fluxo, a especulação imobiliária, importantes questões ambientais, a salvaguarda de bens históricos, dentre outros. Conforme Almeida (2014, p. 29) anterior a estas reflexões se faz necessária a implementação de uma “Política de Gestão da Informação e Documentação”, assim buscando o aperfeiçoamento da infraestrutura informacional, fomentando diálogos que permitam a troca de conhecimento e informação sobre patrimônio em conjunto com a população.

O mapeamento estratégico e a significância da disseminação destas informações apresentam, para o ramo da gestão do espaço público, um norte bem definido e bastante primordial para uma maior qualidade na urbe.

No caso da cidade de Chapecó, esta compreensão passa fortemente pela construção dos espaços agroindustriais. Como discorre Reche (2008), temos na década de 70 um fenômeno de expansão territorial no sentido oeste da cidade (Bairro Efapi) que influi muito na dinâmica urbana atual e que aconteceu devido à expansão do setor agroindustrial. Assim, novas logísticas de fluxos que contemporaneamente refletem graves problemas pela falta da gestão dos espaços públicos se tornam realidades presentes e possuem enorme potencial para que estruturas memoriais da



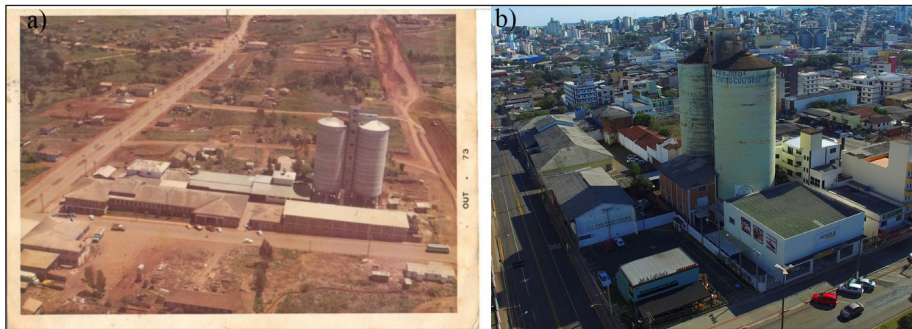
agroindústria nesta região, assim como na região de ação projetual da proposta a ser apresentada a seguir, sejam relevantes para ressignificar zonas importantes da cidade.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Como o resultado a ser apresentado se trata de um projeto urbano e arquitetônico, os processos de pesquisa se baseiam na coleta de dados sobre o local de ação (tanto na escala da cidade como do objeto em si) e na reflexão sobre os estudos teóricos apresentados anteriormente para que haja embasamento suficiente para sustentação da proposta.

Primeiramente, levando em consideração a problemática levantada frente ao meio urbano atual da cidade de Chapecó e a consequente dificuldade de se preservar memórias e espaços físicos de cunho patrimonial aliada à importância da agroindústria para o crescimento da cidade, o objeto de reconversão escolhido, é um exemplar ímpar em potencial para oferecer a comunidade local uma opção mais humanizada e de resgate histórico.

Fotografia 1 – Justaposição entre a) o complexo de produção de óleo de soja “Rações Barriga Verde” em sua conclusão (1973) e b) a situação atual do conjunto (2017)



Fonte: os autores.

Situado no setor norte do centro da cidade, conformado paralelamente pelas avenidas Getúlio Vargas e Fernando Machado, o complexo agroindustrial em questão foi finalizado no ano de 1973, como registrado na Fotografia 1a), época em que as construções desta tipologia surgiam cada vez mais no meio urbano. Perante a análise



e pesquisa a respeito de sua conformação inicial, destaca-se um elemento bastante interessante e representativo no espaço do complexo; a existência de uma rua interna à quadra que a cruza integralmente no sentido Avenida Getúlio Vargas – Fernando Machado, usada para a entrada e saída dos caminhões que transportavam os grãos.

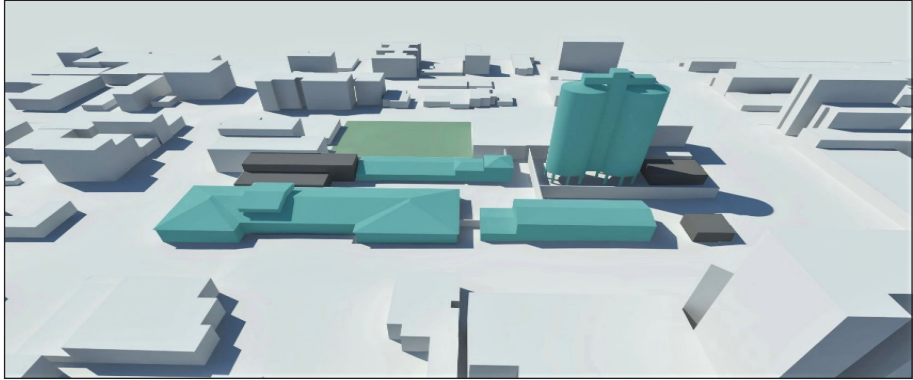
Atesta-se sua importância pelo caráter subversivo à conformação urbana da cidade. Em meio a massificação das edificações que acabam por borderar às quadras na cidade de Chapecó, forçando um trânsito perimetral por através dessas, a antiga rua interna do complexo (hoje interditada em suas pontas extremas pela presença de edificações comerciais), mostra-se como um elemento de grande força memorial para o conjunto, assim como para possibilitar novas formas de trânsito para a cidade.

Originalmente a implantação das edificações do corpo agroindustrial se colocavam no alinhamento desta antiga rua interna. Formado por três galpões de alvenaria com fechamento em tijolo à vista (dois no alinhamento com a Avenida São Pedro e um na parte interna da quadra) e dois silos de aproximadamente quarenta e cinco metros de altura, este conjunto é muito marcante na paisagem urbana.

Hoje as estruturas remanescentes são as torres do silo, os galpões próximos a avenida São Pedro que passaram por mudanças estruturais (cobertura, reboco e no caso de um deles, a demolição de metade de seu corpo próximo à Avenida Getúlio Vargas para dar espaço a uma edificação comercial) e parte do galpão mais interno à quadra em situação de desuso e com grande parte de sua estrutura deteriorada, ilustrados na Fotografia 1b). A rua interna, como mencionado, foi fechada com o posterior plano de divisão de lotes que bordeou toda a quadra, restando apenas parte de sua pavimentação original no centro desta espacialidade.



Desenho 1 – Na imagem da quadra, em azul estão as preexistências do complexo agroindustrial, em cinza as edificações que fecharam o acesso interno à quadra e em verde o vazio urbano



Fonte: os autores.

Desta forma buscou-se identificar, usando como premissa os estudos teóricos, qual seria a melhor forma de se intervir neste espaço. Para isso a pesquisa alia as noções sobre memória, patrimônio e intervenção no patrimônio somadas às carências urbanas da cidade de Chapecó.

Foram analisadas então, quais atividades ligadas à livre apropriação do espaço na cidade estão acontecendo e possuem demanda, quais espaços ligados à cultura não apresentam conformações adequadas, quais usos comerciais seriam interessantes para a pluralidade do espaço e quais os hábitos da população ligados ao lazer poderiam enriquecer o uso do local exposto no Desenho 1, não só em horários comerciais.

Assim sendo, elencam-se pontos estruturais que se abarcados pelo projeto trariam diversidade ao programa de reconversão do complexo agroindustrial e supririam algumas demandas da cidade, tais como:

- a) A necessidade de ampliação do espaço da biblioteca municipal;
- b) Insuficiência espacial da sede da escola de artes para programas culturais;
- c) Poucos espaços com boa infraestrutura para realização de feiras urbanas;



- d) A falta de espaços de trabalho mais dinâmicos e democráticos (como *coworkings*);
- e) Ausência de locais com programáticas mais lúdica e subjetivas ligadas à arte;
- f) Engessamento da circulação urbana na escala do transeunte;
- g) Poucos locais de qualidade, públicos e ao ar livre para a reunião de pessoas.

Os estudos relativos à história do local também são importantes de se salientar como parte da metodologia da pesquisa. Primeiramente, sua desativação data da década de 1990 e se deve a uma soma de fatores relativos à: insalubridade urbana de se manter a atividade agroindustrial ali realizada em pleno centro da cidade; troca frequente de donos (seguidos insucessos empresariais na administração) e também ao interesse imobiliário em dividir os lotes da quadra para aportar mais edificações comerciais e residenciais.

No final da década de 1990 um grupo de pessoas ligadas à fomentação de cultura na cidade cria a Fundação do Teatro do Silo (Funtesi), instituição apolítica e sem fins lucrativos que visava unir forças para transformar parte do espaço do complexo em um centro cultural para Chapecó. Infelizmente depois de alguns anos, no início da década de 2000 quando tudo estava acordado entre Funtesi, prefeitura municipal e o proprietário na época, o então prefeito vigente barrou a licença final do projeto por motivos de força maior impedindo sua realização, culminando no congelamento daquele espaço até os dias de hoje. Atualmente no topo da torre de um dos silos vemos a inscrição “Projeto centro cultural”, uma marca física e forte que traduz o já existente intuito de transformar este local em prol da cidade e da população chapecoense.

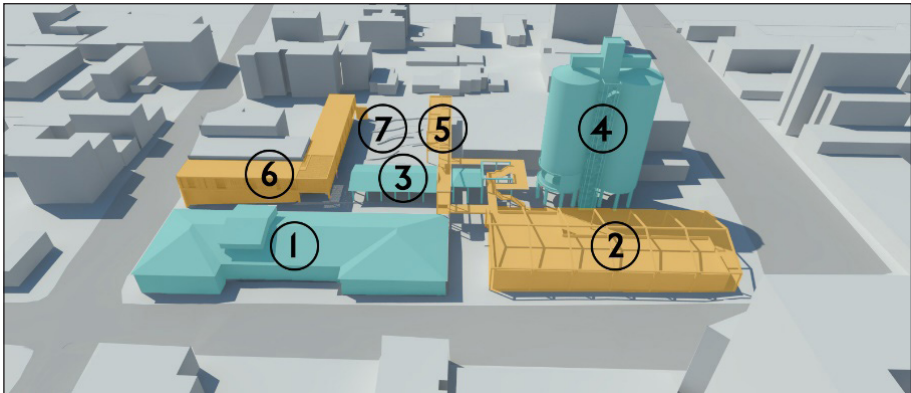
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O resultado da pesquisa se traduz em forma da proposta de um projeto de reconversão para o original complexo agroindustrial “Rações Barriga Verde” e suas imediações dentro do recorte da quadra de implantação.

Como elemento principal de costura para o projeto, sendo um forte símbolo de subversão à estagnação do trânsito de pessoas pelas bordas das quadras na cidade, propõem-se a reabertura da rua interna à quadra e original na concepção do conjunto estudado para o fluxo de pedestres apenas (como um grande calçadão urbano no interior da gleba). Essa reabertura fortalece o histórico do fluxo de produção do espaço primigênio, que como afirma Ticcih (2003), é essencial para um projeto de intervenção no patrimônio industrial.

Especialmente é proposto:

Desenho 2 – Em azul as estruturas originais a serem mantidas e em laranja as novas estruturas propostas



Fonte: os autores.

Nota: 1- Galpão mantido sem alterações na volumetria. 2- Nova tipologia de galpão mantendo a volumetria do original. 3- Galpão interno à quadra com estruturas mantidas e vedações retiradas. 4- Torres dos silos preservadas. 5- Passarelas metálicas de conexão área. 6-Nova edificação conformadora da rua interna e da praça proposta. 7- Praça pública.

Programaticamente é proposto para cada espaço numerado no Desenho 2:

- a) 1: Mantida a estrutura original deste galpão com pequenas alterações referentes às aberturas para ventilação, o amplo espaço sem pilares internos serviria para salas de *coworking*, um teatro e salas destinadas à ampliação do programa da Escola de artes de Chapecó;



- b) 2: A nova concepção estética de um galpão industrial de mesma volumetria do original aportaria uma nova sede para ampliação do programa da biblioteca municipal;
- c) 3: Com suas vedações em alvenaria retiradas, o galpão interno à quadra seria uma espécie de cobertura para o acontecimento de feiras urbanas(hortifrúctis, artísticas, etc);
- d) 4: Em uma das torres do silo é proposto um rasgo na alvenaria de vedação para integração de uma espécie de concha acústica interna com as passarelas aéreas externas, rampas helicoidais de ascensão ao topo com um esquema dinâmico para exposições “flutuantes” presas por roldanas ao teto. Na outra torre seriam implantados três rasgos verticais na alvenaria de vedação com três espelhos internos contrários aos rasgos para gerar reflexões diversas da luz solar como em uma instalação que busca instigar a memória a respeito desta grande espacialidade;
- e) 5: As passarelas metálicas conectam espaços do programa de reconversão descoladas do nível do solo, em diferentes patamares e alturas dinamizando o fluxo e o campo de visão do transeunte;
- f) 6: Esta nova edificação que volumetricamente conforma e se volta aos espaços da rua interna e da praça (7) serviria para abarcar a parte administrativa necessária para manutenção do complexo no segundo pavimento, lojas de comércio e gastronomia voltadas a rua interna e marquise urbana para livre apropriação voltada para a praça no térreo;
- g) 7: Praça pública em patamares (para vencer desnível do terreno);

Desenho 3 – Implantação da proposta, vista superior



Fonte: os autores.

Com a abertura da quadra para o trânsito de pedestres, como visto no Desenho 4, têm-se um redescobrimto do extrato interno da quadra. A pluralidade dos programas propostos garante um grande fluxo de pessoas no espaço, gerando mais segurança, trocas interpessoais e possibilidades de uso.

A relação volumétrica entre as edificações propostas mantém o mesmo diálogo que as originais possuíam, ou seja, não existe nenhum tipo de sobressalência material proposta que interfira na relação física do complexo como concebido. Isso porque anterior a valorar e validar esteticamente o grau de importância destas materialidades para julgar uma mais ou menos importante que a outra, é essencial o entendimento de que elas funcionam em um conjunto volumétrico que deve ser preservado.

Se por um lado, preserva-se a relação analisada acima, por outro, os usos e os fluxos presentes na proposta subvertem o que vemos na cidade. É a partir deste tipo de ação projetual que se podem acionar sentidos e emoções que façam



com que as pessoas prestem atenção na narrativa ali exposta. As texturas do novo e do antigo contrapostas instigam uma percepção mais atenta do meio em que se insere. Usar uma das torres dos silos somente para abarcar uma simples instalação de espelhos esféricos que refletem a luz incidida por rasgos verticais na alvenaria de vedação pode parecer um desperdício de espaço, quando na verdade é uma maneira de clamar pela atenção à materialidade construída e como a escala de nosso corpo se relaciona com a escala do objeto arquitetônico.

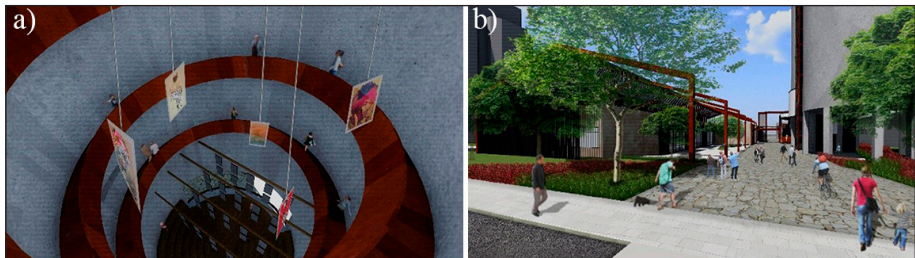
Esta é a principal importância de um projeto de reconversão arquitetônico e urbano em um conjunto industrial em desuso; respeitar sua materialidade até o ponto onde a mesma possa ser vivenciada nos parâmetros contemporâneos de cidades que sofrem diariamente com a falta de espaços de livre apropriação, cultura e encontro.

Desenho 4 – a) Vista a partir da rua Paulo Marquês voltada à praça pública; b) vista a partir de um patamar das passarelas metálicas voltada ao centro da quadra



Fonte: os autores.

Desenho 5 – a) Vista a partir da rampa helicoidal no interior de uma das torres do silo; b) vista do acesso à rua interna original do complexo a partir da Avenida Getúlio Vargas



Fonte: os autores.



5 CONCLUSÃO

Contemporaneamente, faz-se necessária a atuação sobre o patrimônio construído, seja pela sua integral preservação, restauração ou intervenção. Essa prática deve ser embasada pela extensa análise urbana, do entorno e do objeto patrimonial em si, para que dessa forma possam ser tomadas as melhores decisões que precisam retroalimentar a memória e a cidade.

A metodologia da pesquisa mostra a mescla das escalas de estudo para embasamento de seu resultado final. Buscou-se sublinhar a importância da validação do complexo agroindustrial em questão como parte integrante do patrimônio construído da cidade de Chapecó, assim como suas extensas possibilidades de se readaptar à vida urbana atual, suprimindo demandas relevantes para a população.

A relevância da pesquisa e de seu resultado reside no diálogo contemporâneo entre patrimônio construído e cidade, esboçando uma proposta que questiona parâmetros do planejamento urbano de Chapecó ao subverter logísticas de fluxo do extrato cidadão. A subversão é utilizada como método projetual para ressignificar e reativar memórias, reforçando a necessidade do posicionamento profissional do arquiteto e urbanista quanto agente transformador e qualificador do espaço.

Outro quesito abordado pela pesquisa e seu resultado diz respeito ao questionamento da cultura de construção e demolição herdadas do modernismo. Existem espaços ímpares já construídos na cidade, em situação de desuso ou subutilização que podem abarcar novos programas e conservar memórias, evitando a reprodução prototipada de novas edificações. Esse tipo de ação é uma alternativa que pode salvar recursos, causar menos danos ao meio ambiente e principalmente reescrever histórias, diálogos e memórias.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Leon Battista. **De re aedificatoria**. Tradução: Giovanni Orlandi. Milão: Il Polifilo, [1989].



ALMEIDA, Frederico Faria Neves. Desafios e perspectivas da gestão do patrimônio cultural no Brasil. *Architecton – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 4, n. 7, 2014.

BELLANI, Eli Maria. **Santos Marinho e Passos Maia: a política no Velho Chapecó (1917-1931)**. Chapecó: Litoprint Editora, 1990.

CHOAY, Françoise. **L'Allégorie du patrimoine**. Tradução: Universidade Estadual Paulista. São Paulo: Unesp, 2011.

DOS SANTOS, José Miguel Pereira. **Arquitetura industrial, da obsolescência à reconversão**. 2013. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Universidade do Porto, Porto, 2013.

FENELON, Déa Ribeiro. **Políticas Culturais e Patrimônio Histórico in O direito à memória – Patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do patrimônio Histórico de São Paulo. São Paulo: [s. n.], 1992.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Museologia e Patrimônio*, v. 2, n. 22, jan./jun. 2009.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FUJITA, Camila. Chapecó: Estrutura e dinâmica de uma cidade média no oeste catarinense. *Geo UERJ*, ano 15, n. 24, v. 1, 2013.

GALRÃO, Inês Filipa das Neves. **Diálogo Entre Memória e Contemporaneidade: Uma Proposta de Reconversão do Convento e Fábrica de São Paulo, em Vila Viçosa, num Centro de Artes, Cultura e Residência para Artista**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

GOFF, Jacques Le. Memória. *In: IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA*. Enciclopédia EINAUDI. Portugal: INCM, 1997. v. 1.

IBGE. **Atlas do censo demográfico**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.



ICOMOS. **Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994)**. Centro de Documentação da Unesco. São Paulo, Unesco, 2007.

MAGALDI, Cássia. **O público e o privado: Propriedade e interesse cultural in O direito à memória – Patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do patrimônio Histórico de São Paulo. São Paulo: [s. n.], 1992.

PAOLI, Maria Célia. **“Memória, História e Cidadania – O direito ao passado” in “O direito à memória – Patrimônio histórico e cidadania”**. Departamento do patrimônio Histórico de São Paulo. São Paulo: [s. n.], 1992.

RECHE, Daniella. **Leis e planos urbanos na produção da cidade: o caso de Chapecó, SC**. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Ronaldo A. Rodrigues da. **Arqueologia Industrial e Patrimônio Industrial: “Novo” Enfoque À Memória Cultural**. *Revista Fórum Patrimônio*, v. 2, n. 2, 2009.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial**. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. 2003.

ZENI, Vera L. F. **Desenvolvimento de cenários visando a mitigação de impactos ambientais em rios urbanizados: o caso do rio Passo dos Índios – Chapecó – SC**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Unochapecó, Chapecó, 2007.